

**ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA  
INSTITUTO ECUMÊNICO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA**

**HISTÓRIA, TEOLOGIA E PRÁTICA  
DO CENTRO ECUMÊNICO DE EVANGELIZAÇÃO,  
CAPACITAÇÃO E ASSESSORIA – CECA:  
UMA CONTRIBUIÇÃO PARA  
O MOVIMENTO ECUMÊNICO NO BRASIL**

**JOSÉ CARLOS STOFFEL**

**MESTRADO EM TEOLOGIA**

**Área de Concentração: Teologia e História**

**Orientador: Prof. Dr. Rudolf von Sinner**

**São Leopoldo, fevereiro de 2006**

**HISTÓRIA, TEOLOGIA E PRÁTICA  
DO CENTRO ECUMÊNICO DE EVANGELIZAÇÃO,  
CAPACITAÇÃO E ASSESSORIA – CECA:  
UMA CONTRIBUIÇÃO PARA  
O MOVIMENTO ECUMÊNICO NO BRASIL**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

por

**JOSÉ CARLOS STOFFEL**

em cumprimento parcial das exigências  
do Instituto Ecumênico de Pós-Graduação em Teologia  
para a obtenção do grau de  
Mestre em Teologia

## **BANCA EXAMINADORA**

**Presidente: Dr. Rudolf von Sinner - EST**

**1º Examinador: Dr. Oneide Bobsin - EST**

**2º Examinador: Dr. LuizCarlos Susin - PUC-RS**

STOFFEL, José Carlos. História, Teologia e Prática do Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria. Uma contribuição para o movimento ecumênico no Brasil. *São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, 2005.*

## SINOPSE

A presente dissertação é fruto de uma pesquisa sobre a história, teologia e prática de um organismo ecumênico, o Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria – CECA. O CECA nasceu com entidade católico-romana e foi evoluindo de uma forma que se tornou ecumênica por causa de diversos fatores, especialmente eclesiais. Neste trabalho analisaremos a contribuição do CECA na difusão da Teologia da Libertação no Brasil e suas práticas a partir desse referencial teológico e as implicações da história da entidade com o próprio desenvolvimento da TL na América Latina. Concomitantemente foi se construindo uma proposta de ecumenismo no CECA que foi um aporte significativo para o movimento ecumênico no Brasil. Na memória dos trinta anos de história do CECA se resgatam personagens, práticas e uma proposta de evangelização comprometida com as transformações estruturais da sociedade, como mediações históricas do reino de Deus que têm na unidade dos cristãos como principal princípio para uma nova *oikoumene* segundo os desígnios de Deus, anunciados pelos profetas bíblicos e encarnados em Jesus Cristo.

STOFFEL, José Carlos. History, Theology and Practice of the Ecumenical Center of Evangelization, Formation and Consultances. A contribution to the ecumenical movement in Brazil. *São Leopoldo: Lutheran School of Theology, 2005.*

### **ABSTRACT**

The present dissertation is a research about History, Theology and Practice of an ecumenical organism – The Ecumenical Center of Evangelization, Formation and Consultancy – CECA. It was created as a Roman-Catholic entity and has been growing to become ecumenical because of many, namely ecclesiastic reasons. In this essay, I shall analyze the contribution of CECA toward the proliferation of Liberation Theology in Brazil and its practices based on this theological reference, as well as the interrelatedness between the history of this organization with the development of Liberation Theology in Latin America. Simultaneously, a new ecumenical proposal was being elaborated by CECA which has given significant support to the Ecumenical Movement in Brazil. From the thirty years of its history, many things are to be remembered: persons, practices and a proposal of evangelization engaged with structural transformations of society, as historic mediations of the kingdom of God with Christian unity as its main principle toward a new *oikoumene*, according to God's purpose, announced by biblical prophets and embodied in Jesus Christ.

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	8
1 CECA: 30 ANOS A SERVIÇO DA VIDA.....	14
1.1 A gênese do Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria – CECA. ..	14
1.2 Os períodos da história do CECA .....	16
1.2.1 O CECA como Centro de Evangelização e Catequese (1973 - 1986).....	17
1.2.1.1 O CECA em Caxias do Sul .....	17
1.2.1.2 O CECA em São Leopoldo .....	20
1.2.2 O CECA como Centro Ecumênico de Evangelização Capacitação e Assessoria (1987 - 1995).....	22
1.2.2.1 O Plano Trienal 1987 – 1989.....	23
1.2.2.2 O Plano Trienal 1990 – 1992.....	25
1.2.2.3 A organização de um núcleo do CECA em Santa Catarina .....	27
1.2.2.4 O Plano Trienal 1993 - 1995 .....	29
1.2.3 O CECA entre a crise e a esperança (1996 - 2005).....	31
1.2.3.1 O Plano Trienal 1996 - 1998 .....	31
1.2.3.1 Os Planos Trienais 1999-2001 e 2002-2004 .....	33
1.2.3.3 O Plano Trienal 2004 - 2007 .....	37
2 O CECA E A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO.....	39
2.1 O contexto histórico do surgimento da Teologia da Libertação .....	39
2.1.1 Fatores econômicos e políticos.....	39
2.1.2. O surgimento de uma nova prática e compreensão da fé .....	40
2.1.3 Por uma teologia originalmente latino-americana.....	42
2.2 Os principais conteúdos da Teologia da Libertação.....	44
2.3 O tempo da revisão crítica.....	45
2.4 A prática e a reflexão do CECA a partir da Teologia da Libertação.....	47
2.4.1 O Curso Latino-Americano de Teologia Pastoral .....	48
2.4.2 As Comunidades Eclesiais de Base e o CECA.....	48
2.4.3 A relação do CECA com a Paróquia Santo Inácio .....	51
2.4.4. O CECA, a Teologia da Libertação e o Socialismo .....	53
2.4.5 Nicarágua: uma experiência paradigmática.....	57

2.4.6 A ênfase na formação política do CECA.....	61
2.4.6.1 O movimento popular e o CECA .....	63
2.4.6.2 Os Cursos de Formação Política para Trabalhadores .....	67
2.4.6.4 O CECA e o Partido dos Trabalhadores .....	68
2.4.6.5 Uma Questão de Povo – O CECA e o processo da Assembléia Nacional Constituinte ....	69
2.4.6.6 O Setor de Documentação e Publicações do CECA.....	71
2.5 O CECA e a educação popular .....	73
2.6 A espiritualidade do CECA – influência do Pe. Arturo Paoli .....	75
2.7 As opções do CECA num contexto de pluralismo teológico .....	76
2.7.1 Enfoques da Teologia da Libertação .....	77
2.7.1.1 Libertação da economia de mercado – enfoque sócio-econômico .....	78
2.7.1.2 Libertação do androcentrismo – enfoque feminista .....	79
2.7.1.3 Libertação do antropocentrismo – enfoque ecológico-holístico .....	80
2.7.1.4 Libertação do etnocentrismo – enfoque cultural-antropológico.....	81
2.7.1.5 Libertação do confessionalismo eclesiocêntrico – enfoque ecumênico .....	82
2.7.1.6 Libertação do cristocentrismo exclusivista – enfoque inter-religioso .....	84
2.7.1.7 Libertação do racionalismo – enfoque psico-analítico .....	86
2.7.2 Incidências na prática do CECA.....	88
3 O ECUMENISMO DO CECA .....	91
3.1 O CECA no contexto do Movimento Ecumênico .....	91
3.2 O CECA como Centro de Evangelização e Catequese Católico Romano .....	92
3.3 Um ecumenismo fundado na Palavra de Deus .....	94
3.3.1 A articulação do CECA com o CEBI Sul.....	95
3.3.2 A Pastoral Bíblica do CECA .....	96
3.3.3 O Curso de Capacitação Bíblica para Padres e Pastores .....	97
3.4 O Projeto Cone Sul .....	99
3.4.1 O Primeiro Encontro Ecumênico de Teologia Pastoral do Cone Sul .....	100
3.4.2 O Segundo Encontro Ecumênico de Teologia Pastoral do Cone Sul .....	101
3.4.3 A desarticulação do Projeto Cone Sul .....	103
3.5 O desenvolvimento da identidade ecumênica do CECA.....	103
3.5.1 O Curso Ecumênico de Pastoral Popular.....	111
3.5.2 O CECA e o movimento pentecostal.....	116
3.5.3 O Curso de Extensão em Ecumenismo e o Diálogo Inter-Religioso.....	117
3.6 O CECA e a questão do ecumenismo de base.....	119
3.7 Desafios e perspectivas ecumênicas – conclusões preliminares.....	125
CONCLUSÃO.....	129
BIBLIOGRAFIA .....	133
ANEXOS .....	149

## INTRODUÇÃO

O CECA, ao longo dos seus 30 anos de história, teve uma intensa produção de material com um conteúdo sociopolítico e teológico da qual ainda não se tem uma síntese elaborada<sup>1</sup>. Neste trabalho de pesquisa nos propusemos os seguintes objetivos: a) Sistematizar e detectar a gênese e evolução da história dos 30 anos do CECA com seus personagens e acontecimentos mais importantes. b) Apresentar os pressupostos teológicos que nortearam a prática e os projetos do CECA. c) Analisar o projeto de ecumenismo subjacente aos 30 anos de história do CECA. d) Verificar a contribuição do CECA para a articulação do movimento ecumênico no Brasil e) Propor indicadores teológicos para o futuro da caminhada do CECA a partir do contexto do movimento ecumênico atual.

São vários os cadernos de formação, revistas, boletins informativos, relatórios, textos e planos que exprimem a matriz teológica e ecumênica do CECA. A análise da documentação histórica aponta que o CECA exerceu uma forte influência sobre a formação social e teológica nas lideranças dos movimentos sociais e eclesiais, especialmente em Caxias do Sul e no Vale do Rio dos Sinos e na articulação desses movimentos. O CECA foi o organismo articulador dos agentes das Comunidades Eclesiais de Base, da Comissão Pastoral da Terra (de onde nasceria o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST) e da Pastoral Operária. Na agenda do CECA constou a realização de cursos, seminários e simpósios com teólogos

---

<sup>1</sup> Foi publicada uma Tese de Doutorado, pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – “A Igreja Católica na Formação Política de Caxias do Sul de 1964 a 1985.” - de autoria de Ramone Mincato, irmã do Pe. Ramiro Mincato, hoje pároco da Paróquia Nossa Senhora Aparecida do Bairro Scharlau – São Leopoldo – RS e que foi secretário do CECA entre os anos 1977 e 1982. Esse trabalho fez uma análise mais política contemplando o CECA em seus primeiros 10 anos de funcionamento na sua relação com o Centro de Orientação Missionária (COM) de Caxias do Sul.



identificados com a Teologia da Libertação. Estes fundamentaram o pensamento teológico e ecumênico do CECA.

O CECA nasceu em 1973<sup>2</sup>, como entidade católica, isto é, como Centro de Evangelização e Catequese ligado à ICAR. Sua identidade ecumênica é fruto de uma prática de seus agentes junto ao movimento popular, de mudanças significativas na conjuntura eclesial e da crescente participação de agentes não católico-romanos na direção da entidade e da influência do trabalho de formação bíblica de agentes articulados com o Centro de Estudos Bíblicos – CEBI. Procuraremos identificar qual a visão de ecumenismo do CECA, qual foi o projeto de unidade dos cristãos que foi proposto pelo CECA, suas ênfases teológicas e sua contribuição para o movimento ecumênico no entorno de sua ação.

Em nossa compreensão, o CECA, em seus 30 anos de história, foi um instrumento eficaz de formação de pessoas comprometidas com o movimento ecumênico e popular, contribuindo na gestão de uma nova consciência eclesial e numa prática ecumênica a partir da base<sup>3</sup>.

A história do Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria, como organismo ecumênico autônomo<sup>4</sup>, ou como entidade ecumênica de serviço<sup>5</sup>, se insere na história do movimento ecumênico no Brasil. Esta história já está registrada em várias pesquisas do gênero, em sua grande maioria a partir da perspectiva das relações entre as Igrejas e os organismos ecumênicos oficiais, isto é, com representação oficial das Igrejas. Esses organismos ecumênicos autônomos se caracterizam por sua estrutura jurídico-administrativa independente das estruturas eclesiásticas oficiais, mas pelos seus objetivos e prática têm um caráter eclesial, especialmente pelo público que atingem: a membresia das Igrejas. As pessoas que participam dessas entidades não têm delegação e não são

---

<sup>2</sup> Temos apenas o registro de que o CECA foi criado em fins de 1973. Não há uma data específica e nem um documento escrito de algum encontro que registre a data exata da fundação do CECA. Somente 10 anos depois, em 1983, o CECA vai se constituir como personalidade jurídica autônoma. Cf. CECA. *Memória da Caminhada*, p. 06.

<sup>3</sup> TIEL, Gerhard, *Ecumenismo na perspectiva do reino de Deus*. Uma análise do movimento ecumênico de base, p. 101.

<sup>4</sup> Id, *ibid*. Tiel assume a definição dada por Jether Pereira Ramalho (de *Koinonia*, organismo ecumênico do Rio de Janeiro), e define organismo ecumênico como “um instrumento de serviço e de inspiração a toda dinâmica das igrejas e dos movimentos populares”.

<sup>5</sup> WOLFF, Elias. *Caminhos do ecumenismo no Brasil*. Já este autor vê o CECA como uma entidade ecumênica de serviço, na linha de “outros organismos ecumênicos” de caráter não eclesiástico que promovem o diálogo e a cooperação ecumênica.

representantes oficiais das Igrejas. É um ecumenismo de cristãos sejam eles ministros ordenados ou não, homens e mulheres das Igrejas e não das Igrejas enquanto tais com suas estruturas hierárquicas e de representação.

Analisar a prática de um organismo ecumênico, como o CECA, é uma tentativa de ver o ecumenismo a partir da esfera não-eclésiástica e das tensões inerentes a essa relação entre membros de Igrejas e a estrutura oficial das mesmas; uma tensão entre a dimensão eclesial e sua relação com a esfera eclésiástica na prática do CECA. Se o CECA se identifica como uma entidade prestadora de serviços, cabe analisar sua identidade cristã na sua relação com a sociedade civil organizada, especialmente no que se refere à rede de organizações não governamentais - ONGs ou as chamadas organizações do Terceiro Setor, que têm assumido um papel cada vez mais significativo na gestão de políticas sociais e de intervenção na realidade com vistas à sua transformação. Isso não significa que sejam desconsideradas as contradições e os conflitos de interesses entre essas mesmas organizações.

Pode-se também admitir que a urgência das necessidades do mundo dos pobres e dos serviços de promoção da cidadania oferecidos pelo CECA sensibilize mais ou estejam na prioridade da agenda das agências financiadoras internacionais, colocando em segundo plano o debate teológico e ecumênico de forma mais explícita.

Faço esta pesquisa como acadêmico e integrante de parte da história do CECA, pois participei da assembléia de fundação do CECA como entidade jurídica autônoma, em 1983, fui membro do quadro de sócios, e suplente do Conselho Deliberativo do mesmo. Participei de várias assembléias do CECA e de cursos e encontros por ele articulados. A imensa produção escrita e impressa, a agenda de cursos, seminários e encontros e o testemunho de várias pessoas conferem ao CECA sua importância e influência no movimento ecumênico, justificando essa pesquisa. Ao me dispor para essa aventura me deparei com uma rede de personagens, Igrejas, instituições e organismos ecumênicos que foi tecida nestes 30 anos de empenho pela evangelização no mundo dos mais pobres. Muitas iniciativas atuais, a consciência eclesial, ecumênica e política de lideranças de Igrejas e do movimento popular foram herdadas do trabalho dos protagonistas da história do CECA. Este trabalho quer contribuir para o resgate da memória do movimento ecumênico a partir das ações de um organismo ecumênico como o CECA, o que vai ao encontro de seu objetivo estratégico para o ano de 2003, que na nossa visão ainda não foi plenamente realizado: “estabelecer

um processo de resgate histórico e produção de conhecimento, a partir da prática do CECA, ao longo dos 30 anos, buscando fortalecer sua identidade”.<sup>6</sup> Trata-se de um tributo a essa entidade que exerceu um papel fundamental na formação de lideranças de comunidades eclesiais e de movimentos sociais, especialmente no Rio Grande do Sul, mas com uma forte repercussão no Brasil na América Latina.

### **A metodologia empregada**

Para realizar este trabalho tivemos que buscar várias fontes de informação. As fontes primárias foram os documentos produzidos pelo próprio CECA em todos os períodos de sua história entre elas: as atas das reuniões de Diretoria e das Assembléias Gerais, os Estatutos do CECA com suas alterações, os Planos Trienais, Relatórios de Atividades e avaliações feitas pela equipe interna de trabalho, boletins informativos, cadernos de formação, cadernos de serviços e prospectos de divulgação de cursos e seminários do CECA e de outras entidades. A grande parte desse material trata-se de textos mimeografados ou digitados (os mais recentes), encontrados nos arquivos do CECA; do Centro de Orientação Missionária - COM, de Caxias do Sul; do Instituto Humanitas Unisinos (que possui os arquivos do antigo Centro de Documentação e Pesquisa – CEDOPE da Unisinos); da Fraternidade Apostólica do Anúncio da Palavra – FAAP, de Santa Cruz do Sul; do Centro de Espiritualidade Padre Arturo – CEPA, de São Leopoldo e da Paróquia Santo Inácio de São Leopoldo. Algumas pessoas entrevistadas também forneceram fontes de seus arquivos pessoais. Tivemos acesso a várias publicações do CECA que expressam as ênfases temáticas bem como seu conteúdo teológico. Encontramos alguns artigos que analisam a própria ação do CECA em determinados momentos de sua história e outros escritos por integrantes da equipe do CECA em revistas teológicas. Outras referências bibliográficas nos auxiliaram para se ter um quadro teórico interpretativo da prática do CECA. Buscamos algumas referências em relatórios e publicações de encontros e seminários em que o CECA participou com outros organismos ecumênicos nos diferentes níveis de articulação. O uso de muitas notas e citações se fez necessário para fundamentar, documentalmente, a análise dos dados; recuperar a memória histórica e valorizar o papel de muitas pessoas que foram protagonistas dessa história.

---

<sup>6</sup> Cf. CECA, *Planejamento 2003*, p. 05.

Para enriquecer as fontes escritas, optamos em fazer algumas entrevistas com personagens que participaram diretamente da história dos acontecimentos relatados e colaboraram com o CECA ocupando cargos de direção na entidade ou como parte do quadro funcional na condição de assessores e secretários executivos do CECA. A relação das pessoas entrevistadas considerou aspectos como: participação em diferentes períodos da história do CECA, diferentes profissionalidades garantindo a ecumenicidade do universo das pessoas entrevistadas, participação de homens e mulheres e diferentes funções que as pessoas exerciam na entidade. Estas entrevistas não diretivas<sup>7</sup> foram gravadas, transcritas e revistas pelas pessoas entrevistadas, das quais temos autorização para a publicação de citações literais que são apresentadas durante o trabalho como aporte para as análises feitas no decurso da dissertação. Algumas delas, por opção dos entrevistados, foram respondidas pelos mesmos por escrito. Estas entrevistas estão publicadas na íntegra como anexo. O roteiro de entrevistas utilizado teve a função de orientar a reflexão, mas não de forma rígida. As entrevistas também expressam as áreas de interesse e o campo de atividades prioritário da pessoa entrevistada e diferentes enfoques e avaliações sobre determinados períodos da história, projetos e programas específicos do CECA que confrontamos com as fontes documentais na busca de uma síntese o mais objetiva possível. No decorrer da pesquisa percebemos incoerências entre as fontes avulsas e as fontes escritas, o que é normal quando as pessoas se fundamentam na sua capacidade de memória. Essas situações nós corrigimos com algumas observações pessoais e comentários esclarecedores entre colchetes dentro dos relatos.

Num primeiro momento vamos relatar a história do CECA nos seus diferentes contextos, destacando as prioridades e programas desenvolvidos, suas principais e atividades e objetivos, considerando as metas estabelecidas nos instrumentos de planejamento da entidade, especialmente, a partir do ano de 1987, nos Planos Trienais. Queremos identificar os diferentes períodos da história do CECA desde sua fundação como um Centro de Evangelização e Catequese católico romano para transformar-se num Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria como entidade autônoma das Igrejas e identidade ecumênica como marca específica no universo de diversas organizações da sociedade civil. No segundo capítulo vamos analisar a contribuição do CECA como um dos principais vetores de difusão, articulação dos sujeitos, produção de material e formação de agentes de pastoral em torno da Teologia da Libertação. A história do CECA está permeada pela história da

---

<sup>7</sup> Cf. THIOLENT, Michel. *Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária*, p. 79-87. O autor apresenta as características da entrevista não diretiva e seu uso sociológico.

Teologia da Libertação na América Latina numa relação de simbiose teológica, social e política No terceiro momento desse trabalho analisaremos o que denominamos de processo de ecumenização do CECA, a construção de sua identidade ecumênica, a proposta de ecumenismo difundida e praticada pelo CECA e sua contribuição para o movimento ecumênico no Brasil. Com essa pesquisa fazemos uma memória histórica e teológica de uma entidade ecumênica radicada no Vale dos Sinos no RS que teve um papel significativo na formação de agentes da pastoral popular e do movimento ecumênico a partir dos referenciais teóricos e metodológicos da Teologia da Libertação. A própria historiografia da Teologia da Libertação não reconheceu suficientemente o papel dos organismos ecumênicos de assessoria e formação, como o CECA, na sua difusão e popularização entre as lideranças das Comunidades Eclesiais de Base e pastorais do meio popular. Por isso apresentamos esse trabalho, fazendo justiça e reconhecimento da história do CECA e seu papel neste processo que marcou a história do cristianismo na América Latina.

## 1 CECA: 30 ANOS A SERVIÇO DA VIDA

### 1.1 A GÊNESE DO CENTRO ECUMÊNICO DE EVANGELIZAÇÃO, CAPACITAÇÃO E ASSESSORIA – CECA.

O Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria – CECA nasceu em tempos difíceis. Nasceu como espaço de resistência à ditadura militar no Brasil. Em 1968, foi decretado o Ato Institucional n. 5 (AI-5), cerceando ainda mais a liberdade de organização e expressão no Brasil. Na Igreja Católica Romana, após o período áureo das organizações de juventude que se expressavam na Ação Católica Especializada, como Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Agrária Católica (JAC), Dom Vicente Scherer, então presidente da CNBB, fecha por decreto a Ação Católica. A suspeita de infiltração marxista também levou ao fechamento dos Institutos Superiores de Pastoral Catequética - ISPACs.

Em Porto Alegre, através do trabalho do Irmão Antônio Cechin (religioso da Congregação dos Irmãos Maristas), no Centro de Juventude e Cultura - CJC eram publicadas fichas catequéticas e subsídios<sup>8</sup> que se inspiravam na catequese libertadora refletida no II Congresso Internacional de Catequese, em 1968, em Medellín. Antônio pôde nos relatar essa experiência fundante para a compreensão de catequese no CECA<sup>9</sup>:

---

<sup>8</sup> Tratava-se da coleção “Educação Nova” formada por quatro volumes: *Rumo à Terra Prometida; Mundo Novo; Um Lugar ao Sol e Caminhos do Amor*, elaborada pelo Centro de Pedagogia Religiosa de Porto Alegre. O Centro de Pastoral de Caxias do Sul assumiu a publicação do último livro dessa coleção denominado “S’imbora”.

<sup>9</sup> Entrevista n. 03, com Antônio Cechin.

Depois da caminhada da catequese libertadora, no ano de 1968, uma semana antes da Conferência Episcopal de Medellín, nós realizamos, em Medellín, no mesmo local em que depois os bispos da América Latina se reuniram o II Congresso Internacional de Catequese. Era em vista dos frutos do Concílio Vaticano II que se abriram as comportas da criatividade! Eu fui o único da equipe brasileira que foi para lá Dom Fragoso, como bispo, Hugo Assmann e Wolfgang Grünen [padre] como teólogos e eu. Como fomos pegos meio de surpresa pela convocação eu fui o único que apresentou um trabalho nesse encontro com o seguinte título: "Bases de uma Catequese Libertadora para a América Latina" [...] Nós, latino-americanos chegamos afirmando que não tem separação na catequese. Tudo tem que ser dado junto. Inclusive, elaboramos uma famosa definição de catequese que é a seguinte: A catequese acontece quando uma pequena comunidade se reúne, reflete sobre o seu próprio processo histórico e sobre sua caminhada e, através dessa reflexão, descobre na sua caminhada aqui e agora a presença viva do Ressuscitado, descobre o divino dentro do humano. A partir desta descoberta de que Ele está conosco, ele caminha conosco neste ato de bondade e de amizade, percebemos que esta descoberta de fé começou com Abraão, com toda tradição e vem a Bíblia... Agora que Ele está conosco, sentimos vontade de falar com Ele. Isto é liturgia, é oração. Feita essa oração Ele nos impulsiona para o engajamento, para a ação. Na catequese ou evangelização está a tradição que é a Bíblia e toda história da Igreja, está a liturgia e o engajamento. Tudo junto! Antes tu tinhas o dogma, moral, sacramentos. Isso era ensinado como uma doutrina. Agora não. É o processo histórico global da caminhada desta comunidade inserida na humanidade a partir dos fatos. Para nós não tem mais Boa Nova, a não ser se ela conseguir explodir ou implodir do cotidiano das pessoas. Isso gerou um grande impacto nessa igreja de Porto Alegre que só tinha doutrina, doutrina... Esses leigos da Ação Católica estavam virando todo mundo "comunista".

Em 09 de novembro de 1969, o apartamento de Antônio Cechin é invadido pelas forças de repressão e todo o material catequético é apreendido e exposto pelo então Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, em rede nacional de televisão, como material subversivo encontrado num "aparelho" da esquerda comunista e Antônio Cechin é preso por dois dias. Isso veio a se repetir em fins de 1971 e início de 1972 quando, Ir. Antônio é preso e torturado. Era estrategicamente necessário recuar.

O Centro de Evangelização e Catequese - CECA surgiu, em fins de 1973, em Caxias do Sul, após a libertação dos freis dominicanos<sup>10</sup>, Carlos Alberto Libanio Christo - Frei Betto, Tito de Alencar Lima, Ivo Lesbaupin e Fernando de Brito, em 14 de outubro de 1973,<sup>11</sup> a partir do compromisso de agentes de pastoral da Igreja Católica Romana, envolvidos em duas entidades: a) O Centro de Juventude e Cultura - CJC<sup>12</sup>, coordenado por Antônio Cechin, voltado para a renovação da catequese especialmente através da produção de material

<sup>10</sup> Cf. BETTO, Frei. *Cartas da Prisão*.

<sup>11</sup> Cf. CECA. *CECA: Memória da Caminhada*, p. 08. Trata-se de uma entrevista concedida ao CECA, em 21/08/89, por Orestes João Stragliotto, um dos fundadores do CECA, antes da inauguração da nova sede, em São Leopoldo, no dia 18 de setembro de 1989. É a referência mais aproximada possível que se tem do período em que nasceu o CECA.

<sup>12</sup> O endereço do CJC, em Porto Alegre, é o mesmo onde residia Antônio Cechin, um dos fundadores do CECA.

catequético e acompanhamento de pessoas dedicadas à Pastoral da Juventude<sup>13</sup>; b) O Centro de Formação Pastoral – CFP da Diocese de Caxias do Sul, coordenado por Orestes Stragliotto<sup>14</sup>, voltado para a formação e acompanhamento de agentes de pastoral.

Foi de suma importância para o seu nascimento o apoio de Dom Benedito Zorzi, Bispo da Diocese de Caxias do Sul, conhecido pela sua abertura missionária e por outro organismo desta Diocese, o Centro de Orientação Missionária - COM<sup>15</sup>, responsável pela formação de agentes religiosos que se dirigiram para várias regiões do Brasil. O COM foi abrigo da estrutura inicial do CECA, deu o suporte jurídico e viabilizou o seu funcionamento dividindo responsabilidades de coordenação de várias atividades no campo da formação de agentes de pastoral. Compartilhamos com Ramone Mincato sua conclusão sobre os fatores determinantes para o nascimento do CECA<sup>16</sup>:

O CECA nasceu como resposta à repressão militar ao movimento catequético. No cenário nacional, do ostracismo e desarticulação em que foram postos os ex-alunos dos ISPACs e da conseqüente crise da catequese nas Dioceses. No cenário estadual, como resposta às perseguições, ameaças, prisão do Ir. Antônio Cechin e devassas do DOPS no CJC de Porto Alegre, cuja integração deu origem ao CECA, que foi assumido pessoalmente pelo bispo Dom Benedito Zorzi.

## 1.2 OS PERÍODOS DA HISTÓRIA DO CECA

A história do CECA é profundamente marcada pelas mudanças sociais, políticas e econômicas da sociedade brasileira nestas três décadas de sua existência bem como as mudanças da conjuntura eclesial. O CECA diante dos novos desafios que iam surgindo, foi redefinindo prioridades e sua linha de atuação. A partir da análise dos relatórios de atividades e especialmente dos Planos Trienais do CECA podemos, dividir a história em três grandes períodos, com suas características, ênfases e personagens próprios que são os seguintes: a) O CECA como Centro de Evangelização e Catequese (1973-1986); b) O CECA como Centro

<sup>13</sup> É importante observar a preocupação com a evangelização da juventude nas intuições primeiras dos fundadores do CECA. Em 1980, com o apoio dos Irmãos Maristas, foi criado o Centro de Espiritualidade e Treinamento para a Ação – CETA, um curso em três etapas de dez dias, que capacitou dezenas de jovens para o engajamento eclesial e político. Alguns desses jovens formados no CETA acabaram por inserirem-se nos quadros do CECA. Mais tarde várias atividades do CECA serão realizadas em conjunto com o Instituto de Pastoral da Juventude – IPJ de Porto Alegre.

<sup>14</sup> Orestes Stragliotto é padre católico romano, ordenado pela Congregação dos Padres de São José de Murialdo.

<sup>15</sup> O Centro de Orientação Missionária foi fundado em 23 de março de 1970, como órgão executivo da Comissão Diocesana para a Atividade Missionária – CODAM da Diocese de Caxias do Sul, com o objetivo de articular e assessorar os diversos movimentos missionários, promover a formação de agentes para as missões e aprofundar a reflexão sobre a ação missionária da Igreja na Diocese de Caxias do Sul. Cf. COM. *Centro de Orientação Missionária*. Caxias do Sul: Arquivo do COM, (mimeo), [s.d.], p. 01.

<sup>16</sup> MINCATO, Ramone. *A Igreja Católica na Formação política de Caxias do Sul de 1964 a 1985*, p. 84.



Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria (1987-1995); c) O CECA na busca de novos horizontes teológicos e ecumênicos, da década de 90, com a crise do socialismo real e da Teologia da Libertação (1996 - 2005).

### **1.2.1 O CECA como Centro de Evangelização e Catequese (1973 - 1986)**

#### **1.2.1.1 O CECA em Caxias do Sul**

O primeiro período da história do CECA, que podemos denominar como fundacional é fortemente marcado pela sua identidade católico-romana. O CECA não tem uma natureza jurídica própria e depende nos seus primeiros anos de funcionamento, de 1973 a 1982, dos espaços do Centro de Orientação Missionária de Caxias de Sul. O CECA foi pensado em fins de 1973 com os seguintes objetivos<sup>17</sup>: a) Pesquisa, reflexão bíblico-teológica e pastoral; b) Pesquisa e estudo da metodologia pastoral a partir das atuais experiências de comunidades de base; c) Pesquisa e reflexão sobre os ministérios e sua diversificação; d) Estudo e aprofundamento do tema específico da “Igreja Particular”; e) Encontros de catequistas e animadores de pastoral de base; f) Produção de material de evangelização e catequese para jovens e adultos; g) Produção e divulgação de subsídios complementares à evangelização e catequese de jovens e adultos, especialmente em vista das comunidades eclesiais de base. Entre as razões apontadas para o CECA assumir esses objetivos está a necessidade de retomar a reflexão teológico-pastoral interrompida com o fechamento dos ISPACs; falta de assessoria e articulação entre os agentes de pastoral; falta de articulação e intercâmbio entre as experiências das Comunidades Eclesiais de Base; desatualização do material catequético<sup>18</sup>.

Um dos primeiros trabalhos do CECA foi rearticular catequistas<sup>19</sup> que foram formados pelos Institutos Superiores de Pastoral Catequética - ISPACs e dar apoio e continuidade à produção do material catequético do CJC e produzir novo material. Para isso realizou cursos intensivos de catequese para ex-alunos dos ISPACs e animadores da pastoral popular em diversas dioceses do sul do Brasil<sup>20</sup>.

<sup>17</sup> Cf. CECA. *CECA, História – Atividades Realizadas – Perspectivas*, p. 01.

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 02-03.

<sup>19</sup> De 01 a 04 de agosto de 1974, realizou-se, em Caxias do Sul, o 1º Encontro de Peritos em Evangelização e Catequese, articulado pelo CECA, onde se refletiu sobre a evolução da catequese a partir da Conferência Episcopal de Medellín e definiram-se prioridades em vista de uma maior articulação de experiências no campo da pastoral popular.

<sup>20</sup> Cf. CECA. *CECA, História – Atividades Realizadas – Perspectivas*, p. 05.

De 1974 a 1979<sup>21</sup>, registram-se uma série de atividades do CECA em vários níveis de articulação onde se destacam alguns fatos importantes. O CECA participou com um membro da equipe no encontro de teólogos e pastoralistas, em Petrópolis, em novembro de 1974. O CECA viria a participar regularmente desses encontros que se realizavam a cada semestre do ano. Entre os cursos do CECA, podemos destacar o “Curso de Estrutura do Capitalismo<sup>22</sup>” que Ramone Mincato assim descreveu<sup>23</sup>:

As análises da estrutura do sistema capitalista tinham o objetivo de engajar os cristãos na luta política pela transformação social. A preocupação era oferecer uma base para compreender as raízes dos problemas, as causas históricas da pobreza, da repressão, dos mecanismos de controle ideológico e da exploração econômica. O referencial teórico utilizado era de orientação marxista. O COM e o CECA contavam na época com os seguintes assessores: Pe. Hugo Paiva, do Rio de Janeiro; Dr. José Alberto Curado, de Campinas, SP, e mais tarde, Pe. Xabier Gorostiaga, do Panamá. Esse curso era oferecido periodicamente e tinha a duração de uma semana. Foi realizado durante sete anos, de 1975 a 1981.

Em 1977, o CECA, em conjunto com o COM, organiza o primeiro Curso de Teologia Pastoral Latino-Americano de dois a três meses de duração, sempre depois da Páscoa, em Caxias do Sul<sup>24</sup>. Ramone Mincato informa também que “a primeira *Mensagem da Igreja de Caxias do Sul a Todos os Trabalhadores*, no dia 1º de maio de 1977, em nome da Pastoral Operária, redigida pelo padre Jorge Parisotto, foi divulgada e distribuída a partir da infra-estrutura do COM e do CECA<sup>25</sup>”. Em 1976 e 1977 realiza um curso de teologia e metodologia libertadora para catequistas de base em Caxias do Sul. O CECA a partir de 1979 assume a articulação dos encontros dos Mini-Institutos (entidades de assessoria similares ao CECA). Primeiro Encontro de Mini-Institutos realizou-se em São Miguelito – Panamá (04 a 10/06/1978), o segundo encontro, em Caxias do Sul, de 02 a 08/07/1979 e o terceiro encontro, em São Paulo, de 09 a 14/11/1980.

A partir de 1976, o CECA definiu-se mais como um organismo de assessoria à pastoral popular. Para corresponder a essa identidade realizou uma série de atividades que constam em seus relatórios<sup>26</sup>. O CECA deu apoio mais direto à Comissão Pastoral da Terra - CPT, incipiente

<sup>21</sup> Ibidem, p. 04-05.

<sup>22</sup> Os conteúdos desse curso estão registrados num subsídio intitulado “Capitalismo e Pessoa Humana”, divulgado pelo setor de publicações do CECA.

<sup>23</sup> MINCATO, Ramone. *A Igreja Católica na Formação Política de Caxias do Sul de 1964 a 1985*, p. 97-98.

<sup>24</sup> Este curso será abordado no segundo capítulo dessa dissertação quando analisamos o CECA como vetor privilegiado da Teologia da Libertação na América Latina.

<sup>25</sup> Ibidem, p. 67. Com o apoio do CECA, especialmente do Pe. Orestes Stragliotto, a extinta JOC foi substituída pela Comissão Permanente da Pastoral Operária, antes de seu reconhecimento oficial pela CNBB como CPO.

<sup>26</sup> Cf. CECA. *O Centro de Evangelização e Catequese – Documento para Uso Interno*, 1983, p. 01.

no sul do Brasil e à Comissão Pastoral Operária - CPO, que ajudou a organizar. A Primeira Romaria da Terra do RS foi uma idéia de Antônio Cechin e Orestes Stragliotto<sup>27</sup>.

Veio a idéia, de eu e o Orestes: "pequenas comunidades, tudo bem, mas precisamos ter movimento de massa"! Se há um problema político no Brasil que temos que mudar, é a necessidade de criar movimento de massa. Nós dois que damos a idéia para todas as bases do RS da Romaria da Terra. A Romaria da Terra foi uma idéia do Orestes e eu, num carro, quando fomos a São Gabriel visitar os lugares dos Mártires Guaranis. [...] Por que fomos para São Gabriel? Exatamente para dar o que chamamos de "mística da luta". Nosso pessoal não tinha mística para segurar a militância. [...] Realizamos então, em São Gabriel, a 1ª Romaria da Terra, em 07 de fevereiro de 1978 [...] Em 1978, foi o ano dos Mártires. Fiz um caderninho intitulado "São Sepé Tiaraju, Rogai por Nós". Dom Pedro Casaldáliga gostou muito desse material e sugeriu que em 1979, ano de Puebla, se fizesse a Missa de todos os mártires indígenas latino-americanos. [...] Então Dom Pedro veio aqui em função no ano dos mártires e da primeira Romaria da Terra do Brasil [...] abrindo o ano dos mártires e fechando com a Missa da Terra Sem Males, nas ruínas de São Miguel, dia 08 de dezembro de 1978<sup>28</sup>.

O CECA promoveu a articulação das CEBs, no RS, participando dos Encontros Intereclesiais de CEBs em Vitória (1º e 2º), João Pessoa (3º), São Paulo (4º), e ajudou na organização do 1º Encontro Intereclesial de CEBs do RS, em São Gabriel, e dos encontros estaduais em São Leopoldo (1981) e Pelotas (1983). O CECA organizou de 1977 a 1981, um curso anual de Teologia Pastoral; cursos de teologia pastoral e espiritualidade para seminaristas ligados às Comunidades Apostólicas de Meio Popular<sup>29</sup>; articulou vários retiros com a assessoria do Pe. Arturo Paoli, inspirados numa espiritualidade da libertação<sup>30</sup>; assumiu, desde 1981, ser suporte das atividades do Centro de Estudos Bíblicos – CEBI Sul; a partir de 1981, participa como organismo de apoio na organização do Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular – CESEP, de São Paulo; auxiliou na formação de lideranças jovens através do Curso de Base para Jovens - CBJ e o Centro de Treinamento para Ação Pastoral - CETA<sup>31</sup>. De 31 de maio a 03 de junho de 1982, se realiza o I Encontro Regional de Mini-Institutos, em Lages – SC, onde se propõe que o CECA criasse um centro de documentação da pastoral popular<sup>32</sup>.

<sup>27</sup> Entrevista n.03, com Antônio Cechin.

<sup>28</sup> Cf. DALLAGNOL, Wilson. *As Romarias da Terra no Rio Grande do Sul*. Um povo a caminho da "Terra Prometida". Porto Alegre: CPT, 2001, p 15-51. Nesta retrospectiva histórica das Romarias da Terra se omite a participação do CECA no processo.

<sup>29</sup> Essas comunidades eram pequenos centros de formação de seminaristas inseridos no meio popular, fora dos centros acadêmicos teológicos ou dos grandes seminários para formação de presbíteros da ICAR.

<sup>30</sup> De janeiro a setembro de 1981, foram articulados 19 retiros de uma semana, com o Pe. Arturo Paoli, em várias regiões do Brasil. Cf. CECA. *Prestação de Contas de 08/07/80 a 01/12/81 – CECA*, p. 11.

<sup>31</sup> No Relatório de atividades do CECA, de 01 de dezembro a 28 de fevereiro de 1983, são relacionadas 58 atividades entre cursos, reuniões e encontros de articulação.

<sup>32</sup> Cf. CECA. *Prestação de Contas do CECA de 01/12/1981 a 28/02/1983*, p.11.

Desde 1975, com a posse de Dom Paulo Moretto como bispo coadjutor de Caxias do Sul, as relações do CECA com a Igreja Católica local se alteraram. Em outubro de 1976, Dom Vicente Scherer, Arcebispo de Porto Alegre, escreve a Dom Paulo Moretto, acusando o CECA de ser um instrumento de infiltração do marxismo na Igreja. Materiais publicados pelo CECA passaram a serem censurados, padre Julio Giordani é transferido para São Francisco de Paula – RS e vários interrogatórios são feitos por Dom Paulo Moretto sobre os conteúdos dos cursos do CECA, suspeitos de difundirem o marxismo<sup>33</sup>. Essas tensões culminam com a saída de Orestes Stragliotto de Caxias do Sul e sua acolhida na Diocese de Novo Hamburgo, em 1982. Celso Gaiger relata sua contribuição nesta transferência<sup>34</sup>.

Em 1982, o CECA teve que deixar Caxias do Sul, por problemas com a Diocese e o Bispo e veio para Porto Alegre, num escritório na Rua Guilherme Alves, no Partenon. O Orestes alugou esta sala e eu fui o fiador do CECA neste período e isso aproximou mais os contatos. [...] Aqui, este escritório, era um centro de produção e distribuição de material: apostilas, textos mimeografados relacionados com a pastoral da Igreja, conjuntura, CEBs, temas bíblicos.

Em janeiro de 1982, o CECA instalou uma secretaria provisória em Porto Alegre, que funcionou como sucursal até 1983<sup>35</sup>. Em novembro do mesmo ano, realiza-se uma “mini-assembléia” do CECA, onde se fez uma atualização do quadro de sócios da entidade; organizou-se uma equipe para fazer uma análise de conjuntura política e eclesial em vista de uma redefinição dos objetivos do CECA; definiu-se o perfil institucional do CECA em vista de sua autonomia jurídica e administrativa<sup>36</sup>. Em fevereiro de 1983, o CECA transfere todas as suas instalações para São Leopoldo – RS.

### 1.2.1.2 O CECA em São Leopoldo

O CECA é fundado juridicamente, como Centro de Evangelização e Catequese, no dia 11 de abril de 1983<sup>37</sup>, quando se realiza a Assembléia Geral de Fundação, aprovam-se seus

<sup>33</sup> Cf. MINCATO, Ramone. *A Igreja Católica na Formação política de Caxias do Sul de 1964 a 1985*, p. 105. Aqui consta um testemunho de Dom Paulo Moretto sobre suas restrições às atividades do CECA. Ver também CECA. *CECA: Memória da Caminhada*, p. 13-14.

<sup>34</sup> Entrevista n. 02, com Celso Luiz Gaiger.

<sup>35</sup> Cf. CECA. *Prestação de Contas do CECA, 01/12/81 a 28/02/83*. Anexo nº 01: “A sucursal de Porto Alegre foi mobiliada para ser um pequeno centro de documentação com exposição do material do CECA e de outros centros do Brasil, tipo Centro de Pastoral Vergueiro, de São Paulo”.

<sup>36</sup> Cf. CECA. *O Centro de Evangelização e Catequese – Documento para Uso Interno*, 1983, p. 04.

<sup>37</sup> Estes foram os sócios fundadores do CECA: Alcindo Dalcin, Ari Centenaro, Celso Luiz Franco Gaiger, Cecília Cardoso Alves, Cyzo Assis Lima, Décio José Waldir, Inácio Immig, Ildo Bohn Gass, José Lino Hack,

primeiros estatutos e seus objetivos<sup>38</sup> como organismo de assessoria: a) Refletir e assessorar as atividades pastorais da Igreja; b) Criar condições para a formação teológica e metodológica de agentes de pastoral, capacitando-os a animar e aprofundar, em suas comunidades, a vivência do Evangelho; c) Organizar, sistematizar e distribuir todo o material vindo das Comunidades Eclesiais de Base e/ou pastoral em geral, para intercâmbio de experiências e de estudos feitos na Base, assim como distribuir material produzido por outras entidades que abordam temas de teologia pastoral e metodologia de ação; d) Elaborar e divulgar estudos, análises e subsídios sobre evangelização e catequese que possam oferecer instrumentos à ação pastoral das bases<sup>39</sup>. O Plano de Atividades do CECA para os anos de 1983 e 1984<sup>40</sup> continha seis programas dos quais destacamos: 1. Preparação e acompanhamento de assessores de nível popular (“pés descalços<sup>41</sup>”), pastoral rural e de periferias urbanas em áreas da Diocese de Novo Hamburgo, Escolas do Evangelho<sup>42</sup>. 2. Encontros Específicos de Formação (temas como capitalismo, conjuntura e CEBs, Cristologia, Eclesiologia). 3. Formação Bíblica em articulação com o CEBI Sul.

Em 1984, Cyzo Assis Lima assume a função de secretário executivo do CECA, imprimindo uma forte linha de atuação do CECA na assessoria aos movimentos populares. Em 1985, o CECA realiza sua Assembléia Geral Ordinária<sup>43</sup>, onde Celso Gaiger é eleito presidente, o primeiro leigo a assumir a direção da entidade depois de 12 anos. Neste ano, o CECA vai realizar uma viagem de solidariedade à América Central, especialmente à

---

Ivoni Anselmo, José Carlos Stoffel, Luiz Inácio Germany Gaiger, Maria Alba Rocha Hoff, Milton Schwantes, Maria Teresa Thiele, Nelson Izidoro Tonello, Otto Erbes, Orestes João Stragliotto, Pierina Lorenzoni, Pedro Gambim, Ramiro Mincato, Ricardo Brisolla Balestreri, Selvino Heck e Sérgio José Fritzen. Cf. CECA. *Ata da Assembléia Geral de Fundação*, São Leopoldo, 11.04.83.

<sup>38</sup> Cf. CECA. *Ata da Assembléia Geral de Fundação*, São Leopoldo, 11.04.83. Foi eleita a 1ª Comissão Executiva: Presidente: Pe. Orestes João Stragliotto; Secretária: Profa. Cecília Cardoso Alves; Tesoureiro: Prof. Ary Centenaro; 1º Secretário Executivo: Prof. Ramiro Mincato. Conselho Superior (instância oficiosa de apoio e aconselhamento): Dom Sinésio Bohn – representando a Igreja Católica Romana; Pastor Milton Schwantes – representando “as Igrejas Evangélicas”; Inês Chies – representando as Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado (mantenedora da sede).

<sup>39</sup> Cf. CECA. *Estatutos do Centro de Evangelização e Catequese*. São Leopoldo: Arquivo do CECA, 1983, p. 01.

<sup>40</sup> Cf. CECA. *Plano de Atividades – para o exercício de Agosto/83 a Dezembro/84*, p.03-13.

<sup>41</sup> Essa é uma compreensão bem particular do Pe. Orestes Stragliotto quanto ao tipo de assessoria necessária para a organização do movimento popular. Os assessores “pés descalços” seriam pessoas do povo, liberadas ou semi-liberadas em condições de acompanhar o processo na base, isto é, no chão da vida e das lutas populares.

<sup>42</sup> No terceiro capítulo aprofundaremos a pastoral bíblica do CECA e a importância das Escolas do Evangelho.

<sup>43</sup> Cf. Ata nº 04 da Assembléia Geral Ordinária Eletiva, São Leopoldo, 19.08.85. Foram eleitos para a 2ª Comissão Executiva: Presidente: Celso Gaiger; Secretária: Matilde Cechin; Tesoureiro: Pe. Julio Giordani. Conselho Deliberativo (membros natos): Orestes Stragliotto; Milton Schwantes; Dom Sinésio Bohn - Bispo da Diocese de Novo Hamburgo; Inês Chies - Provincial das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado. Membros eleitos: Antônio Cechin; Prof. Ary Centenaro; Ivoni Anselmo; Lino Hack; Ir. Eva Ribeiro da Silva. Suplentes: Vilmar Machado e José Carlos Stoffel.

Nicarágua. Promoveu vários cursos sobre a Teologia da Libertação, eclesiologia das CEBs, catequese libertadora a partir do método de Paulo Freire, cursos de formação política e análise de conjuntura. Em 1986 ocorre o II Encontro Ecumênico de Teologia Pastoral do Cone Sul e o 1º Seminário de Movimentos e Educação Popular da Região Sul (PR, SC e RS)<sup>44</sup>. Com uma contribuição especial de Celso Gaiger (desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado do RS) o CECA participará intensivamente do processo de participação popular na Assembléia Nacional Constituinte em vista da elaboração na nova Constituição do Brasil.

Os primeiros anos do CECA, em São Leopoldo, foram marcados por uma grande efervescência de atividades no campo da assessoria ao movimento popular, à pastoral popular das Igrejas, impulsionado pelas opções pastorais das Conferências Episcopais Latino-Americanas de Medellín e Puebla, e as Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil, com uma linguagem afinada com os princípios metodológicos da Teologia da Libertação.

### **1.2.2 O CECA como Centro Ecumênico de Evangelização Capacitação e Assessoria (1987 - 1995)**

O CECA, a partir do ano de 1987, adota a metodologia de elaboração de Planos Trienais, com seus objetivos e estratégias de ação, tendo em vista que isso passou a ser uma exigência das agências de cooperação internacional para um auxílio baseado em projetos de execução em médio prazo. Em 1986, a conjuntura eclesial é marcada pela transferência do Bispo da Diocese de Novo Hamburgo, Dom Sinésio Bohn<sup>45</sup>, para Santa Cruz do Sul e a nomeação do seu substituto, Dom Boaventura Kloppenburg. Mudou-se da água para o vinho a relação do CECA com a Igreja Católica local. Antecipando-se a uma intervenção na entidade, realizou-se no dia 17 de agosto de 1987, uma Assembléia Geral onde se fez uma alteração nos estatutos, que tornou o CECA, juridicamente, um organismo de caráter ecumênico e foi eleito

---

<sup>44</sup> Abordaremos a relação do CECA com o movimento popular no segundo capítulo desse trabalho.

<sup>45</sup> Orestes Stragliotto registrou no Livro Tombo da Paróquia Santo Inácio todo o seu descontentamento com a saída de Dom Sinésio da Diocese, e os recortes de jornais da época noticiando o fato. Antes de ser transferido, Dom Sinésio publicou seu total apoio ao CECA: “A aceitação do Centro de Evangelização e Catequese na Diocese de Novo Hamburgo foi um ato de clarividência de minha parte. Agora, após cinco anos [não confere cronologicamente] de atuação entre nós, considero a presença do CECA em São Leopoldo uma graça de Deus. Pois atua em comunhão com a Diocese, é fermento pioneiro de formação e articulação entre os pobres, é promotor do testemunho comum entre as confissões cristãs e está sempre pronto para assessorar iniciativas evangelizadoras de vanguarda. Finalmente, o CECA despertou entre o povo e entre os agentes de pastoral o gosto e uso freqüente da Bíblia”. Cf. CECA, *Caderno de Serviços 1986*, p.02.

o primeiro presidente protestante da entidade, pastor Carlos Arthur Dreher<sup>46</sup> da IECLB. O CECA muda de denominação, mantendo a mesma sigla, para Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria. A importância desse fato eclesial e suas conseqüências para uma identidade ecumênica do CECA serão abordadas mais adiante.

#### 1.2.2.1 O Plano Trienal 1987 – 1989

O Plano Trienal 1987-1989 é marcado pelo trabalho de formação de agentes que o CECA desenvolverá em diferentes níveis (trabalhadores, educadores populares e religiosos, profissionais comprometidos com as lutas populares) nas áreas metodológica, sociológica, política, bíblica, teológica e catequética. O CECA se propõe ser um organismo de assessoria à pastoral e movimentos populares e de publicação e distribuição de material de educação popular. A articulação com entidades diversas e pessoas a nível nacional e internacional é um dos programas desse Plano Trienal. Para o ano de 1987, os temas prioritários no trabalho de assessoria foram a Constituinte e as CEBs. O CECA continuou seu acompanhamento à crise vivida pelos países da América Central estreitando seus laços com o Centro de Estudos e Promoção Agrária (CEPA) da Nicarágua. Entre os cursos de formação promovidos pelo CECA em 1987, podemos destacar: Catequese a partir do método Paulo Freire; A questão partidária: cristãos e correntes de esquerda no Brasil; Seminário sobre democracia e socialismo<sup>47</sup>.

Em 1988, o CECA procurou dar às atividades um caráter mais ecumênico, priorizou a formação política para a cidadania, as CEBs e a pastoral popular e a elaboração de uma metodologia para análise de conjuntura dos movimentos populares. Neste ano realizou um seminário sobre as perspectivas da sociedade e dos movimentos populares no Brasil Pós-Constituinte; cursos com os temas: Fé Cristã, Responsabilidade Social e Movimento Popular; Metodologia para Análise de Conjuntura do Movimento Popular; Práticas do Teatro Popular; Brasil e as Eleições de 1988; Educação Cristã a partir do Método Paulo Freire, além de ter dado várias assessorias nas áreas: sócio política,

---

<sup>46</sup> Cf. Ata n.11 - *Assembléia Geral Ordinária Eletiva*, São Leopoldo, 17.08.87. Foram eleitas as seguintes pessoas: a) Comissão Executiva: Presidente: Carlos Arthur Dreher; Vice-presidente: Celso L. F. Gaiger; 1ª Secretária: Gladis Gassen; 2ª Secretária: Pierina Lorenzoni; Tesoureiro: Diversindo Lourenço. b) Conselho Deliberativo: Dom Aloísio Sinésio Bohn; Maria Tereza Thiele; Luís Eduardo Prates da Silva (IM); Elias Vergara (IEAB); Vitor Hugo Gerhard; Sílvio Meincke; Oneide Bobsin. Suplentes: Cirene Buhnemann e Jorge Schieferdecker. (IECLB). Nota-se aqui a presença também de um anglicano e um metodista na direção do CECA.

<sup>47</sup> Cf. CECA. Caderno de Serviços 1987, p. 07-11.

teológico-ecumênica e metodológica<sup>48</sup>.

No dia 18 de setembro de 1989 foi inaugurada a nova sede do CECA<sup>49</sup> e eleita nova direção na entidade<sup>50</sup>. Neste ano, destacamos os projetos realizados em conjunto com o Centro Ecumênico de Cultura Negra – CECUNE trazendo à tona a reflexão sobre a Teologia Negra e a presença dos negros na militância político partidária.

Os acontecimentos do Leste Europeu, com o marco da “Queda do Muro de Berlim”, selando a derrocada do socialismo real, a vitória de Fernando Collor sobre Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais, a derrota eleitoral do sandinismo na Nicarágua provocam no CECA uma profunda avaliação e revisão de conceitos e propostas. Ao lado, a entidade se vê envolvida num processo crescente de burocratização interna (maior normatização administrativa, monitoramento e previsão orçamentária, questões trabalhistas e outras). Há tensões e conflitos nas relações pessoais neste processo de ecumenização da entidade, antes muito centrada na iniciativa de algumas pessoas, a maioria, católico-romanas. O voluntarismo e militância inicial são substituídos pela profissionalização em todos os departamentos<sup>51</sup>, especialmente no campo administrativo. Com o processo de democratização do país, já iniciado em 1979, surgem no cenário político nacional, outros espaços de formação e assessoria, cada vez mais especializados, conforme as demandas do movimento popular e sindical, no campo e na cidade. As Igrejas deixam de ser o espaço de guarida dos perseguidos pela ditadura militar e espaço exclusivo dos “sem-voz”. O CECA entra num processo de crise interna onde procura rever sua identidade e missão. Os quadros da entidade são novos com

<sup>48</sup> Cf. CECA. *Relatório e Avaliação das Atividades do 1º Semestre de 1988*, p. 02-03.

<sup>49</sup> Trata-se do atual endereço do CECA: Rua Paraná, 818 – Bairro Scharlau, São Leopoldo – RS. Essa sede foi construída com auxílio da cooperação internacional e parte do espaço foi cedida para o CEBI Sul (hoje, CEBI RS).

<sup>50</sup> Cf. CECA. Ata n.29 – *Assembléia Geral Ordinária*. São Leopoldo, 18/09/89. Foram eleitos: a) Comissão Executiva: Presidente: Celso Luiz Franco Gaiger; Vice-Presidente: Luiz Eduardo Prates da Silva (IM); 1º Secretário: José Ivo Follmann; 2º Secretária: Pierina Lorenzoni; Tesoureiro: Oneide Bobsin; Vogal Núcleo Santa Catarina: Luiz José Dietrich; Vogal Ecumenismo: Carlos Arthur Dreher. b) Conselho Deliberativo: Suzana Rodrigues; Orestes Stragliotto; Jorge Schieferdecker; José Roberto Cristófani; Inês Chies; Leonídio Gaede; Vera Luci Prates da Silva (IM); Pe.Vitor Hugo Gerhard; Ana Isabel Alfonsin; Dom Sinésio Bohn; Dárnis Corbellini. c) Suplentes: Armando Lisboa, Cirene Buehmann, Euli Marlene Steffen.

<sup>51</sup> As atas das reuniões da Comissão Executiva do CECA no ano de 1989 tratavam muito de questões salariais do quadro de funcionários e assessores. A questão do custo dos recursos humanos passou a tomar bastante tempo do CECA. Entre os entrevistados católico-romanos se usou o termo “luteranização” do CECA, refletindo certa disputa de hegemonia de determinadas confissões no CECA e divergências no campo metodológico e, especialmente na condução administrativa da entidade. Reflete-se aqui a dificuldade de relações paritárias numa entidade que nasceu católica e caminha para ser de fato ecumênica. No CECA “afloraram desentendimentos, no sentido de se atribuir atitudes ou decisões nas coordenações ao fato de estas pertencerem a tal ou qual denominação”. Cf. CECA. *Revisão do Plano Trienal – Reestruturação do CECA*, p. 03.



outra postura diante dos movimentos sociais. Há uma crítica interna da relação do CECA com as bases. Orestes Stragliotto já se preocupava com esse risco de burocratização e afastamento da entidade do trabalho popular <sup>52</sup>.

### 1.2.2.2 O Plano Trienal 1990 – 1992

O ano de 1990 ficou marcado, para o CECA, por três processos/fatores que incidiram nas atividades durante o ano todo: a) um intenso processo de avaliação das atividades, da estrutura e da projeção do CECA no meio popular e pastoral; b) a crise econômica que se agravou em todo o país com a instalação do Governo Collor; c) as discussões, em vários níveis, da necessidade de uma reestruturação, exigindo restrições ao plano de atividades<sup>53</sup>. A crise financeira na instituição tem marcado a pauta das reuniões. Houve uma redução significativa do apoio das agências internacionais que em vários casos transferiram os recursos destinados para a América Latina para o Leste Europeu<sup>54</sup>, desafiando para a busca de uma fonte alternativa de auto-sustentação e critérios mais rigorosos de racionalização e utilização dos recursos dos parceiros internacionais no funcionamento das entidades e movimentos. Essas mudanças na conjuntura política e econômica e de cooperação internacional exigiram um processo de reestruturação do CECA<sup>55</sup>. Em 1991 elegeu-se a nova direção do CECA, com a difícil missão de redefinir o papel do CECA nesta nova conjuntura<sup>56</sup>.

O Plano Trienal 1990-1992 definiu o setor de cursos e assessoria como principal setor da entidade. Neste plano, o CECA aponta a necessidade de refletir com outras

<sup>52</sup> Cf. CECA. *CECA: Memória da Caminhada*, p. 31. Essa realidade também foi avaliada em Assembléia Geral onde se afirma que “Estamos investindo mais nas atividades de apoio do que na sua finalidade”. Cf. CECA. Ata n. 40 - *Assembléia Geral Ordinária*. São Leopoldo, 17/09/1990.

<sup>53</sup> Cf. CECA. *Revisão do Plano Trienal – Reestruturação do CECA*, p. 01.

<sup>54</sup> Em 23 e 24 de outubro de 1990 realizou-se um Seminário de Cooperação Internacional, onde participaram mais de 48 entidades da Região Sul do Brasil, com representantes de Interchurch Organisation for Development Cooperation - ICCO e Solidariedad (Holanda) e Pão Para o Mundo (Alemanha), cujo documento final intitulado “Cooperação Internacional: Um Compromisso Mútuo” foi enviado a todas as agências de cooperação na Europa, América do Norte e América Latina que mantinham relações com os centros e movimentos presentes no seminário. Cf. CECA. *Seminário sobre Cooperação Internacional*. São Leopoldo: Arquivo do CECA, (mimeo), [s.d.].

<sup>55</sup> Esse processo de reestruturação foi configurado numa revisão do Plano Trienal 1990-1992. Todavia esse processo levou em torno de cinco anos para uma readequação do CECA aos novos tempos.

<sup>56</sup> Cf. CECA. Ata n. 53 – *Assembléia Geral Ordinária*. São Leopoldo, 26/08/93. Foram eleitas as seguintes pessoas para os cargos de direção do CECA: Presidente: Dárnis Corbellini; Vice-Presidente: Oneide Bobsin; 1º Secretária: Marion Creutzberg; 2º Secretário: Sydney Farias Silva; Tesoureiro: Ildo Antônio Bohn Gass. Vogais: Luiz José Dietrich e Silvio Meincke. Conselho Deliberativo: Armando de Mello; Walter Altmann; Dom Sinésio Bohn; Euli Marlene Steffen; Carlos Arthur Dreher; Elza M. Benkner; Ary Vanazzi; Jorge Schieferdecker; Danilo Streck; Delvina Pasquali. Suplentes: Natalício Santos Corrêa, José Lino Hack, Ramiro Mincato.

entidades afins algumas questões centrais que se expressavam em novas ênfases no campo da reflexão teológica e política como o racismo, o patriarcalismo, os direitos políticos da cidadania e a luta pela terra<sup>57</sup>. A Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE assessorou o CECA realizando uma avaliação externa da entidade, em 1992, onde se destacou a importância de integrar o aspecto cultural no discurso ideológico e na prática do CECA no sentido de traduzir a cultura erudita para uma cultura popular e “encontrar uma maneira de incentivar uma prática cultural libertadora<sup>58</sup>”, aprofundar a sua identidade ecumênica<sup>59</sup>, investir mais no trabalho de assessoria do CECA e numa política de formação de quadros da entidade, priorizando e equipe de assessores e reduzindo pessoas nos serviços de apoio. Neste mesmo ano, apesar de todas as dificuldades, o CECA será responsável pela articulação dos evangélicos no VIII Intereclesial de CEBs, que se realizou em Santa Maria – RS. De 12 a 28 de outubro de 1992, se realizaria a IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Santo Domingo, no contexto da celebração dos “500 anos de evangelização da América Latina”.

Neste triênio cabe destacar a participação do CECA na assembléia de fundação da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - ABONG no dia 10 de agosto de 1991<sup>60</sup> tornando-se sócio fundador e, juntamente com o CAMP ajudou a constituir o Fórum Sul de ONGs<sup>61</sup>. A especificidade de uma entidade como CECA como um centro de caráter ecumênico religioso neste universo de organizações da sociedade civil é uma discussão difícil<sup>62</sup>. Esse tema sobre a entrada do CECA no campo das ONGs provocou um amplo debate entre seus quadros internos e sócios, onde se levantaram receios e novas demandas. Francisco de Assis da Silva, atual secretário executivo da entidade faz memória desse debate interno<sup>63</sup>.

Um outro destaque que coloco no CECA também é a sua relação com mundo das ONGs. Acho que isso é um ponto importante e nevrálgico na história do CECA. O fato de o CECA hoje ter [...] na Diretoria Regional da ABONG, a secretaria executiva da ABONG na Região Sul, nos coloca naquela interseção que eu chamaria

<sup>57</sup> Cf. CECA. *Plano Trienal 1990/1991/1992*, p.05-07.

<sup>58</sup> DROOGERS, André; DOMINGUES, Jorge L. F., *Relatório da Avaliação Externa do CECA*, p. 08.

<sup>59</sup> Este tema da identidade ecumênica do CECA nós aprofundaremos no terceiro capítulo desse trabalho.

<sup>60</sup> Cf. CECA Informa, Ano III, n. 30, setembro de 1991.

<sup>61</sup> Não há um consenso quanto a esse conceito de “Organização Não Governamental”. Aqui definimos ONGs como um “conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos” (Cf. FERNANDES, Rubem César. *Privado porém Público*. O Terceiro Setor na América Latina, p. 21.). A ABONG, em sua “Carta de Princípios”, aprovada no ano de 2000 (cf. Site [www.abong.org.br](http://www.abong.org.br)) apresenta as bases comuns dessa identidade plural e diversa das ONGs. Esta reflexão sobre a identidade das ONGs está publicada em Cadernos da ABONG, n. 33, de junho de 2005.

<sup>62</sup> Cf. CECA. *Resultados do Estudo sobre a Política Institucional do CECA*. São Leopoldo: Arquivo do CECA, (mimeo), 26 de abril de 1994, p. 03.

<sup>63</sup> Entrevista n. 15, com Francisco de Assis da Silva.

de Ecumenismo – Direitos Humanos – Gênero, onde a gente se relaciona com Igrejas, organismos ecumênicos [...] e dá-nos uma visibilidade no campo das ONGs que hoje representam um campo em constante disputa com o Estado, a despeito de ser um Estado em processo de democratização, constituem hoje um espaço de busca de autonomia da sociedade civil. E elimina um pouco aquela contradição entre ecumenismo versus militância em ONGs. Por que digo isso? Porque o cerne da preocupação do CECA não é exclusivamente focar sua ação junto ao público das Igrejas e das pastorais, mas o CECA tem hoje uma visibilidade que o coloca dentro da agenda dos movimentos sociais que estão cada vez mais autônomos em relação às Igrejas, inclusive, e às demais ONGs. O Brasil tem hoje uma busca de autonomia por parte da sociedade civil. Essa autonomia da sociedade civil é construída também pelo campo ecumênico. Neste sentido, o CECA faz essa ponte. É interessante observar, que algumas pessoas, historicamente tinham receio desse envolvimento do CECA no campo das ONGs, porque poderia significar uma “saída” do CECA do campo das Igrejas e “perder-se” no campo das ONGs e movimentos sociais e assumir uma faceta exclusivamente laica e secular. Havia esse receio. Só que esse receio é infundado. [...] O CECA nestes últimos anos entrou num campo em que a Paróquia é muito mais ampla. A paróquia é a sociedade civil como um todo. [...] O campo se ampliou. O CECA não deixa de ser ecumênico por conta disso. Pelo contrário, ele até é desafiado em seu ecumenismo, a ser vivido esse ecumenismo, num campo territorialmente não eclesialístico.

O CECA se identifica com um grupo determinado de ONGs “fiéis ao projeto inicial de construção de alternativas junto ao setor popular, com atuação destacada nos processos organizativos e/ou de formação política”<sup>64</sup> e “cujo tipo de luta e perspectiva assemelha-se a sua, diferenciando-se daquelas de tipo assistencialista e das que têm como objetivo único o desenvolvimento de projetos economicamente produtivos”<sup>65</sup> Sua relação com as demais ONGs tem como critério “o compromisso com a construção da democracia com mecanismos efetivos de participação popular”<sup>66</sup>. Neste mesmo ano, o CECA participou do I Encontro Internacional de ONGs e Agências do sistema da ONU, no Rio de Janeiro sobre “Desenvolvimento, Cooperação Internacional e as ONGs” promovido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e, juntamente com o CAMP, de Porto Alegre vai administrar um fundo de apoio a mini-projetos de desenvolvimento e economia popular solidária, mantido pela cooperação internacional <sup>67</sup>.

### 1.2.2.3 A organização de um núcleo do CECA em Santa Catarina

Em 1990, um grupo de pessoas que atuavam junto aos movimentos sociais de Santa

---

<sup>64</sup> Ibidem, p. 02.

<sup>65</sup> Ibidem, p. 05.

<sup>66</sup> Ibidem, p. 07.

<sup>67</sup> Nos relatórios de atividades do CECA constam os vários mini-projetos que foram aprovados pelo CECA. Há de se reconhecer que foi um aporte significativo para a organização dos pobres e uma política de inclusão social de centenas de pessoas antes excluídas pela economia neoliberal de mercado. Um levantamento completo de todos os mini-projetos financiados e seus resultados efetivos poderiam ser objeto de uma pesquisa específica.

Catarina, especialmente em Florianópolis, algumas das quais tinham relação com o CECA propuseram organizar um núcleo no Estado de Santa Catarina, o que veio a ser oficializado em setembro do mesmo ano. A proposta, desde o início, era de que em médio prazo, o núcleo do CECA de Santa Catarina tornar-se-ia uma entidade autônoma<sup>68</sup>. O CECA/SC foi criado com os seguintes objetivos<sup>69</sup>: a) Assessorar movimentos populares, sindicais e atividades pastorais das igrejas cristãs, refletindo teológica e metodologicamente sua ação. b) Criar condições para a formação teológica e metodológica de agentes de pastoral capacitando-os a animarem e aprofundarem em suas comunidades a vivência do evangelho. c) Organizar, sistematizar e distribuir material vindo das comunidades eclesiais de base e/ou da pastoral em geral, para intercâmbio de experiências e estudos feitos na base. Divulgar material produzido por outras entidades que abordem temas de teologia pastoral e metodologia de ação. d) Elaborar estudos e subsídios sobre evangelização, participação, questões sócio-políticas, como instrumento de análise à ação dos movimentos sociais. e) Articular e co-participar com outras entidades na reflexão e ação comum e na assessoria aos movimentos sociais. f) Desenvolver o intercâmbio com entidades e movimentos afins na América Latina. g) Documentar as lutas dos movimentos sociais no sul do Brasil. h) Incentivar a reflexão ecumênica junto à pastoral popular.

Segundo uma avaliação crítica do trabalho dos centros que prestam assessoria ao movimento popular em Santa Catarina, feita pelos proponentes da criação do núcleo do CECA/SC há espaços abertos no campo da formação para o ecumenismo; publicação de material para o trabalho com o movimento popular, articulação com os intelectuais universitários, formação da juventude, ecologia e na área da relação entre fé e política porque

Falta uma abordagem mais elaborada e sistemática que possibilite tanto a potencialização da militância cristã, quanto permita aos cristãos engajados elaborarem teológica e teologalmente as conquistas da consciência a partir da caminhada popular, contribuindo para a construção duma nova espiritualidade e o clarear do projeto de uma igreja popular ao mesmo tempo em que se avança na construção da nova sociedade<sup>70</sup>.

A partir de 1993 passou a compartilhar a sua sede com o Centro de Estudos Bíblicos e o Núcleo de Estudos Negros – NEN. Entre as várias atividades realizadas pelo CECA/SC

<sup>68</sup> CECA. *Relatório das Atividades do CECA/SC de 1995 e Avaliação Geral do Projeto*. São Leopoldo: Arquivo do CECA, (mimeo), janeiro de 1996, p. 02.

<sup>69</sup> Cf. Folder de divulgação do Núcleo do CECA/SC, 1993.

<sup>70</sup> CECA. *Proposta de Constituição do CECA em Florianópolis*. São Leopoldo: Arquivo do CECA, (mimeo), julho de 1989, p. 05.

podemos destacar: o projeto “Criciúma – Área Crítica para Questões de Meio Ambiente: Um Levantamento de Projetos e Propostas”; articulação do Fórum das Entidades Civas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Região da Grande Florianópolis; participação na reflexão sobre o Orçamento Participativo e Plano Diretor de Florianópolis; projeto “Levantamento e Divulgação de Informações sobre a Realidade Sócio-Ambiental da Ilha de Santa Catarina<sup>71</sup>”. Em 1995 o CECA/SC adquiriu personalidade jurídica própria o que foi sugerido no próprio processo de reestruturação do CECA tendo em vista o distanciamento de objetivos e identidade entre as duas entidades. O CECA/SC passou a se denominar Centro de Estudos, Cultura e Cidadania – CECCA, caracterizando-se como uma entidade com forte atuação no campo do direito ambiental e defesa da ecologia, de caráter totalmente laico sem nenhuma referência no campo da espiritualidade, evangelização e ecumenismo.

#### 1.2.2.4 O Plano Trienal 1993 - 1995

“O mundo mudou. O CECA também<sup>72</sup>”. Assim inicia a apresentação no CECA no seu caderno de atividades de 1993. Neste ano, o CECA completou 20 anos de fundação<sup>73</sup>. “No mundo do pós-guerra fria do neoliberalismo, da exclusão de grandes contingentes populacionais do acesso às benesses do progresso e mesmo às condições mínimas de vida, do movimento introspectivo e neo-ortodoxo vivido pelas Igrejas, está mais difícil de ser sujeito da história e de sonhar. Os movimentos que viveram acalentados pela utopia, seja de uma nova sociedade, da nova mulher e do novo homem seja do Reino de Deus, entram em profunda crise de projetos”.<sup>74</sup> Percebe-se uma redução sensível das atividades priorizando eixos temáticos como: as questões de gênero; questões de cultura e a questão da articulação entre o ecumenismo institucional e o ecumenismo de base<sup>75</sup>. Os problemas financeiros tomarão muito tempo das preocupações da equipe do CECA. A crise econômica do país também vai atingir o público dos cursos do CECA. Muitos não conseguem participar por dificuldades econômicas. Alguns cursos são cancelados por falta de um número mínimo de participantes. Os estatutos são alterados para que se possa ter alguma atividade de geração de

---

<sup>71</sup> Cf. <http://www.agrorede.org.br/APRESENTA.html>. Consulta em 28/11/05.

<sup>72</sup> Cf. CECA. *Atividades 1993*. São Leopoldo: Arquivo do CECA, 1993, p. 02.

<sup>73</sup> A revista CECA Informação – Formação – Experiência, Ano V, n.17, dedicará todos os artigos no contexto da celebração dos 20 anos de fundação do CECA, especialmente sobre a sua identidade ecumênica.

<sup>74</sup> Ibidem, p.02.

<sup>75</sup> Cf. CECA. *Plano Trienal 1993-1995*, p.15.

renda nos espaços da entidade<sup>76</sup>. Apenas um terço dos sócios da entidade confirmaram a continuidade de sua participação<sup>77</sup>. Abre-se um debate profundo sobre a natureza institucional do CECA, onde se redefine a relação da entidade com as Igrejas, com a cooperação internacional, com as demais ONGs a partir da construção de um “projeto político popular”<sup>78</sup>. O CECA define a sua identidade como sendo um centro ecumênico o que marca a sua especificidade no universo de tantas ONGs; como entidade de assessoria ao campo dos movimentos populares e sociais e da pastoral popular; como uma entidade autônoma mas na busca de uma relação mais próxima com as Igrejas e como uma entidade que trabalha com grupos organizados<sup>79</sup>. O setor de formação e assessoria do CECA definiu três programas de atuação para este período: a) Ecumenismo: Igrejas, Religiosidade e Culturas; b) Apoio às Pastorais Populares; c) Apoio aos Movimentos Sociais Populares; e, dois projetos de estudo sobre a questão da cultura e a questão de gênero<sup>80</sup>. Aqui o CECA já se abre para os novos enfoques teológicos no processo de revisão e enriquecimento da Teologia da Libertação.

Um trabalho significativo do CECA foi o acompanhamento sistemático denominado como “assessorias continuadas” junto à Congregação dos Irmãos Lasallistas na formação de professores no campo da educação popular; formação de lideranças do movimento popular na região de Santa Maria e assessoria ao Centro Diocesano de Pastoral do Mundo do Trabalho, em Rio Pardo, da Diocese de Santa Cruz do Sul.

O debate instalado sobre a política institucional provocará uma redefinição dos programas e uma nova configuração do Plano Trienal 1996-1998. Em 1995, em Assembléia Geral Extraordinária, foram alterados os estatutos (com algumas mudanças feitas por necessidades jurídicas, entre as quais a criação de um Conselho Fiscal) e eleita uma nova

---

<sup>76</sup> Cf. CECA. Ata n. 78 – *Assembléia Geral Ordinária*. São Leopoldo, 20/09/93. Nesta mesma assembléia foi eleita a nova direção da entidade assim composta: Comissão Executiva: Presidente: Oneide Bobsin; Vice-Presidente: Darnis Corbellini; 1ª Secretária: Marion Creutzberg; 2ª Secretária: Isolde Dreher; Tesoureiro: Ildo Bohn Gass. Vogais: Selvino Heck e Vitor Hugo Gerhard. Conselho Deliberativo: Luiz Dietrich; Henriqueta Asseburg; Marcos Rodrigues; Cyzo Assis Lima; Luiz Inácio Gaiger; Erny Mügge; Uwe Wegner; Dezir Garcia da Silva; Walter Altmann; Dom Sinésio Bohn; Ary Vanazzi. Suplentes: Diversindo Lourenço, José Carlos Stoffel, Bertholdo Weber.

<sup>77</sup> Uma consulta foi feita a todas as pessoas que constavam na relação de sócios do CECA. Muitas não participavam mais das atividades e não compareciam às assembléias. Cf. CECA. Ata n. 80 – *Comissão Executiva*. São Leopoldo, 04/10/93.

<sup>78</sup> Cf. CECA. *Relatório das Atividades do 1º Semestre de 1993 e Planejamento do 2º Semestre de 1993 e 1994*, p.02-04. Este tema será mais aprofundado quando abordarmos a questão do projeto socialista do CECA.

<sup>79</sup> *Ibidem*, p. 07.

<sup>80</sup> *Ibidem*, p. 12.

direção da entidade<sup>81</sup>. Apesar de vozes sugerindo o fechamento da entidade<sup>82</sup> com o agravamento da crise econômica e a falta de clareza de referenciais teológicos e políticos diante novo contexto, o CECA “dá a volta por cima” redefine suas prioridades e entra num novo período marcado pela ênfase na construção do ecumenismo, da reflexão em torno dos novos enfoques teológicos em diálogo com a Teologia da Libertação e de diálogo com as Igrejas.

### 1.2.3 O CECA entre a crise e a esperança (1996 - 2005)

#### 1.2.3.1 O Plano Trienal 1996 - 1998

O CECA está em busca de novos referenciais. No dia 02 de abril de 1996, se reuniu, pela primeira vez, um grupo de estudos sobre a Teologia da Libertação com a finalidade de proporcionar um espaço para uma avaliação da TL, seus limites e suas perspectivas<sup>83</sup>. O grupo de reflexão sobre a TL foi convidado a apresentar os resultados de suas análises na VI Jornada da Associação de Cientistas Sociais da Religião do Cone Sul, em novembro de 1996, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Este grupo terá vários encontros e se constituirá num espaço de reflexão crítica e de manutenção do princípio de contextualidade<sup>84</sup> da TL e da própria prática do CECA. A pastora Lori Altmann reflete essa busca de contextualização do CECA na reflexão teológica e sua metodologia de trabalho<sup>85</sup>:

Eu peguei um período em que estava toda a discussão não sobre a Teologia da Libertação, mas, as Teologias da Libertação. Havia um discurso se a TL estava ou não superada. Nossa discussão, quando a gente planejava e quando a gente trabalhava nos cursos era de que tinha havido uma mudança na TL, mas ela não deixava de existir e de ser importante. Daí o plural “Teologias da Libertação”. Aquele viés de classe social que da leitura do período inicial da TL foi diversificado com outro viés. O viés de classe não contemplava todas as desigualdades e diferenças existentes na sociedade.

<sup>81</sup> Foram eleitos para compor os cargos de direção do CECA: Conselho Diretivo: Presidente: Carlos Arthur Dreher; Secretário: Oneide Bobsin; Tesoureiro: Darnis Corbellini. Conselheiros: Selvino Heck; Danilo Streck. Celso Luiz Franco Gaiger; Cyzo Assis Lima; Rosângela da Silva; Marion Creuzberg. Conselho Fiscal: Bertholdo Weber; Inácio Immig e Diversindo Lourenço. Cf. CECA. Ata n. 112 – *Assembléia Geral Extraordinária*. São Leopoldo, 05/12/1995.

<sup>82</sup> Cf. ARMANI, Domingos. *Processo de Qualificação do PMA do CECA*, p.02. O autor designou o período dos anos 90 como “curva institucional descendente” caracterizada pela redução do escopo de trabalho, redução das receitas, redução relativa de salários, saída de lideranças históricas e rotatividade de pessoal. Esse assessor inclusive, foi uma das pessoas que sugeriu o fechamento da entidade.

<sup>83</sup> CECA. Ata nº 114 - *Comissão Executiva*, São Leopoldo, 02.04.1996.

<sup>84</sup> Esse grupo de reflexão vai promover um seminário com o tema: “Teologia, Ética e Poder”, no dia 18 de novembro de 2000, com os seguintes objetivos: a) Repensar a Teologia da Libertação nos contextos de exclusão e elaborar novos referenciais para a ação libertadora a partir da fé cristã; b) Proporcionar um espaço de partilha, de reflexão e análise a partir da realidade dos/as excluídos/as. Cf. Folder de divulgação do evento.

<sup>85</sup> Entrevista n.08, com Lori Altmann.

Por isso, começam os grupos de estudo de gênero; começa a discussão sobre teologia feminista, a questão de negritude como outros enfoques dentro da TL, outros recortes não deixando de lado a discussão de classe. Mesmo dentro da discussão de gênero, a discussão de classe está presente e na discussão de negritude também, mas não é o único viés. A discussão ficou um pouco mais complexa tentando contemplar outras diferenças e outras desigualdades. Do ponto de vista teórico a TL continuou sendo um marco do nosso trabalho. Dentro da Teologia. O método ver – julgar - agir ainda ficou presente, incluindo o “celebrar” (ver – julgar – agir - celebrar).

O Plano Trienal 1996-1998 vai priorizar a construção da identidade ecumênica do CECA e o trabalho de formação no campo do ecumenismo, especialmente através da produção de material, a organização do Curso Ecumênico de Pastoral Popular, o Curso Ecumênico de Metodologia Pastoral e a articulação ecumênica em vários níveis. Neste plano se apresentam os principais desafios para o CECA nos próximos anos: construir novos referenciais; com os excluídos construir o novo; apoiar a luta das mulheres; intensificar a relação ecumênica com as igrejas e, possivelmente, atuar como representante do CONIC no Sul do Brasil; envolver quadros superiores (líderes de Igrejas) na proposta do CECA; contribuir na articulação ecumênica em âmbito local, regional, nacional e de América Latina; aproximar o CECA de igrejas pentecostais e evangélicas; realizar pesquisas no campo religioso e ecumênico para a formação e o diálogo; divulgar o ecumenismo nos meios de comunicação; desenvolver as atividades do CECA com maior atenção para as dimensões de afetividade, criatividade e subjetividade; acompanhar a questão da relação Estado/Sociedade Civil; qualificar a relação com os sócios da entidade<sup>86</sup>.

A Pastoral Urbana, na década de 90, tornou-se uma pauta constante no campo da reflexão pastoral das Igrejas. O CECA, em 1994, convocou um grupo de assessores e agentes de pastoral que passaram a refletir ecumenicamente os desafios da Pastoral Urbana, denominado como “Grupo de Estudos sobre Pastoral Urbana – GEPU<sup>87</sup>” priorizando a partilha de experiências<sup>88</sup>. O GEPU promoveu, nos dias 10 e 11 de julho de 1996, um seminário sobre Pastoral Urbana com o tema “Igrejas na virada do milênio, culturas urbanas e evangelização”. Houve a tentativa de organizar um segundo seminário, em 1997, que não se viabilizou pela falta de inscrições suficientes.

<sup>86</sup> Cf. CECA. Plano Trienal 1996-1998, p.10-12.

<sup>87</sup> A primeira reunião desse grupo se realizou no dia 06 de outubro de 1994 e contou com a presença de Oneide Bobsin, Orestes Stragliotto, Arzemiro Hoffmann, Pedrinho Guareschi, Renato Raatz, José Ivo Follmann, Vitor Hugo Gerhard, Valter Freitag e Clarindo Redin. Cf. CECA. *Grupo de Estudos sobre Pastoral Urbana. Relatório da Primeira Reunião*. São Leopoldo: Arquivo do CECA, (mimeo), 1994, p. 01.

<sup>88</sup> Cf. LIMA, Cyzo Assis e FUCHS, Werner (orgs). *Pastoral Urbana: Evangelho sem Redutos*, p.155-164. Trata-se de uma síntese das reflexões feitas no GEPU, em nove encontros, de outubro de 1994 a dezembro de 1995.



Esse modelo de organização de grupos de estudo no CECA, depois de alguns anos de funcionamento foi se esvaziando. A participação nos encontros foi se reduzindo. Muitos de seus membros mudaram de endereço, priorizaram as atividades acadêmicas ou foram absorvidos em demandas do Estado em vários níveis. O CECA passou a concentrar seus esforços nas assessorias, cursos, seminários e publicação de experiências através de seu boletim informativo ou sua página na internet<sup>89</sup>.

#### 1.2.3.1 Os Planos Trienais 1999-2001 e 2002-2004

Neste período de seis anos, o CECA se caracterizará mais como uma entidade ecumênica prestadora de serviços, numa relação direta com os setores excluídos da sociedade, especialmente da Zona Norte do município de São Leopoldo e procura conjugar reflexão teológica e ecumênica com uma prática de solidariedade. Isso está configurado em dois programas que perpassarão dois planos trienais da entidade.

##### **A) Solidariedade e Cidadania/Fé e Cidadania**

Em 1998, o CECA elege a nova direção da entidade e aprova o Plano Trienal 1999-2001<sup>90</sup>. A partir de 1999<sup>91</sup>, diante do contexto de recuo das Igrejas para um campo assistencial abdicando de uma intervenção profética na realidade de exclusão social de um contingente cada vez maior de pobres e pessoas consideradas inaptas e incapazes na lógica da concorrência imposta pelas leis do mercado e do Estado neoliberal que abre mão de seu papel no campo das políticas sociais e da fragmentação das lutas populares, o CECA vai redefinir sua missão, considerando sua experiência histórica no campo da formação, da articulação dos agentes sociais e eclesiais e no movimento ecumênico. Assim sua missão foi definida no

---

<sup>89</sup> Francisco de Assis da Silva, em sua entrevista, faz uma análise dos fatores que geraram o esvaziamento dos grupos de estudo no CECA.

<sup>90</sup> Cf. CECA. Ata n.148 - *Assembléia Geral Ordinária*. São Leopoldo, 14/04/1998. Foram eleitas as seguintes pessoas e seus respectivos cargos: Conselho Diretivo: Presidente: Oneide Bobsin; Secretário: Luiz Heron Scherer; Tesoureiro: Darnis Corbellini. Conselheiros: Selvino Heck; Hans Benno Asseburg; Carlos Dreher; Uwe Wegner; Alda Prates; Dezir Garcia. Conselho Fiscal: Bertholdo Weber, Diversindo Lourenço e Ivete Zanetti.

<sup>91</sup> Em *Assembléia Geral*, o CECA vai aprovar uma reforma estatutária que contempla uma nova linha de atuação que o CECA no sentido de “Desenvolver programas de educação popular, qualificação e re-qualificação profissional voltados para as carências mais notáveis da população, tanto adultos, quanto jovens, aí incluídas pessoas desocupadas, beneficiárias do seguro desemprego ou candidatas ao primeiro emprego, pessoas sob risco de desocupação, trabalhadores autônomos por conta própria ou autogestionária, podendo para tanto celebrar convênios e/ou parcerias com órgãos públicos e/ou entidades privadas”. Cf. CECA. Ata n.172 - *Assembléia Geral Ordinária*, São Leopoldo, 14/12/1999.

sentido de “contribuir para a transformação social, no sentido da construção de uma sociedade democrática, justa e participativa através de: a) projetos sócio-culturais de capacitação junto a pessoas dos setores excluídos para que estas possam melhorar suas condições de vida, resgatar sua dignidade e cidadania e capacitar-se para a inserção na luta pela defesa e ampliação dos seus direitos, e b) projetos de formação, assessoria e articulação junto a agentes religiosos/pastorais e lideranças dos movimentos sociais populares para que estes possam qualificar sua atuação junto aos setores excluídos”<sup>92</sup>.

Para o cumprimento de sua missão, o CECA definiu sua atuação através de dois programas de trabalho articulados entre si: a) Solidariedade e Cidadania; b) Fé e Cidadania. O primeiro visava uma atuação direta junto aos setores excluídos da sociedade entre eles, crianças, jovens, mulheres, subempregados e desempregados, especialmente da Zona Norte de São Leopoldo, através de projetos de capacitação solidária como: “Espaço Cultural e Artesanal para Crianças em situação de Pobreza”; “Acesso Popular à Informática” e “ABC da Mulher na Luta contra a Pobreza”. O CECA se transforma numa entidade ecumênica prestadora de serviços à população empobrecida excluída dos meios de informação e capacitação para poder se inserir na sociedade de mercado. O CECA se torna um espaço, onde jovens e adolescentes de baixa renda recebem uma iniciação profissional e têm um espaço cultural recreativo alternativo. Desenvolve-se a promoção humana através da alfabetização de mulheres de baixa renda, oficinas de auto-estima com jovens desistentes da escola e a formação de promotoras populares de justiça<sup>93</sup>.

O CECA com o programa Solidariedade e Cidadania, de certa forma, retoma sua inserção mais direta com as bases populares locais antes perdida no seu processo de burocratização e em sua ênfase na formação de agentes da pastoral popular de nível médio. Segundo Romi Bencke, o CECA “ao invés de apenas assessorar os movimentos sociais, passa também a agente político e social direto no campo da intervenção e da representação dos interesses dos grupos sociais marginalizados ou discriminados em seus direitos<sup>94</sup>”. Através do programa *Solidariedade e Cidadania* o CECA participará de um fórum de reflexão, na cidade de São Leopoldo, com ONGs e movimentos sociais da região sobre alternativas para o desenvolvimento regional diante da crise do setor coureiro-calçadista e crescente índice de

---

<sup>92</sup> CECA. *Plano Trienal 1999-2001*, p.01.

<sup>93</sup> Cf. CECA. *Plano Trienal 1999-2001*, p.04-06.

<sup>94</sup> BENCKE. Romi Márcia. *CECA: Trinta Anos de Práticas pela Vida*, p. 03.

desemprego, violência e miséria. O CECA auxiliou na realização de seminários regionais, elaboração de um banco de dados sobre os municípios e um diagnóstico da região<sup>95</sup>. Diante da nova conjuntura, não basta uma crítica ao modelo capitalista de desenvolvimento e a apresentação de projetos utópicos exequíveis em longo prazo, mas uma postura mais propositiva com a apresentação de alternativas viáveis para a superação da exclusão e da miséria em curto e médio prazo. Essa reflexão foi analisada por Alda Fortes que participou diretamente na coordenação desse programa<sup>96</sup>:

Outro projeto importante que foi ganhando uma dimensão mais ampla para o programa foi o envolvimento na parceria com o Projeto de Desenvolvimento Regional que vinha sendo discutido, desde 1997/98, entre CECA, CAMP e CEDOPE-UNISINOS. O Projeto de Desenvolvimento Regional [...] permitiu uma abertura do CECA para a região. Havia o entendimento de que tanto as questões de gênero, como as diferentes questões sociais e da juventude, etc., tinham que se articular com uma dimensão maior, de pensar o desenvolvimento local em contraposição ao desenvolvimento hegemônico, especialmente econômico. [...] A gente foi se dando conta do quanto a questão de gênero e a construção das masculinidades estão implicadas na questão do desenvolvimento capitalista e explorador. [...] Esta questão de poder pensar o desenvolvimento local com outras entidades – na verdade esse Projeto de Desenvolvimento Regional não tinha modelo nenhum - era um processo de construção. Por isso talvez difícil de ser entendido. Por ser um processo, você não consegue planejar resultados a priori. Você joga com a possibilidade de resultados, mas é um processo lento de mudança cultural. O programa foi ganhando uma dimensão muito interessante quando se conseguiu articular essas ações. Depois, quando entrou o governo de Olívio Dutra, onde nós nos envolvemos com os projetos de alfabetização de adultos com mais força, então essa coisa do desenvolvimento local e de poder estar articulando as ações num âmbito municipal e regional de forma mais ampla, ficou mais forte ainda.

A eleição de Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores, para o Governo do Estado do RS, em 1998, provoca uma mudança das relações do CECA com o Estado, embora se respeite autonomia das instâncias. O CECA vai colaborar, assumindo a coordenação do programa de alfabetização de adultos do governo do Estado, denominado MOVA, em São Leopoldo, com 24 turmas de alfabetização desenvolvendo um processo de educação popular, especialmente com mulheres das periferias<sup>97</sup>.

---

<sup>95</sup> Cf. CECA. Plano Trienal 2002-2004, p. 46. Este diagnóstico foi publicado pelo Instituto Humanitas - CEDOPE da UNISINOS: *Vale dos Sinos: Resgate Histórico e Visão Popular do Desenvolvimento*. Série: Movimentos Sociais e Cultura, Ano 12, n.18, 2001. Esta publicação contou com colaboração de Alda Beatriz Fortes do CECA.

<sup>96</sup> Entrevista n.09, com Alda Beatriz Fortes.

<sup>97</sup> Cf. CECA. *Plano Trienal 2002-2004*, p.42. O CECA foi em 1999 e 2000, a única entidade de São Leopoldo que respondeu às exigências legais da Secretaria Estadual de Educação. Neste período, em torno de 200 pessoas foram envolvidas pelo MOVA. Desde 1994, o CECA apoiou e incentivou o Projeto ABC Mulher com o objetivo específico de alfabetizar mulheres donas-de-casa, que envolveu 60 pessoas das periferias de São Leopoldo.

No programa Fé e Cidadania, buscava-se articular a reflexão teológica e ecumênica coma prática do CECA junto ao público-alvo do programa Solidariedade e Cidadania, promovendo uma vivência ecumênica entre as pessoas envolvidas e espaços celebrativos ecumênicos. Neste programa se inscrevem o Curso Ecumênico de Pastoral Popular, o Curso Ecumênico de Metodologia Pastoral, o Grupo de Estudos sobre Pastoral Urbana e o Grupo de Estudos: Teologia em Contextos de Exclusão. No ano de 2000, o CECA contribuirá na articulação da Campanha da Fraternidade Ecumênica, no Vale dos Sinos, coordenada pelo CONIC. Neste mesmo ano é eleita a nova direção do CECA<sup>98</sup>. Com o Plano Trienal 2002-2004, o CECA continua mantendo sua linha de atuação através desses dois programas.

### **B) “Um lugar onde se fala de mulher” – a formação de promotoras legais populares**

O CECA, através do projeto de acesso popular à justiça organiza, em parceria com a ONG Themis<sup>99</sup>, o Curso de Formação de Promotoras Legais Populares<sup>100</sup> com o objetivo de capacitar lideranças femininas de vilas populares na área do Direito para uma atuação no acesso à justiça em favor dos setores mais empobrecidos da população, com ênfase nos Direitos da Mulher<sup>101</sup>. Esse programa continua em vigor, hoje, no CECA, e se constitui, numa das experiências mais significativas da entidade no campo da inserção e compromisso com a defesa dos direitos de cidadania dos setores mais excluídos da sociedade. Alda Fortes que coordenou o Programa Solidariedade e Cidadania, com muita paixão descreve essa experiência<sup>102</sup>, onde o CECA é identificado como “um lugar onde se fala de mulher”:

Dentro do programa, o carro-chefe era o Curso de Formação de Promotoras Legais Populares. Começou-se o trabalho em parceria com a Themis. [...] construímos o projeto com poucos recursos e com muitos parceiros voluntários. Até o ano 2003, quando eu saí do CECA, o curso foi trabalho praticamente sem pagar assessorias. As pessoas se envolviam no projeto, curtiam o projeto, queriam estar junto, eram parceiras mesmo. Esse projeto de formação de promotoras legais populares foi

<sup>98</sup> Cf. CECA. Ata n. 174 - *Assembléia Geral Ordinária*. São Leopoldo, 16/05/2000. Conselho Diretivo: Presidente: Edla Eggert (IECLB); Secretária: Euli Marlene Steffen; Tesoureiro: Oneide Bobsin. Conselheiros: Ruth Mary Esperândio, Liane Raquel Kurtz de Almeida, Luís Eduardo Prates da Silva, Dezir Garcia da Silva, Hans Benno Asseburg e Darnis Corbellini. Conselho Fiscal: Jéferson Azevedo Vieira, Ireneo Massoco e José Ivo Follmann.

<sup>99</sup> A Themis é uma ONG fundada em 08 de março de 1993, sediada em Porto Alegre, formada em sua grande maioria por profissionais na área do Direito, com o objetivo de prestar assessoria jurídica às mulheres violadas em seus direitos fundamentais e realizar estudos na área de gênero.

<sup>100</sup> A primeira turma de Promotoras Legais Populares formadas pelo CECA, concluiu seu curso em 1998 e, até ao ano de 2005, foram formadas 96 mulheres. Sobre o histórico e os objetivos da formação de promotoras legais populares, ver: BONETTI, Aline (org). *A Experiência das Promotoras Legais Populares*. Porto Alegre: Themis, 2.ed., junho de 1999.

<sup>101</sup> Cf. CECA. *Plano Trienal 2002-2004*, p. 44.

<sup>102</sup> Entrevista n. 09, com Alda Beatriz Fortes.

tomando uma dimensão muito grande. As promotoras foram se apropriando do CECA. Até teve um comentário de uma das mulheres que convidou outra para ir ao CECA e esta perguntou: “Mas o que é o CECA?” Ela disse: “*Ah eu não sei te dizer, é um lugar onde se fala de mulher!*”. Elas viam o CECA como a casa delas, como um lugar onde nós podemos discutir as nossas questões. Esse projeto foi tomando uma orientação, de certa forma diferente da Themis, porque a Themis tinha essa orientação muito jurídica, porque é uma organização constituída principalmente por advogadas. Nós, com a dimensão ecumênica do CECA, o curso foi tomando um outro sentido. A gente trabalhava toda a questão legal dos direitos das mulheres e seguia mais ou menos aquele roteiro da Themis, mas nós introduzimos celebrações, e, com o apoio da Lori Altmann e do Benno Asseburg que tinham sensibilidade para a questão de gênero, o curso foi sendo permeado, por outras dimensões de subjetividade, espiritualidade, tornando-se mais rico e denso que o projeto original. Neste sentido, também, a própria Themis, nos procurou algumas vezes para discutir e tentar entender como o CECA resolvia seus conflitos e as disputas de poder entre as mulheres, o que não era uma coisa muito forte dentro do nosso grupo. Nós conseguimos trabalhar uma relação muito solidária entre as mulheres. Quando o curso acabava, a gente sentia a elas, não como empoderadas – agora eu sou uma promotora legal popular e vou ensinar para os outros - não. Elas discutiam muito: “Eu não sabia que tinha tantos direitos e as outras mulheres precisam saber disso também”. Era uma relação muito de “eu poder estar escutando e poder estar apoiando outras mulheres”. [...] construiu-se um processo de ouvir as mulheres e ir respondendo às necessidades delas. Elas foram construindo seu espaço. Por isso que de certa forma era “um lugar onde se fala de mulher”. Elas se sentiam ouvidas. Havia uma ressonância dentro do CECA. Elas foram se apropriando dessa caminhada porque a gente fazia reuniões mensais com as mulheres que as mulheres que faziam o curso. [...] O processo foi crescendo e não se ficou limitado ao curso em si. Havia reuniões de continuidade e fazíamos cursos de aprofundamento e a gente chamava pessoas para outras reflexões quando se sentia necessidade.

Sem sombra de dúvida, o CECA foi e ainda é um espaço privilegiado de promoção, organização e formação de mulheres que passam a se colocar em pé de igualdade de direitos numa sociedade excludente e patriarcal. Hoje, especialmente no município de São Leopoldo, nos espaços onde se discute políticas públicas para mulheres, há a presença significativa de promotoras legais populares formadas pelo CECA.

### 1.2.3.3 O Plano Trienal 2004 - 2007

Assim, em 2003, o CECA chega aos 30 anos de práticas pela vida<sup>103</sup>. A partir de um olhar retrospectivo e crítico o CECA elabora seu Plano Trienal 2004-2007 e vai direcionar suas atividades para o fortalecimento do ecumenismo, a defesa dos direitos humanos e na construção de novas relações de gênero tendo presente a dimensão da ecumenicidade. Nestes trinta anos, “toda trajetória do CECA, com suas variáveis estratégicas, tem um ponto de

<sup>103</sup> Cf. CECA. Ata n. 200 - *Assembléia Geral Ordinária*. São Leopoldo, 08/06/2002. Neste ano foi eleita a nova direção da entidade. Conselho Diretivo: Presidente: Euli Marlene Steffen; Secretário Geral: Leane Rachel Kurtz de Almeida; Tesoureira: Edla Eggert. Demais membros: Oneide Bobsin, Alcir Bampi, Hans Benno Asseburg, Lori Altmann, Luis Eduardo Prates da Silva e Dárnis Corbellini. Conselho Fiscal: Jéferson Azevedo Vieira, Ireneo Antônio Massoco, José Ivo Follmann.

partida: a Teologia da Libertação e sua hermenêutica popular. Porém, não uma teologia fixa e sim dinâmica e capaz de reler os contextos e responder adequadamente aos mesmos. A agenda de demandas foi se tornando cada vez mais exigente e pedindo respostas, mais efetivas, tanto no campo da reflexão como no da ação”<sup>104</sup>. O CECA considerando várias avaliações e a falta de recursos e de pessoal, depois de seis anos, não assume mais esse trabalho direto com a população excluída e concentra seus esforços no campo da formação e da assessoria. A ecumenicidade do CECA foi se tecendo no contexto de aprofundamento dos diferentes enfoques teológicos da TL. Um processo em construção que ainda iremos analisar no decorrer dessa dissertação.

---

<sup>104</sup> CECA. *Plano Trienal 2004-2007*, p. 02.

## **2 O CECA E A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO**

A história do CECA está identificada com a própria história da Teologia da Libertação. Muitas vezes são os mesmos personagens envolvidos e, portanto, os princípios, o método, a linguagem, as motivações, a espiritualidade, bem como as crises e desafios são comuns. A partir de uma breve memória da caminhada da Teologia da Libertação na América Latina, procuraremos contextualizar o CECA, com sua prática e sua reflexão.

### **2.1 O CONTEXTO HISTÓRICO DO SURGIMENTO DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO<sup>105</sup>**

#### **2.1.1 Fatores econômicos e políticos**

Muito já se escreveu sobre a história da Teologia da Libertação. Faremos uma breve síntese introdutória para contextualizar essa reflexão. Ao refletir sobre os acontecimentos que fermentaram o surgimento da TL, é necessário voltar o pensamento para a América Latina, nos anos de 1950-60, no século XX. A América Latina sai de sua situação de colônia ibero-hispânica e passa pelas guerras de independência com vistas à constituição dos Estados Nacionais de matriz liberal. Nos anos 30 vê-se o início da industrialização na América Latina, segundo o modelo de substituição das importações de produtos manufaturados pela exportação de matérias-primas. Cresce a consciência da situação de dependência e exploração

---

<sup>105</sup> C.f. OLIVEROS, Roberto. *Liberación y Teología. Génesis y crecimiento de una reflexión 1966-1976*. Peru: Centro de Estudios e Publicaciones (CEP), 2.ed., 1980. As principais informações desse capítulo foram extraídas desta obra. Cf. também João Batista LIBÂNIO. *Teologia da Libertação*. Roteiro didático para um estudo. São Paulo: Loyola, 1987, p. 49-102: contextos sócio-político-econômico, eclesial e teológico do nascimento da TL.

da América Latina pelas novas formas de dominação, que se denominou de neocolonialismo ou imperialismo, particularmente por parte dos Estados Unidos. Isto foi bem analisado na obra “De la Sociedad a la Teología” de Juan Luis Segundo, publicada, em 1970.

No es la primera ni será la última vez que se hace ver, con autores de la categoría de Toynbee, cómo esos países (lo desarrollados) han estructurado un imperio económico, una de cuyas condiciones es, precisamente, que los países poseedores de materias primas no sean competidores en el mercado industrial. Así como la proletarianización del obrero apareció en el capitalismo clásico como un condicionante necesario para el desarrollo del capital, la “proletarianización” de países periféricos latinoamericanos aparece como el factor más poderoso de la prosperidad del gran mercado de productos manufacturados que es hoy, por ejemplo, Estados Unidos.<sup>106</sup>

Em 1959, a Revolução Cubana torna-se um marco histórico, na busca de um projeto histórico fundamentado nos interesses populares. Há uma efervescência de movimentos sociais. O socialismo surge como proposta concreta de Boa Notícia para as maiorias marginalizadas dos direitos à igualdade e liberdade propugnadas pelas democracias liberais.

O fracasso do modelo desenvolvimentista é acompanhado de uma tomada de consciência das verdadeiras causas do subdesenvolvimento. O conceito de libertação começa a surgir como independência econômica e política dessa relação de dominação segundo o modelo de acumulação capitalista. A teoria da dependência vai expressar essa relação de dominação denunciando a ilusão desenvolvimentista. Reivindicam-se mudanças estruturais mais radicais da realidade. Cresce a insatisfação popular diante da pauperização do continente. A violência institucionalizada da miséria é respondida pelo surgimento de manifestações populares e de movimentos guerrilheiros. O acirramento das contradições e a implantação de ditaduras militares em vários países, com apoio e intervenção militar dos Estados Unidos, serão o chão social e político do surgimento de uma nova maneira de conceber a fé e o testemunho dos cristãos na América Latina.

### **2.1.2. O surgimento de uma nova prática e compreensão da fé**

No início dos anos 60, vê-se o florescimento dos grupos da Ação Católica, especialmente junto à juventude: a Juventude Operária Católica (JOC); a Juventude Universitária Católica (JUC); a Juventude Estudantil Católica (JEC); a Juventude Agrária Católica (JAC); que, segundo o método Ver – Julgar – Agir, se propunham a uma ação

---

<sup>106</sup> SEGUNDO, Juan L. “De la Sociedad a la Teología”, p. 118, apud OLIVEROS, op. cit., p.136.



pastoral de transformação da realidade, atuando nas diversas instâncias da sociedade civil: movimento popular, movimento estudantil, movimento sindical, partidos políticos e outros.

Uma leitura mais crítica, à distância temporal, pode observar que esses grupos representavam uma vanguarda política do meio eclesial da época que nunca teve hegemonia na forma de pensar e agir das estruturas e hierarquia da Igreja Católica. Tanto é que, com os regimes ditatoriais, a Ação Católica foi perseguida e, por simples decretos da hierarquia, extinta no país, caindo seus membros na clandestinidade e militância nos proscritos partidos de esquerda.

A realização do Concílio Vaticano II<sup>107</sup> veio corroborar os anseios dos cristãos na América Latina por uma atuação da Igreja mais comprometida e envolvida com a transformação das estruturas sociais de injustiça, o que foi denominado de “pecado estrutural”. Todavia, no Brasil, a conjuntura eclesial estava marcada por muitas tensões neste período de transição, como relata Antônio Cechin<sup>108</sup>:

Dom Cândido Padim foi nomeado, pelo Papa, a pedido da CNBB, para segurar a Ação Católica, onde todo mundo estava "virando comunista". Pegaram um beneditino diretor da Universidade Católica de São Paulo, contemplativo, que não tinha nenhuma Diocese. Era Bispo para "endireitar" a Ação Católica que era a "menina dos olhos" da Igreja. Dom Padim que era um camarada que escutava, escutava e sentava conosco. Por fim em vez de ele mudar a Ação Católica, os leigos mudaram a ele! Foi o grande assessor da Ação Católica. Aí defenestraram Dom Padim. Foi antes do Concílio. Um brasileiro, chamado Thomas Bruneau, escreveu um livro intitulado "A Igreja no Brasil em fase de Transição"<sup>109</sup>, onde afirma que os bispos do Brasil foram ao Concílio Vaticano II em Roma e fizeram em Roma o anti-Concílio. Foi muito difícil esse processo de transição para uma igreja povo de Deus e mais colegiada.

Em março de 1964, em Petrópolis/RJ, realizou-se o primeiro encontro de teólogos latino-americanos, ao qual se sucederam outros em busca de uma reflexão teológica a partir da realidade da América Latina. Participaram assiduamente desses encontros teólogos como Gustavo Gutiérrez, José Comblin, Segundo Galilea, Juan Luis Segundo e

---

<sup>107</sup> A Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no Mundo de Hoje foi o marco eclesial que influenciou definitivamente as opções pastorais da Igreja na América Latina que em seu próêmio afirma que “as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, **sobretudo dos pobres** [o destaque é meu] e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo” (GS 1).

<sup>108</sup> Entrevista n. 03, com Ir. Antônio Cechin.

<sup>109</sup> Antônio Cechin está se referindo a BRUNEAU, Thomas. O Catolicismo Brasileiro em Época de Transição. São Paulo: Loyola, 1974.

outros. Cabe aqui fazer uma observação importante. Orestes Stragliotto, fundador do CECA foi participante assíduo desses encontros de teólogos latino-americanos em Petrópolis, inclusive articulando recursos através das agências de cooperação internacional para a sua viabilização<sup>110</sup>.

Em 1966, em Mar Del Plata, na 10ª Reunião do CELAM (Conselho Episcopal Latino-Americano), Dom Hélder Câmara assinalava que a Igreja deveria ser um testemunho de amor ao próximo e anunciava uma Boa Notícia de libertação diante de uma realidade de injustiça e desrespeito à dignidade da pessoa. Neste tempo, amadurecem as opções práticas e de fé de muitos grupos comprometidos na transformação social da América Latina, e alguns temas, vão ganhando prioridade na reflexão teológica e pastoral como: os pobres e a justiça; caridade e violência (contexto das lutas revolucionárias); unidade da história e a dimensão política da fé; um novo modo de fazer teologia (partindo da premissa de que antes da reflexão e do ato de teologizar deve haver o compromisso).

Em 1968, realiza-se a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Medellín. A realidade das massas empobrecidas do continente foi preocupação central e tema privilegiado. O amor aos irmãos, como justiça e paz, numa situação de pecado e de violência institucionalizada foi o tema chave na teologia de Medellín e a dimensão histórica da vida de fé e a ação política dos cristãos foi enfatizada. A Igreja latino-americana renovou sua aliança com o Cristo encarnado e pobre<sup>111</sup>.

### **2.1.3 Por uma teologia originalmente latino-americana**

Entre os teólogos latino-americanos, surge também uma espécie de “mal-estar” crítico diante da dependência da produção teológica européia nos quatro séculos de cristianismo na América Latina. Constata-se uma dicotomia entre a realidade e prática dos cristãos na América Latina e o fazer teológico. A consciência da necessidade de um pensamento teológico originalmente latino-americano torna-se premente.

Nestes anos se desenvolveu nas comunidades eclesiais, nas conferências episcopais,

---

<sup>110</sup> O Livro Tombo da Paróquia Santo Inácio registra várias viagens de Orestes Stragliotto para participar desses encontros.

<sup>111</sup> OLIVEROS, Roberto, op. cit., p. 129.

nos encontros de teólogos e encontros de agentes de pastoral um novo jeito de pensar a prática pastoral a partir de uma metodologia indutiva que proporcionou o nascimento de um novo paradigma<sup>112</sup> teológico. São os embriões da Teologia da Libertação.

Juan-José Tamayo cita as obras fundacionais desse novo paradigma: *Cristianismo, ópio o liberación?* (1969) de Rubem Alves; *De la sociedad a la teología* (1970), de Juan Luis Segundo; *Teología de la liberación. Perspectivas* (1971) de Gustavo Gutiérrez, considerado o “pai da TdL”; *Teología desde la praxis de la liberación* (1973) de Hugo Assmann.<sup>113</sup> Destacamos aqui a obra de Rubem Alves que segundo T. Buss foi o primeiro teólogo da libertação, numa crítica à Barth e Moltmann, formula uma teologia da esperança com liberdade.

Gibellini descreve a TL como um complexo fenômeno teológico e eclesial e periodiza a história da TL em três etapas<sup>114</sup>:

1. Fase de preparação (1962-1968) – do início do Concílio Vaticano II à Conferência de Medellín (como já descrito anteriormente).

2. Fase de formulação (1968-1975) – com um período de formulação em sentido estrito (até 1972) e um período de “cativoiro” onde a euforia inicial é substituída por uma realidade de exílio e escravidão. É o tempo dos regimes de exceção na América Latina.

3. Fase de sistematização tendo como marco a constituição da Associação dos Teólogos e Teólogas do Terceiro Mundo – ASETT, fundada em 1976.

---

<sup>112</sup> Aqui uso o conceito de paradigma de Thomas Kuhn: “realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”, tomado como referência na tese de Doutorado de BOCK, Carlos Gilberto. *Teologia em Mosaico: O Novo Cenário Teológico Latino-Americano nos Anos 90. Rumo a um paradigma ecumênico crítico*. Cito ainda a obra de KÜNG, Hans. *Teologia a Caminho. Fundamentação para o Diálogo Ecumênico*, que também se reporta ao conceito de paradigma de Tomas Kuhn, na busca de definição de um paradigma ecumênico crítico para a teologia.

<sup>113</sup> TAMAYO, Juan-José. Cambio de paradigma teológico na América Latina. In: TAMAYO, Juan-José, BOSCH, Juan (eds). *Panorama de la Teología Latinoamericana*. Quando vida e pensamiento son inseparables, p. 11-53.

<sup>114</sup> GIBELLINI, Rosino, *A Teologia do Século XX*, p. 348. As periodizações históricas são divergentes conforme os autores sobre a história da TL na América Latina. Outro enfoque pode ser visto em: DUSSEL, Enrique. *Teologia da Libertação*.

Em 1972, foi eleito como secretário geral do CELAM o bispo auxiliar de Bogotá, Dom Alfonso López Trujillo, renhido opositor da TL. O papa Paulo VI publica em 1975 a exortação apostólica *Evangelii Nuntiandi*, onde apresenta o tema da libertação como conteúdo da evangelização. Apesar de todos os empecilhos, na IV Conferência do Episcopado Latino-Americano, de Puebla, em 1979, o tema da libertação perpassou significativamente todo o texto oficial. É emblemática a página dos rostos latino-americanos apresentada pelos bispos como denúncia profética da situação de opressão do povo latino-americano. A opção pelos pobres e os jovens marcou as conclusões de Puebla. Não obstante, a Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, sob a direção do Cardeal Joseph Ratzinger, publica em 1984, a “Instrução sobre alguns aspectos da teologia da libertação” com uma série de críticas condenatórias à TL<sup>115</sup>.

Não temos o objetivo de relatar toda a série de perseguições e condenações aos teólogos e teólogas da TL. Todavia, é importante observar que a TL, conseguiu introduzir muitas de suas ênfases no “corpo teológico” da Igreja (diga-se da Igreja Católica Romana), mas sempre como uma teologia marginal e proscrita. O projeto de se impor como “a” teologia da Igreja na América Latina, por uma série de fatores históricos não vingou.

Com a criação da Associação Ecumênica dos Teólogos e Teólogas do Terceiro Mundo (ASETT), em 1976, a TL na América Latina aprofunda seu diálogo com outras teologias da libertação no terceiro mundo. Surgem os vários enfoques na TL com as contribuições da teologia negra, da teologia feminista e da teologia indígena. A TL abriga em seu seio, correntes diversas, conforme as tipologias apontadas por Juan José Tamayo<sup>116</sup>, com a contribuição de outros autores.

## 2.2 OS PRINCIPAIS CONTEÚDOS DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

Apresentam-se aqui, sem pormenores, alguns dos principais conteúdos e características da TL, exhaustivamente definidos em várias obras do período de sua sistematização.

---

<sup>115</sup> SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Instrução Sobre Alguns Aspectos da Teologia da Libertação*.

<sup>116</sup> Cf. ACOSTA-TAMAYO, Juan José, op. cit., p. 125-134.

A TL, segundo Gustavo Gutierrez, é definida como reflexão crítica da práxis histórica à luz da Palavra. A TL não é uma “teologia do genitivo”, mas se propõe ser um novo jeito de fazer e compreender toda a teologia<sup>117</sup>. Na esteira da família das teologias políticas, a TL é a forma latino-americana de fazer teologia política, considerando que toda a teologia é política.

Neste novo método teológico, a teologia se apresenta como ato segundo. O compromisso de caridade e libertação é ato primeiro em relação ao falar sobre Deus. O ato de teologizar passa necessariamente por três mediações: 1. a mediação sócio-analítica, onde contribuem as ciências sociais e os aportes do marxismo; 2. a mediação hermenêutica com o uso do método histórico-crítico de leitura da Palavra de Deus tendo os pobres como chave hermenêutica; 3. Mediação prática com a experiência concreta dos cristãos e do próprio teólogo junto aos marginalizados e oprimidos<sup>118</sup>.

O lugar social de fazer teologia e do ser Igreja são os pobres. Os pobres são sujeitos históricos do seu processo de libertação e desse novo modo de fazer teologia. Trata-se de uma cristologia fundamentada na prática do seguimento do Jesus histórico<sup>119</sup>. Uma eclesiologia que nasce a partir da experiência das comunidades eclesiais de base. Postula-se uma “Igreja Popular” ou “Igreja dos Pobres” como proposta de um novo jeito de ser Igreja.

### 2.3 O TEMPO DA REVISÃO CRÍTICA

A TL, entendida como uma teologia contextual, com as profundas mudanças da realidade da América Latina e a crise das teorias explicativas da realidade (referimo-nos especialmente ao marco teórico do marxismo), também será afetada na sua *episteme*. Carlos Bock, utilizando-se das reflexões da SOTER<sup>120</sup> (Sociedade de Teologia e Ciências da Religião) no Brasil, analisa as avaliações críticas feitas por alguns dos principais expoentes da TL como Leonardo Boff, Clodovis Boff e Hugo Assmann. Bock afirma que “os anos 90 [...] fortaleceram também a dimensão da subjetividade na sociedade e, por conseguinte, na

<sup>117</sup> Cf. GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação*, p.26-27.

<sup>118</sup> Cf. BOFF, Clodovis. *Teologia e Prática*.

<sup>119</sup> Leonardo Boff apresenta alguns princípios hermenêuticos para a cristologia na América Latina: “a) Primazia do elemento antropológico sobre o eclesiológico; b) Primazia do elemento utópico sobre o factual; c) Primazia do elemento crítico sobre o dogmático; d) Primazia do social sobre o pessoal; e) Primazia da ortopraxia sobre a ortodoxia”. Cf. BOFF, Leonardo. *Jesus Cristo Libertador*, p. 231-234.

<sup>120</sup> BOCK, Carlos. *Teologia em Mosaico*, p. 15.

teologia. As reflexões teóricas, sem abdicar da dimensão colegiada, também expressam um forte componente subjetivo ou particular e, por isso, marcadamente plural<sup>121</sup>”.

Leonardo Boff e Clodovis Boff<sup>122</sup> já alertavam quanto a algumas tentações da TL tais como: o descuido das raízes místicas (sempre retorna o dualismo entre contemplação/oração e ação); a supervalorização do aspecto político nas questões relativas à opressão e libertação; a subordinação do discurso da fé ao discurso da sociedade; a absolutização da TL descuidando da validade de outras teologias e o acento demasiado no aspecto sócio-econômico da pobreza minimizando ou desconsiderando outros aspectos da opressão especialmente em relação às mulheres, negros e índios; uma acentuação excessiva nas rupturas com as tradições eclesiais em vez da continuidade e contribuições do magistério oficial da Igreja; a negligência em aprofundar o diálogo com outras Igrejas cristãs ou outras teologias contemporâneas e certa desatenção dos teólogos no diálogo com as instâncias intra-eclesiais em vista das transformações desejadas também em nível interno. Antônio Cechin ao fazer a memória das origens do CECA aponta para um aspecto que ficou em segundo plano na reflexão sobre os fundamentos teóricos da Teologia da Libertação<sup>123</sup>:

A Teologia da Libertação consagrou definitivamente o método Ver – Julgar - Agir. Todos os nossos encontros em Caxias do Sul, no COM, sempre usávamos o método Ver – Julgar – Agir. A análise da conjuntura, que hoje todo mundo faz, para nós era uma novidade. Não se começava nada sem a análise de conjuntura. Betinho escreveu um livrinho “Como Se Faz Análise de Conjuntura”, bem simplificado. A questão da catequese ficou escamoteada. Toda vez que se faz uma reflexão sobre as CEBs, chamam de Teologia da Libertação. Sinto que tem uma lacuna. O nome TL surge com uma publicação da tese de Gustavo Gutierrez em Lion, em 1971. Surge com os elementos básicos de uma teologia para América Latina, que ele chamou de Teologia da Libertação. Hugo Assmann chamou de Teologia do Desenvolvimento. O Comblin falava de Teologia da Revolução. O Rubem Alves chamava de Teologia da Esperança. A questão da catequese ainda é uma lacuna. Havia muitos peritos em exegese que derrubavam todos os mitos com o povo provocando escândalos. Não conseguiam dar para catequese uma visão da história da salvação. O desenvolvimento harmônico dessa fé que denominamos de catequese libertadora, é um passo intermediário. A TL é o máximo de aprofundamento de caráter mais erudito. Mas para a alimentação da fé de quem despertou através da evangelização, é necessária a catequese, a educação da fé. Isso está escamoteado.

Segundo C. Bock, a TL se encontra diante do desafio de sua refontização e de sua re-inserção no *órganon* da teologia, e de se situar dentro do pluralismo teológico atual tendo o primado da fé como elemento de unidade. A ampliação do sentido de libertação e a mudança

<sup>121</sup> Id., *ibid.*, p. 20.

<sup>122</sup> BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis, *Como Fazer Teologia da Libertação*, p. 142.

<sup>123</sup> Entrevista n. 03, com Antônio Cechin.

de paradigma da TL são profundamente debatidas nos encontros dos teólogos da Sociedade de Teologia e Ciência da Religião - SOTER<sup>124</sup>. Enrique Dussel aponta treze teses quanto às transformações dos pressupostos epistemológicos da TL, falando de uma TL1 originária e uma TL2 praticada depois do ano 2000. O CECA vai absorver essas mudanças e readequar sua prática a partir desses novos desafios apresentados à TL.

#### **2.4 A PRÁTICA E A REFLEXÃO DO CECA A PARTIR DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO**

O CECA foi um dos principais instrumentos e centro de difusão da Teologia da Libertação na América Latina, especialmente no Brasil. Para isso usou de instrumentos como o Curso Latino Americano de Teologia Pastoral, os vários cursos para agentes das Comunidades Eclesiais de Base; os subsídios impressos e divulgados através de seu departamento de publicações. Em 1985, o tema da TL é explicitamente apresentado no seu Plano de Atividades e se faz uma avaliação do contexto de várias críticas à TL na ICAR. O CECA se solidariza com Frei Leonardo Boff que foi condenado ao “silêncio obsequioso” pela Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé da ICAR. O CECA expressa o seu conceito de libertação como “sendo econômica social e política; libertação de todo tipo de escravidão, libertação do pecado para viver a comunhão com Deus, que é o alicerce, o motor da fraternidade humana. Libertação do pecado, das ambições, da ganância, do luxo, da riqueza. Libertação que gera novas relações entre os homens e entre os povos e nova ética fundamentada na igualdade e na justiça<sup>125</sup>”. Cyzo Assis Lima confirma essa opção e papel do CECA na articulação de agentes em torno da Teologia da Libertação<sup>126</sup>:

O CECA e o COM, na década de 70, foram os articuladores das primeiras cabeças da Teologia da Libertação no Brasil. O CECA e o COM eram o espaço físico e orgânico, talvez o único no Brasil, naquele período, através do Pe. Orestes, do Ir. Antônio Cechin, do Frei Betto. Eu me lembro que havia encontros de Bispos da Teologia da Libertação articulados pelo CECA/COM. O CECA tinha uma identidade clara de identificação com a Teologia da Libertação pura. Nasceu como porta-voz e articulador dessa Teologia. O CECA nasceu em função de uma nova Teologia. Um dos primeiros grandes nomes da TL, desde os primórdios do CECA e do COM foi a pessoa do Pe. Arturo Paoli. Os cursos do Pe. Arturo Paoli (eu secretariei vários desses cursos no final da década de 70) eram realizados com toda espiritualidade, metodologia e pressupostos teóricos da TL. O CECA trabalhou em duas frentes na questão da TL: trabalhou os grandes intelectuais, pensadores e gestores dessa Teologia, a grande maioria católica desses intelectuais, mas também

<sup>124</sup> Marcos Rodrigues, em nome do CECA, participou do Congresso da SOTER de 09 a 12/07/91, em Juiz de Fora, com o tema: 25 anos de Teologia Latino-Americana, uma visão prospectiva. Cf. CECA. *Ata n. 48 – Comissão Executiva*. São Leopoldo, 03/06/1991.

<sup>125</sup> CECA. *Projeto Global de Manutenção do CECA para 1986*, p. 07.

<sup>126</sup> Entrevista n. 05, com Cyzo Assis Lima.

alguns deles, anglicanos, metodistas, luteranos, e um teólogo de uma pequena Igreja do Chile; trabalhou no setor ideológico escrito. Produziu muitos textos, materiais e reflexões típicas da TL. Depois trabalhou em nível da base a articulação de lideranças e frentes que tinham uma identificação clara com a TL.

### **2.4.1 O Curso Latino-Americano de Teologia Pastoral**

O primeiro Curso Latino – Americano de Teologia Pastoral organizado pelo CECA, aconteceu em 1977<sup>127</sup> e, em 1981, quando o CECA sai de Caxias do Sul, passa a ser coordenado pelo COM. Esse curso se realizava uma vez por ano e tinha a duração de dois a três meses. A temática do curso seguia o método da Teologia da Libertação<sup>128</sup>. O CECA foi o espaço institucional para a realização desses cursos tendo em vista que o COM estava mais voltado para a ação missionária da Diocese de Caxias do Sul. O COM como organismo diocesano, apesar do apoio de Dom Benedito Zorzi, sofria uma ingerência maior externa de autoridades eclesiais contrárias à reflexão que vinha se introduzindo a partir do método da TL. O Curso tinha por objetivos: a) possibilitar um intercâmbio de pessoas comprometidas em criar, acompanhar e articular um modelo de Igreja mais comunitária e libertadora; b) tentar explicar melhor o conteúdo evangélico e uma metodologia adequada da ação pastoral; c) provocar uma entre-ajuda de pessoas comprometidas com experiências concretas de pastoral popular<sup>129</sup>.

O Curso Latino-Americano de Teologia Pastoral foi um instrumento de articulação dos agentes das Comunidades Eclesiais de Base do RS e trouxe para o Brasil os principais expoentes da Teologia da Libertação em suas fase de sistematização. O CECA com esse curso, do qual participavam padres católicos, pastores, agentes leigos, religiosos e religiosas das congregações católicas difundiu a metodologia e a eclesiologia da TL em várias instâncias, especialmente da Igreja Católica Romana.

### **2.4.2 As Comunidades Eclesiais de Base e o CECA**

A gênese das Comunidades Eclesiais de base no Brasil foi estudada pelo teólogo

<sup>127</sup> Os cursos de formação pastoral do CECA e do COM, entre os anos 1973 e 1981 foram pesquisados por Ramone Mincato em sua Tese de Doutorado.

<sup>128</sup> Entre os assessores do curso podemos citar: Jether Ramalho, Milton Schwantes, Carlos Mesters, Leonardo Boff, Marcelo Barros de Souza, Juan Luiz Segundo, Segundo Galilea, José Oscar Beozzo, José Martins, Sebastião Armando Gameleira, Pedro Ribeiro de Oliveira; todos identificados com a Teologia da Libertação.

<sup>129</sup> Cf. CECA. *Curso Latino-Americano de Teologia Pastoral*. Caxias do Sul: Arquivo do COM, Circular n. 01, p.01.



Faustino Teixeira<sup>130</sup>. Podemos inferir que os mesmos fatores políticos, sociais e eclesiais que propiciaram o surgimento das CEBs no Brasil tiveram, no Rio Grande do Sul, o ingrediente do apoio e assessoria de uma entidade como o CECA, como relata Antônio Cechin:

Em Caxias, era tudo fundido, COM, CECA. Caxias foi durante vários anos o local dos encontros dos agentes de Comunidades Eclesiais de Base, de todo Rio Grande do Sul. [...] Nós fazíamos dois encontros por ano. Na primeira metade do ano nós fazíamos análise de conjuntura (três ou quatro dias). Havia uma necessidade dos agentes de entenderem essa visão da história do avesso e o instrumental global de análise a ser praticado. Na segunda metade do ano o tema era “Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)”. A partir dos pobres, com essa visão a partir dos vencidos, trocam-se experiências das CEBs em formação. O CECA contribuiu na formação das CEBs no RS, através dessas reuniões de reflexão.<sup>131</sup>

A memória do início da articulação das CEBs no RS está documentada nos relatórios de atividades do CECA.

O trabalho de base desde 1973/74 foi, aos poucos, criando condições para que surgissem grupos e CEBs, um pouco por toda parte. Em 1977 já se fizeram visitas a diversos grupos no Rio Grande do Sul, preparando o encontro de janeiro de 1978 de CEBs, em Caxias do Sul. Uma representação de 10 delegados participou do encontro nacional de João Pessoa (3º Intereclesial). Em 07 a 09/09/1979, realizou-se um grande encontro intereclesial no RS, em São Gabriel, com 170 pessoas representando mais de 70 núcleos de base. A partir daí se programou um curso de agentes para março de 1980, onde participaram mais de 80 pessoas. Um segundo curso já foi previsto para 04 a 09 de agosto de 1980, também para agentes, sobre a Estrutura do Capitalismo e encontros sub-regionais de CEBs, em preparação ao 4º Encontro nacional (interrelesial) de São Paulo, em janeiro de 1981<sup>132</sup>.

O CECA compartilha com toda reflexão em torno da eclesiologia das CEBs.

As CEBs são uma revolução dentro da Igreja, uma nova maneira de a Igreja ser. Elas são revolucionárias, na medida em que quebram as relações de dominação e exploração que as paróquias e as instituições geralmente copiam. Quando se organizam as novas relações sociais, as relações de comunhão e convivência concretizam-se na organização dos oprimidos (contra a relação de dominação) e na organização dos injustiçados (contra a relação de exploração). É na solidariedade (intelectual orgânico) com os pobres nessa sua organização que consiste a caridade libertadora que supera a mera caridade assistencial e promocional<sup>133</sup>.

No dia 26 de março de 1992, realizou-se a convite do CECA<sup>134</sup>, um primeiro encontro ecumênico com o objetivo de auxiliar na articulação dos delegados evangélicos no

<sup>130</sup> Cf. TEIXEIRA, Faustino. *A Gênese das CEBs no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1988.

<sup>131</sup> Entrevista n.03, com Ir. Antônio Cechin.

<sup>132</sup> CECA. *O CECA em 1980/81*. São Leopoldo: Arquivo do CECA, (mimeo), [s.d.].

<sup>133</sup> Cf. CECA. Ata n. 10 - *Comissão Executiva e Conselho Deliberativo*. São Leopoldo, 13/07/1987.

<sup>134</sup> Cf. Encarte do CECA Informa, Ano IV, n.35, abril de 1992, intitulado “Por Uma Expressiva Participação Ecumênica no VIII Intereclesial de CEBs”.

do 8º Encontro Intereclesial de CEBs. Além de representantes, da Igreja Metodista e da IECLB, estiveram presentes o secretário geral do Intereclesial, Egídio Fiorotti e o pastor luterano Marcos Bechert, de Santa Maria. Este fórum foi mantido para divulgar os encaminhamentos do Intereclesial no mundo protestante e articular a participação ecumênica. Um dos resultados desses encontros que se realizaram, foi a liberação de duas pessoas para articular as Igrejas<sup>135</sup>. Apesar de todos os esforços a participação de não católico-romanos neste Intereclesial foi aquém das expectativas, conforme avaliação de Lori Altmann<sup>136</sup>:

[...] mesmo assim, nós continuávamos com essas participações fortes. No meu caso pessoal, eu vejo essa inserção no processo de construção dos Encontros de Intereclesiais de CEBs. Eu participei em três encontros diocesanos de CEBs, em todo o processo: participei da equipe que ajudou na organização, nas reuniões regulares. Participei também em dois encontros estaduais e num encontro nacional. Isso para mim foi uma referência importante. O objetivo que o CECA pretendia e as instituições que apoiavam esse projeto especificamente, que era um engajamento maior de um público não católico nos encontros de CEBs, foi bem menor do que o esperado. Aí, talvez, o fato de não estar numa paróquia, estar apenas nesse trabalho ecumênico do CECA, dificultou o acesso às lideranças ou aos agentes leigos luteranos, metodistas, episcopais, de outras Igrejas para que se motivassem à participação nesses encontros. Em termos numéricos pelo menos, não se teve muito resultado.

Os encontros ecumênicos se sucederam até o ano de 1994. A realização do VIII Encontro Intereclesial de CEBs, em Santa Maria, no RS, provocou uma série de reflexões no CECA a respeito. Os boletins informativos vão dedicar um bom espaço sobre o assunto como instrumento de preparação do encontro. Dom Pedro Casaldáliga, Pedro Ribeiro de Oliveira, Milton Schwantes e Frei Betto expressaram suas esperanças e a contribuição do VIII Intereclesial de CEBs para o ecumenismo. “Na hora de confusão ou de recessão ou de desespero o ecumenismo deve ser a grande bandeira de esperança<sup>137</sup>”.

Como podemos ver, o CECA desde o início da articulação das CEBs no RS foi uma presença de assessoria e apoio estrutural. Vários Encontros Diocesanos de CEBs, da Diocese de Novo Hamburgo, contaram com o apoio do CECA. Em 1992, em parceria com o CEDOPE da UNISINOS, o CECA participará de um projeto de pesquisa sobre a realidade das CEBs no RS<sup>138</sup>. A

<sup>135</sup> As duas pessoas liberadas foram Edelberto Behs (IECLB) e Rute da Silva Moraes (Igreja Metodista). O CECA, CEBI/Nacional, CEBI RS e CEBI PR assumiram os custos financeiros. Cf. CECA Informa. Ano IV, n. 38, julho de 1992.

<sup>136</sup> Entrevista n. 08, com Lori Altmann.

<sup>137</sup> Cf. Encarte do Boletim CECA Informa, Ano IV, n. 40, setembro de 1992.

<sup>138</sup> O resultado desta pesquisa está publicado em: FOLLMANN, José Ivo (org). *Comunidades Eclesiais de Base*.

história das CEBs no RS deve considerar a participação do CECA<sup>139</sup>, especialmente em seu nascedouro.

### 2.4.3 A relação do CECA com a Paróquia Santo Inácio

A Paróquia Santo Inácio, do Bairro Rio dos Sinos, de São Leopoldo, foi fundada no dia 23 de fevereiro de 1963, por decreto de Dom Vicente Scherer, Arcebispo de Porto Alegre<sup>140</sup>. No dia 21 de agosto de 1982, Orestes João Stragliotto, toma posse como o sexto pároco dessa Paróquia<sup>141</sup>. Esta paróquia passou a ser concebida como uma rede de Comunidades Eclesiais de Base. O primeiro encontro de agentes e líderes da Paróquia Santo Inácio, aconteceu no dia 17 de fevereiro de 1985, num total de 38 representantes de 08 comunidades. O encontro foi coordenado pela equipe do CECA e tinha a proposta de discutir as diferentes práticas pastorais e definir o conceito de pastoral, o que é ser um agente de pastoral e quais os objetivos do trabalho pastoral. Conceitos como basismo, vanguardismo, populismo, espontaneísmo, assistencialismo em confronto com uma prática libertadora, foram debatidos<sup>142</sup>. Definiu-se que “a pastoral visa a organização do povo para a construção do Reino e é qualquer atividade organizada a partir do Evangelho, isto é, o movimento dos cristãos na base, que visam a transformação da sociedade”<sup>143</sup>.

A Paróquia Santo Inácio constituiu-se numa base popular dos agentes do CECA<sup>144</sup> e um laboratório prático da reflexão teológica e política que era feita pela equipe de assessores do CECA. Muitos deles residiam no território da paróquia, junto ao povo nas vilas populares fazendo a experiência da vida comum em fraternidade<sup>145</sup> e de inserção no meio popular. O princípio da práxis como pressuposto da reflexão teológica era tomado a sério pelos

---

<sup>139</sup> Consultando alguns assessores das CEBs, constatamos que ainda não há um trabalho sistematizado sobre a história nas CEBs no RS, o que se configura num bom campo de pesquisa para um aprofundamento posterior.

O CECA poderia dar uma significativa contribuição nesse trabalho de resgate da memória das CEBs no RS.

<sup>140</sup> Cf. Livro Tombo da Paróquia Santo Inácio, Vol. I, fl. 01.

<sup>141</sup> Ibidem, Vol. I, fl. 33v.

<sup>142</sup> O resultado desse debate foi publicado pelo CECA, numa pequena cartilha intitulada “Agente x Povo”, em 1985.

<sup>143</sup> Cf. Informativo CECA, Ano I, fev-mar/1985, p. 10.

<sup>144</sup> O CECA é citado 25 vezes nos relatos do Livro Tombo da Paróquia Santo Inácio. Como se tratam de anotações pessoais do pároco (especialmente do padre Orestes) são marcadas por muitos elementos subjetivos, sobre as quais se deve ter certa reserva crítica.

<sup>145</sup> Aqui se trata da experiência feita por muitas congregações religiosas da Igreja Católica Romana onde comunidades de vida consagrada migraram das grandes instituições (escolas, hospitais) para residirem no meio popular ou como assim se denominavam, comunidades inseridas como expressão concreta de sua opção pelos pobres. Orestes Stragliotto, nos relatórios de atividades do CECA se referia as CAMP – Comunidades Apostólicas nos Meios Populares, chegando a falar dos assessores descalços no meio do povo.

assessores da equipe do CECA. Assim, vários cursos de catequese, as “Escolas do Evangelho” no campo da formação bíblica no meio popular, a assessoria às pastorais sociais era feita por membros do CECA junto às lideranças pastorais da Paróquia Santo Inácio. Algumas iniciativas junto ao movimento popular foram gestadas por lideranças das Comunidades Eclesiais de Base da Paróquia Santo Inácio formadas nos cursos do CECA e assessoradas por membros da equipe do CECA. Podemos afirmar que o CECA tinha uma eclesiologia fundamentada na experiência das CEBs e vivida na prática na Paróquia Santo Inácio, apesar de todas as contradições e dificuldades inerentes ao processo.

Algumas dificuldades na relação do CECA com a Paróquia Santo Inácio esbarravam em compreensões divergentes no campo institucional e administrativo entre membros da equipe do CECA e a pessoa de Orestes Stragliotto. Isso foi relatado por Erny Mügge, administrador do CECA a partir do ano de 1984<sup>146</sup>:

A prática e a relação da instituição CECA em relação à paróquia católica merecia maior definição. O CECA era praticamente uma extensão, especialmente em termos de administração. Inclusive as contas bancárias eram as mesmas<sup>147</sup>. Às vezes parecia que a entidade estava apenas a serviço da paróquia<sup>148</sup>. Isso gerou, inicialmente, certo desconforto. No entanto, aos poucos, foi se solidificando uma separação.

Orestes compreendia o CECA como um organismo também a serviço da Paróquia para “alimentar e animar uma pastoral popular e de evangelização da mesma”<sup>149</sup>. Na medida em que o CECA vai se organizando institucionalmente como entidade ecumênica com maior rigor no campo administrativo e legal, descentralizando e despessoalizando suas ações, Orestes também se afasta das atividades do CECA<sup>150</sup> e a Paróquia Santo Inácio, deixa de ser um campo de atuação dos agentes do CECA. Em 1990, Orestes funda o Centro de Espiritualidade Padre Arturo - CEPA, que podemos assinalar como marco histórico de ruptura com o CECA porque segundo ele “o CECA já não responde às necessidades da paróquia e está cada vez mais distante do meu trabalho<sup>151</sup>”. Isso também é atestado por Cyzo Assis Lima

<sup>146</sup> Entrevista n. 06, com Erny Mügge.

<sup>147</sup> Isto é atestado pelo próprio Orestes, quando afirma que um tesoureiro e conselheira da Paróquia Santo Inácio (Ari Centenaro e Ivone Anselmo) foram eleitos para o Conselho Deliberativo do CECA, em 11/04/83. Cf. Livro Tombo Paróquia Santo Inácio, Vol. I, fl.55.

<sup>148</sup> O CECA doou 1.500 impressos para divulgação da Festa de Santo Inácio no ano de 1983 (Cf. Livro Tombo da Paróquia Santo Inácio, Vol I, fl. 62v.).

<sup>149</sup> Cf. Livro Tombo da Paróquia Santo Inácio, Vol. I, fl. 55B.

<sup>150</sup> Cf. Ata n. 47 - *Comissão Executiva* - 01/04/1991. Registra o clima de tensão entre Orestes Stragliotto e a equipe do CECA. Orestes critica a falta de inserção dos funcionários e assessores nos movimentos populares e CEBs e a existência de grupos hegemônicos na entidade e pede demissão da presidência do Conselho Deliberativo do CECA.

<sup>151</sup> Cf. Livro Tombo da Paróquia Santo Inácio, Vol. II, fl. 102B.

que residiu por algum tempo no território da Paróquia Santo Inácio, enquanto era secretário executivo do CECA<sup>152</sup>:

A linha do Orestes não era a linha de uma nova geração que entrou no CECA em meados da década de 80. Essa nova geração tinha uma outra concepção de evangelização e de metodologia de trabalho. Criaram-se vários choques dessa nova geração, da qual eu participei com outras pessoas da minha idade na época e o Orestes, ele mesmo por sua conta foi ficando pouco mais margem do CECA, até que aos poucos, o Orestes não tinha mais nada a ver com o CECA. Eu me lembro que na celebração dos 20 anos foi feito um convite solene para o Orestes vir ao CECA, porque ele já não participava mais do dia-a-dia, das políticas, da vida do CECA. Como o Orestes sempre foi muito original e ativo, quando ele percebeu que o CECA não era mais o espaço para ele atuar, ao lado, criou-se o Centro de Espiritualidade Padre Arturo - CEPA. Ele criou um outro instrumento, um outro espaço, porque o CECA não respondia mais àquilo que ele gostaria que fosse respondido.

A Paróquia Santo Inácio foi um espaço eclesial privilegiado de desenvolvimento de várias experiências no campo da organização popular que contaram com a assessoria do CECA. Muitas pessoas da Zona Norte de São Leopoldo participaram das atividades do programa Solidariedade e Cidadania do CECA, articuladas pela Paróquia Santo Inácio. Hoje essa relação se restringe a algumas atividades pontuais. Assim como os referenciais teológicos que entraram em crise a partir dos anos 90, a Paróquia Santo Inácio passa por uma profunda revisão organizativa e novas orientações a partir de sua direção eclesiástica<sup>153</sup>.

#### **2.4.4. O CECA, a Teologia da Libertação e o Socialismo**

O CECA, como também outras entidades ecumênicas, grupos e movimentos eclesiais identificados com a Teologia da Libertação e a pastoral popular colocou na sua pauta de reflexão a questão da mediação histórica concreta da realização do projeto de nova sociedade inspirado na leitura popular da Bíblia, no Ensino Social da Igreja e nas práticas dos movimentos populares que tinham como meta a transformação das estruturas sociais e o enfrentamento do capitalismo.

A TL “somente como mediação para fazer avançar a causa dos oprimidos se ocupou com o socialismo, enquanto alternativa histórica ao capitalismo sob o qual nossas populações

<sup>152</sup> Entrevista n.05, com Cyzo Assis Lima.

<sup>153</sup> Em 2005, foi fundada a Paróquia São Jorge, desmembrada da Paróquia Santo Inácio. Após o falecimento de Orestes Stragliotto, não se conseguiu dar continuidade, com o mesmo vigor à sua linha de atuação. Hoje a paróquia Santo Inácio está confiada a Lúcio Foerster, padre do clero da Diocese de Novo Hamburgo.

tanto sofrem<sup>154</sup>”. Não se trata aqui se aprofundar todas as implicações teóricas e práticas, entre elas, o uso do instrumental marxista de análise da realidade – o materialismo histórico e dialético<sup>155</sup>, a relação entre fé e ideologia<sup>156</sup> dessa opção do CECA pelo socialismo como mediação histórica da sua concepção reinocêntrica de nova sociedade<sup>157</sup>.

Embora as pessoas entrevistadas não reconheçam o socialismo como projeto político explícito do CECA, o conteúdo dos cursos de formação política<sup>158</sup> das cartilhas e subsídios divulgados pelo CECA, o instrumental de análise utilizado pelos assessores apresentam claramente a opção do CECA pela construção de uma sociedade socialista. Todavia, não havia uma visão uniforme do modelo de socialismo a ser implantado no Brasil. Considerando as fontes documentais podemos afirmar que o CECA tinha uma concepção de socialismo baseada em alguns pontos fundamentais: a) a necessidade de construir um modelo de socialismo autóctone a partir das experiências revolucionárias ou não concretas da América Latina;<sup>159</sup> b) um socialismo democrático, pluralista e autogestionário construído a partir do movimento popular; c) o povo e suas organizações como sujeito histórico no processo de construção do socialismo e não uma elite intelectual e política; d) a democracia como valor normativo nesta sociedade socialista; e) o respeito ao processo social, político e econômico, considerando a diversidade cultural e religiosa do povo latino-americano f) a rejeição do princípio de que “os fins justificam os meios”. Esses princípios foram refletidos em

<sup>154</sup> BOFF, Leonardo. *Opção pelos Pobres, Teologia da Libertação e Socialismo Hoje*. In: VIGIL, José Maria. *Opção Pelos Pobres Hoje*. São Paulo: Paulinas, 1992, p. 137.

<sup>155</sup> Para uma compreensão mais ampla dessa temática, entre outras publicações, temos a tese de doutorado de Enio MUELLER. *Teologia da Libertação e Marxismo. Uma Relação em Busca de Explicação*.

<sup>156</sup> A fé sem ideologias é fé morta, conforme Juan Luis Segundo. Sem ideologia a fé não tem concreitude histórica. A fé relativiza toda a ideologia, pois transcende a toda realidade histórica. Trata-se da relativização escatológica de toda realidade histórica. Toda absolutização ideológica recai na idolatria e alienação. Todavia, a fé sem ideologia não ganha objetividade, permanece como uma realidade de âmbito estritamente privado que não tem nada a dizer para a sociedade. A fé não é uma ideologia, mas só tem sentido como fundadora de ideologias. Neste sentido, cabe valer-se da hermenêutica da suspeita como instrumento de leitura crítica de todo conteúdo de fé ou reflexão teológica sobre o mesmo. Cf. SEGUNDO, Juan Luis. *Libertação da Teologia*, p.118-122.

<sup>157</sup> Esta concepção foi apresentada por Cyzo Assis Lima em sua entrevista: “O CECA não tinha a proposta de uma sociedade socialista a partir dos elementos bem concretos do materialismo histórico, do marxismo. O CECA tinha uma proposta de Reino, uma proposta reinocêntrica, que em muitos aspectos, ia de encontro a uma sociedade socialista. Mas a proposta era mais profunda. Hoje muitos teólogos falam que devemos sair desse cristocentrismo esvaziado de significado e concreitude no sentido da vida prática, para um reinocentrismo, uma compreensão reinocêntrica da fé. O CECA, desde o começo percebeu essa dimensão teológica que também é bíblica. Toda a mística do CECA e do COM era uma mística reinocêntrica”.

<sup>158</sup> Consultando os boletins informativos e cadernos de serviços do CECA, encontramos o registro de vários cursos entre 1985 e 1990 sobre a temática do socialismo. Por exemplo: Curso de Introdução ao Socialismo, assessorado por Cláudio Nascimento e Walter Altmann, em 22 e 23 de abril de 1989 (cf. CECA Informa, Ano I, n. 01, fevereiro de 1989); o curso “Socialismo na América Latina e no Brasil”, com assessoria de Cláudio Nascimento e Marcos Arruda, de 27 a 29 de outubro de 1989 (cf. CECA Informa, Ano I, n. 08, setembro de 1989).

<sup>159</sup> O termo revolucionário é compreendido aqui no sentido de tomada do poder do Estado, com o uso, inclusive da insurreição armada, como foi o caso das guerrilhas em Cuba, Nicarágua e El Salvador.

documento de circulação interna no CECA que já apontam uma grande reserva crítica às experiências de socialismo real, preparando de certa forma o CECA para os acontecimentos que viriam.

O socialismo, nos últimos 25 anos saiu do horizonte de qualquer discussão, ao mesmo tempo em que se impôs a vitória ideológica do capitalismo e a ascensão da hegemonia burguesa em grau nunca visto em nossa história. Urge então recuperar e construir uma nova identidade para a ampla classe trabalhadora, o que é um componente essencial da cultura política que lhe falta. Para isso a democracia é o espaço mais próprio. Em primeiro lugar por que é somente no embate, na relação com as outras classes que os trabalhadores se (re)conhecerão como classe e forjarão os seus valores, a sua visão e a sua prática política. Em segundo lugar, porque a democracia permite um certo grau de intervenção das classes dominadas no Estado, pelo que experimenta-se, abrem-se espaços, galgam-se posições, tomam-se resoluções favoráveis ao trabalhadores, etc. Não se faz cultura política socialista e democrática na clandestinidade, nem a partir do Estado, quando esse finalmente é conquistado<sup>160</sup>.

Essa visão é corroborada por Luiz Inácio G. Gaiger, como sociólogo e assessor do CECA no campo da análise social e política<sup>161</sup>:

A visão de socialismo que a gente elaborou no CECA era uma visão de um socialismo democrático, auto-gestionário. [...] O CECA não era uma tendência política com uma visão de corrente do tipo ‘somos da linha albanesa, cubana, sandinista’. Não havia isso. Havia ingredientes de construção de uma visão latino-americana, mas, mesmo assim, ficamos muito europeizados, na nossa discussão sobre socialismo em nossos referenciais teóricos! Claro sim, uma rejeição de uma visão autoritária de socialismo; uma crítica ao leninismo e às experiências nascidas na visão do marxismo-leninismo. Uma visão mais implícita era a de uma transformação progressiva e de um percurso histórico a construir. Porque atrás das visões predominantes de socialismo estava o pressuposto da inexorabilidade do socialismo e um certo messianismo. Nós conseguimos estabelecer uma visão um pouco diferente, envolvendo a idéia do ator popular. Poderia descambar num populismo e tal, mas nós tínhamos essa visão de que quem constrói o socialismo não é a intelectualidade brilhante, nem o partido, mas tem que haver um movimento popular amplo e uma tomada de consciência e uma tomada das rédeas da história pelo povo.

O CECA, como outras entidades e pastorais no campo popular identificadas com a TL, sofreu os abalos da crise do socialismo real, as profundas mudanças que ocorreram nos países do Leste Europeu, a derrota eleitoral do governo sandinista para a candidata Violeta Chamorro (apoiada pelos “contras” e os Estados Unidos) na Nicarágua e a derrota eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva para Fernando Collor de Melo, nas primeiras eleições diretas para a

<sup>160</sup> GAIGER, Luiz Inácio G. *Socialismo e Democracia*, p. 19. Este documento faz uma análise das concepções clássicas de socialismo, uma crítica às experiências de socialismo real e uma proposta de socialismo a partir da realidade brasileira. Embora sendo um texto elaborado na ótica da equipe de assessores do CECA reflete a linha de reflexão de todo o programa de formação política do CECA.

<sup>161</sup> Entrevista n.10, com Luiz Inácio G. Gaiger.

Presidência da República após a ditadura militar. A transformação radical das estruturas sociais vista como iminente não ocorreu. O sonho ganhou uma dimensão de longo prazo e sua realização através de um processo bem mais lento do que se planejava dantes. A utopia precisava de novos referenciais e paradigmas, pois o “que está em crise é uma forma histórica de socialismo e não o projeto histórico de socialismo<sup>162</sup>”.

Apesar de todas as mudanças, considerando as avaliações de conjuntura que foram feitas naquele período, algumas opções fundamentais se mantinham no CECA, entre elas, a “compatibilização do socialismo e a democracia como grande desafio”<sup>163</sup>, a ruptura com o socialismo burocrático e autoritário e o renascimento de outro socialismo numa sociedade alternativa autônoma e auto-gerida<sup>164</sup> a partir da construção da cidadania. Essa consciência do CECA, como entidade de assessoria que deve se sobrepôr à conjuntura histórica da crise de uma forma histórica de socialismo e não do projeto socialista em si, é bem expressa por Benno Asseburg<sup>165</sup>:

A crise política global que, após a queda do Muro de Berlim, se instalou nas mentes e no engajamento de nós teve algumas conseqüências para nosso referencial político e teórico. A reflexão teológica foi colocada diante do desafio de repensar a Teologia da Libertação. Muitas pessoas ficaram perplexas, talvez porque tivessem tido a idéia de que a libertação prometida na fé cristã devesse ancorar-se nas conformações políticas do socialismo. Eu me lembro que o Leonardo Boff juntamente com outros teólogos tinha feito uma viagem para a União Soviética antes da queda do muro e houve relatos muito positivos daquela realidade socialista. Enquanto que para alguns esses relatos feitos por um teólogo de referência foram quase que uma conformação da justificação teológica de suas lutas social, para outros, levantaram-se muitos questionamentos. Quando o caiu o muro e todo sistema do socialismo real, abriu-se, quem sabe, um processo de libertação para a própria TL, um processo de repensar qual é de fato, o seu referencial tanto teológico quanto social. A TL continua atual porque continuam os processos sociais onde as pessoas sofrem opressão, não têm liberdade, não têm dignidade humana em nosso país.

Em 1993, numa reflexão feita no CECA sobre a política institucional da entidade, apontaram-se os principais referenciais para o que se denominou de “projeto político popular” onde se expressa que o CECA visava uma sociedade justa, igualitária, socialista, fraterna e pluralista. Esse projeto de sociedade se realizaria através da democracia; da construção de mecanismos controle (pela democratização do Estado e autonomia da sociedade civil); pela ampliação de mecanismos de educação e formação do cidadão; da garantia de acesso ao trabalho e lazer; da valorização do homem da mulher em suas diferenças e peculiaridades; da

<sup>162</sup> BOFF, Clodovis. Crise do Socialismo e Igreja da Libertação, p. 369.

<sup>163</sup> Ibidem, p. 370. *Ver também* GAIGER, Luiz Inácio ...E a História nos Deixou Órfãos..., p. 3-10.

<sup>164</sup> NASCIMENTO, Cláudio. Após o Dilúvio: Pós-Socialismo ou Outro Socialismo, p. 18-26.

<sup>165</sup> Entrevista n. 07, com Benno Asseburg.



construção do ecumenismo; de um projeto político de sociedade que inclui todos os movimentos sociais. O sujeito da construção desse projeto político popular são os pobres articulados e organizados, grupos de pessoas com visão ética e alternativa ao sistema capitalista, as organizações e partidos de esquerda e pessoas que, independente de sua condição social fazem uma opção pela transformação social. A contribuição específica do CECA na construção desse projeto foi colocar a fé cristã como fundamento motivador da transformação; o ecumenismo como eixo central e inspirador, a formação não-formal para a construção da cidadania, a opção clara pelo popular e a metodologia participativa<sup>166</sup>.

#### **2.4.5 Nicarágua: uma experiência paradigmática.**

No dia 19 de julho de 1979, as forças revolucionárias da Frente Sandinista de Libertação Nacional – FSLN, lideradas por Daniel Ortega, derrubam o governo ditatorial de Anastácio Somoza, na Nicarágua e instalam um governo socialista e democrático neste país da América Central<sup>167</sup>. A participação de cristãos das Comunidades Eclesiais de Base da Nicarágua juntamente com marxistas de várias tendências nesta grande coalizão de forças que culminou na Revolução Sandinista será objeto das atenções e motivos de esperanças para as pessoas comprometidas em várias lutas sociais e políticas que visavam uma transformação radical das estruturas capitalistas de exploração e dominação. Os ideais revolucionários se transformaram numa experiência concreta e visível. Nicarágua encarnava a utopia socialista na América Latina. Cristãos (inclusive com a participação de sacerdotes católicos no governo sandinista) e marxistas, em diálogo, unidos pelas transformações sociais esperadas<sup>168</sup> construindo um modelo autóctone de socialismo. Essa esperança foi expressa no II Encontro Ecumênico de Teologia Pastoral do Cone Sul:

Las semillas de este proyecto socialista en nuestros pueblos germinan en las luchas, en los movimientos e en los partidos políticos populares que interpretan sus aspiraciones de Liberación. En este momento histórico estamos llamados a prestar

<sup>166</sup> CECA. *Relatório das Atividades de 1º Semestre/1993 e Planejamento do 2º Semestre/1993 e 1994*, p. 02-04.

<sup>167</sup> A bibliografia sobre a Nicarágua e a Revolução Sandinista é farta. Para esse trabalho nos atemos às informações da obra de BETTO, Frei. *Nicarágua Livre: O Primeiro Passo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980; escrita por ocasião do primeiro aniversário da revolução.

<sup>168</sup> Quanto às manifestações religiosas na Nicarágua, ver o Comunicado Oficial da Direção Nacional da Frente Sandinista de Libertação Nacional sobre a Religião, de 06 de outubro de 1980, onde expressa que “os sandinistas afirmamos que nossa experiência demonstra que quando os cristãos, apoiando-se em sua fé, são capazes de responder às necessidades do povo e da história, suas mesmas crenças os impulsionam à militância revolucionária. Nossa experiência nos demonstra que se pode ser crente e, ao mesmo tempo, revolucionário conseqüente, e que não há contradição insolúvel entre ambas as coisas”. Cf. BETTO, Frei. *Nicarágua Livre: O Primeiro Passo*, Anexo 6, p. 124-125.

especial atención a la lucha del pueblo nicaragüense, que está conquistando com sacrificios la victoria sobre el capitalismo y construyendo una nueva sociedad com un modelo próprio de socialismo.<sup>169</sup>

O CECA promoveu no RS uma campanha de conscientização e informação contra a intervenção americana na Nicarágua<sup>170</sup>. Participou da Conferência “O Brasil Frente à Crise Centro-Americana” realizada de 11 a 14 de junho de 1985, no Rio de Janeiro e organizada pela Coordenadoria Regional de Pesquisas Econômicas e Sociais de Manágua, pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE e pelo Instituto de Relações Internacionais da PUC/RJ. Entre as iniciativas foi formada uma Comissão Ecumênica de elaboração de material de conscientização sobre a crise Centro-Americana para grupos de base. O CECA e o IBASE representados por Cyzo Assis Lima e Marcos Arruda participaram de um debate com a Sra. Geraldine O’Leary Macias (enviada do governo americano para visitar a América Latina) na TV Pampa, Rede Manchete no dia 12 de julho de 1985 e foi entregue um documento intitulado “O Brasil não pode assistir impassível à declaração de uma guerra no continente”, ao cônsul norte-americano Leslie Alexander.

O CECA organizou uma vigília permanente pela América Central, aberta oficialmente em sua sede, com a presença de Dom Sinésio Bohn, no dia 24 de junho de 1986<sup>171</sup>. Neste mesmo dia, com destino a Região Centro Americana, uma delegação de 15 pessoas, viajou com o objetivo de levar a solidariedade dos trabalhadores da região sul do Brasil para os povos centro americanos e articular um canal de intercâmbio e entre-ajuda<sup>172</sup>. No campo (Nicarágua e Cuba) a delegação vai manter contato com as organizações de camponeses, lavouras comunitárias e com a tecnologia alternativa. Nas cidades o pessoal iria visitar várias entidades voltadas para a educação popular e as organizações de base<sup>173</sup>. Celso Gaiger, então presidente do CECA, faz um relato dessa viagem que achamos por bem reproduzir aqui<sup>174</sup>.

Em 1986, [...] resolvemos fazer uma viagem de estudos e de contato na Nicarágua e em Cuba. Isso exigiu bastante tempo de preparação, contatos. Muitos contatos eram

<sup>169</sup> Cf. CECA. *Relatório do Segundo Encontro Ecumênico de Teologia Pastoral do Cone Sul.*, p. 18.

<sup>170</sup> Jorge Jenkies Molieri (Embaixador da Nicarágua no Brasil) e Maíra Veiga Linhares (Consulesa da Nicarágua no Brasil) estiveram uma tarde no CECA, no dia 24 de janeiro de 1986, indo depois para o auditório da UNISINOS onde relataram para o público a situação de conflito na América Central, especialmente na Nicarágua. Cf. Informativo CECA, Ano II, n. 05, jan./fev./mar./1986, p. 22.

<sup>171</sup> Cf. Informativo do CECA, Ano II, n. 06, abril-maio-junho/1986, p. 06.

<sup>172</sup> Cf. CECA. *Relatório da Viagem à América Central*. São Leopoldo: Arquivo do CECA, (mimeo), p. 01.

<sup>173</sup> Cf. Informativo do CECA, Ano II, n. 06, abril-maio-junho/1986, p. 06.

<sup>174</sup> Entrevista n. 02, com Celso Gaiger.

feitos via Frei Betto que tinha mais ligações coma igreja progressista da Nicarágua. Tenho uma lista das pessoas, que lhe posso dar, das pessoas que foram naquela ocasião<sup>175</sup>. [...] Esse grupo foi pioneiro neste sentido de ir para lá e sofreu uma crítica muito grande da mídia, principalmente do jornal “Estado de São Paulo” que afirmava que se ia usar a viagem para fazer cursos de guerrilha. Lá tivemos a oportunidade de passar uma semana na antiga fazenda de café do Somoza, que foi confiscada e sendo aproveitada para a plantação de café. Muitos grupos de vários países iam lá para ajudar na plantação de café. Nós não fomos com esse propósito, primeiro porque não daria tempo e não teríamos condições. Fomos entre junho e julho. A gente fez visitas a diversas entidades pastorais da Nicarágua, participamos do aniversário da Revolução Sandinista (19 de julho de 1979). A gente viu a carência de muitas coisas. A pobreza e a falta de recursos. Nós para comer, se valemos de algumas orientações que nos deram (levar papel higiênico, talheres, pratos) porque não tinham as coisas. Era na base da tortilha mexicana que em Centro-América se usa muito. Vinha junto feijão e arroz e isso era a comida. Passamos por muita privação. Quando fomos paramos em casas de família e a gente via as necessidades que as famílias tinham. [...] Foi o período de ação dos “contra”. Teve local em que agente encontrava pessoal, sandinistas, marchando ou caminhando para fazer frente aos “contra” que estavam mais adiante, especialmente na fronteira com Honduras que os americanos davam apoio logístico, recursos e de armamento. Na Nicarágua, o Pe. Cyzo tinha marcado um encontro com o Pe. Pablo Richard, conhecido também pelo trabalho que vinha desenvolvendo no Centro de São José da Costa Rica. [...] Esse foi um contato muito bom para conhecer o trabalho desenvolvido em termos de América Latina. Depois dali veio um problema que foi criado pela mídia. Nós íamos para Cuba. Na última surgiu um problema. Estava tudo acertado para nós sermos hospedados pelo próprio governo cubano. Mas, em função das notícias que o “Estado de São Paulo” tinha dado, e pelo propósito que o governo tinha de restabelecer as relações diplomáticas com Cuba, e porque o próprio Ministro da Justiça, Paulo Brossard, tinha feito críticas a esse grupo suspenderam nossa hospedagem nos causando uma série de transtornos em termos de planejamento financeiro. Mesmo assim mantivemos o roteiro da viagem fazendo uma série de contatos por lá.

Em 1987, o CECA se solidariza com uma Campanha de Solidariedade à Nicarágua, articulada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na intenção de “para cada dólar de Reagan, um dia de nosso trabalho”, através da venda de um cartaz com o dizer “Contra a Intervenção Norte Americana na Nicarágua<sup>176</sup>”. Um outro instrumento importante para informação sobre a realidade da América Central foi o Serviço Informativo Sobre América Central – SISAC, amplamente divulgado pelo setor de publicações do CECA<sup>177</sup>.

A compatibilidade entre fé cristã e compromisso revolucionário viabilizada pelo processo de educação política e articulação entre os cristãos das Comunidades Eclesiais de

<sup>175</sup> Fizeram parte dessa delegação as seguintes pessoas: Nestor Scherer (Feliz - RS); Júlio Giordani (Caxias do Sul, RS); Sérgio Giacomelli (Itajaí, SC); João Fernando Silvestrin (Farroupilha – RS); Celso Luiz F. Gaiger (Porto Alegre – RS); João Seibel (Caxias do Sul – RS); Walter Fiorentin (Chapecó – SC); Cândido Grzybowski (Rio de Janeiro – RJ); Cyzo Assis Lima (São Leopoldo – RS); Olga Manosso (MS); Ivar Pavan (Aratiba – RS); Zildo Antônio Giasson (Iajeado – RS); Terezinha Cardoso (Antônio Prado – RS); Ana Isabel M. Alfonsin (Porto Alegre – RS); Ivan Tadeu A. Silva (Porto Alegre – RS).

<sup>176</sup> Cf. Informativo do CECA, Ano III, n.09, jan./fev./mar./1987, p. 7-9.

<sup>177</sup> O SISAC, com sede em São Paulo, além do Boletim SISAC, publicou os Cadernos do SISAC, dos quais destacamos o n. 01, de julho de 1988, intitulado: “América Central: tempo de graça, tempo de salvação. Kairós Centro-Americano – Um desafio às Igrejas e ao Mundo”.

Base e as forças armadas revolucionárias transformou-se em força inspiradora para a caminhada de libertação dos povos da América Latina. Segundo Otto Maduro, “a revolução nicaragüense representa a primeira tentativa séria, significativa e parcialmente bem sucedida de aproximação de uma revolução socialista coma fé cristã e com as igrejas cristãs<sup>178</sup>”. O CECA nunca escondeu sua simpatia e compromisso com essa proposta de transformação. A FSLN vem confirmar essa visão e instala um processo original de diálogo entre cristãos e marxistas nunca antes experimentado pelos países do chamado bloco socialista, como expressa com esperança Frei Betto:

A religião tornou-se uma forma de expressar a denúncia da tirania e o anúncio de novos tempos de liberdade. Assim, a Nicarágua abriu caminho para a efetiva participação dos cristãos na transformação das estruturas injustas da América Latina. O sandinismo foi capaz de incorporar o sentimento religioso das massas no processo revolucionário. Sobretudo, permitiu às comunidades cristãs populares redescobrirem que o Evangelho de Jesus fermento transformador da história<sup>179</sup>.

Luiz Inácio Gaiger expressa essa esperança desencadeada pela revolução sandinista na Nicarágua<sup>180</sup>.

A revolução nicaragüense era uma referência no CECA. Acho que a situação do PT, hoje, no Brasil, nos coloca, indiretamente, na mesma situação com o desmonte do governo sandinista que caiu por razões de correlação de forças - uma pressão enorme feita pelos Estados Unidos, uma verdadeira sabotagem que foi feita ao projeto sandinista - mas caiu também por problemas internos sérios. Histórias escabrosas que desmistificaram o que eram a Frente e os comandantes da Frente. Lembra um pouco agora, o que estamos vivendo no Brasil<sup>181</sup>. Na época havia uma enorme esperança e um grande intercâmbio. Nós viajamos para a América Central, como para a Nicarágua. Os irmãos Cardenal, sobretudo o Ernesto, passam a ser uma referência importante, sobretudo porque era uma experiência nova no sentido de uma construção com participação popular. Foram anos de construção do sandinismo. Eu me encontrei, na Europa, com pessoas que eram da Nicarágua, combatentes da Nicarágua, colegas que estudavam lá que eram nicaragüenses. Foram dez a quinze anos de enorme emulação de nossos espíritos pela Revolução Sandinista. Disso, não há dúvida!

Uma segunda delegação vai viajar para a Nicarágua e Cuba, em fevereiro de 1988<sup>182</sup>. Cláudio Nascimento, um dos integrantes dessa segunda delegação vai lançar o livro “As

<sup>178</sup> Cf. MADURO, Otto. *Luta de Classes e Processos de Libertação na América Latina*, p. 18.

<sup>179</sup> BETTO, Frei. *Nicarágua Livre: O Primeiro Passo*. p. 23.

<sup>180</sup> Entrevista n. 10 com Luiz Inácio G. Gaiger.

<sup>181</sup> Aqui o entrevistado faz referência à crise política desencadeada por uma série de denúncias de corrupção envolvendo membros do Partido dos Trabalhadores tanto no Poder Legislativo quanto Executivo e partidos da base aliada do Governo Federal e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2005.

<sup>182</sup> Fizeram parte dessa delegação as seguintes pessoas: Luiz Inácio G. Gaiger (coordenador); Luiz Ernesto Brambatti (CPT de Mato Grosso do Sul); Cláudio Nascimento (CEDAC – Joinville); João Fachini (CEDAC – Joinville); Gilberto Borges de Sá (assessor da PJ – Lages); Ivo Pedro Oro (CPT – Chapecó); Elvino Bohn Gass (CUT – RS); Alex José Kloppenburg (CPT – RS); Maria Helena Meyer (jornalista, RS); Almira Mior (religiosa, assessora da PO, SC); Rosalvo Rocha Rodrigues (dirigente sindical, MS); Vitor Barbieri e Gladis

Fontes da Revolução na América Latina”, analisando as lições de Cuba e Nicarágua<sup>183</sup>. No mesmo ano, há um reencontro com os participantes de viagens para a América Central para avaliar as experiências feitas e estudar as possibilidades de continuação do projeto<sup>184</sup>. Todavia, apesar de muitas tentativas, não foi possível uma articulação mais conseqüente dessas pessoas, extremamente absorvidas pelas suas demandas pessoais no campo da pastoral popular em suas realidades locais.

A vitória eleitoral de Violeta Chamorro, apoiada pelos contra-revolucionários e com financiamento dos Estados Unidos nas eleições nicaraguenses realizadas em 25 de fevereiro de 1990 foi um duro golpe nas esperanças dos cristãos revolucionários e no sonho socialista do CECA. Isso foi expresso por um grupo de 17 entidades e organizações cristãs solidárias com a revolução sandinista<sup>185</sup>:

Expressamos nossa profunda dor pelos resultados das eleições [...]. Cremos sinceramente que significam em princípio um golpe na longa marcha pela liberdade de nossos povos da Pátria Grande e do Terceiro Mundo em geral. [...] Afirmamos mais uma vez, à luz da Palavra de Deus, que uma revolução de rosto humano e democrático como a nicaraguense é uma mediação do Reino, e qualquer retrocesso ao sistema capitalista selvagem, à idolatria do mercado e à liberdade de explorar, acumular e marginalizar é um retrocesso também para o Reinado de Deus. [...] Afirmamos mais uma vez nossa identidade de cristãos revolucionários, sem confusão nem contradição, numa síntese fecunda. Proclamamos com alegria nossa experiência de que “entre cristianismo e revolução não há contradição”. Mais ainda: estamos convencidos de que hoje a única forma de ser cristão de verdade é ser revolucionário. E o Evangelho que nos sustenta nossa convicção.

#### 2.4.6 A ênfase na formação política do CECA

A formação política de cristãos engajados no movimento popular foi prioridade do CECA enquanto centro de assessoria. O CECA especializou-se no seu trabalho de formação e assessoria ao movimento popular e aos agentes da pastoral no campo da mediação sócio-analítica, o primeiro passo, segundo o método da Teologia da Libertação. Benno Asseburg também destaca esse aspecto<sup>186</sup>:

Um processo que já tinha iniciado antes de mim e que eu considero um trabalho marcante na história do CECA foi a Formação Política para líderes

---

Vera Gassen (pastora da IECLB, RS). Cf. Lista arquivada na pasta sobre a América Central, nos arquivos do CECA.

<sup>183</sup> Cf. CECA Informa, Ano I, n. 01, fevereiro de 1989.

<sup>184</sup> Cf. CECA Informa, Ano I, n. 04, maio de 1989.

<sup>185</sup> Cf. “Declaração dos Quinze Pontos”, de 09 de março de 1990, publicada como encarte no Boletim CECA Informa, Ano II, n. 15, junho de 1990 sob o título: “O Compromisso Revolucionário dos Cristãos Continua”.

<sup>186</sup> Entrevista n. 07, com Benno Asseburg.

de base realizada através de uma série de cursos nos anos 80. Várias das pessoas que hoje atuam na política como deputados ou vereadores e até mesmo como prefeitos passaram por esses cursos. Foi um trabalho de formação muito importante e, do meu ponto de vista, já é um capítulo da Teologia da Libertação. Colocamo-nos nessa luta a partir de nossa fé em Jesus Cristo, libertadora.

O quadro de assessores da entidade, especialmente, na década de 80 já revelava essa ênfase. Luiz Inácio Gaiger, com apoio da cooperação internacional articulada pelo CECA, inclusive, foi enviado pela entidade a realizar seus estudos de mestrado em Sociologia, na Universidade de Louvain, na Bélgica, como forma de qualificação dos quadros da entidade. Nesta seção queremos apresentar a ênfase dada pelo no CECA no seu trabalho de formação política e seu papel na formação de lideranças dos movimentos sociais e de uma nova consciência no enfrentamento por uma nova hegemonia.

Isto se verifica não somente pela agenda de cursos organizados pelo CECA, mas, também nas diversas assessorias prestadas pelo CECA em cursos e eventos organizados por outras entidades, Igrejas e pastorais (especialmente da Igreja Católica Romana), entre elas, a Pastoral da Terra, Pastoral da Juventude e Pastoral Operária e lideranças e agentes das CEBs. Essa experiência foi marcante para Euli Marlene Steffen, que assumiu a militância político partidária como espaço de testemunho cristão como leiga<sup>187</sup>:

Outra coisa é essa marca da formação política. Eu também era uma agente de pastoral da Pastoral da Juventude e entrei também na política no campo partidário em 1987, justamente quando eu entrei no CECA. Essa coisa para mim foi muito marcante. Eu acompanhei a formação e montava a banquinha de vender livros nos cursos. Era uma coisa que me impressionava muito: a procura pelos cursos de formação política. Eram cursos intensivos de uma semana inteira. As pessoas vinham e faziam o curso; eram discussões bem aprofundadas e bem marxistas mesmo. O primeiro acesso que tive à teoria marxista e do socialismo foi nos cursos do CECA. Depois, no próprio curso de Ciências Sociais, mas o primeiro contato não foi no PT da minha formação marxista e socialista (muito pouco tive de formação dentro do partido). A minha experiência e de conhecimento foi a partir dos cursos do CECA. Como estava engajada pastoralmente e politicamente, isto me marcou positivamente, naquele período.

Nas atividades de formação política do CECA se visava a formação e articulação de intelectuais orgânicos, segundo a compreensão gramsciana do termo entre eles, pessoas identificadas com a Teologia da Libertação. O assessor do movimento popular e das pastorais populares é compreendido como intelectual orgânico. Num primeiro momento inclusive, inserido na realidade popular, residindo em seu meio, participando de seu cotidiano. Por isso

---

<sup>187</sup> Entrevista n. 11, com Euli Marlene Steffen

vemos, na fase inicial da presença do CECA, em São Leopoldo, membros da equipe de assessoria do CECA, participando diretamente das reivindicações do movimento popular, especialmente na Zona Norte.

#### 2.4.6.1 O movimento popular e o CECA

No universo de várias compreensões no campo das ciências sociais sobre o conceito de movimento popular e sem a pretensão de fazer uma exposição mais exaustiva sobre o significado do termo, queremos caracterizar o trabalho do CECA junto a esse segmento da sociedade civil. Essa variedade de compreensões sobre papel do movimento popular foi registrada pelo CECA<sup>188</sup>. “Por movimento popular entendemos todas as formas de mobilização e organização das pessoas das classes populares, direta ou indiretamente vinculadas ao processo produtivo, tanto na cidade como no campo<sup>189</sup>”. O CECA como organismo de assessoria teve um papel significativo na formação de lideranças do meio popular e na articulação do movimento, especialmente na Região do Vale do Rio dos Sinos.

Entre os vários serviços prestados pelo CECA ao movimento popular podemos destacar a assessoria aos sindicatos de trabalhadores rurais, curso de formação de agentes da União de Associações de Bairro de São Leopoldo, o apoio ao movimento da luta pela moradia em São Leopoldo, a participação no Comitê da Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria de São Leopoldo<sup>190</sup>, participação no Fórum Estadual da Reforma Urbana e assessoria ao coletivo dos movimentos populares e sociais de Santa Maria (1993)<sup>191</sup>. O CECA vê o movimento popular como “instrumento estratégico na luta pela transformação da sociedade<sup>192</sup>”.

<sup>188</sup> PETRI, Julia D, et ZANIRATTI, José Augusto. O Que É Movimento Popular? In: Informativo CECA, Ano IV, n. 16, out-dez/1988, p. 16-19.

<sup>189</sup> HECK, Selvino. *Sobre o Movimento Popular. apud “Documento de São Bernardo”* In: Informativo CECA. Movimento Popular: Certezas e Dúvidas, Ano IV, n. 13-14, junho de 1988, p. 06.

<sup>190</sup> Esses comitês surgiram em quase todos os municípios do país a partir de uma campanha desencadeada por Herbert Souza, no Rio de Janeiro e assumida por vários segmentos da sociedade e pelo Estado, no ano de 1992.

<sup>191</sup> Cf. CECA. *Resultados do Estudo sobre a Política Institucional do CECA*. São Leopoldo: Arquivo do CECA, 1994, p. 05. Entre as entidades estava a FASE, o CEDOPE da UNISINOS, o Círculo Operário Leopoldense – COL e a Pastoral Operária da Diocese de Novo Hamburgo.

<sup>192</sup> Cf. CECA. *Relatório de Atividades do 1º Semestre de 1993 e Planejamento do 2º Semestre de 1993 e 1994*. São Leopoldo: Arquivo do CECA, 1993, p. 23.

Em 1984, o CECA se integrou a um fórum de debates com entidades ligadas ao movimento popular, com o objetivo de “ter uma visão crítica e realista do movimento popular, em São Leopoldo e região<sup>193</sup>”. Este Fórum, com novas entidades e personagens foi reeditado em 1990 para refletir sobre temas que dizem respeito à globalidade do movimento popular e sindical e da importância dessas questões para as lutas específicas nos diversos segmentos<sup>194</sup>. O CECA apoiou vários projetos com auxílio financeiro. Entre 1987 e 1989 auxiliou a Pastoral da Juventude da Diocese de Novo Hamburgo, a formação de lideranças da União das Associações de Bairro - UAB, de São Leopoldo; a oposição sindical dos comerciários de Xanxerê – SC; a Pastoral da Mulher Pobre, de Porto Alegre; a organização da III Romaria do Trabalhador, em Sapiranga; o Encontro de Comercialização Direta, em Porto Alegre; o Encontro Estadual de CEBs de Caxias do Sul; Projeto Meninos de Rua da Igreja Metodista de Porto Alegre; o Movimento pela Garantia da Moradia de São Leopoldo; a Comissão Regional de Atingidos por Barragens; rádio popular da Vila Jardim, de Porto Alegre; a campanha pelo voto aos 16 anos da Coordenação Regional de Jovens - PJ/RS; Pastoral Popular Luterana de Palmitos – SC; departamento de saúde da União das Associações de Bairro de São Leopoldo; Comitê Estadual de Divulgação da Greve Geral<sup>195</sup>.

Walter Fensterseifer (leigo da IECLB), responsável pelo setor de documentação do CECA foi representante administrativo de um núcleo da COOFRATER<sup>196</sup>, uma cooperativa mista de agricultores e consumidores que visava criar relações de comercialização direta entre produtores e consumidores. Este núcleo se localizava na Vila Antônio Leite, no território da Paróquia Santo Inácio<sup>197</sup>. No Vale do Rio dos Sinos, cabe destacar ainda a participação do CECA, no apoio às oposições nas eleições sindicais nos sindicatos dos metalúrgicos, vestuário e borracheiros; Movimento Pró-Dique<sup>198</sup>, no Movimento de Luta pela Moradia, no

<sup>193</sup> CECA. *Relatório de Atividades – 1984*. São Leopoldo: Arquivo do CECA, (mimeo), p. 03.

<sup>194</sup> Cf. CECA. *Atividades de 2º Semestre de 1990. Suplemento do Caderno de Serviços*. São Leopoldo: Arquivo do CECA, 1990, p. 04.

<sup>195</sup> Cf. CECA. *Plano Trienal 1990/1991/1992*, p. 32-33.

<sup>196</sup> Cf. Informativo do CECA, Ano III, n. 10, p.23-25.

<sup>197</sup> O CECA apoiou várias iniciativas no campo da pastoral popular na Vila Antônio Leite em São Leopoldo. Entre elas a construção de um Centro Comunitário com recursos de “Pão Para o Mundo” agência de solidariedade da Igreja Evangélica da Alemanha. Todavia esse projeto acabou sendo “cooptado” pela administração municipal da época comandada pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). A história da participação ecumênica e de forma particular da Pastoral Popular Luterana, com destaque à pessoa do Sr. Wilmar Machado no trabalho realizado na Vila Antônio Leite mereceria um trabalho de pesquisa próprio.

<sup>198</sup> Aconteceu no dia 09 de março de 1986, com amplo apoio do CECA, a Primeira Romaria do Dique com o objetivo de comemorar o Dia Internacional da Mulher e reivindicar a liberação de verbas para assegurar a continuidade das obras do Dique 904 (próximo a BR 116), em São Leopoldo. Reuniu em torno de 800 pessoas de várias vilas da Zona Norte, com a realização de um culto ecumênico e diversas manifestações da população local. Cf. Informativo CECA, Ano II, n.05, jan./fev./mar./1986, p. 21.



movimento de mulheres.

Erny Mügge também expressa essa significativa participação do CECA no apoio ao movimento popular e sindical.

[...] tínhamos muitos encontros com oposições sindicais. Lembro dos encontros com os trabalhadores da borracha, dos sapateiros, do vestuário, dos metalúrgicos. Era uma fase importante para a luta sindical. O CECA apoiava o movimento de oposição sindical, especialmente em termos de articulação e capacitação. Boa parte das pessoas que integravam as chapas de oposição era oriunda das Comunidades Eclesiais de Base<sup>199</sup>. À medida que o CECA se propunha a desenvolver um serviço às pastorais populares e aos movimentos sociais e populares, aí teve de estar inserido, para sentir as dores concretas do povo, suas dificuldades, suas esperanças e suas utopias. A partir dessa compreensão e percepção, pôde assumir uma opção clara de transformação social, na busca por uma sociedade mais justa. Nessa experiência, sem dúvida, se desenvolve e constrói e/ou enriquece um novo saber teológico, à luz da Bíblia, que viria a ser uma referência no sul do Brasil<sup>200</sup>.

O CECA, em conjunto com o Centro de Documentação e Pesquisa da UNISINOS – CEDOPE, organizou o 1º Seminário de Movimentos e Educação Popular da Região Sul (PR, SC e RS), que se realizou de 21 a 24 de agosto de 1986, com o objetivo de “compreender o movimento popular do sul do Brasil, pensar as grandes questões que se colocam a partir da nova conjuntura (pós 1980), discutir o papel das igrejas, partidos e universidades no movimento popular e identificar novos canais de ação conjunta a nível nacional e internacional (Cone Sul)<sup>201</sup>”. Cyzo Assis Lima descreve a importância desse seminário<sup>202</sup>:

Outro fato marcante dessa segunda fase foi a organização do 1º Seminário de Movimentos Populares e Sociais da Região Sul. Eu e o Ary Vanazzi, atual prefeito de São Leopoldo, passamos um mês, viajando por todos os três Estados da Região Sul do Brasil<sup>203</sup>. Visitamos várias sedes de sindicatos, congregações mais engajadas com os pobres, alguns Bispos, entre eles Dom Ivo Lorscheiter, Dom José Gomes de Chapecó, Dom Piazza (Foz do Iguaçu), organizando entre encontro. [...] Fizemos uma parceria com o CEDOPE da Unisinos. Esse simpósio aconteceu na sede antiga da Unisinos, com a participação em torno de 600 pessoas dos três Estados. Foram discutidas pautas muito tensas porque naquela hora, a conjuntura social e política do país, era muito tensa, porque na verdade ninguém sabia para onde a coisa caminhava. O socialismo estava no auge da sua crise e das suas indefinições. A direita e a burguesia sempre conquistando novos espaços na sociedade. Os pobres cada vez mais se multiplicando e não se organizando em vários aspectos onde se esperava uma organização maior. [...] Durante o Seminário criou-se um impasse, porque ali começaram a surgir as primeiras tendências do PT, as tendências radicais da esquerda. Todas elas apareceram dentro desse seminário. O pessoal da área das Igrejas tinha ainda muito certa ingenuidade política, e criaram-se muitos impasses na

<sup>199</sup> Entrevista n. 06, com Erny Mügge

<sup>200</sup> Entrevista n. 06, com Erny Mügge.

<sup>201</sup> Cf. Informativo do CECA, Ano II, n. 06, p. 20.

<sup>202</sup> Entrevista n. 05, com Cyzo Assis Lima.

<sup>203</sup> Esta viagem está relatada em detalhes no Informativo CECA, Ano I, n. 03, ago-set/1985, p. 23-29.

discussão das várias questões. As questões eram muito concretas e difíceis, mas o seminário mostrou que a sociedade a partir daquele momento não seria mais a mesma. Era preciso fazer diagnósticos novos e buscar novas matrizes de compreensão do que estava vindo por aí.

O movimento popular na década de noventa sofre as conseqüências da crise do socialismo real e das transformações na organização da produção, da globalização da economia e do neoliberalismo como projeto hegemônico de sociedade. Nos dias 21 e 22 de abril de 1990, o CECA realizou em conjunto com o IPJ, a CPT e Região IV da IECLB, um Seminário com o tema “Brasil Novo com Collor?” de onde saiu uma carta à 28ª Assembléia Nacional da CNBB denunciando o caráter anti-evangélico no Plano Brasil Novo do governo Collor, a perplexidade e desânimo de muitos cristãos comprometidos com os movimentos populares e pede para que a CNBB “evite permitir que a Igreja da libertação se retraia e entre numa fase de hibernação estéril e saiba denunciar o escândalo das comemorações dos 500 anos de ‘evangelização’ na América Latina<sup>204</sup>”.

O apoio aos movimentos sociais populares com o eixo temático da construção da cidadania foi um dos programas do CECA no seu Plano Trienal 1993-1995. O CECA, juntamente com o Centro de Investigación y Promoción Franciscano y Ecológico – CIPFE de Montevideo, a Universidade de Ijuí – RS e IDEAS de Buenos Aires, patrocinado pela RED Latino-Americana de Centros Laicos e ICCO, organizaram o Seminário Integração do Cone Sul na Ótica dos Movimentos Sociais e Populares, de 02 a 04 de setembro de 1993. Neste seminário foram apontados os princípios (grandes horizontes) de organização do movimento popular, fez-se uma análise da crise social e a necessidade de uma proposta no campo popular e uma necessidade de articulação e intervenção dos movimentos populares diante processo de construção do projeto de integração econômica dos países do Cone Sul, denominado Mercosul. Como contraponto, a construção de um projeto popular e alternativo, os participantes do encontro apresentaram as seguintes propostas<sup>205</sup>:

- capacitar e formar política, ideológica e tecnicamente os movimentos populares; insistir na importância do estudo e da reflexão como prática cotidiana dos movimentos populares; elevação e qualificação das propostas populares; reconhecimento dos novos sujeitos protagônicos; elaborar princípios da ação coletiva; capacitar-se para a celebração de alianças táticas e/ou estratégicas, em particular com as universidades e intelectuais; no reconhecimento dos movimentos

<sup>204</sup> Cf. CECA Informa, Ano II, n.14, maio de 1990. Carta à CNBB, Porto Alegre, 22 de abril de 1990.

<sup>205</sup> Cf. CECA Informa, Ano V, n. 54, dezembro de 1993. Documento Final do Seminário Integração do Cone Sul na Ótica dos Movimentos Sociais Populares. Este seminário, realizado em Esteio – RS contou com a participação de 31 pessoas da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, representando 21 entidades.

populares, prestar atenção à prática histórica destes diversos sujeitos – a afirmação do diverso e do particular é a afirmação da prática histórica da identidade popular; ampliar e criar contatos, intercâmbios, trocas de experiências e estudos entre os movimentos populares, intelectuais e ONGs, de forma permanente.

#### 2.4.6.2 Os Cursos de Formação Política para Trabalhadores

O CECA programou para os anos de 1985 e 1986, a realização de 04 cursos de formação social e política para trabalhadores da região do Vale do Rio dos Sinos. Tratava-se de um curso de formação de base, que, a partir de uma concepção materialista dialética da história, traduzida numa linguagem mais popular, proporcionava ferramentas aos participantes para atuarem nos movimentos sindical e popular<sup>206</sup>. No dia 11 de maio de 1986, aconteceu o encerramento do 1º Curso de Formação Política para trabalhadores e líderes de CEBs, organizado pelo CECA<sup>207</sup>. Os objetivos desse curso eram: a) possibilitar ao trabalhador uma formação de consciência do mundo do trabalho, das relações sociais do trabalho e capital e dos mecanismos de funcionamento da sociedade; b) favorecer a formação de consciência de classe como trabalhador, como participante de um sindicato e da comunidade como um todo; c) como consequência, visa-se um maior engajamento em sua comunidade, criando grupos de trabalho para apoio e entre-ajuda; d) possibilitar um conhecimento das leis que regem o mundo do trabalho, a fim de proporcionar uma defesa pessoal e comunitária; e) a partir dessas metas visa-se a organização dos trabalhadores, tendo em vista a transformação da sociedade.

O CECA programou um curso de formação política em três etapas<sup>208</sup> para os anos de 1989 e 1990, totalizando, 22 dias de trabalho, planejado com a assessoria de Cláudio Nascimento do Centro de Ação Comunitária (CEDAC), de São Paulo. Pela temática abordada, tratava-se mais de um curso de formação de quadros, isto é, de lideranças significativas do movimento popular que já tinham uma experiência de engajamento que precisava ser canalizada para uma atuação política mais eficaz. Assim se expressam os

---

<sup>206</sup> Este curso se realizou no prédio do Círculo Operário Leopoldense - COL, em encontros semanais, totalizando 100 horas de aula por turma. Foi coordenado por Assis Lima e Ary Vanazzi, este hoje, Prefeito Municipal de São Leopoldo. No que se refere ao enfoque metodológico do curso é interessante observar os temas tratados: como organizar uma comissão de fábrica, um comitê de solidariedade; como organizar uma greve; como organizar um grupo de desempregados; como atuar em associações de bairro/ grupo de senhoras, como e por que sindicalizar-se. Cf. CECA, *Departamento de Formação*. (mimeo), [s.d.].

<sup>207</sup> Cf. Informativo do CECA, Ano II, n.06, p. 18.

<sup>208</sup> Os temas tratados neste curso foram: Estrutura Social e Teoria Política; História dos Movimentos Sociais; Socialismo e Marxismo; Socialismo na América latina; Socialismo e Modo de Vida; Os Cristãos na Luta pela Transformação Social; Metodologia. Na relação de assessores do curso contou-se com a colaboração de Cláudio Nascimento, Marcos Arruda, Adair Rocha; Pedro Ribeiro de Oliveira; Frei Betto; Benedito Ferraro. Cf. CECA, *Curso de Formação Política*. São Leopoldo: Arquivo do CECA, p. 1.

objetivos do curso: a) formar quadros entre os militantes do movimento popular, vinculados ou oriundos da pastoral popular; b) capacitar para o engajamento político-partidário dos cristãos; c) estudar as lutas e experiências do socialismo e suas perspectivas para a América Latina; d) estudar a questão do poder político e sua relação com uma ética social e cristã; e) contribuir para o desenvolvimento de uma pastoral capaz de acompanhar os militantes em sua prática política<sup>209</sup>.

O tema da “Análise de Conjuntura” ocupava a pauta de vários cursos de formação do CECA. São vários os textos publicados com essa temática. Um trabalho de pesquisa posterior poderia analisar a história dos movimentos sociais no Brasil a partir da ótica da equipe de assessores do CECA, em seus textos e cursos sobre análise de conjuntura. O CECA se tornou um espaço e instrumento privilegiado de investigação, reflexão e análise dos conflitos econômicos, políticos e sociais e eclesiais da sociedade brasileira em seus trinta anos de história.

#### 2.4.6.4 O CECA e o Partido dos Trabalhadores

O trabalho de formação política do CECA colaborou significativamente para a organização e o despertar de lideranças e quadros do Partido dos Trabalhadores na Região do Vale do Rio dos Sinos e, desde a sua origem, em Caxias do Sul, no trabalho de apoio à Pastoral Operária e à Comissão da Pastoral da Terra. Gerhard Tiel ao definir que o ecumenismo de base é político, analisa a afinidade que os agentes religiosos identificados com essa proposta e “embora os grupos que trabalham sobre uma base ecumênica se definam fundamentalmente como autônomos e, por conseguinte, independentes de partidos políticos, não é difícil constatar a existência de certa afinidade com o Partido dos Trabalhadores<sup>210</sup>”.

Ainda que o CECA afirmasse: “como entidade temos que ter [ser] uma instância crítica sobre todos os partidos e sobre posições partidárias<sup>211</sup>”, sua relação com o PT ultrapassou os limites de uma simples afinidade. A direção do PT de São Leopoldo reuniu-se várias vezes na sede do CECA. Os quadros de assessores do CECA eram na sua grande maioria, filiados ao PT, inclusive, licenciando-se de suas funções, para concorrer a um mandato

---

<sup>209</sup> Ibidem, p.1.

<sup>210</sup> Cf. TIEL, Gerhard. *Ecumenismo na Perspectiva do Reino de Deus*. Uma análise do movimento ecumênico de base, p.138-144.

<sup>211</sup> Cf. CECA. *Ata da reunião de Avaliação das Atividades do CECA/1986*, p. 04.

na Câmara de Vereadores de São Leopoldo<sup>212</sup>. O CECA participou no ano de 1994, dos comitês religiosos<sup>213</sup> em favor da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República. Essa prática, aliada a alguns sectarismos e leituras fundamentalistas dos autores clássicos sobre o marxismo, não era consenso entre os sócios da entidade<sup>214</sup>, provocou o afastamento de colaboradores e tensões nas relações institucionais com as Igrejas. Celso Gaiger, ex-presidente do CECA é porta-voz dessa discordância em relação ao compromisso político do CECA com o PT<sup>215</sup>:

Um dos problemas sérios, não só do CECA, mas de vários níveis de pastoral, foi a partidarização. Se fechar em guetos partidários. Eu mesmo senti isso. Estava no PSDB e no CECA. Como o pessoal todo me julgava do PT. Tanto é que o jornal aqui (mostra o jornal), o Estado de São Paulo, numa das passagens me mostra como líder do PT. [...]. Quem não era do PT, do governo popular é burguês. [...] Eu me senti constrangido a continuar aquela convivência porque as discussões todas em termos políticos eram apenas em torno do projeto do PT de governo. Com a queda do Muro de Berlim e o esfacelamento da União Soviética eu já não estava mais e não participei das conseqüências disso. Lembro-me do artigo do Frei Betto que louvava o socialismo. Daí se tratou de pensar num socialismo democrático. Não sei se é possível. Acho difícil conciliar as duas coisas. Eu me afastei do CECA depois desse período.

#### 2.4.6.5 Uma Questão de Povo – O CECA e o processo da Assembléia Nacional Constituinte

Em 1986 foi convocada a Assembléia Nacional Constituinte no Brasil, na forma de um Congresso Constituinte que tomou posse em fevereiro de 1987. Dentro desse processo de redemocratização do país, desenvolveu-se um amplo processo de participação popular na elaboração da Carta Magna do Brasil, promulgada no dia 05 de outubro de 1988. O CECA, especialmente através da contribuição de seu presidente, Celso Gaiger, vai participar com todas as suas forças nesse processo. O CECA vai integrar o Movimento Gaúcho Pró Constituinte e liberar uma pessoa em tempo integral para o acompanhamento do processo<sup>216</sup>.

<sup>212</sup> Referimo-nos especialmente, a Ary Vanazzi e Euli Marlene Steffen, que concorreram ao mandato de Vereador, em 1988 com apoio público da equipe do CECA, inclusive no campo financeiro.

<sup>213</sup> Esses comitês religiosos foram organizados em vários pontos do país tendo o Robinson Cavalcanti da Igreja Episcopal Anglicana, Oneide Bobsin da IECLB, Ricardo Muniz da Aliança Bíblica Universitária, Alexandre Leone (professor de tradição judaica) e Frei Betto da ICAR como expoentes. O documento do Fórum dos Comitês Religiosos Pró-Lula Presidente foi publicado no CECA Informa, Ano VI, n. 60, julho de 1994.

<sup>214</sup> Cf Ata n. 95, *Assembléia Geral Ordinária*, 12.09.94. Registra que Dr. Celso Gaiger escreve uma carta ao CECA questionando a participação da entidade no Fórum dos Comitês Pró-Lula, sob a alegação de que o CECA assume assim, uma posição político-partidária, quando a finalidade essencial do CECA é trabalhar na evangelização e assessoria aos movimentos populares. Cabe observar que esta Assembléia contou com a presença de apenas 12 pessoas, em segunda chamada, o que já denota a crise institucional que o CECA estava vivendo.

<sup>215</sup> Entrevista n. 02, com Celso Gaiger.

<sup>216</sup> Essa pessoa liberada é Sérgio Soares que vai auxiliar na produção de material, articulação com outras entidades e organização de eventos de formação e mobilização popular.

Uma das grandes conquistas das forças populares foi a aprovação no Regimento Interno que regula os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, a apresentação de emendas populares subscritas por trinta mil eleitores em listas organizadas por no mínimo três entidades associativas. O CECA, em conjunto com 30 entidades e movimentos do Vale do Rio dos Sinos dirigiu-se aos constituintes progressistas da bancada gaúcha sugerindo que se criasse uma secretaria especial da Assembléia Nacional Constituinte para receber, acompanhar e prestar contas à população sobre o andamento dessas emendas populares<sup>217</sup>. Celso Gaiger descreve esse momento de intensa atividade do CECA<sup>218</sup>

O CECA também participou ativamente do processo de participação popular pró Assembléia Nacional Constituinte. Foi um centro de distribuição de material de outros organismos e elaborou um boletim “O Povo na Constituinte” dando conta do andamento do movimento pró Constituinte no Brasil e no RS. Aqui o CECA, juntamente com outros movimentos de Igreja, a CPT, a própria CNBB, a Comissão de Justiça e Paz participou do Movimento Gaúcho Pró Constituinte [...] Mas, no que o CECA se dedicou mais, foi na elaboração das Leis Orgânicas Municipais, porque era um trabalho que envolvia a própria comunidade que estava mais perto do cidadão, pelos problemas que ele vivia no dia a dia. Era um momento de conscientização política muito grande. O CECA realizou vários cursos, seminários e palestras e produziu muito material a respeito. Recordo-me que na ocasião em que estava presente no CECA, estava dedicado como secretário integralmente para isso o Sérgio Soares. Ele que coordenava todo esse processo. Nós elaboramos um modelo de Lei Orgânica Municipal. Encaminhou-se para a CNBB e a CNBB endossou o nosso modelo, distribuiu para as Dioceses do RS, para que Brasília se utilizasse também, muitas das sugestões apresentadas. Em função disso, grande parte do trabalho do CECA ficou direcionado nessa missão política cristã, tendo dois objetivos fundamentais: 1º) Fazer com que a política fosse voltada para o bem comum; que a função do vereador, a função do político era o interesse comum, o interesse do povo. 2º) Promover a participação popular, que o povo pudesse ser ouvido, que o povo pudesse apresentar projetos de lei. Esse processo da Assembléia Nacional Constituinte foi um momento muito grande de participação popular, que se transferiu para a Constituinte Estadual e para a elaboração das Leis Orgânicas Municipais.

Desde 1986, o CECA, atuou na formação e reflexão sobre o processo da Assembléia Nacional Constituinte através de uma política de informação sobre o processo constituinte através de um boletim semanal “O Povo na Constituinte”<sup>219</sup>, com um lema evocando a participação popular na elaboração da nova Constituição do Brasil: “Constituinte Sem Povo não Traz nada de Novo”! Um instrumento utilizado para a conscientização e mobilização

---

<sup>217</sup> Cf. Informativo CECA, Ano III, n. 09, p.10-19.

<sup>218</sup> Entrevista n.02, com Celso Gaiger.

<sup>219</sup> Encontramos nos arquivos do CEDOPE da UNISINOS, 31 edições desse boletim.

popular em torno do processo constituinte foi uma peça de teatro intitulada “Uma Questão de Povo<sup>220</sup>”, montada por Cyzo Assis Lima e encenada por integrantes da equipe do CECA.

Promulgadas as Constituições Estaduais, sempre com o acompanhamento do CECA, iniciou-se o processo de participação popular na elaboração das Leis Orgânicas Municipais. Em conjunto com o IPJ, a CPT e a Região IV da IECLB será elaborada uma cartilha popular esclarecendo o povo quanto às principais questões implicadas na elaboração de uma Lei Orgânica Municipal<sup>221</sup>. O CECA, em conjunto com o Regional Sul III da CNBB e sua Comissão de Justiça e Paz elaboraram um modelo-sugestão de Lei Orgânica Municipal. Podemos afirmar que a elaboração desse modelo de Lei Orgânica Municipal foi um projeto que proporcionou uma estreita colaboração do CECA, especialmente com a Igreja Católica no RS, visto que o texto foi enviado a todos os bispos católicos no Estado. Este foi reproduzido para vários vereadores e prefeitos que em alguns casos, copiaram literalmente alguns artigos nas Leis Orgânicas de seus municípios, muitos deles carentes de um quadro de vereadores capacitados para tamanho empreendimento.

#### 2.4.6.6 O Setor de Documentação e Publicações do CECA

Um dos instrumentos utilizados para a formação política, foi a publicação de diversas cartilhas, especialmente nos anos eleitorais sobre a participação dos cristãos na política, a importância do voto, a história dos partidos políticos, gestão de políticas públicas em nível municipal, estadual e nacional, o plebiscito sobre Parlamentarismo e Presidencialismo no Brasil. O CECA nasceu como um centro de divulgação de material para a pastoral e os movimentos populares rompendo o bloqueio imposto pela censura da ditadura militar. Euli Marlene Steffen iniciou suas atividades no CECA atendendo as demandas da livraria e do setor de publicações e relata sua experiência:

[...] me recordo muito é do volume de trabalho que tinha naquela função de estar recebendo pedidos de material e de publicações. Era um grande volume que o CECA despachava para todo sul do Brasil e outros Estados [...] De 1987 a 1989, o CECA como centro de documentação e publicação sempre tinha uma novidade. Havia na época uma sede de querer estudar, aprofundar, buscar informações. Dá a impressão de que pessoal lia bem mais do que lê hoje. Havia muito mais estudo nas

<sup>220</sup> Essa peça foi matéria de reportagem do Jornal do Brasil reproduzida no Informativo CECA, Ano II, n.06, abr./mai./jun./1986, p. 07. Foram várias apresentações em escolas, sindicatos, salões paroquiais para mais de 3.000 pessoas.

<sup>221</sup> Essas mesmas entidades vão realizar de 23 a 25 de junho, no IPJ, em Porto Alegre, o Seminário “Leis Orgânicas e participação Popular”, com a assessoria de Luiz Alberto Gomes de Souza, do IBRADES – RJ.

comunidades. Hoje é bem mais difícil. Eu também trabalho com grupos. Como é difícil fazer ler um caderninho e estudar. Naquele período parecia que como se tinha pouco acesso às informações, o material que o CECA publicava era profundamente útil na formação das pessoas e principalmente de grupos. Era realmente um material estudado em grupo. Tinha leitura individual, mas eu me lembro que sempre era um volume muito grande expedido para grupos, pastorais, lideranças, catequistas, enfim. Depois, infelizmente, isso foi se perdendo. Hoje é mais difícil<sup>222</sup>.

O CECA se compreendeu como um centro de documentação do movimento popular, capacitando alguns de seus quadros para essa tarefa, em cursos no Centro de Pastoral Vergueiro de São Paulo e considerando a experiência do então Centro Ecumênico de Documentação e Informação – CEDI. Assim, o CECA assumiu a missão de documentar a história e a produção de material das pastorais populares e do movimento popular, especialmente da Região Sul do Brasil. Cyzo Assis Lima, enquanto secretário executivo do CECA foi incentivador dessa prática<sup>223</sup>:

[...] o CECA aperfeiçoou o seu setor de publicação e nós criamos o centro de documentação interna do CECA, onde documentos todos os subsídios e materiais (naquela época a mania era criar centros de documentação). Na verdade era para guardar a memória de movimentos e expressões significativas para a causa das Igrejas. É importante não esquecer destacar bem e que talvez muitas ONGs, no momento, esquecem disso, era a capacidade de produzir apostilas, textos, subsídios e colocar isso realmente na mão das lideranças populares. No CECA, às vezes nós produzíamos 20 a 30 mil exemplares de um polígrafo e tudo isso nós despachávamos no correio para os sindicatos, para as Igrejas, para as escolas, para congregações religiosas, para um endereçário que a secretaria tinha com mais de mil endereços da América Latina. Essa produção intelectual, na década de 80, o CECA fez de forma espetacular, de uma forma muito bonita. Daí se criou o Centro de Documentação do CECA, que eu considero como um dos melhores centros de documentação na época para os movimentos populares e sociais. Todos os principais textos dos chamados intelectuais orgânicos ou das lideranças populares, ou os manifestos dos movimentos sociais estavam todos catalogados no CECA, até o ano de 1987, quando eu ainda estava no CECA.

A crise financeira que abalou o CECA, a partir dos anos 90, provocando uma redução de pessoal e contenção de gastos atingiu diretamente esse setor, também com problemas de gestão que o tornaram inviável. Em 1997, todo o setor de documentação do CECA foi vendido para o Centro de Documentação e Pesquisa CEDOPE da UNISINOS de São Leopoldo, inclusive vários volumes da biblioteca do CECA. O desmantelamento desse setor, inclusive, compromete a guarda da memória histórica da entidade<sup>224</sup>.

<sup>222</sup> Entrevista n. 11, com Euli Marlene Steffen.

<sup>223</sup> Entrevista n. 05, com Cyzo Assis Lima.

<sup>224</sup> Aqui temos que lamentar o fato de não haver pessoas disponíveis para um cuidado maior com a documentação da memória histórica do CECA. São vários documentos, fitas cassete e de vídeo, livros, subsídios que precisam ser melhor guardados e zelados.



## 2.5 O CECA E A EDUCAÇÃO POPULAR

O CECA, inspirado em Paulo Freire, desenvolveu o método dialético “prática – teoria (reflexão crítica da prática)”, com o objetivo de “elaborar juntos, um projeto político popular de transformação, em vista de uma sociedade justa, igualitária e fraterna<sup>225</sup>”. O método pedagógico de Paulo Freire foi o referencial teórico principal em todo o trabalho de formação do CECA. Clarindo Redin<sup>226</sup> sintetizou em dez pontos os princípios básicos da pedagogia de Paulo Freire que traduzem de certa forma os princípios do CECA no campo da educação popular<sup>227</sup>.

1. *O homem é um ser inacabado*, que do nascer até a morte busca respostas às suas questões e aos problemas do mundo onde vive. É um ser limitado, inquieto e aberto.
2. *O homem é ser de relação*. Viver em relação com os outros é fundamental. Só nesse relacionamento pode encontrar soluções a seus problemas; nunca sozinho, nem fechado. Essas relações acontecem sempre num mundo concreto e conflitivo. O homem é um ser situado.
3. *Todos sabem*. Cada homem vivencia e transmite experiências pessoais importantes. Em cada um existe um saber, às vezes, diferente do saber dos demais.
4. *Ninguém ensina ninguém (ninguém educa ninguém)*. Juntos, nos educamos aprendemos e crescemos numa relação franca e igualitária com os outros. É na busca coletiva (juntos) que o saber acontece e temos o conhecimento.
5. *O homem é um ser feito para o diálogo*. A verdade só aparece no diálogo. Diálogo é uma relação que se dá na igualdade dos interlocutores e quando existe abertura. Para dialogar, é preciso respeitar, e para respeitar, é preciso amor ao outro. Onde não há diálogo, há imposição, domesticação e manipulação.
6. *A consciência do homem acontece na prática*, e não se cria com discursos e nem em gabinetes. É a partir da prática de cada dia, a luta refletida e analisada que gera o conhecimento e a consciência. Essa consciência será crítica e não ingênua.
7. *O homem deve ser sujeito e nunca objeto*. O objeto é manipulado de fora. O sujeito se determina de dentro, com consciência e liberdade. Forma-se na solidariedade com os demais e nunca só. Do homem sujeito crítico e autônomo nascerão as relações maduras com os demais. Dele virão decisões e ações para a mudança. Esse homem não será manipulado.
8. *A educação é um ato político* (seja na escola ou fora dela). Ela procura criar um conhecimento real, concreto, que abra caminho para a solução dos problemas e a transformação da realidade. Outro modo é educar escondendo a realidade para manter a situação (isso é domesticação).
9. *Paulo Freire é contra o paternalismo e o autoritarismo*, pois criam dependência, acomodação e imaturidade. Neles está a raiz da opressão e da ditadura. Propõe participação plena e consciente, liberdade de expressão, voz e vez a todos, criatividade e muito diálogo.
10. *Partir sempre da realidade*. Segundo Paulo Freire, devemos partir sempre dos fatos concretos e da realidade das pessoas e da sociedade. Aceitar, respeitar e assumir esta realidade, e então, com calma e no diálogo, ir trabalhando. É perigoso partir da própria idéia e do nosso modo de ver, pois sempre imaginamos saber o que é certo e bom para os outros.

<sup>225</sup> Cf. CECA. *Plano Trienal 1990/1991/1992*. p. 03-04.

<sup>226</sup> Clarindo Redin é padre da Sociedade do Apostolado Católico (palotino) da ICAR e atuou como assessor na equipe do CECA.

<sup>227</sup> REDIN. Clarindo. *Alguns Princípios Básicos da Pedagogia de Paulo Freire*. São Leopoldo: Arquivo do CECA, (mimeo), [s.d.]. É um texto de uma página usado exclusivamente nos cursos de catequese do CECA.

Um dos grandes instrumentos a serviço da educação popular divulgados pelo CECA foi o Teatro Popular<sup>228</sup>. São vários os cursos assessorados pelo CECA sobre esse tema. De 06 a 10 de julho de 1992, na EST, em São Leopoldo, CELADEC<sup>229</sup> realiza uma consulta Latino-Americana sobre a Educação Cristã - Educação Popular, onde o CECA prestou assessoria sobre o tema do teatro popular e participou com um delegado no encontro. O CECA, a partir de 1994, assume mais o papel de refletir teoricamente o papel do teatro popular na ação pastoral e não sobre a temática do teatro popular em si mesma<sup>230</sup>.

Podemos afirmar que uma das grandes contribuições do CECA na formação de lideranças eclesiais e do movimento popular foi sua reflexão e prática no campo da metodologia e da educação popular. Mais que o conteúdo propriamente dito, a forma de organizar e desenvolver os cursos de formação do CECA, sempre valorizando um processo mais indutivo partindo das experiências de fé e de organização política e social das pessoas envolvidas e a produção de conhecimento das mesmas, numa perspectiva libertadora e ecumênica marca a contribuição do CECA no campo da metodologia. Essa prática conferiu ao CECA uma autoridade ímpar no campo da conscientização e capacitação de agentes sociais. Essa contribuição histórica do CECA é refletida por Oneide Bobsin:

Vejo aí uma das grandes contribuições do CECA: a metodologia de educação popular, tanto para as pastorais, quanto para setores dos movimentos populares. Lamento que essa metodologia não tenha sido sistematizada e publicada. Aliás, um dos grandes “pecados” do CECA foi e é a não publicação das reflexões sobre Metodologia de Educação Popular. Se não éramos ecumênicos segundo os diálogos de cúpula, o fomos e ainda somos na metodologia do trabalho de educação popular. Em outras palavras, fomos e somos ecumênicos a partir da metodologia: respeito à diferença. Apesar das fortes identidades católica, luterana, metodista – que sempre escondemos – de cada um, a metodologia nos permitiu ser ecumênicos. E isto foi e é um ponto alto do CECA. Não devemos perder de vista a possibilidade de sistematizar e publicar: “Pressupostos Ecumênicos da Metodologia das Pastorais e Educação Popular” que poderia ser o título de uma pesquisa e publicação<sup>231</sup>.

<sup>228</sup> Segundo Benno Asseburg e Vladimir B. do Carmo, “um trabalho teatro é popular quando: a realidade do público está presente na encenação; a realidade é apresentada na complexidade e relatividade; a linguagem da encenação é a linguagem do público; o grupo de teatro procura a maior participação possível do público; todos do grupo participam como sujeitos na construção das cenas; as pessoas do grupo, ao experimentarem os diversos desdobramentos possíveis da realidade, experimentam também a diversidade de suas próprias potencialidades criativas de expressão e vivência pessoal; a encenação trabalha com o elemento da mudança libertadora, tanto da realidade, como da pessoa que interpreta”. CECA Informa, Ano V, n. 44, fevereiro de 1993. Neste ano de 1993 o Boletim CECA Informa vai dedicar sempre um espaço ao tema do Teatro Popular. Ver também CECA. *Teatro Popular. Práticas e reflexões*. . CECA – Informação Formação Experiência. São Leopoldo: Ano III, n. 11, jul./set/1991.

<sup>229</sup> Cf. CECA Informa, Ano IV, n. 38, julho de 1992.

<sup>230</sup> O CECA vai assumir uma parceria com o grupo “Teatro Geração Bugiganga” de São Leopoldo, para execução de várias atividades no campo do teatro popular. Cf. CECA. *Avaliação Anual do CECA*. Relatório Interno. São Leopoldo: Arquivo do CECA, (mimeo), 1994, p. 08-09.

<sup>231</sup> Entrevista n.13, com Oneide Bobsin.

## 2.6 A ESPIRITUALIDADE DO CECA – INFLUÊNCIA DE ARTURO PAOLI

A espiritualidade da libertação na América Latina foi força motriz das atividades do CECA<sup>232</sup>. Trata-se na realidade de uma proposta de articular fé e compromisso político. O hiato entre culto cristão (liturgia, devocionais, sacramentos, etc.) e o engajamento dos mesmos pela transformação da sociedade não é algo novo na história do cristianismo. Ética e espiritualidade nem sempre são coerentes na vida dos cristãos. Essa espiritualidade foi motivada principalmente pela presença de Arturo Paoli<sup>233</sup>, padre católico romano membro da Fraternidade dos Irmãozinhos de Jesus de Charles de Foucauld, que assessorou vários cursos e retiros promovidos pelo CECA com esse enfoque. Arturo Paoli<sup>234</sup>, ainda em 1980, assessorou 16 semanas de espiritualidade em várias regiões do Brasil, a convite do CECA<sup>235</sup>.

As características principais desta espiritualidade da libertação, segundo Leonardo Boff são: a) oração materializada de ação; b) oração como expressão da comunidade libertadora; c) liturgia como celebração da vida; d) oração heterocrítica; e) santidade política; f) coragem profética e paciência histórica; g) atitude pascal<sup>236</sup>. Segundo Cyzo Assis Lima<sup>237</sup>:

O CECA não gestou, mas aperfeiçoou a chamada espiritualidade da libertação que é uma espiritualidade extremamente bíblica totalmente ligada e sincronizada com a realidade, que escuta o grito dos pobres e seus clamores, mas é também uma espiritualidade ecumênica, que respeita a relação de gênero. O CECA, neste sentido, foi vanguarda ao dar espaço e até mesmo expandir essa espiritualidade através de seus cursos, encontros, marcando presença em celebrações nas questões da terra, dos movimentos urbanos, enquanto Igrejas, etc e tal. Acho que um dos personagens fundamentais é a pessoa do Pe. Arturo Paoli que era teólogo e filósofo, mas, sobretudo um grande mítico, que deu as grandes linhas do CECA na área da espiritualidade da libertação.

A espiritualidade da libertação, no CECA, foi expressa de várias formas, especialmente nas celebrações ecumênicas, nos vários artigos de membros da equipe do

<sup>232</sup> Para uma maior compreensão desse conceito e a prática de uma espiritualidade da libertação ver: CASALDÁLIGA, Pedro; VIGIL, José Maria. *Espiritualidade da Libertação* e SOBRINO, Jon. *Espiritualidade da Libertação*.

<sup>233</sup> Arturo Paoli chegou ao Brasil, no dia 30 de setembro de 1983. Foi residir na Vila Brasília, em São Leopoldo, com Ildo Bohn Gass e Cyzo Assis Lima. Ele, segundo Orestes Stragliotto, “vai potencializar a experiência da Sociedade do Evangelho e criar um centro de espiritualidade da Teologia da Libertação”. Cf. Livro Tombo da Paróquia Santo Inácio, Vol I, fl. 70.

<sup>234</sup> Tivemos a oportunidade de participar de um Estudo sobre Hegel, assessorado por Arturo Paoli, que se realizou de 06 a 08 de julho de 1984, em Viamão, coordenado pelo CECA.

<sup>235</sup> Cf. CECA. *O CECA em 1980/1981*, p. 02.

<sup>236</sup> Cf. BOFF, Leonardo. *O Caminhar da Igreja com os Oprimidos*, p.214-217.

<sup>237</sup> Entrevista n.05, com Cyzo Assis Lima.

CECA nos seus boletins informativos, nas Escolas do Evangelho a partir da leitura popular da Bíblia. A publicação dos Salmos Latino Americanos, em 1986<sup>238</sup> pode ser caracterizada como marco literário da espiritualidade da libertação vivenciada pelo CECA.

O cultivo de uma espiritualidade da libertação no CECA foi arrefecendo com o passar do tempo e as diferentes concepções dos quadros que compunham a equipe do CECA, diante do que Marcos Villamán denominou como “nova sensibilidade epocal”, marcada pela ausência de projetos e utopias e a desconfianças quanto à sua conveniência; a sensação de estar vivendo num mundo extremamente complexo e impenetrável; incertezas, presentismo, predomínio dos sentimentos sobre a razão; reclusão para esfera microsocial e volta ao religioso<sup>239</sup>. O CECA procurou se adequar a esse novo contexto. Depois de 30 anos de história possui um espaço celebrativo dentro da entidade para o cultivo de uma espiritualidade ecumênica libertadora e toda a sua expressão litúrgica.

## **2.7 AS OPÇÕES DO CECA NUM CONTEXTO DE PLURALISMO TEOLÓGICO**

O CECA, a partir de um olhar retrospectivo sobre os 500 anos de evangelização na América Latina, marcados pela dominação cultural e a aliança entre a Igreja Católica Romana e o projeto de exploração e expansão colonialista europeu, juntamente com as forças libertárias articuladas pelas igrejas e organismos ecumênicos se vê interrogado sobre os resultados desse modelo de evangelização. Hoje, vê-se uma América Latina menos católica e mais pentecostal; emergem as religiões afro-brasileiras e indígenas e o protestantismo histórico reflete sobre sua identidade e seu espaço neste mosaico religioso, pluralista como jamais visto.

Com o fim da guerra fria, o fracasso do socialismo real, as experiências revolucionárias mais originais na América Latina sob o impulso de muitos cristãos de vanguarda amparados na TL e a mudança de paradigmas da sociedade pós-moderna, o modelo de Igreja e de evangelização também entram num processo de profunda revisão e crise. Convive-se com várias correntes teológicas no seio das Igrejas. Não há um modelo hegemônico, se é que realmente houve algum. O pluralismo intraconfessional também é

---

<sup>238</sup> Trata-se de uma coletânea de salmos (ou releituras dos salmos bíblicos) e poemas escritos a partir de uma hermenêutica latino-americana. A primeira edição foi publicada pelo CECA sob o título de “Salmos da Vida”, que depois foi reeditada pelas Edições Paulinas como “Salmos Latinos Americanos”.

<sup>239</sup> Cf. VILLAMÁN, Marcos P. *Espiritualidade da Libertação*. Imaginar, Esperar, Resistir, p. 12-16.

uma realidade que interpela teólogos e agentes de pastoral. O movimento pentecostal que possui um caráter transconfessional, em franca ascensão desafia os métodos e referenciais teológicos das religiões modernas como o catolicismo liberal, o protestantismo de imigração e de missão do séc. XIX, bem como as matrizes racionalistas e messiânicas da TL. Muitas pessoas pobres, objeto da opção preferencial de teólogos, agentes e clérigos (quase sempre de forma conflituosa no seio da Igreja institucional) migraram para as Igrejas pentecostais que, com sua linguagem e método, parecem responder mais à emergência da subjetividade, à fragmentação das relações sociais e ao avanço das telecomunicações que marcam a pós-modernidade. As Igrejas são desafiadas a refletir sobre a pentecostalidade<sup>240</sup> da fé, seus métodos de evangelização e suas frentes de missão, num continente de fato ainda não evangelizado ou como denomina Bosch, “cristopagão<sup>241</sup>”. O pentecostalismo desafia o movimento ecumênico. A busca da unidade aparece como horizonte teológico imprescindível para o testemunho do Evangelho de Cristo no continente.

### 2.7.1 Enfoques contemporâneos da Teologia da Libertação

A Teologia da Libertação também precisa de libertação. Toda teologia, como construto provisório e aproximado do seu objeto deve deixar-se ler criticamente e remover toda crosta ideológica para ser mais fiel ao Evangelho. Como no velho adágio popular – “casa de ferreiro, espeto de pau” – aos poucos, foram-se percebendo lacunas e elementos opressores nas próprias elaborações da TL. Estas lacunas foram se traduzindo em novos enfoques teológicos e acentos temáticos, de forma que podemos falar de teologias da libertação. Neste sentido propõe-se que toda a teologia, inclusive a TL, precisa passar por uma libertação interna de vários condicionamentos históricos, culturais e ideológicos a partir de um diálogo com outros campos do saber como a economia; a antropologia, a cosmologia, a psicologia e outros, constituindo vários enfoques, isto é, incidências temáticas, na construção de todo o “corpo teológico” da TL e inserindo-o em todo o *órganon* da Teologia:

- a) Libertação do mercado como absoluto de todas as relações econômicas – enfoque sócio-econômico;
- b) Libertação do androcentrismo – enfoque feminista;

<sup>240</sup> Cf. CAMPOS, Bernardo. *Da Reforma Protestante à Pentecostalidade da Igreja*, p. 72-97.

<sup>241</sup> Cf. BOSCH, David J. *Missão Transformadora*. Mudanças de Paradigma na Teologia da Missão, p. 443-608. O autor no capítulo 12 reflete sobre os elementos de um paradigma missionário ecumênico emergente, especialmente a compreensão de missão no movimento ecumênico moderno numa busca de superação da dicotomia entre história da salvação e história profana.

- c) Libertação do antropocentrismo – enfoque ecológico-holístico;
- d) Libertação do etnocentrismo – enfoque cultural-antropológico;
- e) Libertação do confessionalismo eclesiocêntrico – enfoque ecumênico;
- f) Libertação do cristocentrismo exclusivista – enfoque inter-religioso;
- g) Libertação do racionalismo – enfoque psico-analítico.

Muitos foram os artigos publicados na perspectiva de uma revisão crítica da TL. A SOTER publicou algumas obras com este objetivo. É neste contexto de pluralismo de enfoques e reconhecendo sua legitimidade que inserimos o papel de um organismo ecumênico como o CECA que fazendo uma autocrítica, metodologicamente optou em acentuar determinado enfoque na sua prática e reflexão fundamentadas na Teologia da Libertação, num contexto, de pluralismo teológico. Fazemos uma breve síntese dessas abordagens da TL para depois apontar as principais opções do CECA.

#### 2.7.1.1 Libertação da economia de mercado – enfoque sócio-econômico

Hugo Assmann descreve que o fato maior da conjuntura atual não é mais a dependência dos países subdesenvolvidos em relação aos países desenvolvidos e do hemisfério norte, mas é “a adoção de uma férrea lógica da exclusão, que produz e perpetua uma assustadora ‘massa sobranse’ de seres humanos, tidos como economicamente inproveitáveis, e, portanto, objetivamente descartáveis<sup>242</sup>”. O mercado se apresenta como ente autônomo e absoluto das relações sociais e econômicas, um deus que exige ritos e sacrifícios das vítimas excluídas do sistema. Na sua justificação ideológica lhe é conferido um “poder religioso” de auto-regulação. Vive-se num contexto de uma verdadeira idolatria do mercado.

A teologia se vê desafiada, num diálogo mais profundo com a economia, a construir uma nova noção de “sujeito histórico<sup>243</sup>” de um projeto de sociedade-com-mercado, fundamentada na solidariedade e na cidadania fugindo a toda mitificação dos pobres e do messianismo político. O fim da história se dá num patamar escatológico. Nem o capitalismo neoliberal e nem a sociedade comunista antevista por Marx podem ser o fim da história. A

<sup>242</sup> ASSMANN, Hugo. *Crítica à Lógica da Exclusão*. Ensaio sobre economia e teologia, p. 20.

<sup>243</sup> Assmann faz uma crítica a esse conceito de sujeito histórico na TL, seus usos e abusos no seu artigo “Apuntes sobre el tema del sujeto” publicado em: DUQUE, José. *Perfiles Teológicos para um Nuevo Milênio*.

economia pode ajudar para que o discurso teológico tenha factibilidade histórica para dar sinais concretos, visíveis e viáveis do Reino para os excluídos da lógica do mercado.

### 2.7.1.2 Libertação do androcentrismo – enfoque feminista

A teologia feminista é uma teologia contextualizada, que se propõe a uma releitura da Tradição, das Escrituras e de toda formulação teológica na ótica da mulher. Há de se reconhecer que preconceitos de toda a natureza estão no imaginário coletivo, dominado ainda por padrões masculinos. A teologia feminista busca uma interpretação não sexista da Bíblia, rompendo com a tradição judaico-cristã patriarcal e androcêntrica. Destaca-se aqui a despatriarcalização do conceito de Deus Pai e o interesse em desenvolver um discurso pneumatológico da fé, acentuando, na pessoa do Espírito Santo, a feminilidade de Deus.

Entre os pobres, as mulheres são ainda mais oprimidas. A cada quatro minutos, uma mulher é vítima de violência doméstica no Brasil<sup>244</sup>, por parte de seus maridos, companheiros e “amantes”. A teologia feminista é uma teologia da libertação das mulheres, e se propõe a uma redefinição da relação antropológico-ética entre homem e mulher a partir do modelo da reciprocidade. Gibellini sintetiza a importância da teologia feminista:

A teologia feminista reflete, de um lado, o acesso das mulheres à teologia, sua passagem de objeto para sujeitos da reflexão teológica; e expressa de outro, sua avaliação dos problemas que o movimento das mulheres suscita para o cristianismo e para as estruturas das comunidades cristãs<sup>245</sup>.

Neste século XXI, qualquer discurso teológico, especialmente no campo da eclesiologia que tente justificar o impedimento do acesso de mulheres a qualquer ministério na Igreja ou qualquer discurso com fetidez machista é reacionário e impõe barreiras quase que intransponíveis para um diálogo ecumênico sincero<sup>246</sup>. Não é possível reconhecer o ministério de uma confissão cristã se não há um reconhecimento primeiro da igualdade ontológica entre homens e mulheres criados à imagem e semelhança de Deus.

<sup>244</sup> Este dado foi apresentado pela ONG “Rede em Busca da Paz” num encontro preparatório da Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2005, realizado no dia 11 de dezembro de 2004, em Santa Cruz do Sul.

<sup>245</sup> GIBELLINI, Rosino, op. cit., p. 445.

<sup>246</sup> A Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, da Igreja Católica Romana, publicou, em maio de 2004, uma carta aos Bispos, intitulada “Sobre a Colaboração do Homem e da Mulher na Igreja e no Mundo”, amplamente contestada pelo movimento feminista, pois questiona toda a reflexão antropológica e teológica feita sobre as relações de gênero insistindo na diferença corpórea entre homem e mulher.

### 2.7.1.3 Libertação do antropocentrismo – enfoque ecológico-holístico

A teologia amplia o sentido de libertação a partir do enfoque ecológico-holístico. Este enfoque vem sendo desenvolvido nas últimas obras de Leonardo Boff. A ecoteologia faz uma crítica ao paradigma moderno baseado no poder absoluto do ser humano sobre a natureza e no desenvolvimento ilimitado, diante da impossibilidade de universalizar os frutos desse desenvolvimento para todos e para sempre. L. Boff, afirmando que a terra está doente, ao mesmo tempo, constata que “o ser mais ameaçado da natureza hoje é o pobre<sup>247</sup>”.

A teologia precisa ser libertada da soberba humana. Segundo a moderna cosmologia, o ser humano é filho da terra e a terra é um organismo vivo (Gaia). A terra é a *oikoumene*, casa comum onde não pode haver espaço para diferenças entre povos e raças. Carlos Bock assim resume a necessidade do diálogo da TL com o paradigma ecológico na visão de L. Boff:

A abertura de horizontes de diálogo e das categorias de análise, no caso de L.Boff, se dá com o discurso ecológico. Ele identifica nos desdobramentos internos mais recentes da análise ecológica um movimento que a aproxima da do paradigma da TL. Trata-se, na sua visão, também de um paradigma radicado no binômio opressão/libertação. No caso da ecologia, o que está em jogo é a libertação da terra de uma indiscriminada exploração dos seus recursos por parte dos seres humanos. (...) L. Boff entende que o momento atual exige que os discursos da libertação e ecológico dialoguem, se confrontem, se complementem, se fecundem mutuamente. Desta forma, a TL amplia a sua visão para o âmbito planetário e cósmico e o discurso ecológico particulariza a sua análise para se comprometer com um desses seres mais ameaçado do planeta: os pobres<sup>248</sup>.

É nesta perspectiva que a TL mantém sua tarefa de libertar a teologia do antropocentrismo a partir do diálogo com o paradigma ecológico-holístico que percebe uma lógica dialógica do universo onde tudo interage com tudo e em todos os pontos e, portanto, em todas as relações com o transcendente. Benno Asseburg aponta essa dimensão como uma das perspectivas de trabalho e desafio para o CECA no futuro<sup>249</sup>:

Mas creio que hoje temos uma nova questão que o CECA deveria encarar com seriedade. É a questão ecológica. A questão de uma “ecologia profunda”, conceito lançado na década de 70 pelo filósofo Arne Naess e depois proposto por Fritjof Capra para a discussão e construção de um novo paradigma ecológico, onde nós seres humanos e natureza, não seríamos mais vistos separados e justapostos, mas sim vistos como um todo. Trata-se de uma visão holística, pela qual somos parte intrínseca da natureza. Como disse o cacique Seattle, em 1835, na sua famosa carta ao Presidente

<sup>247</sup> BOFF, Leonardo. *Dignitas Terrae*, p. 15.

<sup>248</sup> BOCK, Carlos. *Teologia em Mosaico*, p. 51.

<sup>249</sup> Entrevista n. 07, com Benno Asseburg.



dos Estados Unidos: “O homem não tramou o tecido da vida; ele é meramente um dos seus fios”. Pensamento este retomado por Fritjov Capra quando diz: nós, seres humanos, somos apenas “um fio particular na teia da vida”. Particular, porque único. E único porque a nós foi dada a capacidade de desenvolver consciência, de agir com liberdade e, portanto com responsabilidade. Nisso somos únicos e distintos da vida vegetal e animal. Creio que aqui temos uma nova questão ecumênica: somos uma só teia da vida, mas ao mesmo tempo somos distintos dos outros fios dessa grande teia. Ser ecologicamente ecumênicos significaria reconhecermos e celebrarmos que somos um todo com os outros fios da teia, as plantas, os animais, e até mesmo a matéria, sem a qual não existe vida, e assumirmos nossa constituição de “fio particular” na coresponsabilidade pela sustentação dessa maravilhosa teia da vida. Este é o desafio para um ecumenismo ecológico.

O CECA, em conjunto com o Centro de Investigación y Promoción Franciscano y Ecológico – CIPFE, do Uruguai, o Centro de Estudos Franciscanos e Pastorais para a América Latina - CEFEPAL de Porto Alegre e a Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana – ESTEF realizaram de 24 a 26 de abril de 1992 o III Encontro Latino-Americano de Cultura, Ética e Religião frente ao Desafio Ecológico Cultura, Ética e Religião Frente ao com o tema “Ecologia: A vida está em perigo! Desafio aos cristãos”<sup>250</sup>. Percebe-se aqui uma lenta integração do tema ecológico na pauta de reflexão do CECA.

#### 2.7.1.4 Libertação do etnocentrismo – enfoque cultural-antropológico

Nesta perspectiva se situam a teologia negra e a teologia indígena. A teologia se vê desafiada a refletir sobre a realidade de segregação e marginalização dos negros numa sociedade racista e a história do genocídio dos povos indígenas na América Latina, hoje, “os mais pobres entre os pobres”.

A teologia negra é uma teologia da libertação dos negros. O Evangelho é a Boa Nova da Liberdade! Ela se afirma como “teologia política” na medida em que está centrada na luta contra o racismo. Propõe uma espiritualidade negra, um ecumenismo negro e a negritude como símbolo teológico de Cristo que assumiu sobre si o sofrimento de todos os oprimidos. A teologia negra abre a possibilidade de um diálogo com as religiões dos afro-descendentes na América Latina, partir de um conhecimento mais profundo do mundo simbólico da religião do povo negro e sua aproximação com os valores do Evangelho.

<sup>250</sup> Cf. Folder de divulgação do evento. Algumas conclusões desse encontro foram publicadas no CECA Informa, Ano IV, n. 36, maio de 1992. Destacamos o conceito de “ecofilia” como amor ao *oikos* ou ecossistema. Em 1990 o CECA publicou uma edição de sua revista CECA, Informação – Formação – Experiência, com o tema “Meio Ambiente: Deus Cria – O Homem Destrói”.

A teologia indígena quer ser uma contribuição para a reflexão sobre a evangelização dos povos indígenas na América Latina. A partir da teologia índia são criticados os métodos e paradigmas da atividade missionária da Igreja. A teologia se vê desafiada à inculturação. Como perceber o “rosto índio de Deus<sup>251</sup>” é uma tarefa da teologia índia. O cristianismo se confrontado com o diálogo com as religiões indígenas e nelas perceber a revelação de Deus.

A teologia negra e a teologia indígena propõem à teologia sua libertação do etnocentrismo cultural e religioso marcado historicamente pelos projetos de colonização e dominação. O extermínio de nações indígenas e a escravização do povo negro são marcas profundas na história da América Latina que determinaram a forma de viver o cristianismo neste continente. A civilização ocidental-branca necessariamente precisa tomar ações concretas de reconstrução da dignidade e cidadania plena dos povos negros e indígenas. O processo de libertação deverá proporcionar pelo diálogo e reconciliação a cura das memórias feridas pela história de escravização e massacres e a renovação da Igreja de Cristo, na plena liberdade e igualdade de todos os filhos e filhas de Deus.

#### 2.7.1.5 Libertação do confessionalismo eclesiocêntrico – enfoque ecumênico

A teologia não pode deixar-se prender pelas fronteiras institucionais e eclesiásticas – embora esse risco seja permanente. Isto não significa que a teologia possa prescindir da Igreja, mas, no Espírito Santo que sopra onde e como quer a teologia não está encerrada pelas fronteiras confessionais e eclesiásticas! Todavia a Igreja de Cristo (entenda-se aqui a Igreja em todo seu pluralismo confessional) é o sujeito epistêmico da teologia, pois a teologia não pode ser privatizada pelo teólogo. Segundo Clodovis Boff,

confessionalidade não é confessionalismo, como afirmação fechada e auto-suficiente. A teologia há de permanecer aberta ao diálogo com outras confissões e, portanto, ao aprendizado e à correção. Isso não comporta a pretensão de uma confissão única, com o sacrifício da própria identidade, mas a busca de pontos convergentes e a compreensão dos pontos irredutivelmente divergentes<sup>252</sup>.

---

<sup>251</sup> Cf. MARZAL, Manuel M. et alii. *O Rosto Índio de Deus*. Há uma vasta bibliografia sobre o assunto, especialmente motivada pela celebração dos 500 anos de evangelização da América Latina, no ano de 1992 que provocou uma profunda revisão crítica dos métodos de evangelização utilizados com os povos indígenas e o conceito de missão nas Igrejas.

<sup>252</sup> BOFF, Clodovis, *Teoria do Método Teológico*, p. 429.

A reflexão teológica precisa ser livre diante do Mistério e criticamente liberta de qualquer amarra institucional que limite seu desejo de ir ao encontro daquele que se revela como totalmente Outro! Miguez Bonino, num artigo significativo<sup>253</sup>, expressa que não se trata de menosprezar a Igreja, mas também não absolutizá-la. A Igreja é relativa no horizonte global do Reino de Deus. A Igreja, como fruto de um processo institucionalização do movimento de Jesus nas diferentes tradições e confissões, está marcada por todos os condicionamentos históricos, ideológicos e culturais dos quais ainda precisa ser liberta para se assemelhar o mais possível à Igreja de Cristo una, santa, católica e apostólica que já existe no plano escatológico.

Elias Wolff explicita que a interconfessionalidade e dialogicidade decorrentes são elementos constitutivos da Igreja de Cristo.

Em sua origem, natureza, meios e fim, a Igreja tem algo de transconfessional, no sentido que existe para além das confissões históricas. A Igreja é uma realidade histórica/confessional, mas esta realidade não é toda a Igreja. Tal é o que permite conceber a Igreja como “*subsistindo*” numa tradição histórica, mas não se esgotando nela como “uma realidade complexa” (LG 8).<sup>254</sup>

Por isso, reivindica-se uma teologia liberta de qualquer eclesiologia confessionalista que, no nosso entendimento, tangencia uma espécie de eclesiolatria. Não há um diálogo ecumênico honesto quando se parte do princípio de indefectibilidade e absolutividade de determinada tradição.

Uma teologia crível para ser um serviço à unidade da Igreja de Jesus Cristo para que ela também se torne crível deve, segundo Hans Küng<sup>255</sup>, ser uma teologia veraz que dá razões à própria fé para pessoas adultas, responsáveis e livres (cf. 1Pe 3,15); não autoritária, mas livre; não tradicionalista, mas crítica; não confessional (aqui corrijo o termo por confessionalista), mas, ecumênica. Uma teologia ecumênica crítica deve ser ao mesmo tempo: católica, tradicional, cristocêntrica e teórico-científica. Lembramos, no entanto, que no diálogo inter-religioso, uma cristologia trinitária responde mais aos desafios, o que será apresentado mais adiante.

---

<sup>253</sup> BONINO, J. Miguez. Questões eclesiológicas fundamentais, p. 236-241.

<sup>254</sup> WOLFF, Elias. *Por uma compreensão da natureza e missão da Igreja*, p. 04.

<sup>255</sup> KÜNG, Hans. *Teologia a Caminho*, p. 235-238.

Em tempos pós-modernos, onde se postula uma crise de identidade e a necessidade de afirmação da identidade diante da emergência da subjetividade, pergunta-se qual a base da identidade eclesial. Quando, no movimento ecumênico se busca a unidade numa diversidade reconciliada, pergunta-se qual o fundamento dessa unidade. Neste sentido aponta-se que, quanto mais identificada com o povo de Deus a partir da ótica dos mais pobres, excluídos, vítimas, sofredores e machucados da história, mais identificada está com Jesus Cristo, fundamento de toda identidade eclesial (Mt 25, 31-46). A construção de uma nova humanidade está no cerne do projeto de Deus revelado nas Escrituras. É neste fundamento que se construiu a identidade ecumênica do CECA.

Todavia, o compromisso comum com as lutas, dores e esperanças do povo sofredor não pode servir de motivo para o encobrimento das diferenças confessionais e experiências de fé. Não foram poucas vezes em que os membros de um mesmo movimento social se viam obrigados a celebrar a ação de graças pelas conquistas da luta em espaços litúrgicos distintos. Essas diferenças devem ser partilhadas e “postas na mesa”, refletidas à luz do Evangelho na busca do porquê de não se poder celebrar o mesmo pão consagrado e beber do mesmo vinho da dor e da festa em Cristo Senhor! Também se constata o enorme abismo que ainda existe entre o compromisso comum dos cristãos na defesa da vida, da justiça, paz e integridade de toda criação e a expressão litúrgico-celebrativa ecumênica desse compromisso e o discurso teológico disciplinador da hierarquia das Igrejas<sup>256</sup>. Neste sentido precisamos antes de desanimar “comer muito pão juntos” porque o caminho a percorrer é muito longo (1Rs 19,7)<sup>257</sup>.

#### 2.7.1.6 Libertação do cristocentrismo exclusivista – enfoque inter-religioso

Com o fenômeno da globalização, a rapidez da circulação de capital e informações, o encurtamento das distâncias, a teologia cristã se viu confrontada com as religiões. A maior parte da humanidade não é cristã. Sem o objetivo de um maior aprofundamento, cita-se

---

<sup>256</sup> Esta dificuldade foi sentida pelos participantes dos cursos de formação bíblica para padres e pastores organizados pelo CECA e o CEBI Sul.

<sup>257</sup> A Sagrada Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos, em 2004, publicou a Instrução *Redemptionis Sacramentum* Sobre Alguns Aspectos que se Deve Observar e Evitar Acerca da Santíssima Eucaristia. As orientações desse documento são extremamente restritivas a uma maior participação dos leigos em alguns serviços litúrgicos e a pregação da Palavra é privatizada pelo presbítero. A prática de convidar irmãos das Igrejas para pregarem nas missas católicas é implicitamente desrecomendada.

Rosino Gibellini que, a partir do teólogo americano Paul Knitter, faz uma síntese das diferentes posições teológicas sobre a relação entre cristianismo e religiões não-cristãs<sup>258</sup>:

Eclesiocentrismo ou exclusivismo – parte da interpretação fundamentalista do adágio *Extra Ecclesiam nulla salus*. Essa posição é expressa pela fórmula “Cristo contra as religiões”.

Cristocentrismo inclusivista - esta posição é expressa pela fórmula “Cristo nas religiões”. Cristo é mediador constitutivo da salvação. Aqui se situa a teologia dos cristãos anônimos de Karl Rahner e a teologia cristã das religiões de Jacques Dupuis.

Teocentrismo com cristologia normativa – esta posição é expressa pela fórmula “Cristo acima das religiões”. O amor salvífico de Deus não é somente mediado por Cristo, mas, o evento Cristo é o ápice da Revelação e, portanto, normativo. Aqui se situa a teologia ecumênica das religiões de Hans Küng.

Teocentrismo pluralista – esta posição pode ser descrita pela fórmula “Cristo com as religiões”. Nesta posição se renuncia à afirmação do caráter de unicidade do evento de Cristo. Aqui se situam teólogos como Paul Knitter, John Hick e Raimon Panikkar.

Não se trata aqui de fazer uma exposição exaustiva de cada uma das posições e nem mesmo a tomada de partido por uma delas. A realidade do pluralismo religioso (aqui não considerando ainda as religiões afro-brasileiras e indígenas, bem como o fenômeno do espiritismo e outros movimentos religiosos) desafia a teologia a libertar-se de um cristocentrismo exclusivista.

Partindo do princípio de que o Espírito Santo é derramado sobre todos e que Cristo morreu e foi ressuscitado por Deus por causa do anúncio do Reino para a salvação de todo gênero humano os cristãos somos chamados a uma nova postura diante do pluralismo religioso. Abrir a possibilidade de que outras religiões possam completar a idéia (ou fazer uma nova experiência) que temos de Deus e estar aberto para ser convertido para outra religião. É a libertação para a plena liberdade religiosa. Estar disposto a arriscar o Cristo por causa de Cristo. As pessoas de outras religiões ajudam a entendermos o Cristo em que

---

<sup>258</sup> GIBELLINI, Rosino, op. cit., p. 507-519.

cremos. A nova sociedade, a libertação integral dos pobres e oprimidos preconizada pela TL não pode prescindir hoje, do diálogo inter-religioso. Entre a massa dos excluídos do mercado encontram-se milhares de não-cristãos. O processo de libertação pessoal e coletiva passa necessariamente pela noção de interdependência das religiões para a salvação da humanidade e pelo reconhecimento da legitimidade das religiões.

#### 2.7.1.7 Libertação do racionalismo – enfoque psico-analítico

Segundo Eugen Drewermann,<sup>259</sup> o discurso teológico da atualidade carece de um sentido experimentável, vivo, ao ser humano da atualidade, pois ainda está sob o jugo do racionalismo da filosofia grega. A teologia se vê confrontada com a psicanálise. Qual a contribuição da teologia diante das diversas situações presentes na vida do ser humano? O que a teologia tem a dizer em relação à angústia, as emoções, o medo, a dor, o sofrimento psíquico, os sonhos, as festas, os desejos, símbolos e mitos, as alegrias e tristezas da pessoa humana? É neste viés que se faz jus uma ênfase no discurso pneumatológico da fé. A terceira pessoa da Trindade é invocada como Deus-Amor. Inspirada na pericorese relacional da Comunidade Divina Triúna, ganha importância a reflexão teológica sobre as relações das pessoas entre si com todas suas implicações psíquicas, somáticas e espirituais.

Neste campo da relação entre teologia e experiências existenciais profundas do ser humano não se pode prescindir da contribuição das Igrejas Pentecostais. Uma “teologia da pentecostalidade” não seria uma contribuição original para uma aproximação do discurso teológico com as experiências mais profundas do ser humano, reivindicadas por Drewermann? Levantamos aqui a questão apenas como um tema que merece um aprofundamento posterior.

Bernardo Campos define pentecostalidade como

[...] aquele princípio e aquela prática religiosa moldada pelo acontecimento de Pentecostes. Trata-se de uma experiência universal que eleva à categoria de “princípio” (arqué ordenador), as práticas pentecostais que procuram ser concretizações históricas dessa experiência primordial<sup>260</sup>.

<sup>259</sup> DREWERMANN, Eugen. *Religião Para Quê?*

<sup>260</sup> CAMPOS, Bernardo. *Da Reforma Protestante à Pentecostalidade da Igreja*, p. 85.

Cabe à comunidade teológica perceber como um dos sinais dos tempos que a “teologia da pentecostalidade” a partir de uma práxis pentecostal que também evoca a libertação escatológica do ser humano seja expressão do sopro renovador do Espírito Santo para uma libertação da teologia do racionalismo ou o que as experiências pentecostais evocam como “poder do Espírito Santo”.

Para Drewermann, a função da religião é realizada quando consegue superar o medo pela confiança em Deus. É necessária uma nova linguagem para a teologia, fundada no mito e na experiência simbólica para uma comunicação existencial com o ser humano e não apenas fórmulas dogmáticas e axiomas que não dizem nada ao coração, que, segundo a tradição bíblica é o centro das decisões do ser humano.

O método histórico-crítico de leitura da Bíblia que inspira toda a mediação hermenêutica do discurso teológico da TL, pouco oferece para uma leitura mais existencial e personalizada da Palavra de Deus para o sujeito crente que busca esperança, alívio, consolação e cura em suas mais diversas situações. Aqui se abre a possibilidade de um diálogo entre a hermenêutica da TL e uma hermenêutica personalizante na leitura da Palavra de Deus conjugando libertação sócio-política e libertação pessoal de todos os condicionamentos psico-sociais que impedem a participação do sujeito como ser livre, adulto e responsável na construção de um projeto de nova sociedade. Somente uma pessoa que está de bem consigo mesmo pode estar bem com Deus e as outras pessoas. Essa relação entre uma “libertação interior” e o projeto de libertação de toda a humanidade merece ser aprofundada teologicamente.

No diálogo com a psicanálise a TL se vê desafiada a ampliar seu conceito de libertação não o restringindo à esfera sócio-político-econômica. O conceito de libertação também precisa ser recolocado no seu sentido verdadeiro, purificando-o de uma compreensão maniqueísta que se impõe pelo discurso de várias vertentes do movimento pentecostal, como libertação de forças demoníacas externas ao ser humano. A psicanálise pode ser uma mediação significativa para libertar a teologia de toda tentativa de manipulação e identificação de fenômenos antes de tudo psíquicos com manifestações sobrenaturais de forças divinas ou demoníacas justificados com um discurso religioso.

### 2.7.2 Incidências na prática do CECA

Considerando estes desdobramentos da TL e sua revisão crítica e a prática do CECA em seus trinta anos de história, podemos inferir algumas conclusões sobre as ênfases e opções teológicas do CECA e sua evolução. O CECA acompanhou todo o processo de reflexão e crise da TL. No primeiro período de sua história priorizou o enfoque sócio-político e econômico da TL no campo da formação política e eclesial do público de seus mais diversos cursos e seminários bem como no conteúdo de suas publicações. Com a contribuição do Grupo de Estudos de Teologia em Contextos de Exclusão, no Plano Trienal 2002-2004, o CECA contempla a necessidade desses novos enfoques e abordagens da TL<sup>261</sup> na perspectiva de uma libertação da teologia do etnocentrismo que vai ser trabalhada no CECA em parceria com o CECUNE com alguns cursos de formação na ótica de uma Teologia Negra, como se pôde observar no histórico da entidade já relatado.

O enfoque ecológico holístico também esteve presente em algumas atividades no campo da formação permanecendo o desafio da “construção de um novo paradigma ecológico, onde nós seres humanos e natureza, não seríamos mais vistos separados e justapostos, mas sim vistos como um todo. Trata-se de uma visão holística, pela qual somos parte intrínseca da natureza.<sup>262</sup>”. Embora essa temática não esteja explícita no atual Plano Trienal da entidade, o CECA, em articulação com ONGs mais especializadas na questão poderá aprofundar sua reflexão teológica e prática ecumênica no diálogo com os setores que se preocupam com a vida de toda *oikoumene* no seu sentido mais amplo.

A partir da década de noventa<sup>263</sup>, o CECA vai priorizar a TL na perspectiva da Teologia Feminista, num processo de aprofundamento e conscientização crescente em torno da reflexão sobre a questão de gênero, com avanços e recuos, diante dos desafios e impasses que a própria temática traz dentro de uma cultura patriarcal e excludente da participação efetiva das mulheres dentro do próprio CECA, nas Igrejas e na sociedade. O Plano Trienal 1993-1995 vai apresentar as questões de gênero como eixo temático dos cursos e seminários

<sup>261</sup> CECA. *Plano Trienal 2002-2004*, p. 33.

<sup>262</sup> Entrevista n. 07, com Benno Asseburg.

<sup>263</sup> O CECA insere-se no contexto da Década da Mulher (1988-1999) declarada pelo Conselho Mundial de Igrejas e da ICAR no Brasil que em 1990, realiza sua Campanha da Fraternidade com o tema “Fraternidade e Mulher” e o lema “Mulher e Homem – Imagem de Deus”. A revista CECA - Informação - Formação - Experiência, n.04 de 1989, está voltada para o tema da mulher sob o título “O Feminino da Humanidade”.



do CECA em vista da definição de uma política de gênero para a entidade<sup>264</sup>. Considerando as sugestões feitas pela avaliação externa do CECA, em 1992, no Plano Trienal 1996-1999 o CECA se propõe a apoiar a luta das mulheres. “O CECA quer compreender os seus esforços para encontrar (através de seu projeto ‘Gênero’) sua forma específica de apoio e contribuição a essas lutas que possam libertar o ‘gênero’, tanto o feminino quanto o masculino, para a construção solidária da cidadania<sup>265</sup>”. Esse Projeto Gênero tinha por objetivo “elaborar o específico das relações de gênero na realidade sul-brasileira e latino-americana para servir à análise e intervenção do CECA e dos grupos nas relações de poder no cotidiano e na ação social, eclesial e política<sup>266</sup>”. A questão de gênero não perpassa ainda o todo da ação e reflexão teológica do CECA, mas é uma ação ainda pontual chamada “Oficinas de Relações de Gênero”. Apesar de o CECA realizar, através do Programa Solidariedade e Cidadania, o Curso de Formação de Promotoras Legais Populares e outras oficinas com mulheres, o tema “Gênero”, não é desenvolvido no Plano Trienal 1999-2001 e aparece somente como uma atividade – oficina de relações de gênero – dentro do espaço cultural recreativo do referido programa<sup>267</sup>. Podemos supor que antes de uma reflexão mais sistemática, o CECA, a partir de uma nova práxis, vai tecendo num lento processo de amadurecimento e aprendizado desse enfoque teológico como princípio constitutivo da entidade. A partir do Plano Trienal 2002-2004 intitulado “Relações de Gênero e Defesa de Direitos, Sinais de Justiça e de Paz numa Perspectiva Ecumênico-Libertadora”, a perspectiva de gênero deveria perpassar todos os programas desenvolvidos pelo CECA, reafirmando sua opção pela Teologia da Libertação, pois “na voz dos povos indígenas e afros, na reflexão de gênero e na hermenêutica feminista, a Teologia da Libertação continua nos encantando por sua simplicidade e pelo fato de ser expressão dos sonhos e desejos populares que brotam desde o cotidiano da vida<sup>268</sup>”.

O CECA não abdica do conceito básico de libertação, como estruturante de sua construção discursiva. Todavia assume as variáveis micro-sociais que vão ocupando espaço na agenda da reflexão teológica e no campo das análises estruturais.

Quando se encara o aspecto político, percebe-se que é importante para a Teologia da Libertação desenvolver uma abordagem que contemple a dimensão lúdica das pessoas e considere as variáveis do psíquico humano, com toda a sua riqueza,

<sup>264</sup> Cf. CECA. *Plano Trienal 1993-1995*, p.15.

<sup>265</sup> Cf. CECA. *Plano Trienal 1996-1999*, p.11.

<sup>266</sup> Ibidem, p. 29.

<sup>267</sup> Cf. CECA. *Plano Trienal 1999-2001*, p. 06.

<sup>268</sup> Cf. CECA. *Plano Trienal 2002-2004*, p. 16.

incluindo o imaginário e toda a gama desejante. Torna-se imprescindível também ampliar o leque hermenêutico para uma consideração eco-teológica<sup>269</sup>.

Com a participação do CECA nos Fóruns Sociais Mundiais, a realização dos Cursos de Extensão em Ecumenismo, a perspectiva do diálogo inter-religioso entra na agenda do CECA. O CECA continua, pois, tendo a Teologia da Libertação como marco teológico mas o enfoque das relações de gênero - libertação da teologia do androcentrismo - e o enfoque do diálogo inter-religioso - libertação da teologia do cristocentrismo exclusivista assumem certa prioridade no campo da reflexão e atuação do CECA, embora ainda carecendo de um espaço mais organizado de reflexão que fundamente essas opções pastorais e ilumine à luz da Palavra e seu papel na conjuntura social e eclesial. Esse aspecto será aprofundado ao abordarmos a proposta de ecumenismo do CECA, sua evolução e prática ao lado do processo de revisão crítica da Teologia da Libertação.

---

<sup>269</sup> Cf. CECA. *Plano Trienal 2002-2004*, p. 33.

### 3 O ECUMENISMO DO CECA

#### 3.1 O CECA NO CONTEXTO DO MOVIMENTO ECUMÊNICO

O movimento ecumênico moderno tem o ano de 1910, com a Conferência Mundial de Missão, em Edimburgo, Escócia, como seu marco histórico fundacional depois de várias iniciativas em nível nacional na Europa. Em 1916, realiza-se o Congresso do Panamá, como marco do movimento ecumênico no continente latino-americano. Em 1948 é fundado o Conselho Mundial de Igrejas – CMI<sup>270</sup>. O CECA surge após a entrada da Igreja Católica Romana no movimento ecumênico, sob o pontificado de João XXIII<sup>271</sup>. Em 1982, é fundado o Conselho Latino Americano de Igrejas – CLAI e, no Brasil, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs – CONIC.

Considerando os vários horizontes de compreensão do ecumenismo, assumimos a definição apresentada no Concílio Vaticano II:

Por 'movimento ecumênico' entendem-se as atividades e iniciativas que são suscitadas e ordenadas, segundo as várias necessidades da Igreja e oportunidades dos tempos, no sentido de favorecer a unidade dos cristãos<sup>272</sup>.

---

<sup>270</sup> O CECA publicou a tradução de um artigo de Baldur van Kaick, publicado na revista *Oekumenische Rundschau*, na Alemanha sobre a história do movimento ecumênico mundial. Cf. KAICK, Baldur van; RAISER, Konrad. *Movimento Ecumênico*.

<sup>271</sup> No Rio Grande do Sul, apesar das restrições da ICAR à participação no movimento ecumênico, desde 1957, já se realizavam encontros entre os professores de teologia do Colégio Cristo Rei e do Morro do Espelho – IECLB, tendo entre seus precursores, Pe. Frederico Laufer S.J (ICAR) e Pastor Bertholdo Weber (IECLB). Em 1969, fundou-se o primeiro organismo ecumênico de serviço, no Brasil: o Serviço Interconfessional de Aconselhamento – SICA, com participação da ICAR.

<sup>272</sup> COMPÊNDIO VATICANO II. *Unitatis Redintegratio*, n. 04, p. 314.

Portanto, quando estamos falando de ecumenismo, nos referimos ao diálogo entre as igrejas cristãs ou entre os membros dessas Igrejas através de várias formas de organização, especialmente de entidades e organismos ecumênicos. O diálogo entre as religiões que denominamos como diálogo inter-religioso extrapola os objetivos desse trabalho, embora o CECA, nos últimos anos, tenha tomado iniciativas neste campo, o que também nos faz tecer algumas considerações quanto ao futuro ecumênico da entidade. A bibliografia sobre a prática, caracterização e conceituação do ecumenismo na América Latina é vasta<sup>273</sup>. Na esteira da Teologia da Libertação, o movimento ecumênico na América Latina privilegiou a ortopraxia deixando em segundo plano, ou até mesmo, prescindindo do mesmo, o diálogo doutrinal teológico, a ortodoxia, especialmente nos chamados organismos ecumênicos, cujos sujeitos eram militantes e agentes de pastoral sem delegação oficial das Igrejas ou mandato eclesiástico. No transcorrer dessa parte de nosso trabalho podemos perceber essa relação entre o ecumenismo preconizado pelo CECA e a TL enquanto marco teológico de toda a prática do CECA. As ênfases e enfoques teológicos assumidos pelo CECA e o processo de revisão crítica da TL incidirão diretamente na prática ecumênica do CECA.

O CECA não nasceu ecumênico, como já constatamos na retrospectiva histórica feita no início desse trabalho. Neste capítulo queremos apresentar os fatores sociais, eclesiais e políticos que influenciaram no que denominamos como processo de ecumenização do CECA. Neste processo coexistiram várias compreensões e práticas de ecumenismo. Analisando as fontes documentais e o testemunho de pessoas que contribuíram neste processo queremos caracterizar a compreensão de ecumenismo do CECA e sua contribuição para o movimento ecumênico no Brasil e na América Latina.

### **3.2 O CECA COMO CENTRO DE EVANGELIZAÇÃO E CATEQUESE CATÓLICO ROMANO**

Em 1986, Dom Sinésio Bohn, Bispo da Diocese de Novo Hamburgo, foi transferido e nomeado como Bispo da Diocese de Santa Cruz do Sul. Foi nomeado em seu lugar Dom Boaventura Kloppenburg, OFM, membro da Comissão Internacional de Teologia da Santa Sé, conhecido pela oposição sistemática à Teologia da Libertação e todos os organismos eclesiais

---

<sup>273</sup>Tomamos como base autores como Gerhard Tiel, Theo Buss, Julio de Santa Ana, Gottfried Brakemeier, Juan Bosch Navarro, cujas obras estão relacionadas na bibliografia desse trabalho.

nela inspirados<sup>274</sup>. No dia 07 de setembro de 1986, Dom Boaventura toma posse como Bispo da Diocese de Novo Hamburgo.

Numa reunião do Conselho Deliberativo e Comissão Executiva do CECA, em 13 de julho de 1987, pela primeira vez, aparece explicitamente o critério “*ecumenismo*” para a composição dos cargos diretivos da entidade<sup>275</sup>. Com a assessoria de Celso Gaiger, na Assembléia Ordinária do CECA, realizada no dia 17 de agosto de 1987, a partir de uma reforma nos seus estatutos, a entidade passou a se denominar “Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria”, mantendo a mesma sigla CECA. Assim foram definidas as finalidades do CECA: a) Refletir e assessorar movimentos populares e atividades pastorais das igrejas cristãs. b) Criar condições para a formação teológica e metodológica de agentes de pastoral, capacitando-os a animar e aprofundar em suas comunidades a vivência do Evangelho. c) Organizar, sistematizar e distribuir material vindo das Comunidades Eclesiais de Base e/ou da pastoral em geral, para intercâmbio de experiências e de estudos feitos na base, assim como distribuir material produzido por outras entidades que abordem temas da teologia pastoral e metodologia de ação. d) Elaborar e divulgar estudos, análises e subsídios sobre evangelização, participação popular e de questões sócio políticas, que possam oferecer instrumentos à ação pastoral das bases. e) Articular e co-participar, com outras entidades, na reflexão e ação comuns na organização e assessoria aos movimentos populares. f) Desenvolver intercâmbio com entidades e movimentos afins da América Latina<sup>276</sup>.

Como se pode observar, apesar da mudança de nome, definindo juridicamente a identidade ecumênica do CECA, a promoção da unidade dos cristãos e do movimento ecumênico não consta em seus objetivos. Pode-se supor que a dimensão ecumênica das atividades do CECA fosse considerada um pressuposto.

Dom Boaventura Kloppenburg fez uma visita oficial ao CECA no dia 21 de março de 1988<sup>277</sup> com objetivos claros de fazer uma intervenção na entidade. Assim Carlos Dreher relata esse encontro<sup>278</sup>:

---

<sup>274</sup> Tivemos acesso a vários artigos escritos por Dom Boaventura Kloppenburg, no Jornal do Brasil, em 1987, onde tece várias críticas sobre luta de classes, “mito da revolução”, salários, marxismo, etc.

<sup>275</sup> Cf. Ata n. 10. *Conselho Deliberativo e Comissão Executiva*. São Leopoldo, 13.07.1987.

<sup>276</sup> CECA. *Estatutos do Centro de Evangelização e Catequese – Segunda Alteração*. São Leopoldo: Arquivo do CECA, (mimeo), 1987.

<sup>277</sup> A ata oficial desse encontro não foi registrada no Livro de Atas do CECA. Obtivemos esta data através do projeto de construção da nova sede do CECA, onde se faz uma memória desse histórico encontro.

Um dia de fato, recebemos a notícia de que Dom Boaventura quer nos visitar. Ele veio acompanhado do pároco daqui da Matriz, da igreja do centro<sup>279</sup>. Nós fizemos uma apresentação e a gente notou nitidamente que ele se surpreendeu de saída. O presidente era um luterano, o vice-presidente era um católico leigo; o secretário... sei lá era um metodista ou episcopal. Diante da diversidade ecumênica, quando terminou a questão, depois de algum ele disse: “É, essa coisa do ecumenismo é realmente um problema”. Usou literalmente essa frase. Depois disse, não sei como exatamente, mas lembro como se fosse hoje: “Como Bispo da Diocese de Novo Hamburgo, eu não admito que lideranças da minha diocese leiam e utilizem material que não passou anteriormente pelas minhas mãos.” Tratava-se do material do CECA. Então creio que fui eu que disse (não quero ser o herói dessa história): “Dom Boaventura, o CECA não publica material para a sua Diocese, ele publica um material para lideranças num âmbito ecumênico, com uma teologia, uma reflexão, uma análise de conjuntura suficientemente clara, escrita de uma maneira simples para que em todas as igrejas as pessoas interessadas possam dispor de um bom material a ser utilizado”. Nós descobrimos uma coisa e dissemos para ele: “Se o senhor quiser proibir que os seus agentes de pastoral leiam uma coisa produzida pelo CECA, tem todo direito, mas o senhor não tem condições de proibir o CECA de continuar a publicar o que produziu”. E ele aceitou isso.

Nesta histórica reunião, entre os argumentos utilizados por Dom Boaventura para não apoiar as atividades do CECA eram de a entidade se baseava na Teologia da Libertação, usaria a análise marxista; pregaria o socialismo abertamente e que ecumenismo não se faria daquele modo<sup>280</sup>.

### 3.3 UM ECUMENISMO FUNDADO NA PALAVRA DE DEUS

A busca da unidade dos cristãos tem a Bíblia como elemento constitutivo fundamental. A Bíblia é uma realidade ecumênica em si mesma, pelo seu processo histórico de formação e redação; pelo uso comum entre as Igrejas; pela sua mensagem central que é o projeto do Reino que passa necessariamente pela comunhão fraterna de todos os filhos e filhas de Deus, como desejo explícito Seu (Mt 28,19-20) e pela realidade de conflitividade que perpassa os textos bíblicos. A unidade não nega a realidade do conflito. “A Bíblia sozinha não constitui o ecumenismo, mas o ecumenismo passa necessariamente por ela<sup>281</sup>”.

Essa mesma Bíblia também foi causa de divisão dos cristãos devido a critérios hermenêuticos diferentes. Com a Teologia da Libertação na América Latina, constrói-se o método sociológico de leitura da Bíblia (conhecido como a leitura pelos quatro lados: econômico, político, social e ideológico-religioso) que será o instrumental exegético do

<sup>278</sup> Entrevista n. 01, com Pr. Carlos Arthur Dreher.

<sup>279</sup> Conforme os registros do Livro Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de São Leopoldo, o referido pároco era o Pe. Orlando Algayer S.J.

<sup>280</sup> Cf. CECA. *Projeto de Construção da Sede*, p. 02.

<sup>281</sup> WOLFF, Elias. *Caminhos do Ecumenismo no Brasil*, p.206.

Centro de Estudos Bíblicos – CEBI. As mesmas lideranças formadas pelo COM de Caxias do Sul e pelo CECA vão organizar o CEBI Sul. É esse referencial de leitura da Bíblia que vai inspirar os cursos do CEBI Sul e do CECA. Neste sentido, pode-se apontar que a busca de um método comum de leitura e interpretação dos textos bíblicos é condição fundamental para o ecumenismo e o diálogo entre os cristãos. O CECA e o CEBI Sul fizeram essa experiência.

### 3.3.1 A articulação do CECA com o CEBI Sul

Desde 1976, o CECA se dedicava à formação bíblica dos agentes de pastoral<sup>282</sup>. O CECA participou diretamente da fundação do Centro de Estudos Bíblicos – CEBI, no ano de 1979<sup>283</sup>. Em março de 1981, acontece a primeira assembléia do CEBI Sul (abrangendo os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná)<sup>284</sup>, onde Milton Schwantes esteve presente assessorando um estudo sobre o profeta Amós. Ildo Bohn Gass que hoje coordena o setor de formação do CEBI Nacional assim descreve este período<sup>285</sup>:

O CEBI já tinha sua secretaria em Porto Alegre e era o Ramiro quem fazia essa secretaria<sup>286</sup>. Depois o Alcindo Dalcin entrou junto, quando saiu do Seminário Franciscano, o Orestes acolheu ele e integrou-o na equipe. Quando o CECA “desceu da serra”, CEBI e CECA se juntaram no mesmo espaço. Já eram duas instâncias autônomas uma da outra, até porque o CEBI Sul era vinculado ao CEBI Nacional. O CECA foi o espaço que abrigou e proporcionou a infra-estrutura para o CEBI Sul pudesse elaborar material, imprimir, expedir, articular e chamar para as assembléias. O CECA foi o apoio logístico do CEBI Sul. Mas o CEBI Sul sempre foi uma instituição à parte, mas intimamente trabalhando juntos, até porque as pessoas como Pe. Orestes, Pe Julio Giordani e Pe. Arlindo Fritzen e outros foram os primeiros que fizeram o curso nacional de um mês do CEBI, no Rio de Janeiro. A partir dessas pessoas o CEBI Sul foi organizado aqui. Quem mais levou à frente, por sua própria capacidade de articular as coisas, foi o Orestes. O Orestes, na verdade, personalizava o CECA e o CEBI Sul.

Uma das maiores contribuições do CECA para com o CEBI Sul foi a difusão e a multiplicação de subsídios fundamentados numa leitura popular da Bíblia. Os informativos do CEBI Sul e do CECA atestam isso pelos vários títulos que constam como disponíveis para a

<sup>282</sup> Cf. CECA. *Plano de Atividades para o exercício de agosto/83 a dezembro/84*, p. 13.

<sup>283</sup> Cf. CEBI. *Ata da Assembléia Geral de Fundação do Centro de Estudos Bíblicos*. Participaram desta Assembléia, representando o CECA, Ramiro Mincato (secretário executivo) e Ir. Antônio Cechin.

<sup>284</sup> A denominação CEBI Sul segue as orientações do CEBI Nacional. Hoje, cada estado tem uma articulação própria, ou seja, no Rio Grande do Sul temos o CEBI RS. A Região Sul do Brasil é denominada como Pólo Sul do CEBI. A história do CEBI no RS e a contribuição do movimento bíblico para o ecumenismo pode ser um bom campo de pesquisa.

<sup>285</sup> Entrevista n. 04, com Ildo Bohn Gass.

<sup>286</sup> O CEBI Sul e o CECA funcionaram desde o ano de 1982, num escritório, em Porto Alegre, no Bairro Partenon, até o ano de 1983. As cartas e circulares eram carimbadas com o timbre CECA/CEBI. Foi o ano em que Orestes Stragliotto saiu da Congregação dos Padres de São José de Murialdo, deixou Caxias do Sul e foi acolhido como padre diocesano na Diocese de Novo Hamburgo, por Dom Sinésio Bohn.

venda no setor de publicações do CECA.

### 3.3.2 A Pastoral Bíblica do CECA

O CECA estruturou um departamento bíblico no seu trabalho de formação de agentes, especialmente junto ao meio popular, em íntima colaboração com o CEBI Sul<sup>287</sup>. Os objetivos do departamento bíblico do CECA eram intensificar os grupos ecumênicos de base; elaborar material para celebrações bíblicas; fazer a Bíblia chegar cada vez mais nas mãos dos grupos populares; reescrever histórias bíblicas com personagens atuais; realizar encenações bíblicas<sup>288</sup>. Teve como uma de suas frentes de trabalho, as Escolas do Evangelho<sup>289</sup>, que aconteceram em nível de Rio Grande do Sul. Os participantes das Escolas do Evangelho<sup>290</sup> eram, na sua maioria, operários, donas de casa, empregadas domésticas, desempregados e lideranças de base das comunidades eclesiais e tinham os seguintes objetivos<sup>291</sup>:

- a) Buscar na Bíblia forças para enfrentar e resolver os problemas da classe popular para que ela se torne sujeito de sua própria história; b) descobrir na Bíblia formas de organização e libertação dos oprimidos; c) a partir da Bíblia e da reflexão sobre a realidade avançar na consciência social, comunitária e política; d) motivar o pessoal a participar das lutas da comunidade e movimentos populares; e) devolver ao povo a consciência de classe e a dignidade humana, recuperando sua história, para junto com seus companheiros, construir uma sociedade mais justa e fraterna.

O relato do departamento de formação do CECA testemunha que nas “Escolas do

<sup>287</sup> A formação bíblica em articulação com o CEBI Sul consta como terceiro programa do plano de Atividades do CECA para o exercício de agosto de 1983 a dezembro de 1984. Entre as atividades propostas está o Curso de Capacitação para Padres e Pastores; a Semana de Estudos e Assembléias anuais do CEBI Sul, semanas de estudos e aprofundamento para “Multiplicadores da Região Sul”, participação na criação da Escola Bíblica do CEBI para formação de “exegetas populares”, edição trimestral do Boletim do CEBI Sul, as Escolas do Evangelho.

<sup>288</sup> Cf. CECA. *Projeto Global de Manutenção do CECA para 1986*, p.20.

<sup>289</sup> Aqui é preciso ressaltar que esse trabalho no campo da pastoral bíblica relatado como atividade do CECA, mas que também consta nos relatórios de atividades do CEBI Sul, está muito influenciado pelo carisma pessoal de Orestes Stragliotto que além de suas atividades como pároco da Paróquia Santo Inácio de São Leopoldo, foi fundador de uma sociedade de vida comum reconhecida juridicamente pelo Bispo Diocesano Dom Sinésio Bohn (cf. o Direito Canônico da ICAR ainda em vigor), como “Sociedade do Evangelho”. Algumas pessoas que atuavam no CECA eram membros ou candidatos a pertencerem a essa sociedade que também visava formar agentes, inclusive padres, a partir de um carisma próprio na Igreja. A Sociedade do Evangelho hoje é personalidade jurídica civil da Fraternidade Apostólica da Boa Nova - FABN fundada pelo Pe. Orestes Stragliotto. Em 1986, também é fundada, por Cyzo Assis Lima, a Fraternidade Apostólica do Anúncio da Palavra – FAAP. Ambas as instituições são derivadas desse movimento original que se desenvolveu no Vale do Rio dos Sinos. As relações entre a Sociedade do Evangelho com o CECA mereceriam um aprofundamento que escapa aos objetivos desse trabalho.

<sup>290</sup> Em 1985, eram mais de 12 grupos que se reuniam semanalmente, atingindo em torno de 200 pessoas. Cf. Informativo CEBI Sul, Ano 04, n.10, abril de 1985, p.40.

<sup>291</sup> Cf. Projeto de auxílio financeiro do departamento de formação do CECA para “Cursos de Formação Social e Política” para o biênio 1985/86, [s.d.].



Evangelho<sup>292</sup>”, houve um aprofundamento maior da Bíblia a partir da ótica dos empobrecidos e conseqüente engajamento das pessoas em nível intra-eclesial e no movimento popular. Este trabalho com a Bíblia feito pelo CECA estava muito vinculado ao carisma do então secretário executivo do CECA, Cyzo Assis Lima. Cyzo Assis Lima e Ildo Bohn Gass assessoravam em conjunto esses grupos de leitura popular da Bíblia.

Ainda em 1984, houveram Cursos de Bíblia organizados pelo CECA. Isto foi uma iniciativa do Cyzo. O Cyzo tinha uma vocação para estudar Bíblia, promover a leitura da Bíblia, assessorar grupos. Juntos, estávamos na Paróquia Santo Inácio, acompanhando grupos que chamávamos de “Escolas do Evangelho”. Havia vários grupos na Paróquia. Havia um grupo que se reunia às quartas-feiras à noite, onde eu e o Cyzo repartíamos as assessorias. Era um grupo em nível de cidade que se reunia no CECA<sup>293</sup>. Os cursos de Bíblia que o CECA promovia eram muito pela paixão do Cyzo, do interesse dele do CECA também promover formação na área de Bíblia. [...] Aos poucos, como o CEBI era uma entidade especificamente preocupada com a questão bíblica, o CECA foi deixando para o CEBI esta função. De fato, no começo, o CECA organizava cursos bíblicos<sup>294</sup>.

### 3.3.3 O Curso de Capacitação Bíblica para Padres e Pastores

A Palavra de Deus foi o grande instrumento para o início do processo de “ecumenização” do CECA. No Centro de Espiritualidade Cristo Rei, de São Leopoldo, de 19 a 23 de abril de 1982, realizou-se a primeira etapa do Curso de Capacitação Bíblica para Padres e Pastores, com o tema “Monarquia e Profetismo<sup>295</sup>”. Era uma atividade conjunta entre o CECA e o CEBI Sul. Isso é corroborado pela memória de Carlos Arthur Dreher<sup>296</sup>:

Acho que esses cursos se tornaram referencial para todo o RS e se tornaram uma grande vertente ecumênica para o CECA. Mas, na verdade quem ainda fazia era o CEBI – Centro de Estudos Bíblicos, que funcionava como um departamento do CECA. O CECA entrava mais com a parte de análise de conjuntura desses cursos e com a venda de material. A nossa função – lembro muito, do Milton, eu, Pe. Orestes, Pe. Pedro Kramer; Nelson Tonello fez os primeiros cursos e depois começou também a assessorar - era dar uma visão geral de uma leitura bíblica,

<sup>292</sup> A primeira Escola do Evangelho a funcionar no CECA, iniciou no dia 10 de agosto de 1983. Orestes Stragliotto informa que o CECA criou um “fundo cooperativo”, dispondo 100 Bíblias para serem adquiridas pelos participantes da Escola do Evangelho pagando-as conforme as possibilidades de cada um. Uma das tarefas dos participantes era transmitir o jeito de ler a Bíblia que aprendeu na Escola do Evangelho numa reunião de grupos de base nas comunidades. Cf. Informativo do CEBI Sul, Ano 02, n.04, agosto de 1983, p.18.

<sup>293</sup> Participamos pessoalmente dos estudos bíblicos feitos nesta Escola do Evangelho que funcionava no CECA.

<sup>294</sup> Entrevista n. 04, com Ildo Bohn Gass.

<sup>295</sup> Participaram dessa primeira etapa 20 sacerdotes católicos e 04 pastores luteranos. Tratava-se de um curso em seis etapas realizadas ao longo de três anos. A assessoria desse primeiro curso esteve a cargo de Milton Schwantes e Carlos Dreher (IECLB) e Pedro Kramer (ICAR). Cf. Informativo CEBI Sul, Ano 01, n.00, maio de 1982, p.03. Pelas notícias do Boletim Informativo do CEBI Sul, foram realizadas três edições do Curso de Padres e Pastores até o ano de 1987.

<sup>296</sup> Cf. Entrevista n.01, com Carlos Arthur Dreher.

numa proposta libertadora latino-americana. Tudo isso estava dentro de todo o jogo da Teologia da Libertação. Como a gente praticava isso? Uma leitura bíblica que tentasse ser histórica e recompor as estruturas sócio-econômicas por detrás do texto e por detrás da realidade que o povo de Israel ou no tempo de Jesus se expressava. Toda a questão de um referencial teórico do CECA vem para mim mais pela vertente da Bíblia [...].

Os participantes se defrontaram com o “problema ecumênico” – a questão da celebração da eucaristia em comum com o reconhecimento mútuo dos ministérios - especialmente no momento da oração e das celebrações em comum<sup>297</sup>. Todavia, pode-se ver neste “problema” uma grande oportunidade de crescimento e diálogo ecumênico. A hospitalidade eucarística era praticada, mas sem um maior diálogo em torno da teologia e liturgia da celebração da Santa Ceia ou da Missa entre os participantes. O referencial comum era o compromisso com uma leitura ecumênica, popular e libertadora da Bíblia. Assim, Carlos Dreher continua descrevendo essa experiência<sup>298</sup>:

Eu me lembro que nós ousamos nestes encontros de Padres e Pastores [...] fazer uma coisa totalmente nova em termos ecumênicos que foi propor que em quatro noites diferentes sempre uma outra Igreja celebrasse a Santa Ceia ou Eucaristia e convidasse os demais, fizesse mesa aberta (hospitalidade eucarística). Era uma coisa mais de catacumba, não era tão oficializado. Foi muito importante e muito bonito! Um erro foi que a gente não pôde discutir aspectos confessionais divergentes. [...] O fantástico para nós era de que aquelas celebrações tinham uma efetividade que vai além de qualquer doutrina, porque todo mundo que estava participando ali no curso, estava engajado num determinado tipo de caminhada que era o acesso bíblico às camadas populares, como elemento de conscientização, fortificação de uma fé libertadora que promovesse mudanças sociais e políticas significativas. [...] Arrisco dizer que estas experiências foram as maiores impulsionadoras do movimento ecumênico aqui no Sul naquela época. Também em decorrência disso o pessoal se apercebeu da força do ecumenismo diante de qualquer mecanismo de repressão e se partiu para a idéia de o CECA se transformar num grande organismo também ecumênico naquele momento.

Mesmo assim, algumas dificuldades foram surgindo no caminho tais como: resistência de algumas Igrejas em aceitar o ecumenismo, com obstrução deliberada de alguns setores da hierarquia; o triunfalismo e monopólio da Igreja Católica Romana; o espírito anti-ecumênico de Igrejas de Missão e Pentecostais; problemas causados por práticas ainda não legitimadas pelo diálogo ecumênico oficial entre as Igrejas como a intercomunhão, a participação de mulheres nas consagrações; a linguagem técnica-analítica que se utiliza do marxismo em detrimento de uma linguagem mais própria do mundo bíblico-religioso; hinários com um matiz ideológico muito carregado; o método de leitura do CEBI tem

<sup>297</sup> Ibidem p. 03. O informe relata que “assim mesmo as celebrações da Palavra e os ‘devocionais’ foram preparados com carinho misturando-se cantos modernos com as melodias da mais antiga tradição luterana e alemã”.

<sup>298</sup> Entrevista n.01, com Carlos Arthur Dreher.

privilegiado a dimensão política da caminhada do povo e não consegue contemplar realidades como a dor, o sofrimento, a afetividade o que tem sido apropriado pelas Igrejas Pentecostais; tensão entre a leitura materialista do CEBI e a religiosidade popular<sup>299</sup>. A necessidade de encontrar uma forma mais apropriada para as celebrações ecumênicas e a articulação ecumênica de uma pastoral bíblica foi apresentada como uma das maiores dificuldades na caminhada do CEBI Sul<sup>300</sup>. Estas dificuldades eram compartilhadas pelas pessoas que atuavam no setor de formação do CECA.

Considerando as fontes documentais e os depoimentos de Ildo Bohn Gass e de Carlos Arthur Dreher, podemos concluir que a experiência compartilhada com o CEBI Sul, de uma leitura popular da Bíblia junto aos grupos de base e com a participação num primeiro momento, de pastores da IECLB, depois de outras confissões, nos Cursos de Padres e Pastores, foram instrumentos fundamentais para o desenvolvimento de uma ecumenicidade no CECA. O CECA começou a se tornar ecumênico quando passou a compartilhar com os irmãos e irmãs das Igrejas Cristãs a leitura da Palavra de Deus.

### 3.4 O PROJETO CONE SUL

Depois do 1º Encontro Internacional de Teologia Pastoral, realizado em 1980, em São Paulo, promovido pela Associação Ecumênica de Teólogos e Teólogas do Terceiro Mundo, sentiu-se a necessidade de articulação dos teólogos do Cone Sul da América Latina, até então isolados por causa dos regimes autoritários em vários países<sup>301</sup>. Pela primeira vez aparece o termo “ecumênico” nos encontros de teólogos e agentes de pastoral articulados pelo CECA e pelo COM. Em 1981, foi elaborado o projeto de um grupo multinacional voltado a um esforço de reflexão teológico-pastoral e de rearticulação dos países sob regimes ditatoriais. Orestes Stragliotto percorreu os países do Cone Sul para articular um primeiro encontro. Em Buenos Aires<sup>302</sup>, se reuniram os representantes de alguns países (Bolívia, Uruguai, Paraguai, Argentina, Chile e Brasil), onde foram traçadas algumas linhas do encontro e definido o objetivo do projeto: “Dinamizar a reflexão teológica via reuniões de pessoas de alto nível teórico e prático;

<sup>299</sup> Cf. SILVA, Dezir Garcia da. *CEBI Sul: Uma Radiografia da Caminhada*, p.03-05.

<sup>300</sup> Cf. Relatório da IV Assembléia – Informativo do CEBI Sul, Ano 03, n. 06, janeiro de 1984, p.48.

<sup>301</sup> Cf. GAIGER, Luiz Inácio. *Projeto Cone Sul – Relatório do Encontro de Lages*. São Leopoldo: Arquivo do CECA, (mimeo), 1987, p.01. Este é o relatório de um encontro realizado pelo grupo de brasileiros que participaram do 2º Encontro, em Santa Maria, em preparação ao 3º Encontro Ecumênico de Teologia Pastoral que se realizaria em Assunção – Paraguai, no ano de 1988. Neste encontro de Lages se fez uma retomada histórica do processo e uma avaliação crítica do que até aquele momento se realizou.

<sup>302</sup> Não constava a data da reunião desse encontro no relatório já referido.

desenvolver o *ecumenismo* na reflexão teológica e dar à mesma uma fisionomia mais agressiva, superando a visão culturalista e anti-marxista que retomava forças através do CELAM<sup>303</sup>.

### 3.4.1 O Primeiro Encontro Ecumênico de Teologia Pastoral do Cone Sul

O 1º Encontro de Teologia Pastoral do Cone Sul realizou-se de 19 a 24 de julho de 1982, em Caxias do Sul, RS, com a participação de teólogos e agentes de pastoral de cinco confissões: Metodista, Luterana, Presbiteriana, Pentecostal e Católica<sup>304</sup>. Conforme o documento final do encontro, estes agentes se reuniram para “provocar uma revitalização e atualização da reflexão teológica, à luz das experiências de fé dos cristãos comprometidos numa práxis de transformação das difíceis condições econômicas e dura repressão que o povo pobre vive nesta área do continente.”<sup>305</sup> O encontro se desenrolou segundo o método da Teologia da Libertação. Num primeiro momento fez-se uma leitura da realidade – mediação sócio-analítica – onde se destacou o recrudescimento das contradições sociais e econômicas na América Latina e a convivência das classes médias da sociedade (entre elas cristãos e pastores das Igrejas) com os sistemas de repressão; a deterioração progressiva da imagem dos militares e da ideologia de Segurança Nacional e o fracasso do modelo econômico. No momento da mediação hermenêutica, destacou-se a importância da leitura da Bíblia pelos pobres e o resgate da dimensão libertadora do que foi denominado como “cristianismo popular”.

É neste contexto de opressão que os participantes expressaram a importância da unidade dos cristãos. O ecumenismo, no Cone Sul, é visto como um instrumento na defesa dos direitos humanos e parte da práxis de libertação dos povos e não do debate doutrinal entre Igrejas:

O sofrimento e a luta vividos em comum, debaixo da opressão de um mesmo sistema, produziram efeitos providenciais, pois contribuíram para o afastamento de barreiras, favorecendo a criação de uma nova fraternidade, cujo espírito mudou profundamente o destino de nossas Igrejas. As fronteiras entre as diversas Igrejas cristãs tendem a desaparecer. O ecumenismo prático da base está nascendo de uma experiência comum de repressão e de unidade na defesa dos direitos humanos. O mesmo está acontecendo com as fronteiras entre as nações: o exílio forçado de milhares de camponeses,

<sup>303</sup> Ibidem, p.01.

<sup>304</sup> Os registros desse encontro não especificam claramente as denominações presentes. Pela citação dos presentes podemos deduzir que havia a presença da ICAR, da IECLB, da Igreja Pentecostal do Chile, Igreja Metodista da Argentina (Miguez Bonino).

<sup>305</sup> Cf. Revista SEDOC, n.10, p.685.

indígenas, sindicalistas, religiosos e dirigentes políticos estabeleceu entre eles laços de solidariedade jamais experimentados antes. Mais ainda, as divisões ente cristãos e não-cristãos estão lentamente desaparecendo, sendo unidos pela mesma vontade de libertação de seus povos. Irmanados no sofrimento, impelidos pela necessidade de uma ação unitária, os cristãos estão aprendendo a superar diferenças aparentemente irreduzíveis em nível de uma análise teórica ou de estratégias. Desta forma, forçou-se a abertura de portas que em tempo de tranqüilidade, provavelmente, teriam ficado fechadas indefinidamente<sup>306</sup>.

É inegável que a unidade dos cristãos está fundamentada no mistério da cruz do Senhor (Jo 11,50-52; 12,32). A dor e o sofrimento unem as pessoas. Aqui já temos uma ampla visão do projeto de ecumenismo em gestação no CECA, que iremos aprofundar num segundo momento. Sem dúvida, o contexto de repressão transcendeu as fronteiras eclesiais e provocou a unidade dos cristãos em processos revolucionários em vários países da América Latina. Os organismos ecumênicos se tornaram um espaço de articulação de agentes eclesiais que não encontraram apoio nas instituições eclesiásticas oficiais, e se reuniram em entidades como CECA e outras. Fica claro que não fazia parte da pauta o debate doutrinal entre confessionalidades diferentes reservado para a esfera institucional oficial, mas sim uma práxis de libertação do povo pobre. Esse compromisso ultrapassa as fronteiras do cristianismo, e numa perspectiva muito otimista, antevê o desaparecimento das divisões defendendo a idéia de um “macroecumenismo”<sup>307</sup> religioso.

### 3.4.2 O Segundo Encontro Ecumênico de Teologia Pastoral do Cone Sul

O 2º Encontro Ecumênico de Teologia Pastoral do Cone Sul realizou-se em Santa Maria – RS, de 06 a 10 de outubro de 1986. Pe. Orestes Stragliotto foi o secretário executivo do encontro, coordenando o processo de preparação e articulando os recursos que viabilizassem sua realização através da cooperação internacional. Em 1985, realizou-se, em Cochabamba – Bolívia, um Encontro de Cientistas Sociais<sup>308</sup> que se propuseram a fazer uma análise de conjuntura em torno dos processos de autoritarismo e democratização do Cone Sul, que servisse de aporte para o 2º Encontro Ecumênico de Teologia Pastoral<sup>309</sup>.

<sup>306</sup> Cf. Revista SEDOC, n.10, p.688.

<sup>307</sup> Cf. BARROS, Marcelo. *O Sonho da Paz*, p. 39. Não há consenso quanto ao uso desse termo, todavia, quando nos referimos ao diálogo do cristianismo com as grandes religiões e os cultos afro-brasileiros e religiões indígenas, optamos pelo termo “diálogo inter-religioso”.

<sup>308</sup> Cf. CECA. *Encuentro de Científicos Sociales*. São Leopoldo: Arquivo do CECA.

<sup>309</sup> As conclusões desse encontro foram publicadas como separata do Informativo do CECA, n.06 sob o título: “Situação Atual e Perspectivas do Cone Sul”. Participaram desse encontro Luis Barrios, Marcial Centro, Cândido Grzybowski, Horacio Irigoyen, Gustavo Loza, Cristina Torres, José Maria B. Casrdoner, Oscar Cuattromo, Pedro Güell, Assis Lima, Matthias Preiswerk e João R. Wanderley.

Esse encontro contou com a participação especial de Marcos Arruda, que expôs dois temas: a) “O Contexto Político-Econômico do Cone Sul: Modernização Capitalista com ou sem Autoritarismo”; b) “Movimentos populares no Cone Sul: O Desafio da Democracia Integral”. A equipe do CECA, em preparação a esse encontro fez um estudo onde sugeriu que se tratasse do tema “ecumenismo/unidade/diversidade”<sup>310</sup>, onde já se expressou o desafio de salvar a dimensão ecumênica da Teologia da Libertação apesar das perseguições feitas pela Santa Sé e do neoconservadorismo protestante, bem como uma interrogação sobre como caminhar com as igrejas pentecostais e as religiões afro-brasileiras. Todavia, estas considerações não foram levadas em conta durante o encontro. A práxis de libertação é o critério para o avanço do ecumenismo e o diálogo com setores marxistas da sociedade. Houve uma grande preocupação com a relação da pastoral popular com a religiosidade popular, procurando detectar seus aspectos alienantes, fatalistas, icônicos (dimensão crítica que se expressa inconscientemente na arte, nos ritos), culturais, simbólicos e o papel protagonista do povo. As “seitas” são apresentadas como uma forma típica de religiosidade popular; são vistas com desconfianças e consideradas alienantes e subservientes a uma política de dominação<sup>311</sup>.

Segundo a avaliação do grupo brasileiro, o 2º Encontro não trouxe grandes avanços, não teve uma identidade clara e enfrentou uma série de problemas de articulação em sua preparação em cada país, definição de critérios de participação e de continuidade em relação ao 1º Encontro. Todavia o grupo ainda destacou a importância da partilha de experiências e algumas pistas ao problematizar as práticas e os processos de transformação social na América Latina enfatizando a necessidade de uma maior definição de um projeto político factível e visível para as pessoas comprometidas nesse processo de transformação:

É mister buscar uma articulação mais estreita entre a mobilização via mística religiosa e a busca de alternativas vinculadas a mudanças sociais. Há que se refletir uma proposta metodológica de geração de espaços de poder, onde avanços concretos sejam a base de um processo de conscientização. Há igualmente que definir um

<sup>310</sup> Cf. CECA. *Relatório de Estudo em Preparação ao II Encontro Ecumênico de Teologia Pastoral*. São Leopoldo: Arquivo do CECA, (mimeo), 26/09/1986, p.08.

<sup>311</sup> Esta visão em relação às diversas Igrejas Pentecostais será dominante, no contexto de guerra ideológica que marcou o CECA, antes de se definir oficialmente como um centro ecumênico e dos acontecimentos de 1989. O movimento pentecostal é interpretado segundo a “teoria da conspiração”, isto é, a proliferação de Igrejas seria uma das estratégias dos serviços de inteligência dos Estados Unidos no combate ao marxismo e suas expressões, entre elas, a Teologia da Libertação na América Latina. Para uma compreensão desse enfoque sugerimos: LIMA, Delcio Monteiro. *Os Demônios Descem do Norte*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1987; ROLIM, Francisco Cartaxo. *Pentecostais no Brasil*. Uma interpretação sócio-religiosa. Petrópolis: Vozes, 1985.

projeto político de sociedade nova, formular uma proposta que signifique um passo realizável a mais na direção do Reino<sup>312</sup>.

### 3.4.3 A desarticulação do Projeto Cone Sul

O Projeto Cone Sul já estava agonizando pelas dificuldades já apontadas. Em julho de 1987, com a participação apenas do CECA e da equipe do Paraguai, numa reunião em Montevideo, fez-se um planejamento do processo de preparação do 3º Encontro Ecumênico de Teologia Pastoral. O não retorno às consultas e a situação vivida pelos agentes nos seus respectivos países, as dificuldades financeiras e falta de objetivos mais claros acabaram por inviabilizar a continuidade do projeto. Luiz Inácio Gaiger descreve outros elementos conjunturais no campo eclesial e político e da estrutura interna do CECA de influenciaram na desarticulação do Projeto Cone Sul<sup>313</sup>

Essa articulação do Cone Sul foi talvez, o último formato desse trabalho de articulação mais amplo do qual o Pe. Orestes participava. Por razões que não sei muito avaliar, foi perdendo élan, força, prioridade, condições e sua importância. Fizemos aquele encontro, em Santa Maria, que ajudei a organizar. A viagem que fiz ao Uruguai foi um fracasso na verdade. Seria uma reunião preparatória do 3º Encontro. [...] Esses encontros faziam parte de um contexto de lenta redemocratização desigual, de país para país. A Argentina era ainda mais militarizada na época. As coisas foram se desconstituindo. Creio que fez parte de uma circunstância em que a capacidade de articulação que o CECA tinha em nível mais amplo, através do Orestes, começava a arrefecer. Isso foi acontecendo com outros centros e outras iniciativas no campo pastoral, e, isso relacionado com a conjuntura mais ampla das próprias Igrejas, e a Igreja Católica Romana, em particular. Estávamos no pontificado de João Paulo II a todo vapor e bem estruturado, com todos aqueles processos de controle das Conferências dos Bispos e das nomeações dos bispos. Já havia um processo forte, nítido, de arrefecimento dessa linha pastoral crítica e socialista da Igreja e uma transferência dos ativos e dos locais de atuação para o movimento popular e político e o PT que estavam crescendo e se tornando capazes de chegar ao poder. Nessas ações, vira e mexe, vê-se que têm a influência de um líder. O Pe. Orestes foi perdendo essa capacidade e reconhecimento. A última fase da vida dele foi de menos evidência, mais recolhimento e de certo ostracismo. O Pe. Orestes, como outros na Igreja, tem uma personalidade muito forte e carismática, como de outros que depois vieram para o CECA e não há espaço para tanto carisma. Isso gera acomodações e as pessoas se retiram sem dizer os reais motivos.

### 3.5 O DESENVOLVIMENTO DA IDENTIDADE ECUMÊNICA DO CECA

A identidade ecumênica do CECA foi sendo construída historicamente de acordo com os personagens e cenários dessa história. O fato de ter nascido como uma entidade

<sup>312</sup> Cf. GAIGER, Luiz Inácio. *Projeto Cone Sul – Relatório do Encontro de Lages*. São Leopoldo: Arquivo do CECA. (mimeo), 1987, p.04.

<sup>313</sup> Entrevista n. 10, com Luiz Inácio G. Gaiger.

católica ainda vai influir muito nesse processo de ecumenização. Apesar de todos os esforços e boas intenções ecumênicas predominava uma visão catolicocêntrica na entidade<sup>314</sup>.

O CECA não era um organismo oficial da Igreja Católica. Era uma espécie de organismo alternativo, uma espécie de ONG religiosa católica. A grande novidade foi uma relação respeitosa, fraterna para com as diferentes Igrejas. Sua contribuição para o movimento ecumênico foi juntar em Caxias do Sul, por muitos anos seguidos, várias confissões do Cone Sul e até da América Latina.

A mudança da sede do CECA de Caxias do Sul para São Leopoldo, em meados de 1982, foi um marco importante para o início dessa construção ecumênica. Em 1983 já se apresentava como uma entidade de caráter religioso-ecumênico, onde expressa que “O CECA quer ser ecumênico, mas vê o ecumenismo como uma meta a ser alcançada através do compromisso de pessoas com a prática libertadora em particular na pastoral de base e nos movimentos populares<sup>315</sup>”. Registra-se que, em 1984, participou o primeiro membro não católico romano na equipe executiva do CECA<sup>316</sup>. Intensificar os grupos ecumênicos de base era um dos objetivos do departamento bíblico do CECA para o ano de 1986<sup>317</sup>. A partir de 1987, seria implantada a discussão ecumênica, principalmente partindo de publicações divulgadas pelo CECA e partilha de experiências com pastores e agentes de pastoral protestantes inseridos no movimento popular<sup>318</sup>.

Somente em 1987, o critério “*ecumenismo*”, é apresentado explicitamente para a composição dos cargos diretivos da entidade<sup>319</sup>. Em 1988, o CECA pediu ingresso na rede Latino-Americana da Comissão de Participação das Igrejas no Desenvolvimento - CPID do Conselho Mundial de Igrejas<sup>320</sup>. Erny Mügge esteve em Cuba representando o CECA, com outras entidades ecumênicas<sup>321</sup>.

<sup>314</sup> Entrevista n.05, com Cyzo Assis Lima.

<sup>315</sup> Cf. CECA. Folder de apresentação da entidade.

<sup>316</sup> Cf. CECA. *Plano Trienal 1990/1991/1992*, p. 02. Trata-se de Erny Mügge da IECLB. Neste plano se registra que um dos objetivos do CECA é incentivar a reflexão ecumênica junto à pastoral popular.

<sup>317</sup> Cf. CECA. *Plano Trienal 1987-1989*, p.37.

<sup>318</sup> Cf. CECA. *Ata da reunião de Avaliação das Atividades do CECA/1986*, p.04.

<sup>319</sup> Cf. CECA. *Ata n.10 – Reunião do Conselho Deliberativo e Comissão Executiva*. São Leopoldo, 13.07.1987.

<sup>320</sup> O CECA foi aceito oficialmente com membro da Red Latino-Americana de Grupos e Organismos Ecumênicos na reunião global que se realizou de 23 a 30 de abril de 1989, em São Paulo. Cf. CECA Informa, Ano I, n.04, maio de 1989. Uma delegação do Comitê Central do Conselho Mundial de Igrejas CMI, formada por: Sr. Dieter Knall – Bispo da Igreja Evangélica Luterana da Confissão de Augsburg, da Áustria; Mr. Peter Lodberg – da Igreja Luterana da Dinamarca; Dr. Ghassan Rubeiz – da Igreja Ortodoxa Antioquiana, do Líbano e Pastora Dra. Rena Smart da Igreja Metodista Episcopal dos EUA, se reuniram na sede do CECA, com padres e pastores do Vale dos Sinos e o Bispo da Diocese de Novo Hamburgo, com o objetivo de trocar experiências em nível de ecumenismo. Cf. Informativo CECA, Ano I, n. 03, agosto-setembro/1985, p.31.

<sup>321</sup> Cf. CECA. *Ata n.18 – Reunião da Comissão Executiva*. São Leopoldo, 02.05.1988.



Numa reflexão, onde participaram diretoria, conselho deliberativo e equipe executiva do CECA, realizada, provavelmente, em fins de 1987, por ocasião da avaliação e planejamento foram registrados alguns apontamentos que expressam a compreensão de ecumenismo da entidade neste tempo<sup>322</sup>.

Ecumenismo significa conseguir a unidade real do povo de Deus. Sendo vinculado diretamente à libertação do povo oprimido, compromete a entidade a assumir uma opção de classe. Até hoje tivemos no CECA somente um ecumenismo de convivência. Começamos a ser ecumênicos: faltam ainda algumas dimensões. Precisa haver na equipe – além da composição – uma convivência mais ecumênica. Temos de nos conhecer mais quanto a nossa confessionalidade. [...] A tarefa do CECA seria propiciar a vivência ecumênica na luta dos MP [movimentos populares], nos trabalhos e projetos de base. No que é libertação política, ajudar com reflexão de prática, incluir a dimensão ecumênica nas celebrações/manifestações na base. Por outro lado, a vinculação com as Igrejas cristãs é importante. Ter uma boa relação, sem criar dependência com estas Igrejas. A palavra-chave no ecumenismo é *penetração*<sup>323</sup>. [...] Este trabalho de penetração é também evangelização. Entende-se aqui evangelização como anunciar a Boa Nova de Jesus aos empobrecidos e oprimidos.

Analisando o referido documento, identificamos ainda alguns pontos na compreensão da identidade ecumênica do CECA, neste ano em que, juridicamente, passou a se denominar Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria: 1. necessidade de passar de um ecumenismo de co-existência pacífica para uma convivência a partir de um conhecimento mais profundo da confessionalidade e partilha de vida e compromissos mútuos entre os membros da equipe; 2. o ecumenismo é construído a partir da margem, a partir dos movimentos populares, onde o Cristo é pregado e não a partir de discussões doutrinárias nas instituições eclesiásticas; 3. superação dos preconceitos para com as Igrejas Pentecostais, antes denominadas como “seitas”; 4. necessidade de um trabalho de “penetração”, entendido aqui como uma inserção lenta e respeitosa da pauta ecumênica junto às diferentes denominações cristãs; 5. possibilidade de passar de um movimento de unidade para a unificação das Igrejas, a partir de um trabalho de libertação do povo oprimido; 6. busca de uma fundamentação (motivação) bíblica, eclesiológica e teológica da prática ecumênica; 7. há diferentes níveis de práticas ecumênicas: a) popular; b) agentes; c) cúpulas; 8. a existência de uma tensão entre ecumenismo e evangelização, tendo em vista que o segundo eixo ainda é marcado fortemente pela identidade confessional. Por isso o CECA se define como uma entidade de evangelização em vista de um projeto – o Reino – e não em função da

<sup>322</sup> Cf. Discussão interna sobre ecumenismo relatada num anexo ao relatório de atividades do CECA, do ano de 1987.

<sup>323</sup> O grifo é meu. O uso do termo “penetração” se refere à idéia de lenta inserção de uma reflexão e uma prática ecumênica nas Igrejas de onde vinham os quadros do CECA, especialmente através dos cursos de formação do CECA.

confessionalidade; 9. a necessidade de compreender a eclesiologia da Igreja Católica Romana, presente majoritariamente no meio popular e clarear as diferenças entre a pastoral das igrejas protestantes históricas e a pastoral católica.

Ao analisar as perspectivas do ecumenismo na América Latina, o CECA vê a dimensão ecumênica como elemento constitutivo da Igreja e parte de sua vocação profética. O ecumenismo deve ser considerado nos seguintes marcos teórico-práticos: a) Econômico: luta pelo direito econômico das maiorias; b) Eclesial: luta contra a privatização da fé que foi transformada num produto de consumo em vista de uma Igreja como “Comunidade Sanadora”; c) Humano: o ecumenismo como espaço de promoção e defesa da vida humana; d) Pastoral: um ecumenismo que leve em conta a satisfação das necessidades cotidianas mais elementares do povo que trabalhe com o factível e não somente o desejável e utópico. O movimento ecumênico é definido como “um espaço instrumental conflitual a serviço da Igreja que vai nascendo de baixo para cima<sup>324</sup>”. O projeto ecumênico do CECA, já aponta, neste período para um diálogo com as religiões afro-brasileiras, respeitando as suas variadas expressões de mística e religiosidade<sup>325</sup>. As dimensões teológica, eclesial, social e da alteridade são apresentadas como aspectos que fortalecem a prática e reflexão do ecumenismo nas comunidades populares. Assim define ecumenismo, Ary Vanazzi, então coordenador do setor de assessorias do CECA<sup>326</sup>.

É a superação das divisões eclesiais impostas. A busca de uma convivência como irmãos e uma crença num único deus. O que nos une nos faz quebrar as separações impostas é a vontade e a esperança de construirmos um mundo mais fraterno.

O Plano Trienal do CECA para os anos de 1990 a 1992 apresenta como um dos objetivos do setor de cursos e assessoria<sup>327</sup>:

Contribuir na formação teológico-ecumênica de agentes de base e de lideranças e educadores a serviço da Pastoral Popular, [...] abrindo caminhos para uma comunhão ecumênica de base entre as diversas igrejas cristãs e religiões afro, desde que nós possamos encontrar juntos na luta em favor do povo empobrecido.

<sup>324</sup> CECA. *Perspectivas do Ecumenismo na América Latina*, p.01-02.

<sup>325</sup> CECA. *Projeto Ecumênico*, p. 01. Embora não tenha data de publicação, este projeto foi redigido, provavelmente entre 1987 e 1989.

<sup>326</sup> Informativo CECA, Ano III, n.10, p.26.

<sup>327</sup> CECA. *Plano Trienal 1990-1992*, p.06. Neste mesmo plano apresentado para agências de cooperação internacional, propõe-se a realização de dois cursos de “ecumenismo de base” e pede-se um auxílio financeiro para a Pastoral Popular Luterana de Palmitos – RS.

Um marco teórico na fundamentação do projeto de ecumenismo do CECA foi a obra de Julio de Santa Ana<sup>328</sup> onde se assume a os vários sentidos que o termo *oikoumene* em suas dimensões geográfica, cultural, política e religiosa<sup>329</sup>. O programa “Ecumenismo: Igrejas, Religiosidade e Culturas” com o eixo temático: “Ecumenismo e a relação com organizações de base e instituições” tinha os seguintes objetivos: Proporcionar espaço para a partilha de experiências e para estudo e debate de temáticas ecumênicas; sensibilizar para o direito à alteridade; capacitar agentes de base e lideranças pastorais e religiosas para uma atuação no caminho da unidade a partir da diversidade; ajudar ao movimento ecumênico a construir uma articulação a partir das experiências de base<sup>330</sup>. Pastor Oneide Bobsin ainda apresenta uma das peculiaridades do ecumenismo proposto pelo CECA<sup>331</sup>:

O ecumenismo, para mim, era uma tática<sup>332</sup> para alcançar uma sociedade mais democrática, justa e inclusiva. Parece-me que por muito tempo o “ecumenismo” foi um instrumento para a libertação do “mundo/casa” – uma casa onde caibam todos, com fronteiras (paredes) transparentes. Portanto não era um instrumento pragmático. Com esta compreensão do ecumenismo como meio, não o distorcemos. Antes, vimos neste instrumento a realização dos objetivos do ecumenismo. Incoerentes, não éramos nós. Éramos, pois, um “ecumenismo” de pessoas ecumênicas, que, tendo o CECA como meio, elaborou uma metodologia do trabalho popular.

Assim, podemos deduzir algumas características do ecumenismo proposto pelo CECA para esse tempo entre os anos de 1983 a 1990. 1. A unidade que se busca é de todo gênero humano, de toda *oikoumene* a partir do compromisso com a luta pela defesa da vida. 2. O CECA vê no movimento ecumênico um serviço ao movimento popular. 3. Um ecumenismo identificado com a libertação integral da pessoa humana como meio de construção do Reino de Deus, onde a identidade confessional é secundária no processo. 4. Um ecumenismo em vista de uma Igreja Popular, a partir dos mais empobrecidos que transcende as fronteiras confessionais. 5. O compromisso e engajamento numa prática de libertação dos pobres é critério normativo para o diálogo ecumênico. 6. Um ecumenismo promovido mais por pessoas das Igrejas identificadas com uma metodologia de trabalho popular desenvolvida pelo CECA. É ecumenismo de forte caráter eclesial, mas não eclesiástico.

<sup>328</sup> SANTA ANA, Júlio H. de. *Ecumenismo e Libertação*.

<sup>329</sup> Cf. CECA. *Relatório das Atividades do 1º Semestre de 1993 e Planejamento do 2º Semestre de 1993 e 1994*, p. 14.

<sup>330</sup> *Ibidem*, p. 15.

<sup>331</sup> Entrevista n. 13, com Oneide Bobsin.

<sup>332</sup> O termo mais correto seria “estratégia”, pois significaria um princípio de ação. Táticas podem ser descartadas na medida em que alcancem ou não objetivos mais imediatos.

A partir de 1990, o CECA passa por um processo de reestruturação<sup>333</sup> provocada pela crise econômica do país (Plano Collor), as mudanças nas orientações das agências de cooperação internacional que transferiram recursos para o Leste Europeu e priorizaram projetos de caráter mais produtivo do que formativo, gerando uma grave crise financeira da entidade<sup>334</sup>. Nesse processo de reestruturação o ecumenismo é apresentado como um desafio constante. A crise econômica e busca de novos referenciais para um projeto político no contexto de crise do socialismo real como alternativa ao capitalismo neoliberal, fazem o CECA aprofundar sua identidade ecumênica. O respeito à diversidade e o reconhecimento dessa dimensão como inerente ao processo de construção da unidade se reflete na compreensão ecumênica do CECA. Assim descreve Benno Asseburg, então coordenador do setor de formação do CECA<sup>335</sup>:

O CECA *ecumênico* nasceu de um encontro. [...] Lá estavam padres católicos e agentes de Comunidades de Base, teólogos e estudantes da EST, pastores e leigos anglicanos e metodistas, pessoas do CECA, do então “Centro de Evangelização e Catequese”, todos eles encontrando-se na mesma luta. [...] Nela nos encontramos, como católicos, luteranos, anglicanos, metodistas. O que temos de diverso são nossas liturgias e nossa confissão de igreja. Se essas tradições de igreja diferentes nos levam a uma atuação conjunta, podemos fazer também uma reflexão teológica conjunta. [...] Quando você se encontra com o outro, você sempre vai se encontrar com o diverso. Mas o fato de você se encontrar, já mostra que você tem algo em comum com o outro. Então, tem que procurar o que é comum e o que tem que ser diverso e permanecer diverso. Porque se não mantermos essa dialética de *comunidade* (que se baseia no que temos em comum) e diversidade não se dará mais o encontro. Precisamos aquela diversidade sadia que sempre está aberta para o encontro com o outro. Assim eu entendi o trabalho do CECA que nunca forçou ninguém de qualquer igreja a mudar algo na sua confissão. Mas abriu sempre o espaço para conhecer a diversidade e para expressá-la de forma conjunta na prática e também na reflexão teológica, mas sempre de forma aberta para que o outro pudesse continuar sendo o outro na celebração da *comunidade*.

No triênio de 1993 a 1995, a tensão entre o ecumenismo prático do CECA e o ecumenismo institucional é superada pela necessidade do diálogo e da articulação entre as diferentes instâncias onde “a histórica relação do CECA com as organizações populares e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de um trabalho junto aos organismos das Igrejas Cristãs, tem revelado a necessidade do CECA de estabelecer uma relação mais permanente que

<sup>333</sup> Cf. CECA. Ata n.40 – *Assembléia Geral Ordinária*. São Leopoldo, 17.09.1990.

<sup>334</sup> Esta questão nós abordamos no primeiro capítulo dessa dissertação. Aqui nos atemos nas consequências para a identidade ecumênica do CECA. Cf. CECA. *Revisão do Plano Trienal – Reestruturação do CECA*. São Leopoldo: Arquivo do CECA, (mimeo), 1990.

<sup>335</sup> Entrevista n. 07, com Benno Asseburg.

articule as várias formas de vivência da experiência cristã e da organização popular<sup>336</sup>”. Nesta perspectiva é importante ressaltar a contribuição, em nível local, na articulação do Serviço Ecumênico Leopoldense - SELEO<sup>337</sup> assim relatado por Lori Altmann<sup>338</sup>:

Têm algumas coisas bem locais que até em alguns momentos foram desmerecidas, mas que para mim são importantes. É a partir do local que você vai dar a densidade para uma participação em nível mais amplo. Eu poderia mencionar a participação no SELEO (Serviço Ecumênico Leopoldense). Eu procurei participar regularmente das reuniões do SELEO, das atividades do SELEO que tinham alguns momentos fortes que eram a Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, o Dia Mundial de Oração, o Dia da Bíblia ou Semana da Bíblia, o Dia de Ação de Graças. Eram alguns momentos onde havia uma integração maior. Os momentos de encontro do próprio SELEO eram muito ricos porque eram oportunidades de se sentar juntos, fazer uma reflexão bíblica ecumênica conjunta e fazer uma troca do cotidiano dos padres, pastores, pastoras – eu era a única na época. Isso foi um aspecto novo, porque no SELEO tinham algumas mulheres que participavam que eram leigas: uma professora católica, uma catequista. Como a maioria eram padres e não existe ordenação de mulheres na Igreja Católica Romana, havia pouca participação de mulheres no SELEO. Mas, era um espaço do ponto de vista ecumênico muito rico. [...] Quem geralmente puxou o SELEO foram pessoas ou do CECA ou da Paróquia Santo Inácio e, dependendo de quem estava no pastorado na paróquia luterana do centro. Havia também a participação regular do pastor da Igreja Episcopal Anglicana. O SELEO, como espaço ecumênico, nunca conseguiu, por exemplo, passar das Igrejas históricas. O ecumenismo do SELEO ficou restrito às Igrejas históricas.

O CECA também organizou o que denominou como Espaço Ecumênico que pretendia ser um lugar de encontro, reflexão e celebração para as pessoas de fé preocupadas com a caminhada ecumênica a partir do engajamento da prática das pessoas em suas Igrejas. Esses encontros eram realizados todas as primeiras segundas-feiras de cada mês, em São Leopoldo, na Igreja Episcopal Anglicana<sup>339</sup>.

A partir do ano de 1996, o CECA entende seu papel ecumênico “no sentido da criação de elos de informação, intercâmbio e desafios entre práticas populares de caráter ecumênico e religioso e as Igrejas e instituições ecumênicas<sup>340</sup>”. O ecumenismo consta, pela primeira vez, como um programa do CECA. Trata-se do programa “*Oikoumene*” que tinha por objetivos: a) Articular e desafiar o movimento ecumênico, igrejas e movimentos

<sup>336</sup> Cf. CECA. *Plano Trienal 1993-1995*, p. 15. Em março de 1995, o CECA assessorou o segundo encontro dos delegados diocesanos para o ecumenismo e diálogo inter-religioso da ICAR, realizado em Santa Cruz do Sul. Propôs-se uma aliança para o CECA assessorar esses encontros que não foi efetivada. Cf. CECA. Ata n. 101 - *Comissão Executiva*, São Leopoldo, 03/04/1995.

<sup>337</sup> O SELEO foi fundado oficialmente com essa denominação no dia 03 de outubro de 1995 (Cf. SELEO, *Livro de Atas*), embora já tenha funcionado desde a década de 70, como “Grupo Ecumênico”, onde se destaca a participação de Orestes Stragliotto, Bertholdo Weber (IECLB) e Luís Osório Prado (IEAB).

<sup>338</sup> Entrevista n. 08, com Lori Altmann.

<sup>339</sup> Cf. CECA Informa, Ano VII, n. 70, junho de 1995.

<sup>340</sup> Cf. CECA. *Plano Trienal 1996-1998*, p. 05.

religiosos para a troca de experiências, estudos e debates; b) Divulgar novas experiências e propostas ecumênicas; c) Capacitar lideranças pastorais leigas e religiosas para atuação no caminho da unidade respeitando a diversidade religiosa e cultural; e) Estabelecer relações com entidades afins, no âmbito nacional e internacional, a partir da prática e propostas ecumênicas do CECAS, buscando novos conhecimentos e metodologias; f) Realizar pesquisa sobre a situação ecumênica e religiosa no sul do Brasil e elaborar subsídios para o CECA, igrejas e movimentos religiosos<sup>341</sup>. Neste triênio, o CECA procurou uma relação mais estreita com as Igrejas, chegando a reivindicar o status de representação regional do CONIC<sup>342</sup> e procurou uma maior aproximação com as Igrejas Pentecostais e outras Igrejas Evangélicas (embora as iniciativas tenham sido muito tímidas neste campo). Um dos instrumentos utilizados para a formação de lideranças da pastoral popular numa perspectiva ecumênica foi o Curso Ecumênico de Metodologia Pastoral – CEMPA.<sup>343</sup> O CEMPA foi articulado pelo CECA desde o ano de 1994 e se realizou até o ano de 1999, com os objetivos de “Refletir, aprofundar e qualificar o método e a mística do trabalho comunitário libertador; unir lideranças leigas de diversas confissões para a vivência, celebração e troca de experiências ecumênicas e para o estudo de metodologias na pastoral e ação social<sup>344</sup>”.

O CECA, no período de 1999 a 2004, vai incluir a promoção do ecumenismo no programa “Fé e Cidadania” de seus Planos Trienais. A dimensão ecumênica é constitutiva da missão do CECA definida como a de “contribuir para a transformação social e para a construção de uma sociedade democrática, justa e participativa numa perspectiva ecumênica”<sup>345</sup>. O CECA está num contexto de desencanto por uma prática pastoral na perspectiva de uma transformação social que emergiu da Teologia da Libertação e o refluxo para uma ação mais assistencialista em vista de respostas mais imediatas das necessidades da população empobrecida. As Igrejas recuam em suas trincheiras, num confessionalismo amedrontado diante do crescimento do pentecostalismo e de novos movimentos religiosos. Por isso o CECA insiste no rompimento de fronteiras, através da troca de experiências, da capacitação de lideranças no plano teórico metodológico para uma ação ecumênica

---

<sup>341</sup> Cf. CECA. *Plano Trienal 1996-1998*, p. 14.

<sup>342</sup> No dia 26 de setembro de 1995, a sede nacional do CONIC foi transferida para Brasília. Desde sua fundação a sede nacional funcionava em Porto Alegre. No início, o Serviço Interconfessional de Aconselhamento – SICA assumiu a representação do CONIC no RS. A partir de 1998, constituiu-se o CONIC-RS com representantes de Igrejas e organismos ecumênicos. O CECA, hoje, é membro do CONIC-RS.

<sup>343</sup> Cf. CECA. *Plano Trienal 1996-1998*, p. 18.

<sup>344</sup> Cf. Folder de divulgação do Curso. O CEMPA também foi denominado como “Curso Ecumênico de Metodologia Pastoral e Ação Social”. A denominação variava conforme o ano de edição do curso.

<sup>345</sup> Cf. CECA. *Plano Trienal 2002-2004*, p. 07.

libertadora<sup>346</sup>, a articulação de pessoas ligadas às Igrejas Evangélicas nos encontros de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)<sup>347</sup>, realizar visitas anuais às lideranças das Igrejas, e o desenvolvimento de uma espiritualidade ecumênica da práxis social a partir da fé, confecção de uma agenda ecumênica de eventos, e auxílio na articulação da Campanha da fraternidade do ano 2003 desde a temática da “Água”<sup>348</sup>.

### 3.5.1 O Curso Ecumênico de Pastoral Popular

A idéia de construir grandes espaços de formação ecumênica, de caráter massivo, nasceu na América Latina, em Lima – Peru, com Gustavo Gutiérrez, através do Centro Bartolomeu de Las Casas<sup>349</sup>. No verão de 1988, coordenado pelo Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular – CESEP, de São Paulo, realizou-se um dos maiores momentos de formação de massa até então no Brasil. Num grande mutirão, agentes de pastoral, lideranças do movimento popular e das Comunidades Eclesiais de Base, com a assessoria de especialistas, partilham suas experiências e vão sistematizar teológica, bíblica, eclesial, social e politicamente sua prática<sup>350</sup>. Para os organizadores do Curso de Verão havia também algumas prioridades quanto ao público alvo que foram assim definidas<sup>351</sup>:

a) responder à demanda de formação dos meios populares e de quantos agentes de pastoral, pastores, religiosos, que aí consagram suas energias e empenho pastoral; b) dedicar especial atenção aos leigos, pois são, para eles, menores as possibilidades de formação, e sobre eles repousa grande parte do testemunho cristão no mundo de hoje; c) acolher os jovens que constituem um setor crescente na vida das Igrejas, com responsabilidades cada vez maiores no apostolado social, na animação do canto e da liturgia e mesmo no campo crucial da formação e transmissão da fé: são jovens, a maior parte dos catequistas de primeira eucaristia e crisma na Igreja Católica e dos responsáveis das Escolas Dominicais nas Igrejas Evangélicas.

<sup>346</sup> Cf. CECA. *Plano Trienal 1999-2001*, p. 08.

<sup>347</sup> No dia 26 de março de 1992, realizou-se, a convite do CECA, um primeiro encontro ecumênico com o objetivo de prestar um apoio ao espírito ecumênico do 8º Encontro Intereclesial de CEBs. (Cf. Encarte do CECA Informa, Ano IV, n.35, abril de 1992, intitulado “Por Uma Expressiva Participação Ecumênica no VIII Intereclesial de CEBs”). Além de representantes da Igreja Metodista e da IECLB, estiveram presentes o secretário geral do Intereclesial, Egídio Fiorotti e o pastor luterano Marcos Bechert, de Santa Maria. Este fórum foi mantido para divulgar os encaminhamentos do Intereclesial no mundo protestante e articular a participação ecumênica. Um resultado desses encontros, foi a liberação de duas pessoas com a finalidade de articular as Igrejas. As duas pessoas liberadas foram Edelberto Behs (IECLB) e Rute da Silva Moraes (Igreja Metodista). O CECA, CEBI/Nacional, CEBI/Sul e CEBI/PR assumiram os custos financeiros. Cf. CECA Informa. Ano IV, n.38, julho de 1992. Esses encontros sucederam-se até o ano de 1995.

<sup>348</sup> Cf. CECA. *Plano Trienal 2002-2004*, p. 24-27.

<sup>349</sup> Cf. CECA. *Curso de Verão RS 1993*, p. 1.

<sup>350</sup> Os cursos são ecumênicos, quanto aos participantes, assessores, conteúdos e celebrações e quanto ao serviço prestado às Igrejas e às comunidades no campo de formação e procuram dar especial atenção à formação dos leigos e jovens. Cf. CESEP. *Relatório do 2º Seminário Cursos de Verão e Inverno*. São Paulo: Arquivo do CECA, fevereiro de 1993, p. 13.

<sup>351</sup> Cf. BEOZZO, José Oscar (org). *Curso de Verão*. p. 6-7.

No ano de 1991<sup>352</sup> noventa e oito gaúchos participaram daquela edição do Curso de Verão. Alguns desses cursistas constituíram-se num “grupo de referência” entre eles, Antônio Cechin, do CECA, que se reuniu e levantou a importância da realização de um curso no RS. Algumas pessoas desse grupo de referência participaram, a convite de Oscar Beozzo, de uma reunião de avaliação dos Cursos de Verão realizados em outras regiões do país. No dia 11 de março de 1991, o “grupo de referência”, reunido em Porto Alegre, iniciou a construção do anteprojeto do Curso de Verão no RS<sup>353</sup>.

A clara motivação ecumênica está expressa na justificativa para a realização do curso no sentido de “reforçar e celebrar as palavras do Evangelho de João, que afirmam: *Eu rogo... para que todos sejam um como Tu Pai o és em mim e eu em ti, para que também eles sejam um em nós, a fim de que o mundo creia que Tu me enviaste* (Jo 17,21) e o que queremos é ser um espaço de serviço às Igrejas, reforçando o valor da comunhão entre si numa mesma fé cristã”<sup>354</sup>.

O primeiro Curso de Verão se realizou, na Pontifícia Universidade Católica do RS, em Porto Alegre, de 09 a 15 de janeiro de 1993 e contou com a participação de 450 pessoas das Igrejas Metodista, Episcopal Anglicana, Católica Romana e Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Assim foram definidos seus objetivos: a) Reunir leigos, agentes de pastoral, teólogos, pastores, biblistas, cientistas sociais comprometidos com as lutas sociais, eclesiais e políticas num grande mutirão de formação. b) Oportunizar um espaço de troca de experiências, aprofundamento e articulação das práticas pastorais e populares. c) Garantir um espaço de animação e formação ecumênica. d) Fortalecer a mística e espiritualidade que sustentam a militância dos cristãos comprometidos. e) Oportunizar uma experiência de construção coletiva em mutirão<sup>355</sup>. Dom Cláudio Colling, então Arcebispo de Porto Alegre, chanceler da PUC, teceu várias críticas ao conteúdo e assessores do Curso de Verão, marcando uma relação tensa com a Igreja Católica Romana local e impossibilitando a continuidade do uso dos espaços da PUC para esse curso nas edições seguintes.

<sup>352</sup> Cf. CECA. *Construindo a paz, celebrando a vida*. Revista do 6º Curso Ecumênico de Pastoral Popular. Passo Fundo, 01 a 04 de maio de 2003, p. 4. Creio que houve um erro quanto ao ano publicado na revista (1992) em que isso aconteceu.

<sup>353</sup> Cf. CEBI. *Histórico da Articulação Pró-Curso de Verão no Rio Grande do Sul*, p.1-3.

<sup>354</sup> Cf. CEBI. *Relatório do Encontro com os Cursistas do Curso de Verão-CESEP-SP, Pastorais e Entidades Comprometidas com o Curso de Verão no Rio Grande do Sul*. (mimeo), 03 de agosto de 1991.

<sup>355</sup> Cf. Folder de divulgação do Curso de Verão, 1993.



O “Curso de Verão” passou a fazer parte do Programa Ecumênico de Formação de Líderes assumido de forma conjunta entre o CECA, a Pastoral Popular Luterana e o CEBI Sul<sup>356</sup>. Na fundamentação desse programa, o CECA se apresenta com o objetivo de “superar barreiras confessionais para dar lugar a uma relação amigável e ecumênica com todas as expressões e manifestações que promovam a vida<sup>357</sup>”. Em 18 e 19 de novembro 1995, aconteceu a segunda edição do curso, no Colégio Rosário em Porto Alegre, sob a denominação de Festival Bíblico Popular, com a participação de 250 pessoas, com o tema “Projetos de Solidariedade a partir dos Evangelhos”, onde se destacou o enfoque bíblico das reflexões com dinâmicas (gincana bíblica, bibliodrama, teatro). Em 1997, o curso se realizou no inverno, em Porto Alegre, tendo como tema: “Cidadania – Perspectivas Cristãs para o Novo Milênio”, com a participação de 160 pessoas.

No ano de 2000, o curso passou a ser denominado de Curso Ecumênico de Pastoral Popular. Foi uma das experiências mais significativas de todas as edições do curso quanto à sua preparação e o público atingido. Foi realizado em Santa Cruz do Sul<sup>358</sup>, reunindo 513 participantes<sup>359</sup>. O tema do encontro foi “Clamores com toques de Esperança são outros 500”. O curso tinha por objetivos: a) Proporcionar o encontro e a vivência ecumênica de lideranças de nossas Igrejas no RS que sonham com novas perspectivas para a prática cristã na sociedade brasileira e procuram a unidade na diversidade; b) Explicitar, a partir da mensagem do Evangelho, o ecumenismo que queremos a partir da realidade social, política, religiosa, econômica e cultural na qual vivemos; c) Animar para uma prática conjunta na luta por uma sociedade mais fraterna, justa e solidária<sup>360</sup>. O pleno êxito dessa edição do curso pode ser associado a alguns fatores significativos como: a) No ano de 2000 se realizaria pela primeira vez uma Campanha da Fraternidade, antes coordenada pela CNBB, com um caráter ecumênico sob a coordenação do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC); b) o Curso

---

<sup>356</sup> O Curso de Verão sempre foi assumido por um fórum ecumênico que contava com a participação de vários organismos da pastoral popular, Igrejas e Institutos de Teologia. Todavia, o eixo de coordenação e o maior ônus no campo da organização e infra-estrutura do curso ficavam ao encargo da equipe do CECA.

<sup>357</sup> CECA/CEBI/PPL. *Programa Ecumênico de Formação de Líderes*, p. 2.

<sup>358</sup> Cabe lembrar que Dom Sinésio Bohn que sempre apoiou as iniciativas do CECA é o Bispo Diocesano de Santa Cruz do Sul. Pudemos auxiliar, pessoalmente na organização desse curso, como membro da Comissão Local de Preparação. Também o município de Santa Cruz do Sul, através da Prefeitura Municipal, deu seu apoio de infra-estrutura.

<sup>359</sup> O Curso contou com a honrosa presença do então governador do Estado do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra e do Presidente do CLAI, Pastor Walter Altmann. Cf. CECA. *Construindo a paz, celebrando a vida*. Revista do 6º Curso Ecumênico de Pastoral Popular. Passo Fundo, 01 a 04 de maio de 2003, p. 04.

<sup>360</sup> Cf. Folder do Curso Ecumênico de Pastoral Popular, 25 a 29 de janeiro de 2000.

se realizava no contexto da celebração dos 500 anos de evangelização no Brasil suscitando muitas reflexões e publicações de caráter avaliativo e prospectivo; c) O curso realmente foi preparado a partir de uma base popular. As comunidades locais de Santa Cruz do Sul, da Igreja Católica e da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, assumiram, em caráter de mutirão a infra-estrutura de apoio como hospedagem, lanches, ambientação, liturgia, etc<sup>361</sup>. d) Houve a participação oficial das Igrejas através da Diocese de Santa Cruz do Sul (ICAR) e do Sínodo Centro-Campanha-Sul da IECLB para a realização do evento. Podemos afirmar que a experiência do Curso Ecumênico de Pastoral Popular realizada em Santa Cruz do Sul foi a que mais plenamente correspondeu às intuições e objetivos originais do “Curso de Verão”.

No ano de 2001, de 29 de janeiro a 03 de fevereiro, no Instituto Concórdia da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB), em São Leopoldo, o CEPP, contou com a participação de 225 pessoas e trabalhou o tema “Novo Milênio Sem Exclusões - Ensaio de Solidariedade<sup>362</sup>”. Em sua sexta edição, em 2003, na cidade de Passo Fundo esteve ligado à realização da 9ª Romaria do Trabalhador e da Trabalhadora<sup>363</sup>; tratou do tema “Dignidade Humana – Justiça e Trabalho/Construindo a Paz, Celebrando a Vida”. A última edição do curso se realizou, em 2005, em Porto Alegre, com o tema “Solidariedade e Paz na perspectiva da soberania econômica, política e cultural”. A pouca participação (73 pessoas) expressa a necessidade de uma revisão profunda da metodologia de articulação e uma retomada das intuições originais para que a temática do ecumenismo tenha realmente um alcance mais popular para a formação de uma “nova geração ecumênica”. Sem o envolvimento concreto das lideranças das comunidades eclesiais de rosto mais popular e o comprometimento de lideranças eclesiais que representem o apoio institucional das Igrejas, corre-se o risco de promover um ecumenismo de consumo interno dos agentes que historicamente já estão envolvidos no processo sem suscitar novos quadros que se empenhem pela causa da unidade dos cristãos. Por isso retomamos aqui alguns dos elementos metodológicos que marcam a realização do CEPP.

---

<sup>361</sup> Grupos alternativos de geração de renda e economia popular solidária, grupos de mulheres das diversas comunidades, entre elas da Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas (OASE), participaram desse mutirão.

<sup>362</sup> Esta edição do CEPP foi prejudicada quanto à participação pela realização do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre na mesma época.

<sup>363</sup> Esta Romaria se realiza de dois em dois anos, no dia 1º de maio, e é articulada pela Pastoral Operária do Regional Sul III da CNBB.

O Curso de Verão, organizado pelo CESEP, conforme o que se descreve nas publicações de suas edições<sup>364</sup> se organizava em seções: a) Bíblia; b) Pastoral; c) Teologia; d) Igreja e Sociedade que depois de depois foram redefinidas como: a) Seção Sócio-econômica-Política e Cultural; b) Seção Bíblico-Teológica; c) Seção Pastoral. O curso segue o método clássico da Teologia da Libertação que se vale da mediação sócio-analítica, da mediação hermenêutica e da mediação prática. A partir da sexta edição passa ter um eixo temático que perpassa todo o curso. Considerando as intuições originais, podemos inferir alguns princípios metodológicos e organizativos para a realização do curso no RS:

- é um processo participativo de organização e planejamento, envolvendo as diferentes bases das Igrejas e de entidades ecumênicas de serviço;
- ser realizado num espaço que facilite o acesso à participação popular e envolva a comunidade local num clima de mutirão ecumênico;
- é um curso de “pastoral popular”, portanto, prioriza o caráter de evangelização e formação de agentes de base, com ênfase no enfoque bíblico-teológico, com momento forte de celebração e espiritualidade ecumênicas, onde o estudo e reflexão da Palavra (Bíblia) ocupam um lugar central;
- é um curso que precisa ser assumido pelas Igrejas e entrar no calendário oficial;
- a temática central do curso deve responder às necessidades e demandas das comunidades eclesiais (o que implica em auscultar essas demandas na conjuntura eclesial de hoje);
- deve oportunizar um momento de partilha de experiências ecumênicas e o conhecimento mútuo dos participantes, visto que estamos diante do desafio de formar uma nova geração de militantes ecumênicos num contexto eclesial novo;
- o curso se realiza de forma interativa com todos os participantes privilegiando suas experiências através de várias oficinas temáticas que enfocam a diversidade e pluralidade do público como: oficinas sobre a questão da negritude, gênero, portadores de deficiência;
- vivência de momentos fortes de animação e celebração ecumênica respeitando as diferentes tradições e valorizando a criatividade no campo da expressão simbólica e litúrgica.

Percebe-se também que o codinome do CEPP como “Curso de Verão”, no RS, não conferiu muito com a realidade já que foi realizado em diferentes épocas do ano. Talvez a

---

<sup>364</sup> Até agora tivemos a publicação de 17 edições do Curso de Verão: 1988-2003.

fixação em termos de agenda da data do curso ajudaria na organização do planejamento dos agentes da pastoral popular para participação no curso.

### 3.5.2 O CECA e o movimento pentecostal

O movimento pentecostal, num primeiro momento foi visto pelo CECA como um instrumento de alienação. Aos poucos, a partir de uma nova compreensão do diálogo ecumênico e do universo religioso no meio popular, o tema do pentecostalismo antes analisado somente sob um prisma sociológico passa-se a reconhecer a legitimidade eclesial e teológica das Igrejas Pentecostais<sup>365</sup> e o CECA vê a importância da inclusão dos pentecostais no movimento ecumênico apesar das grandes dificuldades nesse campo. Já em 1985, o CECA vai promover dois cursos sobre o tema do pentecostalismo<sup>366</sup>. Nos dias 08 e 09 de julho de 1995, o CECA realizou um Seminário sobre Pentecostalismo na América Latina, assessorado por Samuel Palma<sup>367</sup>, um sociólogo pentecostal do Chile<sup>368</sup>. O CECA conseguiu atingir o público pentecostal mais no campo da solidariedade do que pelo viés propriamente religioso de diálogo e colaboração ecumênica, como descreve Lori Altmann:

O público do programa em que eu estava - o “Fé e Cidadania” geralmente era de cristãos das Igrejas ligadas ao CONIC, majoritariamente Católica. Mas no público do programa “Solidariedade e Cidadania” tinham muitas pessoas das Igrejas Pentecostais. Mas o CECA nunca conseguiu romper essa barreira. Tentamos com a Igreja Batista chamar pessoas, mas eles não têm essa abertura ecumênica e não estavam dispostos ou a gente não soube fazer esse movimento para estabelecer esse diálogo com eles. Algumas vezes era mais fácil estabelecer um diálogo “macro-religioso” com pessoas de religiões afro-brasileiras do que com o público das Igrejas Pentecostais. Isso é uma coisa que eu acho que o CECA deveria refletir. Em nível mais amplo se conseguiu alguma coisa com atividades ligadas ao Fórum Social Mundial onde estava presente esse macroecumenismo e esse diálogo

<sup>365</sup> Segundo um documento da Rede Latino Americana de CPID do CMI, o pentecostalismo na América Latina “é uma expressão popular do protestantismo”. Neste mesmo documento vê-se a possibilidade do desenvolvimento de uma teologia pentecostal e sua contribuição para “uma nova forma de ser Igreja”. Cf. REDE LATINO-AMERICANA DE CPID. *Aliados na Esperança*, p. 24-26.

<sup>366</sup> Um primeiro curso foi realizado de 08 a 17 de fevereiro, em Chapecó – SC, com a assessoria de Paulo Fernando C. de Andrade do ISER/RJ com o tema “Catolicismo Afro-Brasileiro e Pentecostalismo”. O segundo curso foi realizado de 23 a 25 de abril, com a assessoria de Pedro A. Ribeiro de Oliveira do ISER/RJ com o tema “Catolicismo e Pentecostalismo Popular”. Cf. CECA. *1985 – Cursos e Seminários*, p. 02. O estereótipo de um membro de alguma Igreja Pentecostal é retratado na capa da Revista CECA Informação – Formação – Experiência, Ano I, n.03, 1989 onde aparecem o homem com terno e gravata e a mulher de vestido e cabelos compridos sugerindo um fuga do mundo.

<sup>367</sup> Cf. CECA Informa, Ano VII, n. 68, abril de 1995.

<sup>368</sup> As conclusões desse seminário foram publicadas num caderno especial intitulado “Pentecostais, Libertação e Ecumenismo” em co-edição com o CEBI. Oneide Bobsin ao apresentar essa publicação a vê como “um passo importante para que seja superado, o quanto antes, o preconceito e a visão muito estreita que se tem dos pentecostais nos meios eclesiástico, político e popular”.

inter-religioso. Agora, a nível local de São Leopoldo, isso sempre se tornou bastante difícil<sup>369</sup>.

O desafio de um diálogo ecumênico com as Igrejas Pentecostais está ainda em aberto para o CECA, que, sem um compromisso a priori com a esfera institucional das Igrejas, teria mais condições de abrir algumas brechas que promovam esse diálogo. O CECA participou da Consulta sobre Missão, promovida pela Unidade II do Conselho Mundial de Igrejas, realizada em São Leopoldo, de 08 a 11 de setembro de 1996 com o tema “Desafios Missionários na Realidade Brasileira” onde se apontaram desafios e propostas missionárias a partir da presença das Igrejas Pentecostais na realidade urbana<sup>370</sup>:

Que as Igrejas tomem consciência da fragmentação do campo religioso no meio urbano e conseqüente fim da hegemonia de uma religião sobre as demais; que as Igrejas estudem e reflitam sobre a riqueza histórica e a diversidade eclesial e espiritual das várias Igrejas Pentecostais; que as Igrejas sejam capazes de valorizar os aspectos positivos da atuação das Igrejas Pentecostais no atendimento às necessidades existenciais e religiosas dos moradores urbanos; que as igrejas se esforcem na busca de novos meios e estratégias, em consonância com os sinais dos tempos, para servir os moradores urbanos à luz do Evangelho do reino de Deus; que se busquem novas formas de convivência entre Igrejas históricas e pentecostais.

O CECA pode tomar para si o que se refere à relação das Igrejas históricas com as Igrejas Pentecostais e assessorando as mesmas para uma maior aproximação e diálogo ou tomando iniciativas concretas nesta direção em seus cursos e seminários.

### 3.5.3 O Curso de Extensão em Ecumenismo e o Diálogo Inter-Religioso

A realização da Campanha da Fraternidade no ano 2000 de forma ecumênica, coordenada pelo CONIC, suscitou uma demanda maior para o CECA no campo das assessorias sobre a temática do ecumenismo. Em vista disso surgiu uma proposta de se organizar um curso de aprofundamento em ecumenismo, com caráter de extensão universitária, realizado em parceria com a Escola Superior de Teologia (IECLB) e da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Esse curso tinha por objetivo proporcionar vivência, informação e formação ecumênica para lideranças religiosas e leigas que atuam em comunidades das igrejas ou em escolas com ensino religioso, capacitando-as para o trabalho ecumênico em suas regiões de origem<sup>371</sup>.

<sup>369</sup> Entrevista n. 08, com Lori Altmann.

<sup>370</sup> Cf. CECA. *Desafios e Propostas Missionárias na Realidade Brasileira*, p.15.

<sup>371</sup> Cf. CECA. *Plano Trienal 2002-2004*, p. 30.

Assim, de 2000 a 2004 foram realizadas as seguintes edições desse curso de extensão em ecumenismo e suas temáticas: a) Ano 2000 – Ecumenismo em Contexto de Globalização. Movimento por comunhão, justiça e paz. b) Ano 2001 – Em Busca de Uma Proposta Ecumênica para o Século XXI (1ª etapa). c) Ano 2002 – Multiculturalidade e Ética (2ª etapa). d) Ano 2003 – Fundamentalismos Religiosos no Século XXI. e) Ano 2004 – Místicas de Justiça e Paz: Elementos das Religiões.

O CECA, especialmente a partir do ano de 2002, coloca na sua pauta de reflexão o diálogo inter-religioso<sup>372</sup>. O CECA participou do Comitê Inter-Religioso que preparou o Seminário Inter-Religioso do Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, no ano de 2002. Um gesto significativo neste 2º Fórum Social Mundial foi a realização do “Jejum Ecumênico de Solidariedade aos Povos do Mundo”. Os objetivos eram: “Solidariedade com as vítimas do sistema econômico e social dominante. Protesto contra as injustiças e a violência institucionalizada. Um tempo/espço para reflexão sobre a realidade do mundo atual. Despertar a consciência do povo de Deus para o compromisso da ética (ética do amor)<sup>373</sup>”. De um diálogo inter-confessional cristão, o CECA se propõe a participar do diálogo inter-religioso. Por exigências do novo marco legal do Ensino Religioso no Brasil, que obriga a sua aconfessionalidade, o Curso de Extensão em Ecumenismo do CECA vai priorizar a temática do diálogo inter-religioso, especialmente por causa dos professores de Ensino Religioso, especialmente da rede pública de ensino, que passam a ser o público principal desse curso e as exigências legais decorrentes para o reconhecimento do mesmo pelo Ministério da Educação.

---

<sup>372</sup> Em outras oportunidades, conforme a leitura dos relatórios e planos trienais se levantou a necessidade de um diálogo com as religiões dos povos afro-descendentes. O CECA conseguiu dar apoio à Comissão Ecumênica de Cultura Negra (CECUNE), que realizou alguns encontros na sede do CECA. Em 1988, por ocasião da memória dos cem anos da Abolição da Escravatura no Brasil, o CECA dedicou uma edição do seu informativo à questão da negritude e inculturação sob o título “Sou Negro, Mandela sem Medo e Daí?”. Já se aponta as dificuldades no campo do diálogo com as religiões dos afro-descendentes: “Normalmente, nós cristãos dizemos: ‘Entre nós, padres, pastores e também rabinos, tudo bem! Não convidamos o pai-de-santo e a mãe-de-santo para esta celebração ecumênica porque não são cristãos. E o ecumenismo é uma prática entre cristãos! [...] se tivermos, de fato, espírito ecumênico, essa questão da inculturação precisa ser mais trabalhada”. (Texto montado a partir da gravação de uma conferência do Pe. Antônio Aparecido da Silva, proferida em maio de 1988, em Porto Alegre. In: Informativo CECA, Ano IV, n. 15, p. 19). De 06 a 09 de outubro de 1989, CECA e CECUNE promoveram um curso com o tema “Caminhos para uma Teologia Negra”, assessorado pelo teólogo negro Niko Botha da África do Sul (cf. CECA Informa, Ano I, n. 08, setembro de 1989).

<sup>373</sup> Este jejum foi uma atividade conjunta do CECA com a PPL, CEBI, Igreja Metodista, Igreja Episcopal Anglicana, Pastorais Sociais da CNBB Sul 3 e AEC, e foi realizado de 31 de janeiro a 05 de fevereiro de 2002. Cf. Folder de Divulgação do Jejum Ecumênico de Solidariedade aos Povos do Mundo.

A experiência do diálogo inter-religioso do CECA, no Fórum Social Mundial vai influir para uma compreensão mais abrangente de ecumenismo que se denominou de “ecumenismo radical”, numa perspectiva de inclusividade de todas as manifestações religiosas e a ruptura com todas as barreiras confessionalistas e eclesiocêntricas, como assim expressa o Plano Trienal em vigor<sup>374</sup>:

O CECA, através de seus quadros, tem cultivado uma postura ecumênica radical. Nossa ação, desde os seus primórdios e num processo cada vez mais consciente, vai sempre, na direção da superação de quaisquer barreiras de caráter denominacional. A experiência do Fórum Social Mundial, nos últimos quatro anos, nos colocou ainda mais a radicalidade de superação das barreiras religiosas, enriquecendo-nos com o contato e a interação com outros sistemas religiosos, para além do próprio cristianismo nos ensinando que somente essa radicalidade, nos pode dar os elementos fundantes da construção de uma sociedade baseada no respeito, na justiça e na equidade.

Aqui o CECA se abre para uma Teologia da Libertação em diálogo com a teologia do pluralismo religioso, embora ainda não se tenha esse referencial explicitamente definido. Todavia há de se constatar que a grande maioria dos pobres e excluídos do mundo, pelos quais se fizeram as opções pastorais dos teólogos da libertação, não é cristã. O diálogo inter-religioso se configura como um dos principais enfoques na reflexão e prática do CECA para os próximos anos, pois segundo Edla Eggert, “não há ecumenismo sem o conhecimento das outras religiões, não há ecumenismo sem uma ação política de enfrentamento dos fundamentalismos religiosos e não há ecumenismo sem o debate sobre a participação das minorias em todas as áreas da vida<sup>375</sup>”.

### 3.6 O CECA E A QUESTÃO DO ECUMENISMO DE BASE

O CECA em várias oportunidades, e, considerando a memória de sua caminhada ecumênica que já relatamos, viu-se identificado com o que se passou a denominar como ecumenismo de base. Para uma análise da relação do CECA com o ecumenismo de base nos reportamos substancialmente à obra de Gerhard Tiel sobre essa matéria. Tiel esclarece que o conceito de “base” não pode ser entendido como realidade específica de uma classe e sim “pessoas comprometidas com a libertação estrutural em sentido abrangente”<sup>376</sup>. Recupera-se o conceito de “intelectual orgânico” de Antônio Gramsci, amplamente difundido pelo CECA,

<sup>374</sup> Cf. CECA. *Plano Trienal 2005-2007*, p. 05.

<sup>375</sup> Entrevista n.12, com Edla Eggert.

<sup>376</sup> TIEL, Gerhard. *Ecumenismo na perspectiva do Reino de Deus*, p. 93.

onde Tiel inclui essa categoria na compreensão do termo “base”, como pessoas que se comprometem com a causa popular. Para Tiel “o ecumenismo de base é integral na medida em que procura ligar o compromisso com a justiça em sentido abrangente e estrutural com a fé e a Igreja, sendo que também aqui, nos termos da conhecida exigência da teologia da libertação, a ortopraxis vem antes da ortodoxia<sup>377</sup>”. Assim Tiel define que “*ecumenismo de base significa a prática comunitária de pessoas que estão comprometidas com uma libertação estrutural e que, no decorrer dessa ação comum e com base nela, fazem a experiência de uma unidade que, também em questões de fé, vai além das igrejas e independe de dogmas*”<sup>378</sup>. Entre as características do ecumenismo de base, podemos destacar:

a) Uma leitura popular da Bíblia segundo os critérios hermenêuticos da Teologia da Libertação;

b) Um relacionamento tenso marcado por conflitos com as Igrejas. Trata-se da postura das pessoas sejam elas pertencentes a um grupo ou organismo ecumênico, seja como dirigente de Igreja, diante do processo de libertação das pessoas das estruturas de opressão e dominação. Mesmo assim, rejeitou-se a visão de uma “Igreja Popular” nova independente das Igrejas existentes;

c) Uma cooperação transconfessional de pessoas interessadas em transformações concretas, que é, portanto, um “ecumenismo político” com grande afinidade com o Partido dos Trabalhadores<sup>379</sup>;

d) Uma compreensão de ecumenismo como unidade da humanidade – entendida não como uma soma de seres humanos, mas a “unidade qualificada de todas as pessoas [...] que se engajam de modo consciente e coerente pela realização da justiça e dignidade para todos os seres humanos<sup>380</sup>”. Esse conceito de “humanidade” muitas vezes é associado ao conceito de “Reino de Deus”, que se apresenta como horizonte do ecumenismo de base.

A contribuição do ecumenismo de base para o movimento ecumênico é seu caráter prático, que transcende as fronteiras confessionais, pois sua base é o compromisso com a libertação estrutural e uma prática coerente com esse compromisso. Novamente se destaca a primazia da ortopraxis sobre a ortodoxia, segundo o método da Teologia da Libertação. O ecumenismo de base que Tiel procurou conceituar e caracterizar é um ecumenismo

---

<sup>377</sup> Ibidem, p. 101.

<sup>378</sup> Ibidem, p. 101.

<sup>379</sup> Ibidem, p. 139.

<sup>380</sup> Ibidem, p. 149.



eminentemente prático, tendo como fundamento teológico a Teologia da Libertação, o que se tornou um referencial no CECA segundo uma reflexão interna da equipe executiva:

A sua atuação junto às pastorais e aos movimentos políticos em que estas participavam, abriu a entidade para a participação ecumênica – e que se concretizou na inclusão desta derivação “Ecumênico” na sua sigla há dez anos [na realidade são sete anos]. Foi grande o esforço da entidade, neste período, para que a representatividade de várias denominações se efetivasse no seu quadro de sócios. Poderia se afirmar que o fortalecimento de sua natureza ecumênica muito enriqueceu a entidade, num momento em que as várias Igrejas históricas estavam abertas “para a sociedade”. Embora as mutações do tempo presente, com um menor espaço para o estabelecimento de relações intereclesiais, este é um processo irreversível. Até porque o forte da posição da posição ecumênica do CECA nunca se deu através de diálogos teológicos. Sempre foi um ecumenismo mais de ação, do estabelecimento de metas para a luta social – o que se convencionou chamar de “ecumenismo de base”. Da mesma forma, o diálogo ecumênico que foi idealizado no interior da prática do CECA, não teve nunca como ponto de referência a produção teórica. Pensava-se sempre em ecumenismo mais vivencial. Isto torna, por certo, a prática ecumênica muito intermitente e de pouca continuidade. Mas estabelece a possibilidade de criação de vínculos, cuja concretização não se pode medir pelo avanço das definições confessionais. Tem também a dificuldade de concretização, uma vez que o contato entre as várias confissões é mais desejado que real<sup>381</sup>.

Em contrapartida, o ecumenismo eclesiástico se caracteriza por uma incidência maior na reflexão teórica e dogmática. Ambas as dimensões desse movimento ecumênico têm sua forma de contribuição específica e são chamadas a uma relação dialética, numa perspectiva de complementariedade. Essa relação dialética de tensão e cooperação foi assim analisada por Dom Sinésio Bohn, Bispo da Diocese de Santa Cruz do Sul<sup>382</sup>:

Há também crescente harmonia e cooperação entre o CONIC e os organismos ecumênicos, bem como entre estes e suas igrejas. Às vezes se diz pejorativamente que isso é ‘ecumenismo de cúpula’. De certo modo é. Mas é importante para a unidade do mundo e sua sobrevivência. [...] Muito significativo é o ecumenismo pastoral dos meios populares. Diz-se que o futuro do ecumenismo passa pelos movimentos populares. No Brasil o “ecumenismo de instituição” vai de mãos dadas com o “ecumenismo de base,<sup>383</sup>” onde os cristãos se unem em apoio ao povo sofrido e os cristãos das pastorais sem fronteira estão unidos em torno de um projeto libertador comum. Não se ataca a ação pastoral do CIMI e da CPT, sem atingir o CONIC, a CESE e até o CMI, Conselho Mundial de Igrejas. No bojo do movimento popular, do testemunho cristão nos meios populares, vai inserido o compromisso ecumênico das Igrejas Cristãs.

<sup>381</sup> Estes apontamentos fazem parte de uma reflexão, provavelmente feita por Benno Asseburg, (não consta a data e o autor do documento) da equipe de assessores do CECA, feita em preparação à Assembléia Geral Extraordinária do CECA que se realizaria no dia 12 de dezembro de 1994.

<sup>382</sup> Cf. Informativo CECA, Ano III, n.12, Out-Dez/1987, p. 06. Esta edição é dedicada especialmente para a questão do ecumenismo sob o título “Ecumenismo, Um Grande Desafio!”.

<sup>383</sup> Nota-se aqui uma perspectiva otimista a partir de uma postura muito pessoal de Dom Sinésio. Na prática, as relações foram muito mais de tensão do que unir as mãos em torno das causas do movimento popular.

Os organismos ecumênicos como “instrumentos de serviço e de inspiração a toda a dinâmica das igrejas e dos movimentos populares<sup>384</sup>”, se encontram numa situação de fronteira entre os grupos e movimentos e a institucionalidade das igrejas bastante refratária às posturas mais proféticas defendidas pelos primeiros. Não raramente, a relação desses organismos com as igrejas é marcada pela tensão, de que a maior parte dos recursos que sustentam as ações desses organismos provém das igrejas no exterior, o que sugere uma contradição diante da crítica dos organismos ecumênicos à esfera institucional das Igrejas. Tiel aponta o caráter problemático dessa questão, sugerindo um controle maior desses recursos quanto a sua forma de aplicação no Brasil.

O ecumenismo de base pode ser descrito como “ecumenismo na perspectiva do reino de Deus<sup>385</sup>”. O caráter reinocêntrico do ecumenismo de base sugere uma reflexão teológica que rompa com as fronteiras confessionalistas na busca da unidade da Igreja de Cristo. Os conflitos surgem no campo das mediações sociais, políticas e econômicas que possam dar visibilidade factível e histórica do Reino, como sinais que antecipem essa realidade que se realiza plenamente na dimensão escatológica. No CECA o ecumenismo de base foi visto como “um espaço para reflexão teológica das lutas por uma sociedade mais justa e mais solidária<sup>386</sup>”. O movimento popular e a prática concreta de solidariedade juntos aos pobres e excluídos na sua luta por conquista de direitos de cidadania e inclusão social eram expressão do ecumenismo de base como se pode observar na contribuição de Lori Altmann<sup>387</sup>:

No CECA se trabalhava muito num ecumenismo de base. O programa “Solidariedade e Cidadania”, no fundo, era esse laboratório onde o CECA pretendia colocar em prática o que teologicamente e teoricamente propunha prática e ecumenicamente. Um ecumenismo de base que antes o CECA não tinha. Era voltado para a maioria da população, para os pobres, mas, não havia um trabalho de inserção direto. Com o programa “Solidariedade e Cidadania” tentou-se captar pessoal da Zona Norte de São Leopoldo para um trabalho prático concreto. Era um ecumenismo de base, um ecumenismo prático. Também participamos de campanhas em nível nacional apoiadas pelo CONIC e pela CNBB como o Plebiscito sobre o pagamento da dívida externa, sobre a questão da ALCA. É um ecumenismo prático onde você se junta diante de um objetivo comum. A unidade não se dá tanto pela discussão teológica das semelhanças e das diferenças, mas se dá por um objetivo comum. O ecumenismo prático – um ecumenismo das causas justas – de lutar por direitos.

---

<sup>384</sup> TIEL, Gerhard. *Ecumenismo na Perspectiva do Reino de Deus*, p. 172.

<sup>385</sup> Ibidem, p. 221.

<sup>386</sup> Entrevista n. 07, com Benno Asseburg.

<sup>387</sup> Entrevista n. 08, com Lori Altmann.

O CECA optou ser um instrumento do ecumenismo de base no Brasil e na América Latina. Todavia, em toda a sua trajetória, o CECA foi marcado pelas contradições e tensões entre o ecumenismo institucional e o ecumenismo de base. Essa dificuldade na relação com as Igrejas foi analisada numa avaliação institucional onde se constatou que prevalecem mais relações interpessoais, do que institucionais, nas questões ecumênicas:

Somos pouco conhecidos nas direções das Igrejas e temos pouca familiaridade com elas [...]; os contatos mais intensos acontecem com a ICAR e a IECLB. [...] A relação do CECA se dá mais com pastorais específicas das Igrejas mais comprometidas com o movimento popular como a Pastoral Operária e a Pastoral da Juventude da ICAR e a Pastoral Popular Luterana da IECLB<sup>388</sup>.

Em 1992, foi realizada uma avaliação externa do CECA quanto à sua identidade ecumênica, onde se apontaram algumas dificuldades quanto a esse conceito de ecumenismo de base<sup>389</sup>:

Com relação à primeira dificuldade, a opção pelo ecumenismo de base traduz não só uma opção pela luta popular, mas também uma crítica ao caráter institucional da Igreja e dos conselhos ecumênicos. Não parece mera coincidência que esta crítica à igreja institucional tenha o seu paralelo na postura negativa para com o Estado. No caso das igrejas, esta crítica implica que as igrejas não optam pela base. O conceito de ecumenismo de base parece ser uma invenção de dissidentes das igrejas institucionais. O conceito é pouco usado nas bases. Lá, a sua expressão maior, que apela ao 'povo', é a celebração ecumênica.

O CECA teve uma dificuldade prática de fazer uma opção preferencial pelo ecumenismo de base. Apesar dos vários conflitos, sempre se fizeram presentes vários aspectos do ecumenismo institucional. Hoje, por exemplo, o CECA faz parte da representação do CONIC, no RS, além de participar de outros organismos ecumênicos em nível de América Latina que têm o apoio oficial das Igrejas. Neste sentido, é preciso relativizar a distinção que se faz entre ecumenismo de base e ecumenismo institucional ou eclesiástico. Isso também foi constatado na já citada avaliação externa<sup>390</sup>:

Além de transitar nos dois campos de ecumenismo, o CECA, da mesma maneira que outros centros ecumênicos têm de fato o seu próprio campo de ecumenismo. Grupos de pessoas às vezes marginalizadas na sua própria Igreja encontram no modelo do centro ecumênico uma possibilidade de realizar os seus objetivos fora do controle das Igrejas e do ecumenismo institucional. Pela mesma razão, a atuação desses centros pode preocupar representantes destas Igrejas. Este espaço independente existe graças ao apoio de agências estrangeiras, ironicamente muitas vezes representantes do ecumenismo institucional.

<sup>388</sup> Cf. CECA. *Resultados do Estudo sobre a Política Institucional do CECA*. São Leopoldo, p. 04.

<sup>389</sup> DROOGERS, André; DOMINGUES, Jorge Luiz Ferreira. *Relatório de Avaliação Externa do Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria – CECA*, p. 10.

<sup>390</sup> *Ibidem*, p. 11-12.

Essa relação dos organismos ecumênicos com as Igrejas foi amplamente debatida no Encontro Latino-Americano e Caribenho de Organismos Ecumênicos, promovido pelo CLAI, em 1988, do qual o CECA participou, onde se afirma que não é possível a existência de um organismo ecumênico sem o diálogo com as Igrejas numa relação de transparência e respeito pelas diversas formas de confessionalidade e organizações eclesiais. Insiste-se na eclesialidade, isto é, no compromisso de vida e prática na sua Igreja das pessoas que integram os organismos ecumênicos, especialmente os que são oficialmente nomeados pelas mesmas como seus representantes. Aqui se abre uma reflexão sobre o estatuto eclesiológico dos organismos ecumênicos. Como caracterizar o CECA com o um organismo *de* Igreja, mas não *das* Igrejas<sup>391</sup>. Essa necessidade de uma maior identidade eclesial é reforçada diante das exigências legais em relação às Organizações Não Governamentais no Brasil, onde muitas delas têm uma Igreja de determinada confissão, como real mantenedora de todas as suas atividades, para garantir uma laicidade ao menos formal.

O conceito de ecumenismo de base ainda está muito marcado pelos conflitos ideológicos das décadas de 70 e 80 e as ênfases da Teologia da Libertação na análise da realidade política e econômica. Ousamos afirmar que a separação muito rígida entre ecumenismo de base e ecumenismo institucional soa como artificial. Assim como propuseram L. Boff e Clodovis Boff que há vários níveis diferentes de elaboração e sistematização da Teologia da Libertação<sup>392</sup>, propomos que esses mesmos níveis ocorrem no campo do movimento ecumênico seja na esfera eclesiástica ou no espaço de organismos ecumênicos como o CECA. Expomos aqui mais uma caracterização com fins didáticos do que estabelecer uma tipologia com fronteiras muito rígidas porque segundo Oneide Bobsin:

No momento que conceituamos, construímos fronteiras. Nossa metodologia bebia, de certa forma, na diluição de fronteiras, diluição criativa. Ainda somos uma diversidade de práticas libertadoras em busca de conceitos. Como sempre disse o teólogo da libertação uruguaio, Juan Luis Segundo, “teologia é ato segundo”. Primeiro, o Espírito de Deus move nos movendo, depois vem a sistematização – como esta tua dissertação. Definir é “fechar”<sup>393</sup>.

1) Ecumenismo Popular – trata-se das práticas ecumênicas no campo da convivência entre a membresia das Igrejas, especialmente no aspecto litúrgico e celebrativo (p.ex.: Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos e Campanha da Fraternidade Ecumênica, matrimônios

<sup>391</sup> Cf. CLAI. *Construir a Esperança*. Encontro Latino-Americano e Caribenho de Organismos Ecumênicos “Mauricio López”, p. 45-47.

<sup>392</sup> BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. *Como Fazer Teologia da Libertação*, p. 26-27.

<sup>393</sup> Entrevista n. 13, com Oneide Bobsin.

interconfessionais, bênçãos ecumênicas, cultos festivos); nos círculos de estudos bíblicos e na prática comum de defesa da vida, da justiça, da paz e integridade da criação.

2) Ecumenismo Pastoral – é o espaço de formação de lideranças do movimento ecumênico, dos grupos ecumênicos oficiais ou não que se encontram em função de demandas próprias e mais imediatas a partir da realidade local. É este o campo prioritário de ação de organismo ecumênicos como o CECA.

3) Ecumenismo Profissional – é o espaço do diálogo ecumênico no campo teológico e doutrinário, promovido por diferentes instâncias eclesiais ou organismos ecumênicos de nível nacional ou internacional. Também é o espaço da produção teológica, nas academias e dos profissionais da Teologia enquanto ciência, com publicações especializadas na área, na busca de um paradigma ecumênico para toda a Teologia.

O CECA, embora teoricamente, em seus planos trienais e relatórios de atividades, tenha afirmado sua opção por um ecumenismo de base, atuou mais como um organismo intermediário entre os vários níveis do movimento ecumênico, transitando entre a esfera eclesial e os espaços ecumênicos sem apoio oficial das Igrejas. Em sua história atuou com uma forte inserção no movimento popular e hoje atua mais como um espaço de formação e assessoria promovendo um ecumenismo pastoral junto aos agentes que estão presentes em vários campos do movimento ecumênico.

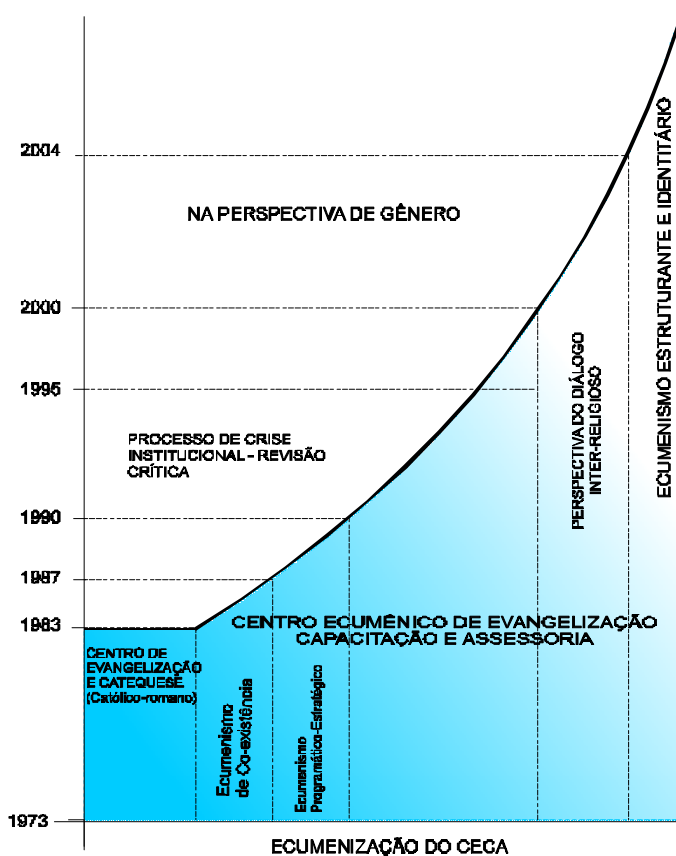
### **3.7 DESAFIOS E PERSPECTIVAS ECUMÊNICAS – CONCLUSÕES PRELIMINARES**

O CECA foi fundado como uma instituição da Igreja Católica Romana, em Caxias do Sul, como resposta à repressão do regime militar da década de 70 e a lacuna no campo da formação de catequistas a partir do modelo de catequese libertadora proposta a partir da III Conferência Episcopal Latino-Americana de Medellín, com o fechamento dos Institutos Superiores de Pastoral Catequética – ISPACs. Nos cursos de formação teológica e pastoral promovidos pelo CECA, houve a participação de teólogos protestantes como colaboradores. Todavia, o enfoque ecumênico se dá mais num nível da convivência (entendida aqui como coexistência fraterna) e da comunhão dos vários sujeitos com a Teologia da Libertação em gestação.

A participação inicial de pastores da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, nos Cursos de Capacitação Bíblica de Padres e Pastores promovidos em conjunto pelo CECA e pelo CEBI Sul, que tinham praticamente as mesmas pessoas envolvidas, vão trazer a dimensão da ecumenicidade na práxis do CECA. Em torno da Palavra de Deus, estudada, partilhada e celebrada em conjunto que o CECA vai aprofundar a sua vocação ecumênica e caminhar irreversivelmente nesta direção. Essa caminhada foi apressada historicamente pela necessidade de construir uma nova sede e mudar sua natureza jurídica, definindo-se como um Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria, autônomo das Igrejas, motivada pela presença de Dom Boaventura Kloppenburg, como novo Bispo da Diocese de Novo Hamburgo, adversário público da Teologia da Libertação e intento a um controle eclesiástico especialmente sobre as publicações da entidade.

No processo de construção de sua identidade ecumênica, o CECA promoveu o que se denominou de ecumenismo de base, cuja prática e base teórica entram em crise, juntamente com a crise da Teologia da Libertação, a partir da década de noventa. Nesta forma de conceber o ecumenismo, sempre priorizou o que se chama de “ecumenismo prático” que privilegiou todas as ações realizadas em conjunto em vista da construção do Reino de Deus, concretizado historicamente numa sociedade mais justa, democrática e participativa (até 1989 identificado com o modelo socialista de sociedade). O diálogo ecumênico em torno das diferenças confessionais foi relegado para as instâncias eclesiásticas oficiais. Nos primeiros anos a relação do CECA com sua proposta de ecumenismo e as Igrejas foi marcada pelo conflito e, de certa forma, por uma prática ecumênica de clandestinidade, especialmente após o ano de 1988, quando não teve mais nenhum respaldo eclesiástico oficial da Diocese de Novo Hamburgo. O arrefecimento das tensões ideológicas a partir dos anos 90 faz o CECA rever sua prática e propor um maior diálogo com as instâncias oficiais das Igrejas. Hoje essa relação se apresenta muito tênue, marcada pela colaboração pontual em alguns eventos. Essa relação mais orgânica há de ser reconstruída a partir de novas bases.

Ao longo de sua história, o CECA passou por um processo de ecumenização, partindo da iniciativa de algumas pessoas de uma identidade confessional particular para ter no ecumenismo um elemento estrutural de sua identidade, reflexão teológica e prática pastoral. Esse processo de ecumenização pode-se representar simbolicamente no gráfico abaixo.



O CECA, desde a sua origem se caracterizou como um centro de produção de material e formação de agentes de pastoral popular. Mantém-se o desafio do CECA de ser um guardião da memória<sup>394</sup> do movimento ecumênico no seu entorno social e especialmente na região sul do Brasil. A formação de uma nova geração ecumênica é uma urgência diante da nova realidade social e eclesial na América Latina. Soam ainda profeticamente as palavras de Dom Pedro Casaldáliga<sup>395</sup>:

O CECA e outros centros semelhantes podem ser “santuários” ecumênicos em tempo de recessão ecumênica. Sempre que sejam, por princípio e por causa dessa circunstância, serenos, solidamente fundamentados, críticos e auto-críticos e, como ensinou o próprio Jesus, suficientemente astutos dentro das respectivas “casas”... Nas bases, sobretudo, e no exercício ecumênico da caridade e da libertação.

O CECA poderia aprofundar a sua identidade como um “centro ecumênico de evangelização” relacionada à sua concepção de missão, no contexto de busca de novos

<sup>394</sup> Cf. RAMALHO, Jether Pereira. *Desafios e Questionamentos. Organismos Ecumênicos – Igrejas e Movimentos Populares*, p. 11.

<sup>395</sup> Entrevista com Dom Pedro Casaldáliga, in: *CECA Informação – Formação – Experiência*, n. 17, p. 19.

paradigmas teológicos<sup>396</sup>. O serviço ao diálogo inter-religioso, cujos fundamentos teológicos precisam ser bem mais aprofundados, não deveria relegar o diálogo inter-eclesial para o segundo plano. O CECA, através de seus cursos de formação e publicações poderia auxiliar no processo de recepção dos consensos e acordos no campo do diálogo doutrinal, popularizando a linguagem e ampliando o universo de pessoas que passam a ter acesso a essa reflexão. Neste espaço de autonomia, de comunhão e liberdade, mas também de serviço eclesial, ser uma ferramenta para o avanço do movimento ecumênico em tempos de fundamentalismos e confessionalismos ainda relutantes diante do novo que o Espírito suscita neste limiar de novo século.

---

<sup>396</sup> Já em 1990, o CECA sentia a falta de uma maior nitidez do caráter eclesial de seus trabalhos e, por isso propôs um reforço de recursos humanos no campo da assessoria na área teológico pastoral. Cf. CECA. *Revisão do Plano Trienal – Reestruturação do CECA*, p. 03.



## CONCLUSÃO

O CECA nasceu na década de 70, como espaço de resistência à ditadura militar no Brasil e acolhimento de militantes emigrados da extinta Ação Católica Especializada e de agentes de pastoral das Comunidades Eclesiais Base em gestação no Brasil e publicação de material de formação quando os órgãos oficiais de imprensa e editoras viviam sob a censura do regime. Apoiado na estrutura do Centro de Orientação Missionária – COM, de Caxias do Sul, RS, promoveu a articulação dos principais mentores da Teologia da Libertação no Brasil, através do Curso Latino-Americano de Teologia Pastoral e diversos espaços de formação de lideranças da pastoral popular, inclusive da América Latina, com os Encontros Ecumênicos de Teologia Pastoral do Cone Sul. A partir de Caxias do Sul, o CECA apoiou a organização da Comissão Pastoral da Terra – CPT e a Comissão da Pastoral Operária do RS e o Movimento de Justiça e Direitos Humanos, tendo um de seus colaboradores, Celso Gaiger, como seu primeiro presidente. O CECA através de Orestes Stragliotto e Antônio Cechin teve uma participação significativa na articulação das Comunidades Eclesiais de Base do RS e na organização da 1ª Romaria da Terra no RS (a primeira no Brasil). Em sua fase inicial teve uma estreita colaboração com a CPT e o nascente Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

O trabalho de formação política do CECA auxiliou na formação de quadros do movimento popular no RS, especialmente na Região do Vale do Rio dos Sinos. A contribuição do CECA no processo de participação popular na elaboração da nova Constituição do Brasil, em 1988, foi um marco histórico na caminhada do CECA, especialmente do processo posterior de elaboração das Leis Orgânicas Municipais, que contou com a estreita colaboração da ICAR. Muitas lideranças dos movimentos sociais, inclusive

quadros dos partidos políticos, na sua maioria do Partido dos Trabalhadores, vários deles absorvidos em diferentes esferas do Estado, passaram pelos cursos de formação do CECA. De uma inserção direta no movimento popular, o CECA evoluiu para uma posição de assessoria ao MP, na perspectiva da defesa dos direitos humanos e nas relações de gênero.

O CECA foi um instrumento privilegiado na formação de uma consciência social e política, na busca de um projeto alternativo de sociedade que supere as relações de exploração, dominação e exclusão do modo de produção capitalista. Este projeto se vislumbrava, num primeiro momento numa sociedade socialista democrática com um rosto latino-americano distinta dos modelos de socialismo real implantados no Leste Europeu. A experiência revolucionária da Nicarágua, na América Latina, tornou-se emblemática apesar de todas suas contradições e luta permanente contra a reação militar apoiada pelo imperialismo norte-americano. Com a crise do socialismo real e a imposição do projeto neoliberal, o CECA continua, com as revisões críticas que se impuseram, a investir na construção de um projeto político popular tendo como eixo a construção da cidadania, a democracia como valor irrenunciável, a defesa de políticas públicas de inclusão social e a defesa dos direitos humanos. O CECA, como entidade de assessoria tem a missão de manter acesa a chama das utopias, auxiliando, dentro da rede de movimentos sociais e das Organizações Não Governamentais na solidificação de um projeto político alternativo para o país, diante da crise ética e de opções políticas que gozem de credibilidade e confiança das organizações da sociedade civil comprometidas com as transformações sociais.

O CECA não é apenas fruto da Teologia da Libertação na América Latina. O CECA foi um dos principais catalizadores dessa teologia no Brasil e em todo continente latino-americano. O CECA pautou todos os seus programas de formação, nas mais diferentes temáticas segundo o método da Teologia da Libertação. Todavia, essa metodologia, especialmente no campo da educação popular ainda não foi sistematizada pelo CECA, carecendo de um aprofundamento maior. O CECA, mesmo como arauto da TL, priorizou o campo da mediação sócio-analítica e o campo da mediação prática em sua atuação. Num primeiro momento, especialmente, em seu período fundacional e na primeira metade da década de 80, em São Leopoldo, em estreita colaboração com o CEBI Sul pôde se aprofundar no campo da mediação hermenêutica, quando desenvolveu um trabalho de formação no campo da pastoral bíblica popular e formação de agentes mais qualificados, especialmente padres e pastores. Na medida em que o CEBI Sul tem sua autonomia administrativa, o CECA

abdica, de certa forma, dessa reflexão bíblico-teológica mais sistematizada. A organização de um Grupo de Reflexão Teológica em Contexto de Exclusão é uma tentativa de garantir um espaço de maior sistematização teológica no CECA que acabou não se sustentando, considerando várias situações das pessoas envolvidas e da própria estrutura interna do CECA. A ação, com o risco do ativismo social e político, sobrepôs-se à reflexão teológica. A constituição de um núcleo mínimo de assessores do CECA, no campo teológico, torna-se uma demanda urgente diante dos novos desafios que surgem da necessidade de garantir uma identidade ecumênica, evangelizadora e por que não dizer missionária do CECA, no universo das mais diferentes organizações da sociedade civil e para uma maior credibilidade das Igrejas às voltas com um processo de reclusão sobre si mesmas num contexto de pluralismo eclesial e religioso. Um espaço mais sistemático de reflexão teológica, embora se considere certo esvaziamento dos chamados “grupos de reflexão e estudo”, faz-se necessário para um olhar da fé sobre as ações do CECA e a pertinência teológica das várias questões que se apresentam no cotidiano da entidade. Cremos, apesar das melhores intenções e esforços, ser impossível manter uma identidade eclesial e cristã de um organismo ecumênico sem uma escuta atenta da Palavra de Deus e confronto da mesma com a realidade e a prática da entidade.

A história da Teologia da Libertação na América Latina deve um tributo aos organismos ecumênicos, que, como o CECA, foram responsáveis pela sua difusão nas mais diferentes esferas eclesiais. O CECA e a TL mantiveram uma permanente relação de simbiose, onde se compartilhavam reflexões, crises e revisões. Nos passos da TL, em suas diferentes etapas, o CECA foi definindo e redefinindo sua identidade e missão. Os organismos ecumênicos, entre eles o CECA, foram uma das mediações práticas e históricas privilegiadas de viabilização da TL na América Latina.

O CECA não nasceu ecumênico. Sua identidade ecumênica foi construída num longo período de reflexão e amadurecimento que denominamos como “processo de ecumenização do CECA”. Este processo não foi isento de contradições e conflitos. De um ecumenismo mais teórico e de simples co-existência pacífica passou-se para um ecumenismo estruturante da entidade, legitimado em diversas assembléias e nos seus princípios estatutários que exigem a participação paritária dos sócios, assessores e órgãos diretivos da entidade de pessoas de confessionalidades diferentes. O ecumenismo no CECA é eminentemente prático, embora se reconheça as dificuldades decorrentes da falta de uma reflexão mais sistematizada sobre os princípios que fundamentam essa busca de unidade de todo gênero humano e com toda a

criação. O CECA não se preocupou com os avanços do diálogo ecumênico entre as Igrejas, os consensos e projetos de unidade que se forjaram na história do movimento ecumênico mundial. A unidade não é vista como um fim em si mesmo, mas como condição fundamental para a edificação do reino de Deus, nas suas mediações históricas concretas. O movimento popular, as organizações de base são vistos como espaços estratégicos para a vivência dessa proposta de ecumenismo. Mais do que conceituar a proposta de ecumenismo do CECA, podemos caracterizá-lo como um ecumenismo em vista das causas justas, de defesa dos direitos humanos, na perspectiva das relações de gênero, profético, reinocêntrico, radical, no sentido de aprofundamento do diálogo para o campo inter-religioso em vista da construção da justiça, da paz e integridade de toda a criação. Para isso o CECA se apresenta como espaço de mediador entre as demandas do movimento popular e a institucionalidade das Igrejas, ocupando os espaços estratégicos, nos mais diferentes níveis de articulação, seja no campo das ONGs, seja no campo do movimento ecumênico, para a construção de seu projeto ecumênico. A grande contribuição do CECA para o movimento ecumênico foi seu trabalho de formação e articulação de agentes eclesiais sensibilizados com a causa da unidade dos cristãos. Permanece, após trinta anos, a tarefa de formação de uma nova “geração ecumênica”, a partir de uma “tradição ecumênica” já consolidada ao longo da história através de uma relação mais estreita com os centros de formação teológica das Igrejas e seus movimentos de juventude, tendo em vista uma perda de élan ecumênico entre as pastorais e movimentos eclesiais.

## BIBLIOGRAFIA

ABONG. *Ação das ONGs no Brasil*. Perguntas e respostas. São Paulo: ABONG, 2003.

ACOSTA, Juan José Tamayo (org). *La Teología de la Liberación*. Madri-Espanha: Ediciones de Cultura Hispânica, 1990.

\_\_\_\_\_. *Para compreender la teología de la liberación*. Estella (Navarra) – Espanha: Verbo Divino, 1998.

ALTMANN, Walter; ALTMANN, Lori (orgs). *Globalização e Religião: Desafios à Fé*. São Leopoldo/Quito-Ecuador: CECA/CLAI, 2000.

ALVES, Piragibe Castro. *A crise do socialismo*. Cadernos de Formação 1. São Leopoldo/Vila Velha: CECA/INAP, 1990.

ARMANI, Domingos. *Processo de Qualificação do Planejamento, Monitoramento e Avaliação do CECA*. São Leopoldo: Arquivo do CECA, (mimeo), 2002.

ARRUDA, Marcos. *Metodologia da Práxis e Educação Popular Libertadora na Nicarágua Sandinista*. São Leopoldo: CECA, Coleção Pensando a Prática Popular, n. 01, [s.d.].

\_\_\_\_\_, Marcos. *Trabalho-Educação. Visando uma Democracia Integral*. São Leopoldo: CECA, Coleção Pensando a Prática Popular, n. 02, 1988.

ASSMANN, Hugo. *Crítica à Lógica da Exclusão*. Ensaios Sobre Economia e Teologia. São Paulo: Paulus, 1994.

BARROS, Marcelo. *O Sonho da Paz*. A Unidade nas Diferenças: Ecumenismo e o Diálogo entre os Povos. Petrópolis: Vozes, 2ª ed., 1996.

BEDIN, Sílvio A. *CEBI Sul: Uma Radiografia da Caminhada*. São Leopoldo: Arquivo do CEBI Sul, (mimeo), [s.d.].

BENCKE, Romi Márcia. *CECA: Trinta Anos de Práticas pela Vida*. São Leopoldo: Arquivo do CECA, (mimeo), 2003.

BEOZZO, José Oscar (org). *Curso de Verão*. São Paulo: Paulinas, 1988.

BETTO, Frei. *Cartas da Prisão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

\_\_\_\_\_. *Nicarágua Livre: O Primeiro Passo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

\_\_\_\_\_. *Socialismo e Cristianismo*. São Paulo: CEPIS, Texto de Apoio, n. 01, abril de 1985.

BOCK, Carlos Gilberto. *O ecumenismo eclesial em debate*. Uma análise a partir da proposta ecumênica do CONIC. São Leopoldo: Sinodal, 1998.

\_\_\_\_\_. *Teologia em Mosaico: O Novo Cenário Teológico Latino-Americano nos Anos 90*. Rumo a um paradigma ecumênico crítico. São Leopoldo: EST-IEPG (Tese de Doutorado).

BOFF, Clodovis. *Cartas Teológicas sobre o Socialismo*. Fé e Militância 1. Petrópolis: Vozes, 1989.

\_\_\_\_\_. *Teologia e Prática*. Teologia do Político e suas mediações. Petrópolis: Vozes, 2ª ed., 1982.

\_\_\_\_\_. *Teoria do Método Teológico*. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. *Como fazer teologia da libertação*. Petrópolis: Vozes, 1986.

BOFF, Leonardo. *O Caminhar da Igreja com os Oprimidos*. Do Vale de Lágrimas à Terra Prometida. Rio de Janeiro: Codecri, 2ª ed., 1981.

\_\_\_\_\_. *Jesus Cristo Libertador*. Ensaio de Cristologia Crítica para o Nosso Tempo. Petrópolis: Vozes, 11ª ed., 1986.

\_\_\_\_\_. *Dignitas Terrae*. Ecologia: Grito da Terra. Grito dos Pobres. São Paulo: Ática, 1995.

BONETTI, Aline (org). *A Experiência das Promotoras Legais Populares*. Porto Alegre: Themis, 2.ed., junho de 1999.

BONINO, J. Miguez. Questões eclesiológicas fundamentais. In: VV.AA. *A Igreja que surge da base*. São Paulo: Paulinas, 1982.

BOSCH, David J. *Missão Transformadora*. Mudanças de Paradigma na Teologia da Missão. São Leopoldo: EST/Sinodal, 2002.

BRUNEAU, Thomas. *O Catolicismo Brasileiro em Época de Transição*. São Paulo: Loyola, 1974.

BUSS, Theo. *El Movimiento Ecumênico en la perspectiva de la liberación*. La Paz: Hisbol/CLAI, 1996.

CAMPOS, Bernardo. *Da reforma Protestante à Pentecostalidade da Igreja*. Debate sobre Pentecostalismo na América Latina. São Leopoldo: CLAI/Sinodal, 2002.

CASALDÁLIGA, Pedro. *Espiritualidade*. Anotações feitas pelos participantes do V Curso Latino-Americano de Teologia Pastoral. Caxias do Sul: Arquivo do CECA, (mimeo), 17/06/1981.

CASALDÁLIGA, Pedro; VIGIL, José Maria. *Espiritualidade da Libertação*. Petrópolis: Vozes, Coleção Teologia da Libertação, Tomo IX, 1993.

CASCO, Miguel Angel; CABEZAS, Roger; MANRÍQUEZ, Samuel Palma. *Pentecostais, Libertação e Ecumenismo*. São Leopoldo: CECA/CEBI, 1996.

CENTRO DE ESTUDOS BÍBLICOS. *Ata da Assembléia Geral de Fundação do Centro de Estudos Bíblicos*. São Leopoldo: Arquivo do CEBI Sul, (mimeo), 1979.

CEBI SUL. *Histórico do Centro de Estudos Bíblicos na Região Sul do Brasil*. São Leopoldo: Arquivo do CEBI Sul, (mimeo), [s.d.].

\_\_\_\_\_. *Centro de Estudos Bíblicos*. São Leopoldo: Arquivo do CEBI Sul, (mimeo), [s.d.].

\_\_\_\_\_. *Histórico da Articulação Pró-Curso de Verão no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Arquivo do CEBI Sul/Grupo de Referência, (mimeo), 22 de março de 1991.

\_\_\_\_\_. *Relatório do Encontro com os Cursistas do Curso de Verão/CESEP/SP, Pastorais e Entidades Comprometidas com o Curso de Verão no RS*. São Leopoldo: Arquivo do CEBI Sul, (mimeo), 03 de agosto de 1991.

\_\_\_\_\_. *Ante-Projeto do Curso de Verão no RS*. São Leopoldo: Arquivo do CEBI Sul, (mimeo), março de 1991.

CENTRO ECUMÊNICO DE EVANGELIZAÇÃO, CAPACITAÇÃO E ASSESSORIA. *Relatório Anual das Atividades do CECA-1987*. Anexo 1: Discussão Interna sobre Ecumenismo. São Leopoldo: Arquivo do CECA, (mimeo), [s.d.].

\_\_\_\_\_. *Projeto de Construção da Sede*. São Leopoldo: Arquivo do CECA, (mimeo), 30 de junho de 1988.

\_\_\_\_\_. *Proposta de Constituição do CECA em Florianópolis*. São Leopoldo: Arquivo do CECA, (mimeo), julho de 1989.

\_\_\_\_\_. *Plano Trienal – 1990/1991/1992*. São Leopoldo: Arquivo do CECA, (mimeo). Agosto de 1989.

\_\_\_\_\_. *Revisão do Plano Trienal*. Reestruturação do CECA. São Leopoldo: Arquivo do CECA, (mimeo), 1990.

\_\_\_\_\_. *Fórum de Reflexão sobre a Caminhada do CECA*. São Leopoldo: Arquivo do CECA, (mimeo), 15 de julho de 1991.

\_\_\_\_\_. *Curso de Verão RS – 1993*. Porto Alegre: Arquivo do CECA, (mimeo), junho de 1992.

\_\_\_\_\_. *Plano Trienal – CECA – 1993-1995*. São Leopoldo: Arquivo do CECA, (mimeo), [s.d.].

\_\_\_\_\_. *Plano Trienal 1996-1998*. São Leopoldo: Arquivo do CECA, (mimeo), março de 1995.

\_\_\_\_\_. *Relatório das Atividades do CECA/SC de 1995 e Avaliação Geral do Projeto*. São Leopoldo: Arquivo do CECA, (mimeo), janeiro de 1996.

\_\_\_\_\_. *Desafios e Propostas Missionárias na Realidade Brasileira*. Reflexões a partir da Consulta sobre Missão realizada pelo CMI/Unidade II e o CECA, em São Leopoldo, RS, nos dias 08-11 de setembro de 1996. São Leopoldo: CECA, 1997.

\_\_\_\_\_. *Plano Trienal 1999-2001*. São Leopoldo: Arquivo do CECA, (mimeo), abril de 1998.

\_\_\_\_\_. *Relações de Gênero e Defesa de Direitos Sociais de Justiça e Paz numa Perspectiva Ecumênico-Libertadora*. Projeto trienal 2002-2004. São Leopoldo: Arquivo do CECA, julho de 2001.

\_\_\_\_\_. *Relatório do Curso Ecumênico de Pastoral Popular. Novo Milênio sem Exclusões – Ensaio de Solidariedade*. São Leopoldo: Arquivo do CECA, (mimeo), 2001.

\_\_\_\_\_. *Planejamento 2003*. São Leopoldo, (mimeo), maio de 2003.

\_\_\_\_\_. *Celebrando 30 anos de práticas pela vida. 2005-2007*. São Leopoldo: Arquivo do CECA, (mimeo), junho de 2004.

\_\_\_\_\_. *Seminário sobre Cooperação Internacional*. São Leopoldo: Arquivo do CECA, (mimeo), [s.d.].

\_\_\_\_\_. *Proposta – Formação de Agentes para a Pastoral Popular*. São Leopoldo: Arquivo do CECA, (mimeo), [s.d.].

CENTRO DE EVANGELIZAÇÃO E CATEQUÊSE. *O CECA em 1980/1981*. Caxias do Sul: Arquivo do COM, (mimeo), [s.d.].

\_\_\_\_\_. *Relatório de Atividades do CECA de 08/07/80 a 01/12/81*. São Leopoldo: Arquivo do CEPA, (mimeo), 05/12/1981.

\_\_\_\_\_. *Primer Encuentro Ecumênico Teológico Pastoral del Cono Sur de América Latina*. Caxias do Sul: Arquivo do COM, (mimeo), 19-24 de julho de 1982.

\_\_\_\_\_. *Prestação de Contas do CECA de 01/12/81 a 28/12/83*. São Leopoldo: Arquivo do CEPA, (mimeo), 21/03/1983.



\_\_\_\_\_. *O Centro de Evangelização e Catequese – CECA*. Documento para uso interno. São Leopoldo: Arquivo do CECA, (mimeo), 25 de março de 1983.

\_\_\_\_\_. *CECA – Memória da Caminhada*. São Leopoldo: Arquivo do CECA, 1983.

\_\_\_\_\_. *Plano de Atividades para o Exercício de Agosto/83 a Dezembro/84*. São Leopoldo: Arquivo do CEPA, (mimeo), 31 de julho de 1983.

\_\_\_\_\_. *Encuentro de Científicos Sociales del Cono Sur*. Preparación del 2º Encuentro Ecuemênico de Teologia Pastoral del Cono Sur. São Leopoldo: Arquivo do CECA, (mimeo), 14 a 19 de outubro de 1985.

\_\_\_\_\_. *Projeto Global de Manutenção do CECA para 1986*. São Leopoldo: Arquivo do CECA, (mimeo), 10 de dezembro de 1985.

\_\_\_\_\_. *Projeto Global de Manutenção do CECA – Plano Trienal 1987/1988/1989*. São Leopoldo: Arquivo do CECA, (mimeo), 1986.

\_\_\_\_\_. *Relatório de Estudo em Preparação ao II Encontro Ecuemênico de Teologia Pastoral*. São Leopoldo: Arquivo do CECA, (mimeo), 26/09/1986.

\_\_\_\_\_. *Relatório do Segundo Encontro Ecuemênico de Teologia Pastoral do Cone Sul*. São Leopoldo: Arquivo do CECA, (mimeo), 1986.

\_\_\_\_\_. *Ata da Reunião de Avaliação das Atividades de CECA/1986*. São Leopoldo, Arquivo do CECA, (mimeo), 11 a 13 de novembro de 1986.

\_\_\_\_\_. *Perspectivas do Ecumenismo na América Latina*. São Leopoldo: CECA, (mimeo), [s.d.].

\_\_\_\_\_. *Algunas Puntualizaciones sobre la Metodologia usada em el Curso de Teologia Pastoral/79*. Caxias do Sul: Arquivo do COM, (mimeo), [s.d.].

\_\_\_\_\_. *Projeto Ecuemênico*. São Leopoldo: Arquivo do CECA, (mimeo), [s.d.].

\_\_\_\_\_. *Curso de Formação Política*. São Leopoldo: Arquivo do CECA, [s.d.].

\_\_\_\_\_. *Relatório da Viagem à América Central*. São Leopoldo: Arquivo do CECA, (mimeo), [s.d.].

CECA/CEBI. *Programa Ecuemênico de Formação de Líderes*. Projeto de Sustentação Financeira. São Leopoldo: Arquivo do CECA, (mimeo), 10 de novembro de 1994.

CENTRO DE ORIENTAÇÃO MISSIONÁRIA - COM. *Centro de Orientação Missionária*. Caxias do Sul: Arquivo do COM, (mimeo), [s.d.].

CESEP. *Relatório do 2º Seminário Cursos de Verão e Inverno*. São Paulo: Arquivo do CECA, (mimeo), 08 a 12 de fevereiro de 1993.

COMPÊNDIO DO VATICANO II. *Constituições, decretos, declarações*. Petrópolis: Vozes, 12. ed., 1978.

CONSELHO LATINO-AMERICANO DE IGREJAS. *Construir a Esperança*. Encontro Latino-Americano e Caribenho de Organismos Ecumênicos “Maurício Lopez”. Quito: CLAI, 1988.

COTTIER, G. *Cristãos e Marxistas*. Diálogo com Roger Garaudy. São Paulo: Paz e Terra, 1968.

DALLAGNOL, Wilson. *As Romarias da Terra no Rio Grande do Sul*. Um povo a caminho da “Terra Prometida”. Porto Alegre: CPT, 2001.

DREWERMANN, Eugen. *Religião Para Quê?* Buscando sentido numa época de ganância e sede de poder. Em diálogo com Jürgen Hoeren. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2004.

DROOGERS, André et DOMINGUES, Jorge Luiz Ferreira. *Relatório de Avaliação Externa do Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria – CECA*. São Leopoldo: Arquivo do CECA, (mimeo), maio e junho de 1992.

DUQUE, José (org). *Perfiles Teológicos para um Nuevo Milenio*. Costa Rica/São Leopoldo: DEI/CETELA, 2000.

DUSSEL, Enrique. *Encuentro de Cristianos e Marxistas em América Latina*. In: Cristianismo y Sociedad, Año XX, Tercera Época, n. 74. Santo Domingo: Tierra Nueva, 1982, p. 19-36.

\_\_\_\_\_, Enrique. *Teologia da Libertação*. Um panorama de seu desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1999.

FERNANDES, Rubem César. *Privado Porém Público*. O Terceiro Setor na América Latina. Rio de Janeiro: Civicus/Dumará Distribuidora de Publicações Ltda., 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes et AMADO, Janaína (Orgs). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996.

FONSECA, Cláudia (org). *Themis: Gênero e Justiça*. Porto Alegre: Themis, 2.e.d, junho de 1999.

GAIGER, Celso Luiz F. (org). *Leis Orgânicas e Participação Popular*. São Leopoldo: CECA/CNBB/CJP, (mimeo), 1990.

GAIGER, Luiz Inácio G.. *Notas para Análise dos Cursos de Formação do CECA*. São Leopoldo: Arquivo pessoal de Luiz Inácio Gaiger, (mimeo), 1986.

\_\_\_\_\_. *Projeto Cone Sul. Relatório do Encontro de Lages – 16,17/03/87*. São Leopoldo: Arquivo do CECA, (mimeo), 1987.

\_\_\_\_\_. *Projeto Cone Sul*. Informe da Reunião de Montevideo. São Leopoldo: Arquivo do CECA, (mimeo), 23 e 24 de julho de 1987.

\_\_\_\_\_. *Socialismo e Democracia*. Notas para a assessoria do CECA (uso interno). Porto Alegre: Arquivo pessoal de Luiz Inácio Gaiger, (mimeo), 1987.

GALLEGO, André; AMES, Rolando. *Gustavo Gutiérrez. Textos Esenciales. Acordarse de los Pobres*. Lima: Fondo Editorial del Congreso del Perú, 2004.

GIBELLINI, Rosino. *A Teologia do Século XX*. São Paulo: Loyola, 1998.

\_\_\_\_\_, Rosino (Ed.). *Perspectivas Teológicas para o Século XXI*. Aparecida: Santuário, 2005.

GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação*. Petrópolis: Vozes, 4. ed., 1983.

HINOJOSA, José Francisco Gomes. *Intelectuales y Pueblo*. Um acercamiento a la luz de Antonio Gramsci. San Jose-Costa Rica: Departamento Ecumênico de Investigaciones, 1989.

HORTAL, Jesús S.J. *E haverá um só rebanho*. História, doutrina e prática católica do Ecumenismo. São Paulo: Loyola, 1989.

INSTITUTO DE ESTUDIOS POLITICOS. *Encuentro Latinoamericano de Cristianos por el Socialismo*. In: Consecuencia cristiana o alienación política? Santiago de Chile: Editorial del Pacifico S.A., 1972, p. 155-190.

KAICK, Baldur van; RAISER, Konrad. *Movimento ecumênico*. História e Desafios. São Leopoldo: CECA, [s.d.].

KÜNG, Hans. *Teologia a caminho*. Fundamentação para o diálogo ecumênico. São Paulo: Paulinas, 1999.

LIBANIO, João Batista. *Teologia da Libertação: roteiro didático para um estudo*. São Paulo: Loyola, 1987.

LIMA, Cyzo (org). *Salmos Latino-Americanos*. São Leopoldo/São Paulo: CECA/Paulinas. 1987.

LIMA, Delcio Monteiro. *Os Demônios descem do norte*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1987.

LÖWY, Michael. *Marxismo e Teologia da Libertação*. São Paulo: Cortez Editora/ Autores Associados, 1991.

MADURO, Otto. *Luta de Classes e Processos de Libertação na América Latina*. São Paulo: PUC, 1984.

MARZAL, Manuel M. et alii. *O Rosto Índio de Deus – Desafios da Religião do Povo*. São Paulo: Vozes, Coleção Teologia e Libertação, Série VII, 1989.

- MEIHY, José Carlos S. Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 1996.
- MINCATO, Ramone. *A Igreja Católica na Formação Política de Caxias do Sul de 1964 a 1985*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Tese de Doutorado, 2004.
- MUELLER, Enio R.. *Teologia da Libertação e Marxismo*. Uma relação em busca de explicação. São Leopoldo: IEPG/Sinodal, 1996.
- NASCIMENTO, Cláudio; LÖWY, Michael. *Marxismo e Socialismo na América Latina*. São Leopoldo/ Rio de Janeiro: CECA/CEDAC, 1989.
- OLIVEROS, Roberto. *Liberacion y Teologia*. Génesis y crecimiento de una reflexión 1966-1976. 2ª ed. Lima: Centro de Estudios e Publicaciones (CEP), 1980.
- PAZ, Rosângela Dias O. da. *Organizações Não-Governamentais: Um Debate sobre a Identidade Política das Associadas à ABONG*. São Paulo: Cadernos ABONG, n. 33, junho de 2005.
- PREISWERK, Matthias. *Educación Popular e Teologia de la Liberación*. Sao José - Costa Rica: Editorial DEI – Departamento Ecuménico de Investigaciones, 1994.
- RAMALHO, Jether Pereira. *Desafios e Questionamentos. Organismos Ecumênicos – Igrejas e Movimentos Populares*. Quito-Ecuador: CLAI, (mimeo), Arquivo do CECA, 1988.
- REDE LATINO-AMERICANA DE CPID. *Aliados na Esperança*. Documento preparatório para a reunião de Abril de 1989. São Leopoldo: Arquivo do CECA, (mimeo), [s.d.].
- REDIN, Clarindo. *Alguns Princípios Básicos da Pedagogia de Paulo Freire*. São Leopoldo: Arquivo do CECA, (mimeo), [s.d.].
- RICHARD, Pablo. *Cristianos por el Socialismo. Historia y documentación*. Salamanca-Espanha: Ediciones Sígueme, 1976.
- \_\_\_\_\_. *A Igreja Latino-Americana entre o Temor e a Esperança*. Apontamentos teológicos para a década de 80. São Paulo: Paulinas, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Identidade eclesial na prática política orgânica e teórica do movimento popular*. São Leopoldo: CECA, (mimeo), [s.d.].
- ROLIM, Francisco Cartaxo. *Pentecostais no Brasil*. Uma interpretação sócio-religiosa. Petrópolis: Vozes, 1985.
- SANTA ANA, Júlio H. de. *Ecumenismo e Libertação*. Petrópolis: Vozes, 1987. (Coleção Teologia e Libertação, 4/14).
- SANTOS, João de Almeida. *O Princípio da Hegemonia em Gramsci*. Lisboa: Vega/ Universidade, [s.d.].

SEGUNDO, Juan Luis. *Libertação da Teologia*. Loyola: São Paulo, 1978.

SILVA, Dezir Garcia da. *Falando de CEBI*. São Leopoldo: Arquivo do CEBI Sul, (mimeo), agosto de 1994.

SOARES. Sérgio A. E. *Acompanhamento à Constituinte Estadual e à Lei Orgânica Municipal*. São Leopoldo: Arquivo do CECA, (mimeo), 1989.

SOBRINO, Jon. *Espiritualidade da Libertação*. Estrutura e Conteúdos. São Paulo: Loyola, 1992.

STACCONI, Giuseppe. *Gramsci: Bloco Histórico e Hegemonia*. São Paulo: Centro de Pastoral Vergueiro, 1987.

STRAGLIOTTO, João Orestes. *História - atividades realizadas - perspectivas*. Caxias do Sul: Arquivo do CECA, (mimeo), 1979.

\_\_\_\_\_. *O CECA em 1980/1981*. Caxias do Sul: Arquivo do COM, (mimeo), 1981.

SUSIN, Luis Carlos (Org.). *O Mar se Abriu: Trinta anos de teologia na América Latina*. São Paulo: Loyola, 2000.

\_\_\_\_\_. *Sarça Ardente*. Teologia na América Latina: Prospectivas. São Paulo: Paulinas, 2000.

TAMAYO, Juan-José; BOSCH, Juan (eds). *Panorama de la Teología Latinoamericana*. Cuando vida e pensamiento son inseparables. Estella: Verbo Divino, 2002.

TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. *A Gênese das CEB's no Brasil*. Elementos Explicativos. São Paulo: Paulinas, 1988.

TIEL, Gerhard. *Ecumenismo na Perspectiva do Reino de Deus: uma análise do movimento ecumênico de base*. São Leopoldo: Sinodal, 1998.

VÁSQUEZ, Dizán. *El Compromiso Ecumênico de la Iglesia Católica y el Problema de las Sectas em América Latina*. Caracas-Venezuela: Acción Ecumênica, 1988.

VILLAMÁN. Marcos P. *Espiritualidade da Libertação*. Imaginar, Esperar, Resistir. São Leopoldo: CEBI, Série "A Palavra na Vida", n. 107, 1996.

WOLFF, Elias. *Caminhos do Ecumenismo no Brasil*. História – Teologia - Pastoral. São Paulo: Paulus, 2002.

\_\_\_\_\_, Elias. *Por uma compreensão da natureza e missão da Igreja*. Palestra apresentada na Consulta Latino-Americana de Fé e Ordem sobre Eclesiologia, em São Leopoldo, (mimeo), 02 de julho de 2004.

V.V.A.A. *Teologia aberta ao futuro*. São Paulo: SOTER/Loyola, 1997.

\_\_\_\_\_. *Construindo Pontes em PMA*. Orientações para uma boa prática de planejamento, monitoramento e avaliação de projetos de desenvolvimento com base comunitária implementados por ONGs dos países do Sul com apoio de agências ecumênicas européias. São Leopoldo: Arquivo pessoal de Lori Altmann, (mimeo), 1996.

\_\_\_\_\_. *Dor, resistência e esperança cristã na América Latina*. São Leopoldo: CECA/Sinodal, 1989.

\_\_\_\_\_. *Promotoras Legais Populares: Por Que a Perspectiva Ecumênica?* São Leopoldo: Arquivo do CECA, (mimeo), [s.d.].

\_\_\_\_\_. *Teologia da Libertação e Educação Popular a Caminho*. São Leopoldo: CECA/CEBI/CELADEC, 2006.

## ARTIGOS EM REVISTAS E LIVROS

ALTMANN, Walter *et alii*. Perspectivas da Teologia da Libertação: impasses e novos rumos num contexto de globalização. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo: EST, Ano 37, n.02, p.129-138.

ALTMANN, Walter. Mudanças Históricas – Impasses e Anseios. A Crise do Socialismo, a Guerra do Golfo, a Economia Internacional e a Esperança Cristã. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo: EST, Ano 31, n. 01, 1991, p. 101-116.

\_\_\_\_\_. Teoria e Práxis nas Relações Ecumênicas. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo: EST, Ano 16, n. 02. 1976, p. 03-18.

ASSEBURG, Benno. A Ecumenicidade da Luta pela Vida. *Revista Tempo e Presença*, Rio de Janeiro: Koinonia, nº 296, novembro/dezembro de 1997, p. 35-37.

\_\_\_\_\_. O Ecumenismo Nasce no Encontro com o Outro. *Revista Rainha*, Porto Alegre: Palotti, Ano 74, n. 881, agosto, 1997, p. 08-09.

BOTAS, Paulo Cezar Loureiro. Esboço para uma Teologia da Proscrição. In: RIBEIRO, Cláudio de Oliveira et FILHO, José Bittencourt (orgs) *Por uma nova Teologia Latino-Americana. A Teologia da Proscrição*. São Paulo: KOINONIA/Paulinas. 1996, p. 17-22.

BRAKEMEIER, Gottfried. Ecumenismo: Repensando o Significado e a Abrangência de um Termo. *Perspectiva Teológica*, São Paulo: n. 33, 2001, 195-216.

BAESKE, Albérico. Ecumenismo e Teologia da Libertação. In: VVAA. *Desafio às Igrejas. Diálogo Ecumênico em Tempos de Mudança*. São Paulo/São Leopoldo: Loyola/Sinodal, 1976, p. 67-82.

BOFF, Clodovis. Crise do Socialismo e Igreja da Libertação. *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis: Vozes, Vol. 84, n. 03, maio-junho de 1990, p. 368-380.

BOFF, Leonardo. Opção pelos Pobres, Teologia da Libertação e Socialismo Hoje. In: VIGIL, José Maria (org). *Opção pelos Pobres Hoje*. São Paulo: Paulinas, 1992, p. 133-152.

BORDIN, Luigi. Teologia da Libertação e Marxismo no contexto da globalização. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis: Vozes, Fasc. 233, Vol. LIX, março de 1999, p. 127-151.

CECA/CEBI. Resposta Teológica aos Desafios do Cone Sul., *SEDOC*, n.15, janeiro/fevereiro de 1983. Petrópolis: Vozes, 1983, p.685-704.

DUSSEL, Enrique. Transformaciones de los supuestos epistemológicos de la “Teología de la Liberación” (Las “Trece tesis de Matanzas” para ser debatidas). In: DUQUE, José (org). *Perfiles Teológicos para um Novo Milênio*. Costa Rica/São Leopoldo: CEI/CETELA, 1990, p.29-39.

GAIGER, Luiz Inácio G. ...E a História nos Deixou Órfãos... *CECA. Informação, Formação, Experiência*, São Leopoldo: CECA, Ano 2, n. 5, 1990, p. 3-10.

HECK, Selvino. Sobre o Movimento Popular. apud “Documento de São Bernardo”. *Informativo CECA. Movimento Popular: Certezas e Dúvidas*, São Leopoldo: CECA, Ano IV, n. 13-14, junho de 1988, p. 06.

LEPARGNEUR, Hubert. A Teologia Católica Romana no Brasil. In: VVAA. *Tendências da Teologia no Brasil*. São Paulo: ASTE, 1977, p.58-131.

LIMA, Cyzo Assis et FUCHS, Werner (orgs). Pastoral Urbana: Evangelho sem Redutos. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo: EST, Ano 36, n.2, 1996, p.155-164.

MEINCKE, Silvio. O Ecumenismo no Movimento Popular. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo: EST, Ano 31, 1991, p. 65-70.

NASCIMENTO, Cláudio. Após o Dilúvio: Pós-Socialismo ou Outro Socialismo? *CECA, Formação, Informação, Experiência*, São Leopoldo: CECA, Ano 2, n. 5, 1990, p. 18-26.

PETRI, Julia D e ZANIRATTI, José Augusto. O Que É Movimento Popular? *Informativo CECA*, São Leopoldo: CECA, Ano IV, n. 16, out-dez/1988, p. 16-19.

RICHARD. Pablo. A Teologia da Libertação na Nova Conjuntura. Temas e Novos Desafios para a Década de Noventa. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo: EST, Ano 31, n. 03, 1991, p.206-220.

## REVISTAS E BOLETINS INFORMATIVOS DO CECA

### *Revista CECA, Informação – Formação – Experiência (IFE).*

CECA. *Comunicação: Movimento Popular e Pastoral Popular*. São Leopoldo: CECA Informação – Formação – Experiência, Ano I, n. 01, jan – mar, 1989.

\_\_\_\_\_. *Poder x poder*. São Leopoldo: CECA Informação - Formação- Experiência, Ano I, n. 02, abr-jun, 1989.

\_\_\_\_\_. *Pentecostais: ensaios*. São Leopoldo: CECA Informação - Formação- Experiência, Ano I, n.03, jul-set de 1989.

\_\_\_\_\_. *O feminino da humanidade*. São Leopoldo: CECA Informação – Formação – Experiência, Ano I, n. 04, out-dez, 1989.

\_\_\_\_\_. *Cai o muro! Cai o socialismo?* São Leopoldo: CECA Informação – Formação - Experiência, Ano II, n.05, jan-mar de 1990.

\_\_\_\_\_. *Meio ambiente. Deus cria – o homem destrói*. São Leopoldo: CECA Informação – Formação – Experiência, Ano II, n.06, abr-jun de 1990.

\_\_\_\_\_. *Parceiros na luta*. São Leopoldo: CECA Informação – Formação – Experiência, Ano II, n.07, jul-set de 1990.

\_\_\_\_\_. *As Comunidades Eclesiais de Base*. São Leopoldo: CECA Informação – Formação – Experiência, Ano II, n.08, out-dez de 1990.

\_\_\_\_\_. *Criança: esperança ou abandono*. São Leopoldo: CECA, Informação – Formação – Experiência, Ano III, n.09, jan-mar de 1991.

\_\_\_\_\_. *A Pastoral em Questão*. São Leopoldo: CECA Informação – Formação – Experiência, Ano III, n.10, jan-mar de 1991<sup>397</sup>.

\_\_\_\_\_. *Teatro Popular. Práticas e reflexões*. São Leopoldo: CECA Informação – Formação – Experiência, Ano III, n.11, jul-set de 1991.

\_\_\_\_\_. *Catequese Alternativa*. São Leopoldo: CECA Informação - Formação – Experiência, Ano III, n.12, out-dez de 1991.

---

<sup>397</sup> Houve um erro na impressão da periodicidade.



\_\_\_\_\_. *Um Mundo Diferente*. São Leopoldo: CECA Informação – Formação – Experiência, Ano IV, n.13, janeiro de 1992.

\_\_\_\_\_. *Temas de Educação Popular*. São Leopoldo: CECA Informação – Formação – Experiência, Ano IV, n. 14, maio de 1992.

\_\_\_\_\_. *CECA, 20 Anos de Caminhada: 1973-1993*. São Leopoldo: CECA Informação - Formação – Experiência, Ano V, n. 17, setembro de 1993.

\_\_\_\_\_. *A Questão da Representação*. São Leopoldo: CECA Informação – Formação – Experiência, Ano V, n.18, outubro de 1993.

\_\_\_\_\_. *A Questão da Cidadania*. São Leopoldo: CECA Informação – Formação – Experiência, Ano V, n.19, maio de 1994.

#### *Informativo CECA*

Números 01 a 16, de fevereiro de 1985 a dezembro de 1988.

#### *CECA Informa*

Números 01 a 91, de fevereiro de 1989 a setembro de 1998.

#### *Cadernos de Serviços do CECA*

CECA. *Cursos e Seminários*. São Leopoldo: Arquivo do CECA, 1985.

\_\_\_\_\_. *Caderno de Serviços 1986*. São Leopoldo: Arquivo do CECA, 1986.

\_\_\_\_\_. *CECA Caderno de Serviços 1987*. Separata do Informativo CECA n.08. São Leopoldo: Arquivo do CECA, 1987.

\_\_\_\_\_. *CECA Caderno de Serviços 1988*. Separata do Informativo CECA n.12. São Leopoldo: Arquivo do CECA, 1988.

\_\_\_\_\_. *CECA 1989 Caderno de Serviço*. São Leopoldo: Arquivo do CECA, 1989.

\_\_\_\_\_. *CECA 1º Semestre – 1990. Caderno de Serviços*. São Leopoldo: Arquivo do CECA, 1990.

\_\_\_\_\_. *Atividades do 2º Semestre – 1990*. Suplemento do Caderno de Serviços. São Leopoldo: Arquivo do CECA, 1990.

\_\_\_\_\_. *CECA 1991. Caderno de Serviços*. São Leopoldo: Arquivo do CECA, 1991.

\_\_\_\_\_. *Atividades 93*. São Leopoldo: Arquivo do CECA, 1993.

## OUTRAS REVISTAS E CADERNOS PUBLICADOS PELO CECA

CECA. *Construindo a Paz, Celebrando a Vida*. Revista do 6º Curso Ecumênico de Pastoral Popular. Passo Fundo, 01 a 04 de maio de 2003. São Leopoldo: Arquivo do CECA, 2003.

\_\_\_\_\_. *A Luta Faz a Lei*. Cartilha para Debater Constituinte. São Leopoldo: CECA, agosto de 1985.

\_\_\_\_\_. *Agente x Povo*. Debate sobre a prática da pastoral popular. São Leopoldo: Arquivo do CECA, [s.d.].

CECA et alii. *Cartilha de Formação Política. Eleições 2000*. Pare. Pense. Vote. Voto é Poder. São Leopoldo: Gráfica Contexto/CEBI-RS, abril de 2000.

CECA/PPL/CEBI-RS. *Nosso Jejum*. Erval Seco: Arquivo do CECA, janeiro de 2002.

CECA et alii. *De Onde Vem para Onde Vai o Dinheiro do Povo*. Porto Alegre: Arquivo do CECA, 2000.

VV.AA. *Os Cristãos e a Militância Político-Partidária*. O debate continua. São Leopoldo/Petrópolis: CECA/CDDHP, 1989.

GRZYBOWSKI, Cândido. *Método de Análise de Conjuntura*. São Leopoldo: CECA, Série Novas Forças, n. 01, outubro, 1985.

SOUZA, Herbert de. *Os Seis Brasis – Conjuntura Atual*. São Leopoldo: CECA, Série Novas Forças, n. 02, novembro, 1985.

CENTRO NAZARETH. *Tendências do Capitalismo Mundial e do Cone Sul Latino-Americano*. São Leopoldo: CECA, Série Novas Forças, n.03, julho, 1986.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Mudanças na Sociedade Brasileira*. São Leopoldo: CECA, Série Novas Forças, n.04, novembro, 1986.

BARRIOS, Luiz. *Os Novos Movimentos Sociais: Alternativa à Alternativa?* São Leopoldo: CECA, Série Novas Forças, n.05, fevereiro, 1987.

ARRUDA, Marcos. *Cone Sul: O Contexto Político-Econômico: Modernização Capitalista, com ou sem Autoritarismo e Movimentos Populares: O Desafio da Democracia Integral*. São Leopoldo: CECA, Série Novas Forças, n.06, março, 1987.

## **LIVRO DE ATAS DO CECA<sup>398</sup>**

CECA. *Ata n. 01 da Assembléia Geral de Fundação*, São Leopoldo, 11.04.83 a *Ata n. 212 da Assembléia Geral Ordinária*, São Leopoldo, 27.03.04.

## **LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SANTO INÁCIO – SÃO LEOPOLDO**

PARÓQUIA SANTO INÁCIO. *Livro Tombo*. São Leopoldo: Arquivo da Paróquia Santo Inácio, Vol. I, 07 de dezembro de 1963 a 31 de janeiro de 1985.

\_\_\_\_\_. *Livro Tombo*. São Leopoldo: Arquivo da Paróquia Santo Inácio, Vol. II, dezembro de 1984 a 13/10/1987.

\_\_\_\_\_. *Livro Tombo*. São Leopoldo: Arquivo da Paróquia Santo Inácio, Vol. III, janeiro de 1991 a dezembro de 2003.

## **BOLETIM INFORMATIVO DO CEBI SUL**

CENTRO DE ESTUDOS BÍBLICOS. São Leopoldo: Informativo CEBI Sul, Ano I, n.00, maio, 1982.

\_\_\_\_\_. São Leopoldo: Informativo CEBI Sul, Ano I, n.01, setembro, 1982.

\_\_\_\_\_. São Leopoldo: Informativo CEBI Sul, Ano I, n.02, dezembro, 1982.

\_\_\_\_\_. São Leopoldo: Informativo CEBI Sul, Ano II, n.03, março, 1983.

\_\_\_\_\_. São Leopoldo: Informativo CEBI Sul, Ano II, n.04, agosto, 1983.

\_\_\_\_\_. São Leopoldo: Informativo CEBI Sul, Ano II, n.05, dezembro, 1983.

---

<sup>398</sup> As atas registram, em numeração subsequente, as reuniões das diferentes instâncias administrativas do CECA, de acordo com alterações estatutárias. Ocorreram erros de numeração e de nomenclatura das instâncias deliberativas ou executivas que às vezes, não conferiam com o que estava disposto nos Estatutos. As atas a partir do n. 182 estão registradas em folhas avulsas, porque ainda não foram transcritas para o Livro de Atas.

\_\_\_\_\_. São Leopoldo: Informativo CEBI Sul, Ano III, n.06, janeiro, 1984.

## **ANEXOS**

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA**

1. Nome, dados pessoais, função que ocupa (ministério eclesiástico, obreiro, agente de pastoral leigo), igreja, profissão, etc.
2. Em que período atuou mais diretamente no CECA? Ocupou algum cargo de direção? Qual?
3. Quais foram os acontecimentos, situações mais marcantes no período em que esteve no CECA?
4. O CECA, em seus documentos, expressa que a Teologia da Libertação é seu marco teológico. Como isso se desenvolveu na prática?
5. O CECA, no seu trabalho de assessoria e formação, visava a construção de uma sociedade socialista? E depois, com a crise do socialismo real, como ficou?
6. Qual a compreensão que o CECA tinha de ecumenismo? Como o CECA desenvolveu esse ecumenismo?
7. Como foi a relação do CECA com as Igrejas?
8. Qual foi a contribuição do CECA para o movimento ecumênico?
9. Como vê o CECA hoje? Que perspectivas se apresentam para o futuro?
10. Um breve síntese de sua visão dos 30 anos de caminhada do CECA.

**ENTREVISTA Nº 01 – PASTOR CARLOS ARTHUR DREHER****Data: 03 de maio de 2005.**

O que me levou para dentro do CECA no começo, foi um convite que o Pe. Orestes fez para o Milton Schwantes e para mim no Morro do Espelho. Foi na época em que ainda estava fazendo meu mestrado e estava na comunidade. A questão toda era montar cursos de bíblia para padres e pastores. Acho que esses cursos se tornaram referencial para todo o RS e se tornaram uma grande vertente ecumênica para o CECA. Mas, na verdade quem ainda fazia era o CEBI – Centro de Estudos Bíblicos, que funcionava como um departamento do CECA. O CECA entrava mais com a parte de análise de conjuntura desses cursos e com a venda de material. A nossa função – lembro muito, do Milton, eu, Pe. Orestes, Pe. Pedro Kraemer; Nelson Tonello fez os primeiros cursos e depois começou também a assessorar - era dar uma visão geral de uma leitura bíblica, numa proposta libertadora latino-americana. Tudo isso estava dentro de todo o jogo da Teologia da Libertação como a gente praticava isso. Uma leitura bíblica que tentasse ser histórica e recompor as estruturas sócio-econômicas por detrás do texto e por detrás da realidade que o povo de Israel ou no tempo de Jesus se expressava. Toda a questão de um referencial teórico do CECA vem para mim mais pela vertente da Bíblia, pelo fato de eu estar assessorando esses cursos que aconteciam aqui em São Leopoldo. Eu me lembro que era uma coisa bem esquisita o que nós fazíamos. Era sempre entre as aulas, o Milton e eu andando de bicicleta para baixo e para cima; ou era para o Lar da Menina, ou lá no Cristo Rei ou algum outro local; até no COL (Círculo Operário Leopoldense) depois a gente fez alguns cursos. Com isso comecei a participar do CECA. Acho que foram esses cursos – nessa época associei ao CECA, não me lembro bem quando, meu papel de fato estava na Bíblia - que trouxeram um referencial ecumênico muito forte. A base ecumênica estava de fato na Igreja Católica, representada por essa perspectiva que vou chamar por enquanto de “orestiana”, apoiada por Dom Sinésio Bohn; nós luteranos da IECLB, mais a figura do Milton Schwantes, mas também muito apoiada pelo então Pastor Regional que depois passou a ser Pastor Presidente da IECLB, Huberto Kirchheim; os Episcopais Anglicanos (em São Leopoldo, estava o Reverendo Prado, e um grande número de Metodistas. No caso dos Episcopais, praticamente todo mundo que fez a escola de teologia deles, em Porto Alegre, vinha fazer sua formação de Bíblia através do CECA. Esse quarteto: católicos, luteranos da IECLB, episcopais anglicanos e metodistas, criou um lastro ecumênico muito forte para o que era o CECA. Isso representou uma grande novidade para o CECA: a discussão ecumênica. Porque na verdade, o propósito do CECA era um trabalho popular, mais ligado às Comunidades Eclesiais de Base e a todos os movimentos populares da época que estavam todos mais ligados à Igrejas Católica. As outras três Igrejas não tinham essa experiência, já pela falta do lastro popular. Das Igrejas não católicas que compunham através dessas pessoas, a base ecumênica do CECA, a IECLB talvez teria uma base popular um pouco mais ampla, mas especialmente na área rural, formada por pequenos agricultores ainda não totalmente sem-terra. Mas os episcopais anglicanos e metodista, no fundo eram pequenas comunidades espalhadas pelo RS, mais pela tradição da estrada de ferro por aqui. Onde havia uma estação ferroviária surgia uma Igreja Metodista ou Episcopal, às vezes também Presbiteriana ou Batista. Aqui no RS, foi mais forte a Igreja Episcopal e Metodista.

Não me lembro exatamente quando comecei a participar do CECA. Mas, em torno de 1982 quando ainda lecionava na Teologia, eu me assustei quando o Milton Schwantes me pediu para dar um tema num curso que estava se realizando. Disse que trabalhava com o tema dos “falsos profetas”. E fui para o Cristo Rei onde estava reunido um grupo de pessoas. Em 1983/84, o Milton vai para São Paulo. Eu fiquei, sem querer, como representação luterana dentro do CECA. Aconteceu uma coisa engraçada. Existia um boato de que, os movimentos

mais reacionários dentro da Igreja Católica temem de que o Vale do Rio dos Sinos vá se tornar um ABC no Rio Grande do Sul. A Igreja estaria respaldando os movimentos populares, o trabalho com o movimento sindical, o movimento dos trabalhadores, dos operários, etc., o que fazia parte sim da nossa vertente. Por bem ou por mal, a gente tinha um referencial socialista. Eu talvez muito mais ingenuamente do que outros. Mais pela questão da sociologia marxista para poder analisar o texto bíblico. Aí veio a questão de que Dom Sinésio é transferido da Diocese de Novo Hamburgo para a Diocese de Santa Cruz do Sul. Até ali - e eu falo mais por dentro do movimento do CEBI ainda enquanto departamento do CECA - nós éramos muito bem respaldados por Dom Sinésio. Eu me lembro que nós ousamos nestes encontros de Padres e Pastores, o Orestes, Milton, eu, o Prado (a maioria dos episcopais eram estudantes, não tantos, mas um grupo de sete ou oito pessoas), aqui no Monte Alverne, fazer uma coisa totalmente nova em termos ecumênicos que foi propor que em quatro noites diferentes sempre uma outra Igreja celebrasse a Santa Ceia ou Eucaristia e convidasse os demais, fizesse mesa aberta (hospitalidade eucarística). Era uma coisa mais de catacumba, não era tão oficializado. Foi muito importante e muito bonito! Um erro foi que a gente não pôde discutir aspectos confessionais divergentes.

Eu lembro de uma cena engraçadíssima do nosso representante luterano em que o cálice esvaziou e ele puxou o garrafão de vinho detrás do altar, encheu de novo e passou adiante. Os católicos quase desmaiaram naquela hora, por toda questão da compreensão sacramental. Aí a gente se apercebeu de que aquilo que ele tinha feito não era luterano; era muito mais reformado do que luterano (só memorial e não presença real). Discussões que foram enfáticas para nós até para nos redescobriremos dogmaticamente. Tu estudas as coisas de um jeito, mas quando sentes na prática e o impacto do diferente te chamando atenção para isso, tu começa a clarear a tua própria tradição doutrinária e teológica. Por acaso, um padre bastante ingênuo, inadvertidamente leva essa coisa para fora e Dom Sinésio ficou sabendo e nos disse: “Muito elogiável a iniciativa que vocês tomaram, mas sugiro que vocês tomem um pouquinho mais de cuidado, e façam isso, realmente, como um movimento de catacumba, porque a oficialidade eclesiástica não vê isso com muito bons olhos”. Como de fato depois os documentos comprovaram. Toda uma abertura que se parecia ter nessa direção acabou sendo fechada pela própria tradição do Vaticano. O fantástico para nós era de que aquelas celebrações tinham uma efetividade que vai além de qualquer doutrina, porque todo mundo que estava participando ali no curso, estava engajado num determinado tipo de caminhada que era o acesso bíblico às camadas populares, como elemento de conscientização, fortificação de uma fé libertadora que promovesse mudanças sociais e políticas significativas. Mas o bacana é que a gente pode celebrar isso. Dom Sinésio nos repreendeu num certo sentido, mas também não nos desestimulou, o que foi muito inteligente da parte dele naquela época e memorável para mim. A gente continuou fazendo essas coisas, com bastante cuidado e vendo se todo muito tinha clareza a respeito do que estava acontecendo. Arrisco dizer que estas experiências foram as maiores impulsionadoras do movimento ecumênico aqui no Sul naquela época. Também em decorrência disso o pessoal se apercebeu da força do ecumenismo diante de qualquer mecanismo de repressão e se partiu para a idéia de o CECA se transformar num grande organismo também ecumênico naquele momento. Aqui no Sul o CECA conseguiu ter uma penetração ecumênica efetiva, popular, maior do que o CONIC daquele tempo. Porque o CONIC dependia das Igrejas. Nós tínhamos acesso ao padre, ao pastor, ao reverendo que efetivamente estava querendo trabalhar nessa direção com a sua base não fazer só uma coisa pró-forma de aproximação das Igrejas. Inclusive uma definição ecumênica daquela época que o Orestes e eu acabamos fazendo juntos: a questão ecumênica não era uma aproximação de Igreja a Igreja, porque o pessoal da classe dominante dentro das diversas Igrejas já estava de acordo há muito tempo. O que faltava era a classe dominada se sentir também relacionada pela fé na busca



do movimento de libertação da sua situação de opressão. Acho muito bonito que a gente teologizou, mas não escreveu em lugar nenhum da época, um ecumenismo de base. Aí a gente começa a falar disso.

O nosso grande chapéu do povo de vista católico é removido de Novo Hamburgo. Ouvimos falar que vem um bispo aqui com a intenção de acabar com toda e qualquer possibilidade do Vale do Rio dos Sinos de se transformar num novo ABC no Sul, Dom Boaventura Kloppenburg, o que depois se mostrou muito menos assustador e perigoso do que parecia. Quando a gente inaugurou a nova sede do CECA, Dom Boaventura veio, aceitou nosso convite, participou e nunca teve uma palavra negativa em relação ao CECA, a não ser na primeira visita que eu não sei. Foi curioso, naquela época, porque algumas coisas a gente pressentiu. O CECA naquela época estava utilizando um espaço que era da Cúria, embora ali também estivesse uma Congregação Religiosa, as Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado que tinham ali originalmente um pensionato feminino e o CECA alugou uma parte do espaço. Construiu um chalezinho lá dentro para poder fazer suas atividades. Mas em cima da mudança de Dom Sinésio e da perspectiva da vinda de Dom Boaventura, imediatamente se pensou em construir a nova sede do CECA. Lembro que o Cyzo e o Erny, muito bem articulados naquela época (que depois tiveram alguns desentendimentos, o que é normal numa equipe e acho que vão lembrar com bons olhos isso) no contexto da construção da nova sede viram me convidar para ser Presidente do CECA. Disseram: “Nós precisamos de ti, pelas tuas idéias e pelo teu ecumenismo”. Acho que foi mais pelo meu ecumenismo mesmo, pela minha representatividade ecumênica. Nós montamos uma diretoria na qual eu era o presidente, Celso Gaiger era o vice (leigo católico), tinha episcopal, metodista, de tudo das quatro Igrejas naquela diretoria com o conselho. Um dia de fato, recebemos a notícia de que Dom Boaventura quer nos visitar. Ele veio acompanhado do pároco daqui da Matriz, da igreja do centro. Nós fizemos uma apresentação e a gente notou nitidamente que ele se surpreendeu de saída. O presidente era um luterano, o vice-presidente era um católico leigo; o secretário, sei lá, era um metodista ou episcopal. Diante da diversidade ecumênica, quando terminou a questão, depois de algum ele disse: “É, essa coisa do ecumenismo é realmente um problema”. Usou literalmente essa frase. Depois disse, não sei como exatamente, mas lembro como se fosse hoje “Como Bispo da Diocese de Novo Hamburgo, eu não admito que lideranças da minha diocese leiam e utilizem material que não passou anteriormente pelas minhas mãos.” Tratava-se do material do CECA. Então creio que fui eu que disse (não quero ser o herói dessa história): “Dom Boaventura, o CECA não publica material para a sua Diocese, ele publica um material para lideranças num âmbito ecumênico, com uma teologia, uma reflexão, uma análise de conjuntura suficientemente clara, escrita de uma maneira simples para que em todas as Igrejas as pessoas interessadas possam dispor de um bom material a ser utilizado”. Nós descobrimos uma coisa e dissemos para ele: “Se o senhor quiser proibir que os seus agentes de pastoral leiam uma coisa produzida pelo CECA, tem todo direito, mas o senhor não tem condições de proibir o CECA de continuar a publicar o que produziu”. E ele aceitou isso. Foi um momento interessante, porque acho que ele também descobriu uma coisa que nós descobrimos como grupo. Que a gente vivia uma idéia de que o príncipe eclesiástico é o senhor territorial; ele tem a jurisdição sobre a religião territorial. E não era mais assim. O mundo era diversificado, o mundo era ecumênico por natureza. Foi um momento muito marcante. Terminando a reunião ele dizia que tudo bem, mas a Cúria precisava agora da casa, porque estava faltando e não sei o quê e o CECA não poderia mais ficar ali. Nós dissemos que tudo bem, pois já estávamos construindo a nossa sede. Então ele ficou branco mais uma vez. São duas formas em que não tinha havido condição nenhuma de nos puxar o tapete. Nós de maneira nenhuma estávamos sendo desrespeitosos ou agressivos com ele. Nós só tínhamos nos precavido. Isso foi ótimo para o CECA naquela ocasião. Conseguiram-se verbas de nível

internacional com certa facilidade até para comprar o terreno. Isso foi antes de 1989, na queda do muro, quando as verbas começaram a ir para o Leste Europeu. Até ali, os centros que tinham verba na Europa ainda estavam dispostos a investir na América Latina. Não foi difícil para conseguir dinheiro para comprar o terreno e para a construção. Acho que isso foi um marco diferencial para o CECA. Enfim, o CECA já era ecumênico. O Orestes foi alguém que teve uma visão futurista já naquela época. Se bem que houve algumas crises por causa da liberdade que ele tinha dado naquele tempo, porque a coisa escapava ao controle. Evidentemente, quando a coisa vira ecumênica, toda a visão hierárquico-eclesial cai por terra. Ela não é mais possível suportar porque tem que se respeitar uma diversidade de interesses. Isso vira numa instituição religiosa democrática, na qual todo mundo tem participação igual. Isso é complicado em nível da Igreja! Até na questão confessional você agora tem que ser mais aberto. As intransigências têm que cair por terra.

Por isso retomo a consideração inicial. O Orestes vai procurar Milton Schwantes no Morro do Espelho. Isso é uma coisa óbvia. Isso dá para dizer do ponto de vista histórico. A tradição católica até o Concílio Vaticano II em termos de exegese bíblica é muito “pobre” se comparada com a dimensão da Igreja Católica em nível internacional. A tradição luterana é bem mais forte, por causa da tradição germânica de estudos bíblicos e exegese. Essa foi, como luteranos, nossa grande oportunidade de entrar de peito aberto na atividade ecumênica de base em geral. Nós tínhamos o conhecimento de Bíblia, o povo católico tinha sede de Bíblia. O Vaticano II tinha aberto! Lembro-me que meus colegas de infância diziam que Bíblia era uma coisa que não tinha na casa deles e que o padre até proibia ler (tradição pré-conciliar). Já havia traduções da Bíblia em português, mas coisa de classe alta. O Milton entra nessa brecha. Era o Carlos Mesters, o Orestes e o Milton Schwantes e o resto veio junto depois. O que para nós era vibrante era quando eu dava qualquer tipo de aula de Bíblia na Faculdade de Teologia, naquela época, para os alunos, era quase irrelevante; não tinha sede, especialmente quando eu trabalhava o Antigo Testamento - o que eu quero com AT; preciso dos Evangelhos e fim - muita gente vinha com essa idéia. Quando eu ia para qualquer curso de Bíblia do CEBI, o pessoal a partir do primeiro minuto estava bebendo o que eu tinha para dizer, chegava a me sugar, de querer mais do que eu sabia ou do que eu tinha me preparado para fazer. Isso foi muito animador porque me provocou para muitas perguntas. Eu sempre coloquei isso, tanto na minha dissertação de mestrado e na tese de doutorado que a motivação que essa leitura popular da Bíblia e esse movimento todo me trouxeram, foi o que me fez escrever. Então, a sede de Bíblia está lá e o conhecimento de Bíblia está aqui. Agora tem que juntar as duas coisas e aí funciona. O Milton e eu trazemos para o CECA mais outras pessoas. Lembro-me do Carlos Trein, do Oneide Bobsin entrando depois também. O Orestes vai buscar também o Erny e a Iria. A vitrine ecumênica está formada no CECA. Conflitos? Claro! Isso sempre teve! Nós tivemos que clarear o movimento ecumênico ao longo da caminhada. O que é ecumenismo? É a aceitação de um em relação aos outros, mas esse um continua com o controle ou há uma participação equitativa? Acho que isso - deixa eu dizer logo bem isso - não é um problema só católico; é também um problema luterano, é também um problema episcopal, é também um problema metodista. Cada um, quer de uma certa maneira, e tem a tentação de impor a sua interpretação. Para ser ecumênico tem que ter um espírito democrático desgraçado! Tem que aprender a respeitar de igual para igual, como irmãos! A tua opinião vale tanto quanto a minha vale e nós temos que achar um caminho! Acho que essa composição criada talvez por uma crise, mas criada também por uma possibilidade! O CECA estava em São Leopoldo onde tinha um centro teológico que era a EST. O Orestes foi me buscar; me trouxe e a coisa começou a andar. Isso foi muito importante, mas as crises vieram ao natural. O surpreendente para mim e acho que foi a maior marca na minha primeira presidência no CECA é que eu acabei representando o ecumênico diante da autoridade que

talvez até pensou ou recebeu a incumbência de que esse tal de CECA tinha que ser fechado. Volto a dizer que acho que Dom Boaventura também aprendeu conosco!

**ENTREVISTA Nº 02 – DR. CELSO LUIZ GAIGER****Data: 17 de maio de 2005.**

Atualmente estou aposentado como desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. A minha vida profissional começou como operário nos portos do RS. Eu era conferente de carga e descarga, quando vim para Porto Alegre para estudar. Depois fiz concurso para o Tribunal de Contas, onde fui técnico por oito anos. Em 1960 fiz concurso para juiz de direito. Em razão disso, a função de juiz começava no interior. Percorri várias cidades do RS em decorrência da carreira profissional: Sobradinho, Taquari, Santa Rosa, Bagé, Cachoeira do Sul e depois Porto Alegre. Em Porto Alegre, fui juiz nas varas da família, criminal, da fazenda pública. Depois fui juiz do Tribunal de Alçada, que é um órgão de segunda instância e conclui a carreira como Desembargador. Isso em 1980. Eu me aposentei mais em função das minhas atividades extra-funcionais. Eu já estava envolvido no Movimento de Justiça e Direitos Humanos, na CPT e achei que poderia contribuir mais me aposentando e deixando o tempo disponível para isso. Advoguei algum tempo e também em função do envolvimento nos movimentos populares, o meu escritório de advocacia na Galeria Malcon, em Porto Alegre, era o escritório da CPT e também do Movimento dos Sem-Terra, que tinham ali um ponto de referência. Depois, por solicitação de um grupo de amigos, eu aceitei a designação de Superintendente do INCRA, em 1987. Foi o ano em que o INCRA estava envolvido na realização daquele Plano Nacional de Reforma Agrária, que fora compromisso do Tancredo Neves e que o Sarney procurou desenvolver. Mas, quando estive no INCRA, passaram pelo Ministério da Reforma Agrária, diversos ministros, entre os quais, lembro o Marcos Freire, que veio a falecer num acidente de aviação e, que marcou muito, mas teve muito pouco tempo. Após esse ministro, veio o Jader Barbalho. Com ele surgiram algumas incompatibilidades, evidentemente. Eu não afinava com a linha de ação do ministro e pedi minha exoneração do INCRA. Isso foi em 1987. Depois, a convite do CIMI, fui assessorar o CIMI na Constituinte. Permaneci depois assessorando a Constituição Estadual e depois me dedicando no trabalho de motivação construção das Leis Orgânicas Municipais. Neste ponto, quero destacar o papel muito grande do CECA neste trabalho. Fui assessor do Vice-Governador do Estado, Vicente Bogo, em 1995, com a incumbência de tratar mais das questões indígenas no Estado. Depois, com a mudança de governo, fiquei bastante tempo sem uma atividade concreta. Depois com o novo secretário da agricultura do Estado, fui assessorar a questão indígena, mais no que diz respeito às terras que Estado estava devolvendo às populações indígenas; áreas que foram demarcadas pelo próprio Estado a favor dos índios no início do século passado. Isso foi um trabalho muito bom. No final de 2003, em virtude de um acidente que envolveu meu filho (que veio a falecer), tive que me isolar um pouco. Foi um tempo de muita angústia e dificuldade. Neste ano que estou retomando alguns contatos.

Meu contato com o CECA já foi da época do COM. Eu fiz o curso do COM, em Caxias do Sul e que o Orestes coordenava. Esses encontros duravam algum tempo. Eu aproveitava minhas férias para fazer esse curso de mês inteiro. Isso foi na segunda metade da década de 70. Com isso a gente foi se envolvendo em outras atividades. Em decorrência daquela preocupação evangélica e pastoral, um grupo começou a pensar num Movimento de Justiça e Direitos Humanos. Realizamos um Seminário de Justiça e Direitos Humanos, em março de 1979. Desse Seminário, resultou a fundação do Movimento de Justiça e Direitos Humanos do RS, do qual eu fui o primeiro Presidente. Eu fiquei muito pouco na presidência porque um ato do governo militar proibia os juízes de desempenharem qualquer função de diretoria em qualquer associação, grupo, etc. Então tive que me afastar, e o Jair Krichke assumiu a Presidência. Depois, quando eu me aposentei, eu retornei a Presidência do Movimento. Mas ao mesmo tempo, eu me envolvi com a CPT e a Comissão de Justiça e Paz

do CNBB (Sul 3). Estive também um período na Anistia Internacional. Eu tinha muitas atividades e esse contato com o CECA.

Em 1980, o CECA teve que deixar Caxias do Sul, por problemas com a Diocese e o Bispo e veio para Porto Alegre, num escritório na Rua Guilherme Alves, no Partenon. O Orestes alugou esta sala e eu fui o fiador do CECA neste período e isso aproximou mais os contatos. Foi neste tempo que eu conheci mais o Pe. Cyzo, então Assis Lima, que já conheci em Caxias no COM, mas não tinha um contato maior. Aqui, este escritório, era um centro de produção e distribuição de material: apostilas, textos mimeografados relacionados com a pastoral da Igreja, conjuntura, CEBs, temas bíblicos.

O CECA foi para São Leopoldo, em 1982, para a casa das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, na Rua São Pedro. Em função desse trabalho, o Pe. Orestes, que conhecia meu filho, o Luis Inácio levou-o para fazer um curso na área de sociologia, para que ele quando voltasse formado tivesse condições, porque o CECA estava dependendo nestes cursos de formação de lideranças de pessoal de fora. Ele queria criar quadros novos para isso. Era uma preocupação do Orestes. O Inácio foi em agosto de 1983, para a Bélgica (Lovaine). Foi ainda de forma muito arriscada na esperança de ter uma bolsa de estudos. O CECA e eu dividimos o custo da permanência do Luis Inácio lá. Não sei por quais motivos esse projeto de formação de quadros não teve continuidade. Também neste tempo muitos outros sacerdotes e leigos já tinham condições de desempenhar uma atividade de formação. Recorde-me do João Seibel que quando se tratava de questões mais trabalhistas ele era chamado. A preocupação do Orestes era ter alguns sociólogos imbuídos da mesma mística e temática do CECA, para fazer o trabalho de análise dos problemas sociais.

A ida do CECA para São Leopoldo exigiu que a entidade que não tinha personalidade jurídica se organizasse (o COM que gerenciava juridicamente os recursos). Muitos projetos não conseguiam se operacionalizar por exigência de alguma documentação que o CECA não tinha. O Orestes me pediu para elaborar um Estatuto do CECA. Esbocei um Estatuto que entrou em vigor a partir de 1983. O primeiro presidente foi o Orestes que centralizava a administração e orientação do CECA. Tinha um Conselho de Assessoria mais informal entre eles o Ir. Antônio Cechin e o Pastor Milton Schwantes (assessores). Com o Estatuto se exigiu um enquadramento jurídico. Houve eleições e o Pe. Orestes foi eleito presidente, o Pe. Julio Giordani e a Matilde Cechin ficaram na diretoria e eu fiquei no Conselho Fiscal. Após o Orestes eu fui indicado para presidir o CECA. Não recordo bem as datas, o que pode ser verificado nos livros de atas. Sei que em 1986 e 1987 eu estava no CECA.

Em 1987, Dom Boaventura assumiu como Bispo da Diocese de Novo Hamburgo. Dom Sinésio Bohn foi transferido para Santa Cruz do Sul e Dom Boaventura veio. Soube que Dom Boaventura tinha levantado algumas questões e gostaria de conversar com o CECA, por causa das publicações do CECA. Como é um órgão vinculado à Igreja, Dom Boaventura achava que essas publicações tinham que ter o *nihil obstat* do Bispo Diocesano. Ele tinha encontrado materiais do CECA em paróquias e outros locais e questionado seu conteúdo. O Ramiro era padre diocesano de Novo Hamburgo e, através dele, se conseguiu um encontro de Dom Boaventura com toda a Diretoria do CECA e Conselho. A gente já sabendo de antemão, qual o propósito (uma das questões era das publicações do CECA passarem pela mão do bispo), nós resolvemos alterar o estatuto do CECA. Sem perder a sigla, construímos em cima da sigla “CECA” – Centro de Evangelização e Catequese, uma nova denominação para Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria. Catequese era um ato

privativo do bispo. Nós se fôssemos ligados à Igreja, não poderíamos desempenhar uma atividade catequética, sem a autorização episcopal. Nós mudamos o CECA. O CECA já tinha a participação do Carlos Dreher que era luterano; de outros também, como o Erny que já estava trabalhando lá no CECA. Nós legitimamos essa participação ecumênica de vários luteranos que já estavam participando do CECA e abrindo a possibilidade para outras Igrejas Cristãs. Sei que nesta reunião, a primeira coisa que Dom Boaventura colocou foi esse problema da vinculação do CECA, sugerindo certa subordinação à Diocese. Eu disse: “Dom Boaventura, atualmente o CECA não tem mais nenhuma vinculação com tudo isso! Houve uma mudança toda e o CECA se tornou um órgão ecumênico independente. Não temos vinculação nem com a Igreja Católica, nem com a Igreja Luterana. Nós acolhemos as diversas Igrejas Cristãs e vamos seguir o nosso roteiro, mas agora de uma forma ecumênica”. Evidentemente, ele ficou um pouco chocado, porque não estava ao par dessas mudanças estatutárias. Então argumentou que sendo o CECA não mais vinculado à Igreja Católica, precisaria do local pertencente à Mitra – sede do CECA – para um centro de formação para noivos, catequese e outras atividades. Pedimos que ele nos desse algum tempo, pois estávamos construindo a sede nova e que dentro em breve a gente já poderia fazer a mudança. Isso demorou um pouco, mas em 1989, conseguimos inaugurar a nova sede. Minha participação no CECA foi, nestes momentos difíceis na Igreja, especialmente para as pessoas que, como eu, tinha uma visão político-ideológica avançada ou dentro da linha da Teologia da Libertação. A gente sabia que Dom Boaventura tinha uma posição bem contrária. Em 1985, com o Documento do Cardeal Ratzinger, já fazia análises com críticas a TL. Eu hoje tenho uma visão. Eu acho que não deve ser nem oito, nem oitenta. Acho que estávamos muito nos oitenta. A Igreja, na sua inspiração cristã, vai se ajustando às novas realidades, sem perder seus princípios, seus valores, suas verdades e a sua marca de Cristo. Deve buscar a unidade. Nós buscamos a unidade com as outras Igrejas, mas às vezes perdemos muito a unidade dentro da Igreja. O sem-número de igrejas pentecostais que estão surgindo era gente da Igreja Católica. Avançamos na unidade por um lado, mas perdemos de outro. Essa preocupação eles tinham e nós não percebemos.

Em 1986, o Cyzo era o secretário geral do CECA. Lá resolvemos fazer uma viagem de estudos e de contato na Nicarágua e em Cuba. Isso exigiu bastante tempo de preparação, contatos. Muitos contatos eram feitos via Frei Betto que tinha mais ligações com a igreja progressista da Nicarágua. Tenho uma lista das pessoas, que lhe posso dar, das pessoas que foram naquela ocasião. Foram líderes sindicais, sacerdotes, religiosos (as), pessoas ligadas à pastoral no RS, SC e PR. Daqui foram o João Seibel, o Pe. Júlio Giordani e Ir. Teresinha (que era secretária da CPT), o Ivar Pavan (hoje deputado). Esse grupo foi pioneiro neste sentido de ir para lá e sofreu uma crítica muito grande da mídia, principalmente do jornal “Estado de São Paulo” que afirmava que se usava a viagem para fazer cursos de guerrilha. Lá tivemos a oportunidade de passar uma semana na antiga fazenda de café do Somoza, que foi confiscada e sendo aproveitada para a plantação de café. Muitos grupos de vários países iam lá para ajudar na plantação de café. Nós não fomos com esse propósito, primeiro porque não daria tempo e não teríamos condições. Fomos entre junho e julho. A gente fez visitas a diversas entidades pastorais da Nicarágua, participamos do aniversário da Revolução Sandinista (19 de julho de 1979). A gente viu a carência de muitas coisas. A pobreza e a falta de recursos. Nós para comer, se valem de algumas orientações que nos deram (levar papel higiênico, talheres, pratos) porque não tinham as coisas. Era na base da tortilha mexicana que em Centro América se usa muito. Vinha junto feijão e arroz e isso era a comida. Passamos por muita privação. Quando fomos paramos em casas de família e a gente via as necessidades que as famílias tinham. Em Manágua tinha um supermercado para o mundo diplomático onde se pagava em dólares e ali se podia comprar um sabonete, pasta de dente para dar para nossos hospedeiros porque eles não

tinham como adquirir isso. Era uma vida frugal. Mas, eu acho que o contato foi muito bom. Foi o período de ação dos “contra”. Teve local em que agente encontrava pessoal, sandinistas, marchando ou caminhando para fazer frente aos “contra” que estavam mais adiante, especialmente na fronteira com Honduras que os americanos davam apoio logístico, recursos e de armamento.

Na Nicarágua, o Pe. Cyzo tinha marcado um encontro com o Pe. Pablo Richard, conhecido também pelo trabalho que vinha desenvolvendo no Centro de São José da Costa Rica. Lá (na Costa Rica), o que chamou a atenção logo que a gente chegou lá, e a gente comentou para ele, que a cidade era limpa, ruas asfaltadas. Pablo Richard falou que isso é uma parede. Somente a primeira peça na entrada da casa tem essa aparência. Entra na casa já se vê a pobreza e a cidade toda é assim. Claro que tem vários recursos, porque no litoral Pacífico da Costa Rica têm mansões de americanos que passam o veraneio lá. Esse foi um contato muito bom para conhecer o trabalho desenvolvido em termos de América Latina.

Depois dali veio um problema que foi criado pela mídia. Nós íamos para Cuba. Na última surgiu um problema. Estava tudo acertado para nós sermos hospedados pelo próprio governo cubano. Mas, em função das notícias que o “Estado de São Paulo” tinha dado e pelo propósito que o governo tinha de restabelecer as relações diplomáticas com Cuba e porque o próprio Ministro da Justiça, Paulo Brossard, tinha feito críticas a esse grupo. Suspenderam nossa hospedagem nos causando uma série de transtornos em termos de planejamento financeiro. Mesmo assim mantivemos o roteiro da viagem fazendo uma série de contatos por lá.

O CECA também participou ativamente do processo de participação popular pró Assembléia Nacional Constituinte. Foi um centro de distribuição de material de outros organismos e elaborou um boletim “O Povo na Constituinte” dando conta do andamento do movimento pró Constituinte no Brasil e no RS. Aqui o CECA, juntamente com outros movimentos de Igreja, a CPT, a própria CNBB, a Comissão de Justiça e Paz participou do Movimento Gaúcho Pró Constituinte. Evidentemente que cada setor procurou elaborar um modelo de Constituição. A CPT tinha seu modelo de Constituição. O Movimento Sem Terra tentou também fazer um modelo de Constituição, os jovens também trabalharam em cima disso. O CECA, na medida do possível dava condições para realização de trabalho. Posteriormente na Constituinte Estadual continuou o mesmo processo. Claro que bem mais de perto. Eu assessoriei o CIMI na Constituinte Federal, na defesa dos direitos indígenas. Isso me levou a ficar em Brasília por um período mais longo. Depois, aqui, pelo PSDB, fui assessor da bancada e pude conviver com vários grupos que tinham questões para apresentar, propostas e emendas. Mas, no que o CECA se dedicou mais foi na elaboração das Leis Orgânicas Municipais, porque era um trabalho que envolvia a própria comunidade que estava mais perto do cidadão, pelos problemas que ele vivia no dia a dia. Era um momento de conscientização política muito grande. O CECA realizou vários cursos, seminários e palestras e produziu muito material a respeito. Recordo-me que na ocasião em que estava presente no CECA, estava dedicado como secretário integralmente para isso o Sérgio Soares. Ele que coordenava todo esse processo. Nós elaboramos um modelo de Lei Orgânica Municipal. Encaminhou-se para a CNBB e a CNBB endossou o nosso modelo, distribuiu para as Dioceses do RS, para Brasília que se utilizou, também, das muitas sugestões apresentadas. Em função disso grande parte do trabalho do CECA ficou direcionado nessa missão política cristã, tendo dois objetivos fundamentais: 1º) Fazer com que a política fosse voltada para o bem comum, que a função do vereador, a função do político era o interesse comum, o interesse do povo. 2º) Promover a participação popular, que o povo pudesse ser ouvido, que o povo pudesse apresentar projetos de lei. Esse processo da

Assembléia Nacional Constituinte foi um momento muito grande de participação popular, que se transferiu para a Constituinte Estadual e para a elaboração das Leis Orgânicas Municipais. Foi uma conquista e o CECA se projetou bastante com isso também. Esse trabalho foi feito também de forma ecumênica. Houve a participação de diversas Igrejas. Acho que marcou a minha presença no CECA.

Os princípios da Teologia da Libertação motivaram o surgimento do CECA. Foi fruto da preocupação de um grupo, Pe Orestes, outros sacerdotes e representantes de diversas pastorais. Era o que se via na época como caminho para a Igreja, caminho também para uma mudança social. O CECA, embora não tivesse em sentido fundamental essa dinâmica de pregar a TL, mas inerente à sua reflexão. Os objetivos do CECA na época era articular diversos agentes de pastoral, prestar serviços de intercâmbio, assessorar a pastoral popular, manter um centro de documentação, dar um apoio particular ao movimento bíblico e formar agentes. Qual era a linha de formação desses agentes? Evidente, que só pelas pessoas que vinham como o Marcos Arruda, Cláudio Nascimento, Cândido Grzbowsky, Leonardo Boff, Frei Betto e vários outros que vinham assessorar os cursos de formação (como o Curso de Formação Política), a gente vê que são todos desta linha. Era inerente a essa atividade do CECA esta linha de ação dentro da diretriz de uma Igreja progressista.

O CECA, apesar de uma pequena equipe procurava dar estrutura de apoio a vários organismos de Igreja. A CPT, por exemplo, muitas vezes fazia seus seminários com toda a estrutura montada pelo CECA. O CECA dava condições para se realizar encontros, seminários cursos e convidava palestrantes e expositores. Aparecia essa preocupação de uma alternativa de sociedade. Eu me lembro do Piragibe de Castro que via que a única forma de transformação social era o processo revolucionário (armado). Outros compartilhavam dessa idéia. Eu já tinha uma posição muito mais antiga. Uma frase de Tristão de Athaíde, na minha juventude, uma vez pautou minha atuação política num determinado período: “È preferível a pior das democracias a melhor das ditaduras”. Eu sempre defendi o processo democrático. Eu me opunha sempre a uma forma revolucionária. Quando houve o golpe militar, embora fosse contra a situação do governo da época, achava que nós iríamos reconquistar o processo de desenvolvimento social através da democracia. Eu sempre vejo a democracia como um valor fundamental. Em 1988, como disse, eu assessoriei a Constituinte Federal e tive que contar com políticos do mais alto nível do país. Na ocasião, o Mário Covas era o líder do PMDB na Constituinte. Lula, Olívio Dutra e Paulo Renato Paim eram Deputados Constituintes. Eu tinha uma proximidade com vários políticos porque minha preocupação como assessor era a defesa dos interesses indígenas. Os sujeitos desses interesses eram os índios e de toda a mudança que se quisesse construir na Constituição. A forma de contemplar esses interesses na Constituição é a mais diversa. Não podíamos contar só com a esquerda na época. Chegou a um ponto, que nós vimos se o CIMI continuasse com o processo que vinha sendo levado adiante (emendas só da esquerda, propostas só da esquerda, discursos só da esquerda), não ia conseguir vencer. Aí nós reunimos o CIMI com um grupo e nós, com meu filho que era assessor direto do CIMI, fomos procurar o Jarbas Passarinho que era Ministro da Educação no governo militar, porque nós tínhamos uma preocupação muito forte com os índios. Procuramos também o Alcení Guerra do PFL, que foi Ministro da Saúde que também tinha uma preocupação e a Deputada Sandra Cavalcanti. Nós procuramos pessoas de diversos partidos. Assim os índios conseguiram o leito de direitos que a gente desde o início vinha propondo. Foi pela unidade. Ali a gente percebeu isso. Embora tenhamos uma posição política determinada, em certas questões nós temos que saber se articular. Em relação aos direitos indígenas a gente conquistou algo concreto; o que não houve com relação à Reforma Agrária. Na questão da Reforma Agrária as partes não souberam dialogar e foram intransigentes de lado a lado. Intransigência se responde com intransigência. Não se conseguiu uma conversação e aí caiu



num buraco negro e não se avançou! A Constituição de 1969 era mais avançada que a Constituição de 1988 em relação à Reforma Agrária porque houve muita intransigência.

Quando um grupo desses deputados com quem tive nesta luta na Constituinte fundou o PSDB. Eu vi que era meu caminho! Vou para o PSDB. Um dos problemas sérios, não só do CECA, mas de vários níveis de pastoral, foi a partidarização. Se fechar em guetos partidários. Eu mesmo senti isso. Estava no PSDB e no CECA. Como o pessoal todo me julgava do PT. Tanto é que o jornal aqui (mostra o jornal), o Estado de São Paulo, numa das passagens me mostra como líder do PT. Havia essa de “se você não está comigo, está contra mim”. Mas as coisas não são bem assim. Acho que é uma expressão mítica que Cristo usou! Tomou-se isso no campo político também! Quem não era do PT, do governo popular é burguês. Eu me sentia muitas vezes julgado como burguês pelo fato de exercer um cargo público, de estar na cúpula e ter uma remuneração maior que a grande maioria dos que estavam convivendo com a gente (operários, sem terra, etc). Eu me senti constrangido a continuar aquela convivência porque as discussões todas em termos políticos eram apenas em torno do projeto do PT de governo. Com a queda do Muro de Berlim e o esfacelamento da União Soviética eu já não estava mais e não participei das conseqüências disso. Lembro-me do artigo do Frei Betto que louvava o socialismo. Daí se tratou de pensar num socialismo democrático. Não sei se é possível. Acho difícil conciliar as duas coisas. Eu me afastei do CECA depois desse período. Participei depois de alguma Assembléia. Há 10 anos estou afastado do CECA. Tive uma vivência muito grande. Depois também com a CPT! Isso me exigiu muito e me dei a licença de algumas férias pastorais. Perdi certas referências. As referências que eu tinha, parecem que se esvaíram. A gente não via alternativas! Não sei se a Igreja vai propor algum projeto alternativo hoje.

A dimensão ecumênica no CECA veio ao natural. Na medida em que o Pe. Orestes já como assessor dele o Pastor Milton Scwantes, membro do Conselho Superior do CECA; depois veio o Pastor Carlos Dreher e o Erny que começou a trabalhar no CEBI. Na CPT também! A CPT desde o início foi ecumênica. Eu já estava familiarizado com esse trabalho. Recordo que a minha formação católica foi muito rígida. Na época nós nem podíamos conviver com pessoas de outra religião, quanto menos entrar numa igreja luterana ou metodista. Era pecado! Eu fui juiz em Cachoeira! Ali se lançou um trabalho comunitário muito grande, com apoio da Igreja Luterana que era muito forte onde pude me relacionar com os pastores das Igrejas. Realizou-se um seminário sobre o bem estar do menor do qual nasceu o movimento comunitário cachoeirense, onde estavam presentes as Igrejas. Fazíamos a Campanha do Agasalho em conjunto, com a participação dos colégios católicos. O que era arrecadado era depositado na Igreja Metodista. Lá, as senhoras de todas as Igrejas iam fazer a seleção. Então, eu já tinha uma vivência neste espírito ecumênico e achava muito natural isso aí. Quando entrei no CECA eu acho que a convivência foi muito boa. Tanto é que quando o Carlos Dreher foi eleito presidente nós demos apoio. Foi uma eleição por unanimidade. Não houve chapa de oposição. Acho que os católicos não acompanharam a marcha do CECA. Hoje podemos ver que no CECA, em seu conjunto, predominam os luteranos, metodistas e de outras Igrejas. A Igreja (Católica) não teve quadros para acompanhar essa marcha. A representação ecumênica no CECA não levava em conta a proporcionalidade. Era eleito que tinha condições. Carlos Dreher, Dárnis Corbellini, Oneide Bobsin foram eleitos. Fazíamos uma composição que atendesse as possibilidades de cada um e as necessidades do trabalho. Não há preocupação com isso. Muitas reuniões do CECA nós fazíamos no Morro do Espelho (luteranos). Com Dom Boaventura, houve a cisão com a Diocese de Novo Hamburgo, porque o CECA mudou de estrutura jurídica e mesmo de vínculo religioso. Saímos desse vínculo com a Igreja Católica Romana para não ter vínculo com uma Igreja específica. Eu convivía

muito com a CNBB Sul 3, no tempo em participava da Comissão de Justiça e Paz, com Dom Urbano Algayer. Nos movimentos pela reforma Agrária, pró-constituente, pró-leis orgânicas municipais, somavam-se esforços. Nós, católicos tínhamos um espaço maior de pastoral popular. Os luteranos não tinham espaço de trabalho de pastoral popular. A CPT e o CECA foram espaços que eles tiveram. Os metodistas tinham um trabalho mais local, sem maior expressão e tinham mais gente disponível para esse trabalho de articulação.

**ENTREVISTA Nº 03 – IR. ANTÔNIO CECHIN****Data: 09 de junho de 2005.**

Meu nome é Antônio Cechin. Sou Irmão Marista. Trabalhei muitos anos como religioso Marista, no Colégio Rosário, na Pontifícia Universidade Católica e, naturalmente, sempre procurei, além dessas tarefas de magistério, trabalhar como o movimento de jovens. E, então, eu sou quem trouxe para o Rio Grande do Sul, a Juventude Estudantil Católica, porque a Ação Católica que era “a menina dos olhos” da Igreja”, entrou no Brasil no ano de 1935, mas veio com a linha italiana. O grande teólogo dessa Ação Católica de linha italiana fundada pelo papa Pio XI, era o Monsenhor Tivard. Essa Ação Católica consistia num aperfeiçoamento da catequese e do ensino religioso, para fortalecer a fé, daquilo que já se chamava de uma militância, porque se tratava de agir como católico. Se tratava de um aprofundamento maior da fé, pois se dizia que o povo brasileiro era um povo ignorante do ponto de vista da fé. Por exemplo, todas as semanas, no Colégio Rosário, num grupo de jovens se dava uma catequese reforçada, fora do contexto escolar, presidida de um jogo de futebol.

No ano de 1955 (eu já estava trabalhando como professor desde 1946), portanto, 09 anos depois, Dom Edmundo Kunz que era assistente da Ação Católica Masculina; a abreviação era JMC - Juventude Masculina Católica, me chama e me diz: “Antônio, Dom Hélder Câmara, que está organizando a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, sugeriu que nós trocássemos a linha da Ação Católica Brasileira e passássemos para a linha francesa.” Então, fomos, com seis jovens, participar de um Encontro Nacional, promovido por Dom Hélder Câmara, no Rio de Janeiro, no Mosteiro de São Bento, durante uma semana em tempo integral. Neste encontro nos capacitamos nesta linha francesa que tinha como grande novidade ser baseada na JOC - Juventude Operária Católica criada pelo Monsenhor Cardjin. Nós passamos de uma Ação Católica Geral (mais uma catequese), para uma Ação Católica de meios especializados. Nós tínhamos, então, a JAC, JEC, JIC, JOC e JUC, como juventude. Era uma pastoral de meios especializados. A grande novidade era o método “Ver – Julgar – Agir”. Esse método Ver – Julgar – Agir nós, da Ação Católica de linha italiana, não conhecíamos. Tínhamos três momentos bem definidos com nossos jovens. 1º) Ver a realidade e analisar a realidade; 2º) Julgar - que era ver os valores presentes nessa realidade (defeitos, vícios, coisas boas e más) cotejados à luz da Palavra de Deus; 3º) O engajamento, o Agir. O salto extraordinário que se deu na Ação Católica Brasileira a partir do método Ver – Julgar – Agir, foi que JEC e JUC, no Brasil, foram procurando sempre um melhor instrumental de análise da realidade. O pessoal não se sentia satisfeito com simples dados da realidade. A gente sentia que o Agir era pouco eficiente porque a análise da realidade era deficiente.

O salto qualitativo se deu quando nós descobrimos o chamado “Instrumental Global de Análise da Realidade”, que nos foi trazido por uma cidadã chilena, que era da Ação Católica do Chile, chamada Marta Haerneck. Ela é uma militante até hoje! Ela está em tudo o que é fórum social. Está em Cuba, atualmente. Sendo da JUC do Chile, foi fazer um curso na França, de pós-graduação, com o Althusser, grande filósofo francês, ideólogo do Partido Comunista francês. Ela voltou e como era de Ação Especializada - que se organizou por regiões no Brasil e em nível de América Latina; por exemplo, o Pe. Gustavo Gutierrez era assessor latino-americano da JEC e da JUC. Marta Haernecker destrinchou o Althusser, porque ela aprendeu como Althusser que o marxismo tem uma série de coisas. Ele é um tijolo compacto. No marxismo tem metafísica (é uma filosofia); no marxismo nós temos uma ideologia; no marxismo nós temos um instrumental de análise da realidade entre outras coisas. Aí que os católicos, que não podiam, de jeito nenhum, ser marxistas diziam: “nós precisamos ser ateus para sermos marxistas”. Nós queremos analisar a realidade com perfeição e o melhor

instrumental, ainda que não perfeito, era o instrumental global de análise da realidade. Eu me lembro, que naquele tempo em nossas lutas, o André Foerster, depois secretário do PMDB, e que era da Comissão de Justiça e Paz da CNBB, junto com o Carrion, uma turma muito brilhante da JOC. Num seminário da UNISINOS, um “jesuitão” nos explicou que quando uma teoria científica interpreta maior quantidade de dados do que outra teoria anterior, essa teoria científica domina a ciência. A ciência vai avançando a partir de teorias que vão interpretando sempre maior quantidade de dados. O instrumental global marxista que é exatamente a questão da infra-estrutura econômica. Temos que começar analisando a realidade pelo econômico. Depois de descobrir a situação econômica, vamos para a super-estrutura que é o político, o social e o cultural (sendo que dentro do cultural temos o religioso também). Por exemplo, ali no Colégio Rosário, tinha umas prostitutas. Saía aos domingos naquela ânsia de evangelizar pensando “coitadinhas daquelas prostitutas; a gente tem que evangelizá-las, catequizá-las diante da ignorância religiosa”. De repente, de posse desse instrumental, descobri que em primeiro lugar aquela situação era uma questão sobrevivência; era uma questão econômica. O fenômeno prostituição é um fenômeno social porque o Brasil é um país pobre. Muda-se completamente. Sente-se o embalo para agir no sentido de mudar as estruturas e não de evangelizar diretamente. Esse instrumental foi um salto fantástico que fez com que a Ação Católica cavasse a sua própria sepultura.

Neste contexto, com Dom Hélder Câmara, a fundação da CNBB a conselho do Papa João XXIII, e sua opção pelos pobres, veio ao encontro de toda essa descoberta que nós fizemos através do instrumental global de análise da realidade que o Brasil era um país subdesenvolvido, onde a pobreza dominava a realidade que antes não se enxergavam. Dom Hélder, com sua opção pelos pobres, era o assistente nacional de todos os ramos da Ação Católica Brasileira, antes de ser bispo auxiliar do Rio de Janeiro, de Dom Jaime Bastos Câmara. Depois de ter trabalhado com a JOC e ser nomeado bispo auxiliar do Rio de Janeiro, mostrou aos bispos que esse era um grande trabalho a se fazer de acordo com os diferentes meios. Houve nesse momento também toda uma caminhada pedagógica, porque depois Dom Helder, foi nomeado Bispo de Recife e aí, surge o Paulo Freire que é um cidadão católico da Diocese dele. Paulo Freire falava em conscientização e alfabetização. Dom Hélder falava em educação de base. Dom Hélder teria dito ao Paulo Freire: “ótimo o seu método de alfabetização, pedagogia do oprimido, mas não vale a pena só alfabetizar; nós temos que dar uma educação de base, medidas de higiene, etc.” Veja que começa a surgir a palavra “base”, que depois, quando a gente começou com essas pequenas comunidades no meio dos pobres. Veio Dom Luis Fernandes, bispo das Comunidades Eclesiais de Base, ainda bispo auxiliar de Vitória, no Espírito Santo que começou esse trabalho nas periferias. Foi a ida dessa Igreja do centro para as periferias - as Comunidades Eclesiais de Base.

No contexto dessa caminhada que surge toda essa ligação minha com o Pe. Orestes Stragliotto, aqui na Paróquia São José de Murialdo (fundador dos Padres Josefinos), periferia do Partenon. Ele lidava com uma grande quantidade de jovens. Foi no ano de 1963, que fui diretor do Colégio Champanhat, no Partenon. Naturalmente que me interessava pelo entorno do Colégio Champanhat, eu encontrei ele lá e fiquei encantado com o seu trabalho com jovens. Começamos um diálogo muito interessante. Pe. Orestes é um dos fundadores do Regional Sul 3 da CNBB, conforme propôs Dom Helder Câmara por sugestão de João XXIII, embora os bispos do Brasil não acreditassem num negócio desses! Todos formados em Direito Canônico, formados em Roma e Dom Helder pastor e João XXIII um Papa pastor. Dom Helder conseguiu que fossem nomeados bispos em torno dele que eram assistentes da Ação Católica do Brasil. Foi uma coisa interessantíssima! Um grupo de Bispos jovens como Dom Jorge Marcos de Oliveira que foi bispo do ABC de Santo André; Dom Valdir Calheiros

era assistente de JOC - Volta Redonda; Dom Fragoso era lá de Crateús. Um grupo de bispos jovens, ex-assistentes de Ação Católica, formou em torno de Dom Helder a CNBB. Dom Helder convocava a "bispaída" de todo Brasil, mas ninguém vinha!(risos). Era cada bispo imperador em sua Diocese. Não estavam enxergando isso. Dom Helder começou com aquele grupo a fazer grandes pronunciamentos. A partir dessa opção pelos pobres começou essa "igreja paralela" dentro da grande Igreja - a igreja dos pobres.

Como eu trabalhava com alunos de colégio, jovens de JEC, com o Pe. Orestes, eu fiquei encarregado do setor de catequese na CNBB (RS), antes de existir qualquer Bispo nesta área. Uma viúva havia deixado em testamento três casas (Alberto Bins, Porto Alegre) para a Igreja de Porto Alegre. Uma era a casa dos assistentes da Ação Católica, uma era da CNBB e a outra não lembro para que era. A CNBB estava ao lado dos assistentes da Ação Católica e o Pe. Orestes conseguiu depois, pressionando meu provincial que eu fosse liberado para organizar com ele o departamento de catequese da CNBB. Tivemos encontros de catequese em Caxias do Sul, em Ana Rech e em diversas Dioceses. Por isso essa catequese libertadora que propomos através dessas fichas catequéticas que elaboramos aqui no Centro de Juventude e Cultura baseado nos Centros de Cultura de Paulo Freire. Isso foi organizado entre 1966 e 1967. Os acadêmicos que formavam esses Centros de Cultura que iam às bases em busca das palavras geradoras do Método Paulo Freire. Com o instrumental global de análise da realidade, inovamos porque não era mais a catequese doutrinária. Não era mais o ensino do catecismo, primeiro moral, depois os sacramentos, não... Agora nós fazíamos explodir a boa nova a partir do cotidiano, a partir da realidade, a partir da vivência das pessoas.

Depois da caminhada da catequese libertadora, no ano de 1968, uma semana antes da Conferência Episcopal de Medellín, nós realizamos em Medellín, no mesmo local em que depois os bispos da América Latina se reuniram o IV Congresso Internacional de Catequese. Era em vista dos frutos do Concílio Vaticano II que abriu as comportas da criatividade! Eu fui o único da equipe brasileira que foi para lá Dom Fragoso, como bispo, Hugo Assmann e Wolfgang Grünen como teólogos e eu. Como fomos pegos meio de surpresa pela convocação eu fui o único que apresentou um trabalho nesse encontro com o seguinte título: "Bases de uma Catequese Libertadora para a América Latina", que foi publicado em revistas inglesas, essa coisa toda! Mas com outro título: Bases para uma Catequese com os Pobres no Terceiro Mundo. Neste congresso estiveram presentes os grandes centros de catequese da Europa e especialistas do mundo nesta área. Foi um "quebra-pau danado", porque vinham com um programa: "Bíblia e Catequese", "Liturgia e Catequese", com departamentos estanques. Nós, latino-americanos chegamos afirmando que não tem separação na catequese. Tudo tem que ser dado junto. Inclusive, elaboramos uma famosa definição de catequese que é o seguinte: "A catequese acontece quando uma pequena comunidade se reúne, reflete sobre o seu próprio processo histórico e sobre sua caminhada e, através dessa reflexão, descobre na sua caminhada aqui e agora a presença viva do Ressuscitado, descobre o divino dentro do humano. A partir desta descoberta de que Ele está conosco, ele caminha conosco neste ato de bondade e de amizade, percebemos que esta descoberta de fé começou com Abraão, com toda tradição e vem a Bíblia... Agora que Ele está conosco, sentimos vontade de falar com Ele. Isto é liturgia, é oração. Feita essa oração Ele nos impulsiona para o engajamento, para a ação. Na catequese ou evangelização está a tradição que é a Bíblia e toda história da Igreja, está a liturgia e o engajamento. Tudo junto! Antes tu tinhas o dogma, moral, sacramentos. Isso era ensinado como uma doutrina. Agora não. É o processo histórico global da caminhada desta comunidade inserida na humanidade a partir dos fatos. Para nós não tem mais Boa Nova, a não ser se ela conseguir explodir ou implodir do cotidiano das pessoas. Isso gerou um grande impacto nessa igreja de Porto Alegre que só tinha doutrina, doutrina... Esses leigos da Ação

Católica estavam virando todo mundo "comunista".

Dom Cândido Padim foi nomeado pelo Papa, a pedido da CNBB, para segurar a Ação Católica, onde todo mundo estava "virando comunista". Pegaram um beneditino diretor da Universidade Católica de São Paulo, contemplativo, que não tinha nenhuma Diocese. Era Bispo para "endireitar" a Ação Católica que era a "menina dos olhos" da Igreja. Dom Padim que era um camarada que escutava, escutava e sentava conosco. Por fim em vez de ele mudar a Ação Católica, os leigos mudaram a ele! Foi o grande assessor da Ação Católica. Aí defenestraram Dom Padim. Foi antes do Concílio. Um brasilianista, chamado Thomas Bruneau, escreveu um livro intitulado "A Igreja no Brasil em fase de Transição" [O Catolicismo Brasileiro em Época de Transição] onde afirma que os bispos do Brasil foram ao Concílio Vaticano II em Roma e fizeram em Roma o anti-Concílio. Foi muito difícil esse processo de transição para uma igreja povo de Deus e mais colegiada.

Neste tempo Pe. Orestes foi para Caxias do Sul. Dom Benedito Zorzi, Bispo de Caxias, fomentou o projeto das Igrejas-Irmãs dando um forte impulso missionário. Padres e missionários de Caxias do Sul foram enviados para várias regiões do Brasil. Pe. Orestes se encontrou com o futuro bispo de São Felix do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga e participou da ordenação episcopal de Dom Pedro, que depois se tornou grande amigo aqui. Os Bispos do Brasil dessas Dioceses Irmãs, em pelo menos dois encontros deles em Caxias, onde estive, e vinham em busca de missionários para regiões. O Brasil até a fundação da CNBB, só tinha saída para o mar. Então de cada congregação religiosa, vinham missionários da Europa, de navio, para a Amazônia, o Acre, São Luís do Maranhão. Com essa questão das Igrejas Irmãs, os Bispos dessas regiões começaram a se voltar para o Sul. Tudo isso se deu com o apoio do COM - Centro de Orientação Missionária, de Caxias do Sul, mandando missionários para todo o Brasil. Realmente, o Pe. Orestes, como alma eclesial, sempre me impressionou. Uma abertura para toda a Igreja. Ele conhecia a dedo todos os bispos do Brasil. Nomeava um por um. Porque ele conversava com todos eles, viajava. Era um eterno viajante. Fui três vezes à Europa com ele, mas não agüentei o tirão.

Fui preso por causa das fichas catequéticas consideradas altamente subversivas. No final fiquei ligado ao Frei Betto, que me visitava muito aqui, quando estava estudando em São Leopoldo, pediu para dar o endereço daqui para receber correspondência de São Paulo com um pseudônimo. Os militares acabaram descobrindo esse local aqui e desmantelaram aquilo que chamavam de "aparelho". O então Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, mostrou nossas fichas catequéticas, em rede nacional de televisão, como material subversivo. Nelson Rodrigues também denunciava os "padres de passeata".

Neste contexto surgiu a idéia de se criar uma entidade com personalidade jurídica que daria continuidade a esse trabalho de elaboração das fichas catequéticas. O Orestes pediu que o endereço fosse aqui, Rua Coronel Vicente, 444, Apto 130. O primeiro secretário do CECA foi o Ramiro Mincato. Embora funcionando em Caxias do Sul, a sede oficial, no papel, era aqui. Depois Pe. Orestes deixou os Murialdinos e veio como padre diocesano para São Leopoldo. O CECA daqui, que não tinha muitas condições, passou a funcionar na casa das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado.

Em Caxias, era tudo fundido, COM, CECA. Caxias foi durante vários anos o local dos encontros dos agentes de Comunidades Eclesiais de Base, de todo Rio Grande do Sul. Nestes encontros aparece o Selvino Heck, por exemplo, com muita força! Nós fazíamos dois encontros por ano. Na primeira metade do ano nós fazíamos análise de conjuntura (três ou

quatro dias). Havia uma necessidade dos agentes de entenderem essa visão da história do avesso e o instrumental global de análise ser praticado. Na segunda metade do ano o tema era “Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)”. A partir dos pobres, com essa visão a partir dos vencidos, trocam-se experiências das CEBs em formação. O CECA contribuiu na formação das CEBs no RS, através dessas reuniões de reflexão. A partir da minha prisão, a gente não tendo mais espaço no centro, nos colégios, a gente buscou espaço nos bairros de Porto Alegre, como Glória, Vila Santa Isabel, onde eu e Matilde (irmã de Antônio Cechin), trabalhos com os Padres Oblatos de São Francisco de Sales, entre eles o Pe. Pedro Kraemer. Esta congregação esteve muito ligada ao nascimento da catequese latino-americana que depois se chamou de libertadora. Depois da segunda prisão ainda, fui mais para a periferia, em Canoas, mais fora do centro, para me esconder um pouco, estava muito visado e controlado. A partir de Medellín, fizemos um contato mais permanente com pessoas ligadas à catequese. Fomos pressionar para que Dom Ivo Lorscheiter, nomeado bispo, assumisse a CNBB. Quando a "CNBB do Orestes" cresceu, percorremos, eu e ele, todas as Dioceses para criar as equipes de catequese. Foi o primeiro setor a se organizar. Eu dei uma centena de cursos pelo interior (naquele tempo abrangíamos o RS e Santa Catarina).

Veio essa idéia de eu e o Orestes: "pequenas comunidades, tudo bem, mas precisamos ter movimento de massa"! Se há um problema político no Brasil que temos que mudar, é a necessidade de criar movimento de massa. Nós dois que damos a idéia para todas as bases do RS da Romaria da Terra. A Romaria da Terra foi uma idéia do Orestes e eu, num carro, quando fomos a São Gabriel visitar os lugares dos Mártires Guaranis. Estamos agora parindo, na Assembléia Legislativa, nos 250 anos do martírio de Sepé Tiaraju, em 2006, um projeto de lei, pelo Sérgio Goergen, declarando Sepé Tiaraju como herói riograndense! Até agora isso foi negado pelo Instituto Histórico e Geográfico do RS. Por que fomos para São Gabriel? Exatamente para dar o que chamamos de "mística da luta". Nosso pessoal não tinha mística para segurar a militância. Nós tínhamos gente muito pobre, vinda do interior, fruto de um êxodo rural tremendo, na época da revolução. Tinha gente muito religiosa. Realizamos então, em São Gabriel, a 1ª Romaria da Terra, em 07 de fevereiro de 1978. Dom Hélder dava muito destaque em seus pronunciamentos sobre a questão dos índios. Aconteceram aqui verdadeiros massacres que ocorram! Açúcar com cianeto era dado para os índios! Em 1978, foi o ano dos Mártires. Fiz um caderninho intitulado "São Sepé Tiaraju, Rogai por Nós". Dom Pedro Casaldáliga gostou muito desse material e sugeriu que em 1979, ano de Puebla, se fizesse a Missa de todos os mártires indígenas latino-americanos. Se há um Bispo que é índio de alma e corpo, é Dom Pedro. Sugeriu que nós proclamássemos aqui no RS, 1978, como o Ano dos Mártires. É que naquele ano viria o coração do Pe. Roque Gonzales para o RS. Os bispos gaúchos quando queriam despertar o movimento religioso, mandavam vir uma relíquia. Escrevi aquele livrinho, porque senão os índios seriam vistos como os vilões de novo - mataram os padres. O coração do padre que eles haviam assassinado estava passando. Dom Pedro se alertou. Vamos declarar os índios mártires. Então Dom Pedro veio aqui em função no ano dos mártires e da primeira Romaria da Terra do Brasil, no dia 10 de fevereiro de 1978, abrindo o ano dos mártires e fechando com a Missa da Terra Sem Males, nas ruínas de São Miguel, dia 08 de dezembro de 1978. Neste meio tempo houve um fórum sobre a questão do índio, em Porto Alegre para onde veio o Eduardo Hoornaet e foi criada a ANAI – Associação Nacional de Apoio ao Índio. Lembro que a ANAI tinha um cartaz onde se dizia “O futuro do índio está na consciência do branco”. Em 1979, aconteceu o 1º Encontro de CEBs do RS, em São Gabriel, com o apoio do CECA.

Estávamos no mesmo passo. CEBs e catequese libertadora (antes chamada de catequese do desenvolvimento ou catequese latino-americana. Os teólogos criaram a Teologia

da Libertação com base nas CEBs. Sempre escamoteiam a questão da catequese libertadora, que não aparece em nada! O que realmente aconteceu foi que a partir de Medellín, começou-se a falar só de evangelização, evangelização. De certa maneira é correta porque nas primeiras comunidades cristãs a evangelização é o primeiro anúncio (querigma). A catequese é fazer eco (catequeo em grego). Veja São Paulo. Para o que interessa é a Ressurreição! Se há ressurreição é vã a nossa fé. Ele nem ta com a história de Jesus. O negócio dele é ressurreição e acabou! Carlos Mesters vai expor que os evangelhos que foram escritos depois, já começam mais atrás, até São João, que começa antes da criação do mundo. É a tomada de consciência da globalidade, que vai se chamar de história da salvação. Os europeus, em Medellín, se escandalizavam conosco, porque “puxávamos a Bíblia pelos cabelos”. Nós partíamos da nossa realidade e de pois procurávamos ver o texto que melhor se encaixava na nossa realidade, porque nós queríamos fazer implodir o político dentro do religioso. Fizemos fichas, onde se relatava que Jesus Cristo, no Natal, para poder nascer, através de seus pais, José e Maria, invadiu uma gruta particular! Os europeus ficavam escandalizados com esse negócio. O que é a Bíblia? É o povo de uma determinada época que se reflete sobre sua realidade e na transparência da realidade descobre os sinais do Deus vivo. Por que nós, não podemos fazer com a história de hoje, que é a história da salvação nossa, a mesma coisa? Depois a Bíblia também é tradição, no sentido de que temos ser fiéis a ela.

A Teologia da Libertação consagrou definitivamente o método Ver – Julgar – Agir. Todos os nossos encontros em Caxias do Sul, no COM, sempre usávamos o método Ver – Julgar – Agir. A análise da conjuntura, que hoje todo mundo faz, para nós era uma novidade. Não se começava nada sem a análise de conjuntura. Betinho escreveu um livrinho “Como Se Faz Análise de Conjuntura”, bem simplificado. A questão da catequese ficou escamoteada. Toda vez que se faz uma reflexão sobre as CEBs, chamam de Teologia da Libertação. Sinto que tem uma lacuna. O nome TL surge com uma publicação da tese de Gustavo Gutierrez em Lion, em 1972. Surge com os elementos básicos de uma teologia para América Latina, que ele chamou de Teologia da Libertação. Hugo Assmann chamou de Teologia do Desenvolvimento. O Comblin falava de Teologia da Revolução. O Rubem Alves chamava de Teologia da Esperança. A questão da catequese ainda é uma lacuna. Havia muitos peritos em exegese que derrubavam todos os mitos com o povo provocando escândalos. Não conseguiam dar para catequese uma visão da história da salvação. O desenvolvimento harmônico dessa fé, que denominamos de catequese libertadora, é um passo intermediário. A TL é o máximo de aprofundamento de caráter mais erudito. Mas para a alimentação da fé de quem despertou através da evangelização, é necessária a catequese, a educação da fé. Isso está escamoteado.

O CECA não nasceu ecumênico. Mas o Pe. Orestes sempre teve essa preocupação principalmente quando veio para São Leopoldo. Fez contato com o Morro do Espelho. O Morro do Espelho tinha fome e sede da novidade que estava acontecendo com a Igreja Católica, especialmente com as mudanças do Concílio Vaticano II. Eu, pelo menos, fui chamado uma dúzia de vezes para o Morro do Espelho para prestar assessoria. Pastor Milton Schwantes e Pastor Carlos Dreher começaram a ajudar nos cursos de Bíblia do CECA.



**ENTREVISTA Nº 04 – ILDO BOHN GASS****Data: 30 de junho de 2005.**

O CEBI Sul foi criado em 1981, a partir de uma Assembléia realizada em Caxias do Sul, que contou com a participação do Pastor Milton Schwantes, onde se fez um estudo sobre o profeta Amós. Um ano antes foi oficializada a fundação do CEBI Nacional. Pe. Orestes Stragliotto participou desse processo. O Centro Ecumênico de Documentação e Informação era quem patrocinava os encontros dos teólogos da libertação no Brasil. Teve um papel importante a pessoa do Jether Ramalho. Pensou-se no começo de que o CEBI seria um departamento do CEDI, mas optou-se por ser um organismo que especificamente trabalhasse com a Bíblia. O CEBI nasceu para potencializar as CEBs e promover uma leitura autônoma da Bíblia entre o povo o que era uma grande novidade para a Igreja Católica.

O Orestes investia muito no ecumenismo. Lembro-me de uma cena na Assembléia do CEBI Sul, em Marcelino Ramos. Fizemos uma caminhada até o Santuário de Nossa Senhora Salete. Ao chegarmos lá havia uma imagem de Nossa Senhora em cima do altar. Imediatamente, Pe. Orestes adiantou-se, “pegou a imagem pelo pescoço” e guardou-a num outro espaço. Isso reflete certa sensibilidade ecumênica do Pe. Orestes. Ele era um grande articulador, especialmente dos recursos para os diversos projetos. Para o Orestes, os recursos da Paróquia Santo Inácio, do CECA e do CEBI eram uma coisa só. Isso gerou muita confusão por falta de organização e de tino administrativo por parte do Orestes.

O CEBI já tinha sua secretaria em Porto Alegre, e era o Ramiro quem fazia essa secretaria. Depois o Alcindo Dalcin entrou junto, quando saiu do Seminário Franciscano, o Orestes acolheu ele e integrou-o na equipe. Quando o CECA “desceu da serra”, CEBI e CECA se juntaram no mesmo espaço. Já eram duas instâncias autônomas uma da outra, até porque o CEBI Sul era vinculado ao CEBI Nacional. O CECA foi o espaço que abrigou e proporcionou a infra-estrutura para o CEBI Sul pudesse elaborar material, imprimir, expedir, articular e chamar para as assembleias. O CECA foi o apoio logístico do CEBI Sul. Mas o CEBI Sul sempre foi uma instituição à parte, mas intimamente trabalhando juntos, até porque as pessoas como Pe. Orestes, Pe Julio Giordani e Pe. Arlindo Fritzen e outros foram os primeiros que fizeram o curso nacional de um mês do CEBI, no Rio de Janeiro. A partir dessas pessoas o CEBI Sul foi organizado aqui. Quem mais levou à frente, por sua própria capacidade de articular as coisas, foi o Orestes. O Orestes, na verdade, personalizava o CECA e o CEBI Sul. Quando foi para Porto Alegre, juntou as duas coisas. Quando o Orestes veio morar aqui (São Leopoldo), o CECA e o CEBI foram transferidos para São Leopoldo. O Ramiro foi fazer o Mestrado dele (a partir do final de 1983). O Alcindo Dalcin veio morar em São Leopoldo para coordenar o CEBI Sul. O Cyzo veio em 1984, para assumir a secretaria do CECA e eu entrei na mesma época no CEBI Sul, junto com o Alcindo que ficou alguns meses ainda (não ficou até o final de 1984). Então ele saiu para trabalhar na Secretaria de Educação do Município de Novo Hamburgo. Depois o Erny Mügge entrou no CECA e a Iria veio trabalhar comigo no CEBI-Sul. Ela e eu ficamos uns dois ou três anos juntos.

Antes de 1984, eu não posso falar. Ainda em 1984, houveram Cursos de Bíblia organizados pelo CECA. Isto foi uma iniciativa do Cyzo. O Cyzo tinha uma vocação para estudar Bíblia, promover a leitura da Bíblia, assessorar grupos. Juntos, estávamos na Paróquia Santo Inácio, acompanhando grupos que chamávamos de “Escolas do Evangelho”. Havia vários grupos na Paróquia. Havia um grupo que se reunia às quartas-feiras à noite, onde eu e o

Cyzo repartíamos as assessorias. Era um grupo em nível de cidade que se reunia no CECA<sup>399</sup>. Os cursos de bíblia que o CECA promovia eram muito pela paixão do Cyzo, do interesse dele do CECA também promover formação na área de Bíblia. Não só em outras áreas como teologia, análise da realidade. Aliás, o Cyzo investiu muito nisso! Convidou o Marcos Arruda, o Cândido Grzybowski do Rio de Janeiro e outros nomes famosos da época. Aos poucos, como o CEBI era uma entidade especificamente preocupada com a questão bíblica, o CECA foi deixando para o CEBI esta função. De fato, no começo, o CECA organizava cursos bíblicos.

Em 1983, começou uma articulação para se criar um Curso de Biblistas, organizado pelo próprio CEBI, para não depender da academia. Qual o motivo disso? O Orestes sempre dizia: “Os biblistas hoje no CEBI, vamos morrer e esse trabalho tem que continuar”. A intenção era preparar biblistas populares, mas com formação acadêmica que levassem adiante essa proposta para empoderar sempre mais a leitura popular da Bíblia. Colocar a exegese a serviço da leitura popular. Essa discussão começou em 1983, aqui no Sul, em boa medida, mérito do Pe. Orestes, que não estava sozinho. Na época, o Pastor Milton Schwantes já estava junto. A primeira Assembléia do CEBI Sul, em Caxias do Sul, foi o Milton que assessorou o estudo bíblico sobre Amós. A parceria ecumênica no CEBI Sul se dá desde as origens. Até porque o CEBI Nacional foi criado como entidade ecumênica. O CEBI Sul assumiu essa dimensão ecumênica desde o começo. Essa discussão aqui no Sul, depois de seminários preparatórios, foi levada ao Conselho Nacional do CEBI e para a Assembléia Nacional. Em 1984 já foi discutida em nível nacional. Não houve acordo. Foi feito um encontro em Belo Horizonte onde se discutiram as diferentes propostas. O pessoal do Nordeste, liderado pelo Sebastião Gameleira Soares propunha um curso de formação de biblistas populares a partir do lugar onde as pessoas se encontravam, sem a necessidade de se deslocar para um local para fazer o curso, um espaço acadêmico próprio. Esse curso existe até hoje. Até na Amazônia está nascendo um grupo agora e se denominou de Curso Extensivo de Formação de Biblistas. Eu mesmo fiz esse curso. Fiz o Antigo Testamento com um grupo em 1985, quando já haviam iniciado. Quando foi organizado o segundo grupo, em 1988, em que você, José Carlos participou, quando voltei de São Paulo, com esse grupo eu fiz o Novo Testamento. Essa discussão sobre os diferentes foi se concretizando em 1985. Houve também a proposta de um Curso de Aprofundamento para lideranças de ponta. Esse não deu muito certo. Hoje existem alguns cursos desse tipo, mas cada um seguindo seu próprio caminho, sem uma orientação nacional, embora o CEBI tenha produzido uma série denominada “Roteiros para Reflexão”, para esses cursos de aprofundamento. O terceiro curso que foi pensado, em que o Milton Schwantes foi o principal protagonista, era o Curso Intensivo de Bíblia, de seis meses, que começou em 1988. O CEBI organizou três cursos. A partir de 1991, esse curso esse tornou itinerante pela América Latina, até 1999, passando pelo México, Colômbia, Chile, Brasil, Bolívia... Então houve uma suspensão do projeto, e, no ano passado, se fez uma nova edição na Colômbia. Para o ano que vem é para se realizar em El Salvador.

O CECA serviu como infra-estrutura para o funcionamento do CEBI Sul. A questão financeira estava muito embolada. Projetos se confundindo por causa de uma espécie de caixa único. O CEBI Sul vai construindo sua autonomia. A independência total do CEBI Sul era anterior à própria construção da nova sede em São Leopoldo. Quando o CECA ainda estava em Caxias do Sul, a secretaria do CEBI Sul já funcionava em Porto Alegre. Isso já mostra que são duas coisas diferentes. O que eu vivi no CEBI Sul foi já uma clara autonomia entre uma coisa e outra. Estavam muito próximos; os projetos financeiros estavam num caixa único.

---

<sup>399</sup> Participamos pessoalmente dos estudos bíblicos feitos nesta Escola do Evangelho que funcionava no CECA.

Quem coordenava isso era o Orestes. Só no momento em que o Erny entrou, as coisas ficaram mais claras. Os projetos do CECA são esses, do CEBI-Sul são esses e os da Paróquia Santo Inácio são esses. A questão financeira ficou mais organizada. Mas enquanto funcionamento era separado. No CEBI-Sul, nós tínhamos o Conselho do CEBI-Sul, do qual o Orestes participava. Quando a questão financeira se organizou, o Orestes se afastou. Não sei bem como foi esse tensionamento. Na época o Milton estava junto. Eu encaminhava o que o Conselho decidia independente do que acontecia no CECA. Aos poucos o CECA foi deixando de investir na área Bíblica. Acho que foi quando o Cyzo saiu.

Em 1987, ainda não deu par a sentir isso. A questão da inserção orgânica das pessoas que coordenam o CECA. Eram pessoas que estavam inseridas de forma orgânica nas suas comunidades, nos movimentos. Esse vínculo com uma prática popular seja eclesial ou na militância social e política, aos poucos, passou a deixar a desejar. De fato, quando voltei de São Paulo, a gente sentia muito forte isso. A preocupação no CEBI é que o objetivo primeiro de todo trabalho era lá na base, nos grupos de reflexão, nos círculos bíblicos. Entre as pessoas que trabalhavam no CEBI Nacional, se percebia com muita clareza quem tinha uma vida ativa em sua comunidade e quem não tinha que é um burocrata apenas. Isso se sente no cafezinho, nas conversas, nos intervalos, nos momentos gratuitos, nas celebrações. A gente vê quem tem uma vivência para celebrar. No CECA, de fato, isso foi se perdendo. Acho que a crise, em boa medida, tem haver com isso, mas é muito mais que isso. Imagino que a principal razão para a crise no CECA, foram as mudanças com a Queda do Muro de Berlim. Todos os movimentos populares e a própria Teologia da Libertação entraram em crise a partir de 1990. Neste momento, também o CECA ficou meio perdido, viveu uns anos de muita crise até se encontrar de novo, optando por um outro tipo de projeto, numa outra perspectiva. Foi trabalhar com menores, meninos pobres para aprender computação, teatro, depois com a questão das mulheres (formação de promotoras legais que funciona até hoje), mas muito diferente das suas origens. A questão da teologia e a eclesiologia das CEBs, no contexto do papado de João Paulo II, com a crescente clericalização, foi perdendo espaço. O CECA estava em função da Igreja dos pobres, da Igreja Popular. Na Diocese de Novo Hamburgo, isso se reforçou com a saída de Dom Sinésio e a vinda de Dom Boaventura Kloppenburg que até visitou o CECA! Kloppenburg era bem neoliberal. Ele tem uma posição firme, mas respeitava as diferenças embora não concordasse.

Embora o CECA tenha nascido dentro da Igreja Católica, o Pe. Orestes sempre tinha uma abertura ecumênica. Desde o início dos anos 70, ele participava em nível nacional de um grupo ecumênico de teólogos da libertação. Ali, certamente, ele aprendeu essa prática de respeito ao diferente. Essa perspectiva de caminhar juntos na mesma direção, apesar das diferenças, que, aliás, nos enriquecem, buscando aquilo que nos une, em torno de um projeto de libertação, o Orestes tinha muito claro. Quando o CEBI foi criado, em que Orestes foi um dos idealizadores e foi o grande articulador aqui no Sul do Brasil desse movimento bíblico. Desde o começo aqui no Sul houve uma participação de pastores luteranos e depois também de metodistas e anglicanos. Quando o CEBI-Sul, passou a ter sua sede em São Leopoldo e o Orestes veio também para São Leopoldo, se reforçaram os laços ecumênicos. Com a Escola Superior de Teologia em São Leopoldo e o Orestes em São Leopoldo, como pessoa de referência para o CEBI, se formou uma equipe, tipo um Conselho do CEBI-Sul, formado por pastores luteranos e, além do Pastor Milton Schwantes, participava o Pastor Carlos Dreher, e alguns estudantes de teologia que hoje são os Pastores Haroldo Reiner, Ivone Richter; também o Carlitos Fuchs (que não ficou pastor, na verdade, mas é um advogado quer mora aqui em São Leopoldo), além de católicos como o Orestes, Ir. Maria Teresa Thiel. Mais tarde se integraram pastores metodistas e anglicanos.

Esta experiência ecumênica no CEBI Sul, no Conselho que era ecumênico, e na participação ecumênica nos cursos promovidos pelo CEBI Sul, especialmente o curso que foi chamado de Padres e Pastores, que teve sua primeira edição em 1982, onde participaram católicos, luteranos, anglicanos e metodistas, certamente teve uma influência muito grande na caminhada do CECA em direção a uma ecumenicidade cada vez maior. Eu imagino que isso foi decisivo para o CECA, para que ele passasse a ser um centro, não apenas católico, mas se tornasse um espaço para as Igrejas Cristãs, além da Igreja Católica.

Quando eu voltei de São Paulo, já percebi um clima diferente no CECA. Nós sempre tínhamos uma vez por semana um momento forte de oração. O Orestes dizia que reunião só tem sentido a partir de uma vida pessoal profunda. Os encontros são como flores de um jardim bem cuidado (vida pessoal, espiritualidade e vivência eclesial). Na medida em que o CECA entrou numa espécie de profissionalismo, sem um chão eclesial concreto, não havia o que partilhar nas reuniões. Faltava uma base de prática popular. Nós atuávamos com mais idealismo. Hoje as coisas são bem mais burocráticas.

**ENTREVISTA Nº 05 – PE. CYZO ASSIS LIMA****Data: 17 de julho de 2005.**

Eu fui procurado pelo Pe. Orestes Stragliotto no ano de 1977, quando ainda morava em São Paulo e ele convidou-me para trabalhar na secretaria do Centro de Orientação Missionária (COM). No final de 1978 eu vim para Caxias do Sul e já em seguida comecei a atuar 20 horas por semana na secretaria do CECA, embutida dentro do COM. Meu trabalho durante todo ano de 1979, na parte da tarde, era no CECA, na Mitra Diocesana de Caxias do Sul, na Rua Sinimbu. Naquela sala estava todo material documental mais pessoal do Pe. Orestes: correspondências das mais diferentes naturezas, textos e também alguns projetos. Eu entendi naquela época que ele guardava todo esse material numa sala da Mitra, muito mais por uma questão de estratégia política, sabendo que ainda estávamos nos anos da ditadura militar, imaginando-se que na Mitra Diocesana jamais alguém iria fazer qualquer tipo de averiguação. Durante um ano inteiro numa dessas salas da Mitra funcionaram os arquivos de correspondência e o que podemos chamar de material ideológico (cartilhas, apostilas, listas de endereços). Nada disso, era guardado no COM, mas lá. A minha função como secretário naquele setor era ir catalogando as correspondências, organizando os boletins, conforme as coleções, conforme eles iam chegando e sempre trazendo para o Pe. Orestes algum material que ele pedia (um texto, uma pasta, etc). Ao lado disso eu me envolvia diretamente em serviços gerais dentro do COM. Eu era muito jovem e ainda estava concluindo naquele período o ensino médio.

Nas atividades do COM eu passei a ter relação com as pessoas que freqüentavam os mais diferentes cursos que aconteciam no COM. Eu comecei como uma espécie de sub-secretário do CECA, em Caxias do Sul. O secretário, de fato, era o José Carlos Monteiro, que casou depois com a Graziela, que era uma uruguaia. Só que o CECA, na verdade, não era o CECA que se desdobrou mais tarde. Para mim, Caxias do Sul era um embrião do CECA, foi uma fase embrionária. O Orestes tinha o CECA como uma espécie de estratégia por causa da situação pessoal dele, que não tinha garantias de continuar em Caxias do Sul. O ministério e a pessoas do Orestes - ele não era do clero diocesano e tinha também saído dos Padres de São José de Murialdo (Josefinos) – estavam numa situação especial, como ele mesmo comentava a natureza dessa questão em algumas reuniões. Para mim, o COM foi aos poucos sendo absorvido pela Diocese de Caxias do Sul e, quando o Orestes percebeu que não tinha mais o espaço (eu não acompanhei as políticas de ambos os lados da época, nem do lado da Diocese, nem do lado do Orestes). Sabe-se que o Orestes tinha muitas dificuldades dentro do âmbito da Diocese. Havia uma leitura, de que com Dom Benedito Zorzi, o Orestes tinha mais espaço para fazer o seu trabalho com a sua originalidade e com o seu jeito que vá lá, era muito independente e autônomo dentro do espaço eclesial. Depois, quando Dom Paulo Moretto se tornou Bispo, parece que o espaço do Orestes foi ficando mais limitado. Não posso fazer muitos juízos sobre isso, mas o fato é que depois de algum tempo, com Dom Paulo Moretto, o Orestes teve que deixar a Diocese e passou a residir e atuar na Diocese de Novo Hamburgo, com Dom Sinésio Bohn, logo depois que a Diocese havia sido criada. Em Caxias, para mim, o CECA era uma espécie de embrião, mas também uma “carta na manga” que o Pe. Orestes tinha, caso o espaço fosse para ele fechado, pois somente ele, tão somente ele tinha controle e comando sobre o CECA. O que aparecia de CECA, lá em Caxias do Sul, eram apenas publicações. Não havia eventos organizados enquanto CECA. Tudo era organizado enquanto COM. Eu pessoalmente via que o CECA realizava muitas atividades (entre aspas), mas realizava enquanto uma entidade dentro de uma maior entidade que era o COM. Toda infraestrutura, o “know how”, a economia, tudo acontecia no COM. Inclusive eu era sub-secretário do CECA, mas a minha carteira era registrada pelo COM. Não podendo continuar mais em

Caxias, o Orestes carrega o CECA, que nem tinha natureza jurídica, tinha apenas o nome – Centro de Evangelização e Catequese – e vem para São Leopoldo. Então o Orestes convida a minha pessoa e a pessoa do Ildo Bohn Gass. Nós morávamos juntos numa favela, a famosa favela da Santa Fé de Caxias do Sul, eu, o Ildo Bohn Gass e o Ivo Loro. O Ildo Bohn Gass e o Ivo Loro eram ex-irmãos lassalistas que tinham deixado a vida religiosa, mas continuavam comprometidos com os espaços de evangelização na Igreja. O Orestes convida a minha pessoa e o Ildo Bohn Gass para vir a São Leopoldo. Passamos a morar na Vila Brasília, a partir do final de 1982. Então o Orestes me convida para trabalhar na função de secretário geral do CECA. Trabalhei no período de 1983 a 1987 nesta função. Este período de 1982 a 1987 foi o período de reorganização estrutural e institucional do CECA.

Para mim o CECA tem três períodos. O primeiro período é a sua fase de nascimento com o Pe. Orestes, e tão somente o Pe. Orestes, em Caxias do Sul, encostado no COM. A segunda fase é quando ele vem para São Leopoldo, na casa das Irmãs de Jesus Crucificado. Ali o Orestes, por várias questões conjunturais teve que abrir o CECA. Pois na verdade o CECA era a pessoa do Orestes. Teve-se que constituir uma diretoria. Dr. Celso Gaiger assessorou a organização jurídica e administrativa do CECA e veio a ser o Presidente, depois. Cresceu a equipe executiva neste período. Era uma equipe significativa. Eu tinha a secretaria geral. Esta era a segunda fase do CECA, quando o CECA se reorganiza, se expande e cresce como instituição. A terceira fase, a partir de 1988, quando o CECA, na minha concepção, passa a ser um instrumento da Igreja Evangélica Luterana; quando o CECA passa a ser dirigido e comandado na parte executiva por pessoas da Igreja Evangélica Luterana. Nesta terceira fase o Orestes não está mais no CECA. O Orestes ficou um pouco na periferia do CECA. Na verdade o Orestes foi afastado, de forma meio abrupta, por várias questões conjunturais e de natureza subjetiva. O Orestes tinha excesso de trabalho com a Paróquia do Rio dos Sinos e fundação de muitas comunidades de periferia. A linha do Orestes não era a linha de uma nova geração que entrou no CECA em meados da década de 80. Essa nova geração tinha uma outra concepção de evangelização e de metodologia de trabalho. Criaram-se vários choques dessa nova geração, da qual eu participei com outras pessoas da minha idade na época e o Orestes, ele mesmo por sua conta foi ficando pouco mais à margem do CECA, até que aos poucos, o Orestes não tinha mais nada a ver com o CECA. Eu me lembro que na celebração dos 20 anos foi feito um convite solene para o Orestes vir ao CECA, porque ele já não participava mais do dia-a-dia, das políticas, da vida do CECA. Como o Orestes sempre foi muito original e ativo, quando ele percebeu que o CECA não era mais o espaço para ele atuar, ao lado, criou-se o Centro de Espiritualidade Padre Arturo - CEPA. Ele criou um outro instrumento, um outro espaço, porque o CECA não respondia mais àquilo que ele gostaria que fosse respondido. Ele passou a atuar no CEPA com outra equipe de pessoas que tinham um outro perfil inclusive (não conheci as pessoas muito de perto). O CECA começou a entrar na terceira fase, que é chamada a fase onde alguns católicos diziam que o CECA está se “luteranizando”. O CECA se tornou “luteranizado”. Esse processo foi a partir do final dos anos 80 e todos os anos 90.

Quando eu peguei o CECA junto com o COM, no final da década de 70, em Caxias do Sul... para lembrar que no ano 1975, eu tinha apenas 15 anos, eu fui fazer um curso no COM de Caxias do Sul, na área de CEBs e de Bíblia (eu era um adolescente). Eu conheço, desde meados da década de 70, o desenrolar dos acontecimentos. No final de 1978, eu entro na equipe do COM via CECA. O mais marcante naquela primeira fase que eu conheci que vai de 1975 a 1982, em Caxias do Sul, eram os mais diferentes cursos que aconteciam no COM. Agora eu não sei precisar quais eram coordenados pelo COM e quais eram coordenados pelo CECA. Para mim tudo era uma coisa só na época. Especialmente os cursos voltados para as

lideranças das CEBs, da CPT e da Pastoral Bíblica. Ali se começou um embrião da Pastoral Bíblica. O grande marco do CECA nesta primeira fase foi o Curso Latino-Americano. Na verdade o COM era uma pequena América Latina. Chegou às vezes de ter cursos com 80 a 100 pessoas com representantes de quase todos os países latino-americanos. Às vezes eram cursos de três meses ou de seis meses. Nesta fase, foram o CECA e o COM que colocaram Puebla nas comunidades, através de subsídios, de multiplicação de mini-encontros levando o Documento de Puebla para a Igreja do RS de forma especial e também para as Igrejas de outros países. Outros momentos marcantes foram os encontros de caráter regional latino-americano tanto no nível da teologia-pastoral, quanto na área de sociologia, com os cientistas sociais, onde se confrontavam pensamentos, realidades dos diferentes países e também as novas tendências que estavam emergindo dentro da conjuntura político-social no final da década de 70 e início dos anos 80.

Na segunda fase do CECA, quando estive em São Leopoldo, vieram os Cursos de Padres e Pastores, na área do ecumenismo, que foram um espaço fundamental. Nesta segunda fase o Orestes enviou estudantes universitários para a Europa. Ele fez uma espécie de intercâmbio com a Universidade de Louvain, na Bélgica. Aí acho que o Orestes tinha uma visão bem de vanguarda. O Orestes já colocou a semente da globalização da esquerda naquele período. Fez uma articulação internacional mais orgânica. Neste período também, já estava criando rosto, o CEBI, que também nasceu nas sombras do CECA e do COM, apesar de que muita gente esquece isso. O Centro de Estudos Bíblicos nasceu via CECA e COM e já começava a ter uma expressão popular, neste período de 82 a 87. Neste período organizou-se o Primeiro Encontro de Teologia Pastoral do Cone do Sul. O Pe. Orestes delegou a minha pessoa, como secretário do CECA a fazer uma viagem por quase toda América Latina. Eu vou citar o nome de alguns personagens que fizeram parte dessa rede na organização deste 1º Encontro Ecumênico de Teologia Pastoral do Cone Sul: a Cristina Torres (Uruguai – Montevideo); Luis Barrios (eram dois sociólogos); Sérgio Torres (Santiago – Chile). Eu estive duas, três vezes, pessoalmente com o Sérgio para a construção desse encontro; o Mário Iriart (?), um padre, que não sei de qual congregação era, creio que já faleceu. Era um grande teólogo do Peru na época. Depois o Pastor Gustavo Loza da Igreja Metodista da Bolívia. Também um grupo ecumênico de cristãos de Guayaquil – Equador. Também estive articulando esse encontro na Costa Rica e em El Salvador. Em Caracas, Venezuela, com algumas pessoas ligadas ao Pe. Arturo Paoli. O encontro era do Cone Sul, mas também se convidaram pessoas de outras regiões da América Latina. Eu estive diretamente na coordenação desse encontro. Creio que também estava junto o Luiz Inácio Gaiger. Junto comigo estava o Cândido Grzybowski que veio por uma organização do Rio de Janeiro.

Neste período, também, o CECA aperfeiçoou o seu setor de publicação e nós criamos o centro de documentação interna do CECA, onde documentos todos os subsídios e materiais (naquela época a mania era criar centros de documentação). Na verdade era para guardar a memória de movimentos e expressões significativas para a causa das Igrejas. É importante não esquecer, destacar bem e que talvez muitas ONGs no momento esqueçam disso, era a capacidade de produzir apostilas, textos, subsídios e colocar isso realmente na mão das lideranças populares. No CECA, às vezes nós produzíamos 20 a 30 mil exemplares de um polígrafo e tudo isso nós despachávamos no correio para os sindicatos, para as Igrejas, para as escolas, para congregações religiosas, para um endereçário que a secretaria tinha com mais de mil endereços da América Latina. Essa produção intelectual, na década de 80, o CECA fez de forma espetacular, de uma forma muito bonita. Daí se criou o Centro de Documentação do CECA, que eu considero como um dos melhores centros de documentação na época para os movimentos populares e sociais. Todos os principais textos dos chamados intelectuais

orgânicos ou das lideranças populares, ou os manifestos dos movimentos sociais estavam todos catalogados no CECA, até o ano de 1987, quando eu ainda estava no CECA.

Outro fato marcante dessa segunda fase foi a organização do 1º Seminário de Movimentos Populares e Sociais da Região Sul. Eu e o Ary Vanazzi, atual prefeito de São Leopoldo, passamos um mês, viajando por todos os três Estados da Região Sul do Brasil. Visitamos várias sedes de sindicatos, congregações mais engajadas com os pobres, alguns Bispos, entre eles Dom Ivo Lorscheiter, Dom José Gomes de Chapecó, Dom Piazza (Foz do Iguaçu), organizando entre encontro. Esse foi um momento muito marcante, mas que o CECA, ao entrar na sua terceira fase, com outro perfil de pessoas na sua condução, não foi capaz de manter a continuidade deste 1º Seminário, que deveria ser repetido. Faltou um maior pique de articulação. Fizemos uma parceria com o CEDOPE da UNISINOS. Esse simpósio aconteceu na sede antiga da UNISINOS, com a participação em torno de 600 pessoas dos três Estados. Foram discutidas pautas muito tensas, porque naquela hora, a conjuntura social e política do país era muito tensa, porque na verdade ninguém sabia para onde a coisa caminhava. O socialismo estava no auge da sua crise e das suas indefinições. A direita e a burguesia sempre conquistando novos espaços na sociedade. Os pobres cada vez mais se multiplicando e não se organizando em vários aspectos onde se esperava uma organização maior. Foi um Seminário com muitas tensões, o que se pode perceber com a leitura das atas e relatórios. Durante o Seminário criou-se um impasse, porque ali começaram a surgir as primeiras tendências do PT, as tendências radicais da esquerda. Todas elas apareceram dentro desse seminário. O pessoal da área das Igrejas, ainda tinha ainda muito certa ingenuidade política, e criaram-se muitos impasses na discussão das várias questões. As questões eram muito concretas e difíceis, mas o seminário mostrou que a sociedade a partir daquele momento não seria mais a mesma. Era preciso fazer diagnósticos novos e buscar novas matrizes de compreensão do que estava vindo por aí.

Creio que na terceira fase que eu não acompanhei que vai de 1987 para frente, onde o CECA ficou mais na mão de leigos luteranos e alguns pastores da Igreja Luterana. Aí o CECA mudou de tinta. A coloração do CECA passou a ser outra. Nesta terceira fase, eu creio que o CECA ficou voltado mais para as questões locais, os movimentos populares grupais locais. Ele perdeu um pouco, o que era próprio da conjuntura social e política da época, da sua história de articulação latino-americana, de Cone Sul e até mesmo de sua articulação em nível de Brasil. Ficou mais numa expressão local, no RS, especialmente no Vale dos Sinos.

O CECA e o COM, na década de 70, foram os articuladores das primeiras cabeças da Teologia da Libertação no Brasil. O CECA e o COM eram o espaço físico e orgânico, talvez o único no Brasil, naquele período, através do Pe. Orestes, do Ir. Antônio Cechin, do Frei Betto. Eu me lembro que havia encontros de Bispos da Teologia da Libertação articulados pelo CECA/COM. O CECA tinha uma identidade clara de identificação com a Teologia da Libertação pura. Nasceu como porta-voz e articulador dessa Teologia. O CECA nasceu em função de uma nova Teologia. Um dos primeiros grandes nomes da TL, desde os primórdios do CECA e do COM foi a pessoa do Pe. Arturo Paoli. Os cursos do Pe. Arturo Paoli (eu secretariei vários desses cursos no final da década de 70) eram com toda espiritualidade, metodologia e pressupostos teóricos da TL. O CECA trabalhou em duas frentes na questão da TL: trabalhou os grandes intelectuais, pensadores e gestores dessa Teologia, a grande maioria católica desses intelectuais, mas também alguns deles, anglicanos, metodistas, luteranos, e um teólogo de uma pequena Igreja do Chile; trabalhou no setor ideológico escrito. Produziu muitos textos, materiais e reflexões típicas da TL. Depois trabalhou em nível da base a articulação de lideranças e frentes que tinham uma identificação clara com a TL. O CECA e o COM, num primeiro momento, foram espaços fundamentais, para manter articuladas as



pessoas numa linha de vanguarda da TL no Brasil e mais adiante na América Latina. Os Encontros Latino-Americanos eram encontros segundo os moldes da TL.

A colaboração do CECA para com a TL teve um momento importantíssimo a partir da Conferência de Puebla. O CECA teve luzes muito boas. A partir daí que nasceu o CEBI. O CEBI nasceu também como uma vertente dessa teologia na sua reflexão bíblica. Antes da reflexão bíblica houve a reflexão teológica nos moldes da TL, que percebeu a necessidade de uma releitura bíblica. O CECA também conseguiu articular pessoas não de Igreja, sem vivência cristã, no caso de muitos intelectuais, a partir da TL. Esses intelectuais da sociedade civil, muitos deles acadêmicos, entraram dentro dos programas do CECA porque havia uma identificação com essa Teologia. O desenvolvimento da TL se deu de várias formas, tanto na forma doutrinal a partir de cursos, simpósios e encontros, como na de articulação de pessoas e como na forma de alimentar as comunidades de base e os movimentos populares com subsídios e material sobre a TL.

Eu nunca li no CECA, nas suas diretrizes, que se falasse expressamente da construção de uma sociedade socialista. O CECA não tinha a proposta de uma sociedade socialista a partir dos elementos bem concretos do materialismo histórico, do marxismo. O CECA tinha uma proposta de Reino, uma proposta reinocêntrica, que em muitos aspectos, ia de encontro de uma sociedade socialista. Mas a proposta era mais profunda. Hoje muitos teólogos falam que devemos sair desse cristocentrismo esvaziado de significado e concretude no sentido da vida prática, para um reinocentrismo, uma compreensão reinocêntrica da fé. O CECA, desde o começo percebeu essa dimensão teológica que também é bíblica. Toda a mística do CECA e do COM era uma mística reinocêntrica. A gente vai encontrar nos subsídios, nos cantos, nos documentos, muitas vezes, a palavra “Reino”. Acho que aí tem um elemento que deve ser recuperado por quem queira aprofundar essa dimensão que está um pouco à margem.

O CECA como toda e qualquer organização de vanguarda, de formação ideológica, de formação de quadros, de formação de consciência, também ficou um pouco confuso e desorientado com a chamada crise do socialismo real. Porque o socialismo, de uma forma ou de outra, era uma espécie de modelo mais próximo que se conhecia para visualizar o que se queria numa perspectiva de Reino. O socialismo iria trabalhar as relações entre as pessoas, não mais relações de mercadoria, de exploração. O CECA talvez, como qualquer outra organização de esquerda ou mesmo das Igrejas que eram comprometidas com a nova sociedade também ficou desorientado. Perdeu-se a bússola! Mas isso era um problema mais geral de conjuntura mais ampla e não só do CECA. Na terceira fase do CECA, a palavra mais usada no final dos anos 80 era “a busca de novos paradigmas” com a crise do socialismo real. O CECA visava a construção de uma nova sociedade a partir de uma visão bíblico-teológica reinocêntrica. A grande maioria das pessoas que estavam nos quadros de formação do CECA não era marxista. Eram pessoas que tinham até uma certa idéia de marxismo, mas não eram militantes de partidos com doutrinas e programas marxistas. Eram pessoas da Igreja ou dos movimentos populares onde delas não tinham essa visão de que temos que agora construir o socialismo e tal.

A compreensão que o CECA tinha de ecumenismo é uma questão complicada, porque o CECA sempre foi formado por pessoas das mais diferentes origens, formações e compreensão da própria Igreja. Mas o Pe. Orestes e os primeiros mentores do CECA tinham uma visão bíblica do ecumenismo. Desenvolveu-se esse ecumenismo propiciando espaços de fraternização, de convivência, de colegialidade, de atividades conjuntas com diversas Igrejas.

Pe. Orestes estava sempre convidando pessoas, pastores, bispos e reverendos das mais diferentes confissões para encontros, estudos conjuntos, análises de conjuntura. Esse ecumenismo não se desenvolveu. Ele foi iniciado como um primeiro diálogo fraterno, mas na minha concepção ele estacionou, por vários fatores. Um ecumenismo que não progrediu. Nos encontros de padres e pastores, as confissões vinham, faziam o estudo dos mesmos temas, mas depois na prática cada um fazia o seu trabalho na sua Igreja. Não houve articulações ou compromissos mútuos concretos, enquanto Igrejas. Houve tentativas! O ecumenismo como muitos imaginam (porque também existem as mais diferentes concepções de ecumenismo entre os cristãos) ficou numa relação muito fraternal, até certo ponto formal, respeitosa, mas sem maiores engajamentos mútuos, entre esses cristãos da década de 80, do período em que eu participei. No fundo, as pessoas gostavam de se encontrar e... acho, que a grande colaboração foi romper barreiras, preconceitos entre os cristãos de diferentes confissões, criar uma relação fraternal respeitosa – eu mesmo participei de um Curso de Extensão em Bíblia do CEBI, por 5 anos – era um grupo bem ecumênico. Mas depois do curso não teve mais nada! Não se criou uma rede, uma organização ou uma atividade conjunta permanente entre os diferentes cristãos. Cada um voltou para a sua Igreja, seu trabalho e ficou por aí mesmo. Somos amigos, quando nos encontramos, gostamos de nos ver, mas um compromisso mútuo, evangélico e fraterno ficou a desejar. Não dá para negar que o CECA, especialmente no sul do Brasil, foi a vanguarda ecumênica daquilo que havia de ecumenismo. Tanto o ecumenismo incipiente que estava Tateando, como o CECA levantar essa bandeira. Por isso o CECA teve muitos problemas com Bispos da Igreja Católica, que não estão mais aí, que não aceitavam essa linha, essa filosofia do CECA de estar dialogando e fazendo encontros com Igrejas de diferentes confissões cristãs.

A relação com as Igrejas, daquilo que acompanhei, num primeiro momento foi uma relação respeitosa, fraternal. Num segundo momento uma relação mais orgânica. Através do Pe. Orestes e mais algumas pessoas, conseguiu-se sentar com padres e pastores, o que em alguns aspectos era um grande avanço. Conseguiu-se sentar com Bispos de outras confissões não católicas. Conseguiu-se tratar de temas muito delicados e espinhosos nesses encontros. A relação do CECA com as Igrejas foi uma relação de vanguarda. Não foi original, pois se sabe, que outros sujeitos da Igreja Católica, já haviam tentado no passado, construir relações de diálogo com as Igrejas. O grande mérito do CECA foi fazer uma relação institucional não oficial. O CECA não era um organismo oficial da Igreja Católica. Era uma espécie de organismo alternativo, uma espécie de ONG religiosa católica. A grande novidade foi uma relação respeitosa, fraterna para com as diferentes Igrejas. Sua contribuição para o movimento ecumênico foi juntar em Caxias do Sul, por muitos anos seguidos várias confissões do Cone Sul e até da América Latina. Pelo COM/CECA, passaram vários bispos, pastores, reverendos e lideranças populares de várias Igrejas. É pena que esse espaço não teve continuidade nos anos posteriores. O CECA foi o embrião do movimento bíblico que veio depois via CEBI e outras organizações onde também tem uma leitura bíblica libertadora. O CECA também ajudou a quebrar o preconceito; uma certa violência entre as relações que até então eram muito belicosas e espinhosas, entre as Igrejas aqui no sul. O CECA foi colocando azeite nestas relações através dos setores mais abertos de muitas Igrejas. Havia muitas pessoas, entre bispos e pastores dentro das Igrejas que tinham resistência contra a caminhada do CECA na área do ecumenismo. Essa foi a contribuição do CECA: ir colocando o azeite fraterno do diálogo nos encontros. A grande cartada do CECA foi criar o Curso de Pastores. Esse curso ajudou, em pouco tempo, a desmistificar coisas que foram construídas em mais de 400 anos. Coisas que ficaram confusas, mal elaboradas, mal compreendidas. Os cursos de padres e pastores poderiam ser chamados de cursos para tirar os tabus mútuos. Essa foi uma grande

contribuição para o movimento ecumênico. O CECA foi firmando sua identidade ecumênica, em meados da década de 80. Até então, o CECA ajudava em alguns projetos e articulações ecumênicas, mas, ele mesmo como CECA, não tinha essa natureza. Foi na nossa equipe ainda, que se propôs que deveria estar explícito o nome “ecumênico” na natureza jurídica do CECA. O CECA ganhou mais uma letrinha. Eu, o Inácio Gaiger o Ary Vanazzi, o Erny Mügge e outros fizemos uma discussão e acrescentamos mais um “E”. O CECA passou a ser um Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria, que era também, para estar em sintonia com a grande explosão de movimentos sociais e populares do começo dos anos 80 após a ditadura militar. Houve um “pool” de expressões desses movimentos em todo Brasil. O CECA teve que redefinir sua identidade. Nessa redefinição o CECA tornou-se de fato um organismo ecumênico, porque colocou a ecumenicidade na sua identidade enquanto tal. Os estatutos foram feitos nesta condição.

O CECA, como todos os grupos de vanguarda da década de 70/80 na década de 90, por uma questão conjuntural mais complexa sofreu um revés. Sofreu uma espécie de engessamento institucional, eu diria pelo pouco que tenho acompanhado. O CECA entrou numa linha de acompanhamento de movimentos populares alternativos típicos da década de 90 na região do Vale dos Sinos. Creio que o CECA deveria ter uma expressão ecumênica mais agressiva, mais forte. Todas as ONGs e movimentos sociais entraram numa espécie de cansaço, repetição e desgaste de certas matrizes. Deveria se fazer uma avaliação mais profunda. O CECA tem no seu bojo e na sua história elementos muito ricos que se forem recuperados continuam sendo elementos novos e necessários para a conjuntura de hoje. O CECA tinha muitas inspirações novas, boas e originais. Neste aspecto o CECA foi uma vanguarda. Cabe a uma entidade como o CECA ser sempre uma vanguarda. Estar um pouco à frente do momento atual.

O CECA foi um grande articulador, juntamente com o COM, das forças seriamente evangélicas em toda América Latina. Muitos bispos e padres, alguns se tornaram mártires, passaram pelo COM/CECA. O CECA levantou pautas de questões, no primeiro e segundo momentos de sua história, de vanguarda. A função de uma entidade é ser sempre vanguarda. O CECA foi uma espécie de “Moisés” da década de 70/80 que sabia dar metas e indicar para o povo para onde caminhar, para onde ir. Acertou muito neste aspecto. Mas um dos grandes problemas que o CECA teve foi a sua incapacidade de multiplicar agentes, de qualificar quadros para ter um núcleo mais forte. No fundo o CECA girava em torno de cinco, seis pessoas que davam as coordenadas gerais da instituição. O Pe. Orestes foi um grande personagem do CECA. Foi um grande “Moisés” do CECA. Creio que ele não encontrou um “Josué” para passar o cajado. Na minha visão, o CECA foi uma espécie de “Moisés” dentro da ditadura militar do Brasil. Foi uma casa de liberdade do pensamento, onde intelectuais cristãos das mais diferentes tendências podiam vir a Caxias ou ao Vale dos Sinos, sentar juntos, confrontar idéias, analisar a conjuntura e tentar ver para onde a coisa caminhava. O CECA foi uma verdadeira página do Evangelho em muitos aspectos para os cristãos, no sentido de alimentá-los com um a mística, com senso para a justiça, para a liberdade, para a articulação de forças em prol da vida, para uma consciência mais evangélica mais profunda da realidade. Então houve um certo revés na questão política, eclesiológica a até mesmo metodológica do CECA. Falo mais dos 20 anos do CECA. Neste tempo se tornou uma referência latino-americana. Inclusive chamou a atenção de Roma, na década de 80. O Pe. Orestes começou a receber visitas de bispos, cartas e pessoas querendo saber o que era esse centro. Como tinha o caráter de uma ONG laica o que foi um grande adendo do Orestes, com a contribuição do Dr. Celso Gaiger que se tornou presidente num momento muito delicado do CECA que começou a sofrer pressões de bispos da Igreja Católica. Havia uma articulação interna para fechar o CECA. A grande visão do Orestes era colocar o CECA como uma

organização laical. Eu fui secretário do Dr. Celso Gaiger; e isso criou uma confusão na cabeça de quem queria a cabeça do CECA que não sabia mais o que era o CECA.

O Dr. Celso Gaiger, como presidente do CECA teve um papel muito importante porque envolveu o CECA de corpo e alma dentro do debate da Constituinte e das articulações locais e inter-regionais. Eu estava no CECA, e como sempre trabalhava com teatro, e como sempre achei o teatro como recurso de formação popular número um, organizamos uma peça chamada “Uma Questão de Povo”. Essa peça implicava na participação de oito a dez atores (várias pessoas da equipe do CECA eram também atores). Era uma peça de caráter político, de conscientização de grupos para mostrar qual era a importância da Constituinte, que direitos deveriam entrar na Constituinte. O bonito foi que apresentamos essa peça em mais de 16 cidades do RS, em sindicatos, comunidades, pavilhões, praças. O Jornal do Brasil percebeu que essa peça era importante e fez uma matéria registrando esse fato. O CECA mergulhou de corpo e alma no debate da Constituinte. Além disso, o CECA multiplicou e distribuiu muitas cartilhas que se proliferaram sobre o processo constitucional no Brasil. Eu creio que o CECA, no RS, foi a entidade que mais se empenhou no debate e na relação com as camadas populares tentando clarear para o povo a importância política e democrática da Constituinte e de uma nova Constituição para o país. Esse foi para mim um dos momentos importantes no final da segunda fase do CECA, para mostrar que o CECA tinha uma abertura para multi-atividades.

Uma coisa bonita foi a articulação latino-americana do CECA. Por fim, uma das articulações do CECA, foi a organização que nós fizemos de levar uma delegação para conhecer as experiências libertárias que estavam acontecendo na Nicarágua. Como secretário do CECA, coordenei essa delegação juntamente com o Dr. Celso Gaiger. Queríamos ver essas experiências libertárias, como assim chamávamos na época, na Nicarágua, El Salvador e depois passamos por Cuba. É pena que essas articulações mais amplas externas, depois estacionaram.

Outro elemento importante do CECA era sua capacidade de articular redes. Hoje se fala muito de rede na era da internet. O Pe. Orestes foi um homem de visão futurista bastante avançada. Ele criou na década de 70 uma rede. O CECA teve uma articulação, pelo menos enquanto Brasil, com o CPV - Centro de Pastoral Vergueiro, de São Paulo, com o CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação do Rio de Janeiro. Mais tarde o CECA ajudou na criação do CESEP de São Paulo. Eu mesmo participei das primeiras reuniões de criação do CESEP. O CESEP foi fundado por um conjunto de organizações cristãs que já existiam e contavam com a participação do Pe. Beozzo, Frei Betto, do Orestes, do Jether Ramalho, do Júlio de Santa Ana. É pena que a geração posterior, não percebeu toda essa bagagem e riqueza de articulação que o CECA já tinha antes, porque isso não foi aperfeiçoado. O CECA foi embrionário, gestor de novas forças dentro dos setores mais progressistas e libertários da Igreja do Brasil, quando apoiou também a criação de outras organizações como o CEBI e o CESEP.

Na área de formação mais de vanguarda o CECA tinha um leque de pautas bem concretas para o trabalho chamado de formação intelectual dos quadros. O CECA trabalhou muito bem a questão do diagnóstico da realidade; do capitalismo a partir de uma matriz marxista de leitura do capitalismo; a questão da organização dos movimentos, como articular forças conjuntas, como criar redes. Neste sentido o CECA deu uma colaboração de qualidade. Num primeiro momento o CECA não tinha um envolvimento local, era mais supra-local, regional, estadual, nacional, latino-americano. Depois o CECA passou também a uma assessoria mais local dos movimentos.

O CECA não gestou, mas aperfeiçoou a chamada espiritualidade da libertação que é uma espiritualidade extremamente bíblica totalmente ligada e sincronizada com a realidade, que escuta o grito dos pobres e seus clamores, mas é também uma espiritualidade ecumênica, que respeita a relação de gênero. O CECA, neste sentido, foi vanguarda ao dar espaço e até mesmo expandir essa espiritualidade através de seus cursos, encontros, marcando presença em celebrações nas questões da terra, dos movimentos urbanos, enquanto Igrejas, etc e tal. Acho que um dos personagens fundamentais é a pessoa do Pe. Arturo Paoli que era teólogo e filósofo, mas, sobretudo um grande mítico, que deu as grandes linhas do CECA na área da espiritualidade da libertação. Pessoalmente acompanhei o Pe. Arturo em vários cursos que ele assessorou pelo CECA. Também teve uma grande contribuição e Pe. José Comblin, nos seus cursos bíblicos sobre a espiritualidade e missão paulinas.

**ENTREVISTA Nº 06 – ERNY MÜGGE****Data: 31 de julho de 2005.**

Sou Erny Mugge, luterano (IECLB), leigo, professor, secretário executivo do CEBI-Centro de Estudos Bíblicos/Nacional. Fui convidado a trabalhar no CECA pelo Pe. Orestes e pelo Milton Schwantes, em setembro de 1984. Iniciei efetivamente em outubro daquele ano, ajudando em várias tarefas, mas especialmente, no setor de documentação, no recorte de artigos de jornais e revistas – para compor o quadro conjuntural político, econômico, social e religioso da época. Em fevereiro de 1985 fui convidado a assumir a administração do CECA – função que estava sendo criada. Fiquei nessa função até o final de 1989.

Nesse período em que estive no CECA posso destacar alguns acontecimentos marcantes. Uma situação constrangedora estava diretamente ligada à função que vim a ocupar. Havia muita dívida. Durante os primeiros 12 meses essa foi a maior aflição. Foi uma luta grande conseguir equilibrar receitas e despesas. Lembro que havia dias em que não tínhamos dinheiro para pagar coisas básicas de manutenção do escritório. O trabalho com lideranças comunitárias era algo que me impressionava. Havia encontros de formação quase que diariamente, com muita gente, em vários bairros: Duque, Feitoria, Campina, Rio dos Sinos, Rio Branco... Tínhamos muitos encontros com oposições sindicais. Lembro dos encontros com os trabalhadores da borracha, dos sapateiros, do vestuário, dos metalúrgicos. Era uma fase importante para a luta sindical. O CECA apoiava o movimento de oposição sindical, especialmente em termos de articulação e capacitação. Boa parte das pessoas que integravam as chapas de oposição eram oriundas das comunidades eclesiais de base. Realizávamos uma série de encontros, seminários, cursos de capacitação para multiplicadores/as, agentes de pastoral, padres, pastores/as, religiosas. Os temas eram especialmente vinculados à temática da conjuntura e do socialismo. Os eventos tinham grande presença de público e eram assessorados por: Marcos Arruda, Cláudio Nascimento, Luis Eduardo Vanderley, Cândido Gryboswski, Betinho, Pedro de Oliveira, Dom Mauro Morelli, entre outros. Participávamos regularmente de encontros de profissionais cristãos, em Porto Alegre. Também foram marcantes as iniciativas para além-fronteiras. Viagens foram organizadas. Lembro da organização de um grupo que esteve por algumas semanas na Nicarágua, durante o governo sandinista.

Um grande avanço na vida do CECA aconteceu quando uma pessoa leiga assumiu a presidência da entidade. Não desqualificou de jeito nenhum a experiência anterior. No entanto, qualificou a caminhada do ponto de vista profissional, à medida que incentivou o estabelecimento de uma nova política salarial, mais justa e que possibilitava a colaboração de quadros mais qualificados. Incentivou a capacitação da equipe e a implantação de uma infraestrutura mais técnica. Não resta dúvida de que para mim um dos acontecimentos mais interessantes foi a atitude de Dom Boaventura Kloppenburg, bispo da diocese de Novo Hamburgo, que assumira o lugar de Dom Sinésio Bohn, transferido para a diocese de Santa Cruz do Sul. O espaço onde estava a sede do CECA fora gentilmente cedido pelas Irmãs de Jesus Crucificado, que eram responsáveis pela administração da casa, que por sua vez, era propriedade da Mitra Diocesana. Certo dia, Dom Boaventura telefonou para o CECA convocando uma reunião com a diretoria. Reunimos a diretoria do CECA, o Conselho Ampliado do CEBI-Sul e parte da equipe, pessoas da Igreja Anglicana, Católica Romana, Luterana e Metodista. Dom Boaventura fez uma primeira intervenção, analisando as atividades do CECA em sua diocese. Demonstrava grande preocupação. Lamentou por não conseguir controlar o conteúdo nem tampouco podia escolher as pessoas que prestavam

assessoria. Ao mesmo tempo, via que havia um sem número de publicações do CECA e do CEBI circulando pela sua diocese, nas mãos de lideranças e agentes de pastoral.

Por conseguinte, exigia que fosse consultado antes da programação e realização das atividades. Sem dúvida, foi grande a surpresa. Houve uma série de intervenções, por parte dos evangélicos, constrangidos que estavam. Até que um padre católico, membro da diretoria do CECA, disse o seguinte: “senhor bispo, veja o senhor, que estão à mesa, os pastores anglicanos, o pastor metodista, o pastor luterano, leigos de várias igrejas. Somos uma entidade ecumênica, com um quadro de sócios de várias igrejas, como é que o senhor quer proibir as atividades? Com qual autoridade? O senhor pode é evitar que as suas lideranças e agentes de pastoral participem das atividades ou que eles não comprem as publicações. Mas, aqui o senhor não pode interferir...” Foi um frio geral. Silêncio. Todos à espera de uma resposta surpreendente. E ela veio. Disse ele: “Por isso que existem essas entidades ecumênicas. Elas são criadas para que a hierarquia não possa controlar ou interferir na sua programação.” E, a partir daí conversou-se sobre amenidades, até que a reunião terminasse, todos se perguntando sobre o que viria a acontecer. Algumas semanas depois, veio o resultado: o bispo pedia o prédio onde estava a sede do CECA de volta. Tínhamos seis meses para deixar o local.

Para mim foi marcante o convívio ecumênico no CECA. Tanto na equipe, quanto na diretoria, éramos basicamente de quatro igrejas: Anglicana, Católica Romana, Luterana e Metodista. Não obstante, em várias ocasiões e atividades, havia pessoas de outras denominações cristãs. Tínhamos não só uma orientação, mas, também, uma diretriz: zelar por boas relações com as instituições eclesiais. Visitávamos os dirigentes das igrejas. Informávamos a programação de atividades. Os convidávamos sempre que possível.

Quando entrei no CECA, o CEBI Sul funcionava como departamento bíblico do CECA. O CEBI Sul tinha a sua equipe. Tinha o seu Conselho Ampliado. Tinha a sua sala. Desenvolvia os seus projetos. Tinha o seu quadro de assessores/as. Tinha a sua maneira de funcionar. Isto é, tinha um jeito de ser próprio, porém, articulado com o CECA, com uma série de atividades conjuntas. O CECA com sua atuação na área política, e o CEBI enquanto departamento bíblico sem dúvida, complementavam-se muito. Por um lado, era difícil de perceber de fora quem era do CECA e quem era do CEBI. Contudo, do ponto de vista jurídico, o CEBI enquanto entidade não existia. Estava integrado no CECA. Em 1984-1985 o Conselho Ampliado do CEBI Sul era composto por pessoas das igrejas locais, isto é, gente do Rio Grande do Sul. Anualmente eram realizadas as Assembléias Regionais do CEBI, ocasião em que se convidavam representantes do CEBI de Santa Catarina e do Paraná. Este processo foi lentamente integrando pessoas desses Estados no Conselho do CEBI Sul. Ao mesmo tempo, a caminhada do CEBI ia tornando-se mais autônoma. Projetos próprios começaram a ser encaminhados. Começava-se a integrar elementos para além dos interesses e da caminhada do CECA, também do ponto de vista geográfico. É difícil de dizer quando o CEBI tornou-se totalmente autônomo em relação ao CECA. Isso foi um processo lento, amistoso, mas, não sem tensões. Lembro que quando tivemos de achar alternativas para instalação da nova sede, após termos recebido o ultimato de Dom Boaventura – fui encarregado de conseguir recursos para aquisição de um local/terreno e para a construção. Ao mesmo tempo, o CEBI Sul fez uma série de conversações, conseguindo uma soma considerável, que possibilitou assumir cerca de 25% das despesas e, assim, o percentual correspondente ao espaço. Ao mesmo tempo, o CEBI-Sul tornava-se uma filial do CEBI Nacional, com administração própria. Isto significa que, no final dos anos 90, o CEBI Sul se tornara completamente autônomo em relação ao CECA.

Fui o primeiro não católico romano a integrar a equipe do CECA. Senti-me orgulhoso disso. Mas, sobretudo, desafiado. Propus-me a ouvir, a observar, a ajudar, antes de emitir opinião ou juízo. Afinal, já vinha de uma experiência ecumênica anterior de oito anos. Sem dúvida, fui muito bem recebido. Havia muita vontade de colocar a proposta ecumênica em prática também enquanto equipe de trabalho. Havia abertura, respeito, consideração. No entanto, havia cuidado e cautela. Claro que doía na gente quando se dizia que os luteranos vieram a ocupar a casa toda, em vez de ficar apenas na varanda, para o que tinham sido contratados...

A prática e a relação da instituição CECA em relação à Paróquia católica merecia maior definição. O CECA era praticamente uma extensão, especialmente em termos de administração. Inclusive as contas bancárias eram as mesmas. Às vezes parecia que a entidade estava apenas a serviço da paróquia. Isso gerou, inicialmente um certo desconforto. No entanto, aos poucos, foi se solidificando uma separação. Afinal, o CECA tinha um espaço e um reconhecimento em todo o sul do Brasil.

O dia-a-dia, na prática, revelava avanços ecumênicos. Aprendíamos muito uns dos outros. Nossa postura, sem dúvida, deveria ser a primeira a mudar. À medida que foram se integrando mais pessoas evangélicas, nas instâncias de decisão – assembléia e diretoria – e na equipe, fomos construindo uma proposta e uma prática ecumênica de grande riqueza. Então, penso que o primeiro passo para o incremento ecumênico foi o de mudarmos de postura, enquanto pessoa e enquanto equipe. Nos propusemos a cuidar das pequenas coisas, a começar pela linguagem. Ela nos trai. Não poucas vezes se ouvia alguém da equipe ou da diretoria dizendo: “essas seitas evangélicas estão conquistando muitos fiéis...”. A utilização da palavra “seita” por si só, já atrapalha. Outras vezes se encaminhava projetos com a justificativa de “combater as seitas evangélicas”. Isso significava ser sectário e atrapalhava a convivência ecumênica. A ingestão de bebida alcoólica por vezes atrapalhava, já que há igrejas que não permitem esse hábito. Lembro de um curso que o CECA realizou em Viamão, em que uma pessoa do grupo, partilhou sua indignação com as “seitas evangélicas que só atrapalham a caminhada”, que “especialmente as pentecostais são um grande motivo de alienação do povo”. O assessor foi muito feliz na abordagem do assunto. Disse ele: “As igrejas pentecostais, até prova em contrário, ajudam as pessoas a se libertarem. Veja, as pessoas que se convertem deixam de beber. É o primeiro passo. Só com isso já evitam muitos problemas familiares. Muitas vezes recompõe o núcleo familiar. Deixando de beber conseguem trabalhar melhor, etc. Na igreja as pessoas convivem, participam, partilham... Temos muito a aprender com os evangélicos.” Essas experiências nos ajudaram a avançar ecumenicamente. Participávamos de celebrações e cultos, uns dos outros. Fomos nos conhecendo e nos enriquecendo mutuamente. Através de encontros, cursos ou seminários, fomos aprofundando o ecumenismo. Na convivência o praticamos sem ninguém abrindo mão da sua confessionalidade. Sem dúvida, que o mais importante na vida do CECA foi e deve continuar sendo o ecumenismo de base. É no chão da vida que brota o verdadeiro ecumenismo. Não obstante, o ecumenismo inter-religioso, mais institucional não deixava de ter seu cuidado.

O CECA contribuiu bastante para a caminhada da Teologia da Libertação. Realizou muitas atividades relacionadas ao assunto. A sua prática em termos de educação popular, Bíblia e ecumenismo, sem dúvida, aprofundaram a sua experiência de teologia da libertação. Afinal, a teologia da libertação é uma ação ecumênica. Sua metodologia não é confessional.



Brota da vida do povo, das suas dores, da sua opressão, das suas esperanças. Dessa forma, ela não é um fenômeno acadêmico. Perpassa pastorais, práticas comunitárias e populares das várias confissões cristãs, em cada qual assumindo sua forma peculiar. A Teologia da Libertação se vive na base, em meio ao povo, nas comunidades. Assim, sua raiz é popular. No entanto, tem estrita vinculação com o saber teológico acadêmico. Acontece, assim, um mútuo enriquecimento. Prática e teoria se complementam.

À medida que o CECA se propunha a desenvolver um serviço às pastorais populares e aos movimentos sociais e populares, aí teve de estar inserido, para sentir as dores concretas do povo, suas dificuldades, suas esperanças e suas utopias. A partir dessa compreensão e percepção, pôde assumir uma opção muito clara de transformação social, na busca por uma sociedade mais justa. Nessa experiência, sem dúvida, desenvolve e constrói e/ou enriquece um novo saber teológico, à luz da Bíblia, que viria a ser uma referência no sul do Brasil. As Escolas do Evangelho, coordenadas pelo CEBI Sul, o departamento bíblico do CECA, certamente, eram um embrião dessa prática junto ao povo das comunidades, a partir da qual emergiram dezenas de lideranças, que viriam a ter uma prática social e política importante e decisiva em sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos.

Será que o socialismo real era nossa referência? Tenho lembrança de várias publicações do CECA na época, todas enfocando o socialismo. Aliás, várias publicações eram relacionadas a como analisar a conjuntura. Procuravam ensinar um método de análise de conjuntura. Era o ponto de partida para a gente se dar conta da sociedade capitalista na qual a gente vivia e vive. Sem dúvida, essas publicações e diversas atividades formativas nessa área, nos forneciam instrumentos que nos ajudam até hoje a perceber com mais clareza a realidade em que vivemos. Ao mesmo tempo nos ajudavam a refletir sobre alternativas. Se o capitalismo não atendia àquilo que a gente defendia e sonhava, o que poderia sê-lo? Era o socialismo, isto é, um sistema que fosse mais democrático, que não excluísse tanta gente, que atendesse os direitos elementares do povo. Nesse contexto, também se explicam as visitas à experiência sandinista na Nicarágua. No meu entendimento, não tínhamos no CECA um modelo pré-concebido de socialismo. Queríamos contribuir na construção de uma nova sociedade, mais democrática, participativa, justa para todos/as.

**ENTREVISTA Nº 07 – HANS BENNO ASSEBURG****Data: 09 de setembro de 2005.**

Sou Hans Benno Asseburg. Nasci em 22 de janeiro de 1941, casado, dois filhos. Sou luterano, minha esposa é católica. Foi um casamento ecumênico. Aliás, nossa cerimônia de casamento foi realizada aqui na capela interna do CECA, com a presença do Pastor Sílvio Meincke e do Padre Clarindo Redin. Hoje sou professor de Ciências Humanas na UNISINOS. Sou formado em Teologia na EST, com doutorado na Alemanha. Fui professor de Teologia Ecumênica da Universidade de Hamburgo. Trabalhei um ano na organização “Pão para o Mundo”, na Alemanha. Também sou graduado em Psicologia, com mestrado em Psicologia Social.

Comecei a trabalhar no CECA em janeiro de 1987. Fui durante muito tempo coordenador do setor de formação e depois coordenador do programa “Fé e Cidadania”. Nos últimos anos assumi o cargo de direção na função de secretário executivo. Minha saída do CECA foi em março de 2000.

Um dos trabalhos mais marcantes no CECA deu-se logo no início de minha atuação na entidade, nos anos 87 e 88, quando nos lançamos de corpo e alma na luta por uma Constituição que fosse do povo e não somente da elite política. Atuamos como motivadores e conscientizadores da importância dessa luta pela cidadania. Publicamos o boletim: “O Povo na Constituinte”. Isso foi um trabalho muito marcante.

Um processo que já tinha iniciado antes de mim e que eu considero um trabalho marcante na história do CECA foi a Formação Política para líderes de base realizada através de uma série de cursos nos anos 80. Várias pessoas que hoje atuam na política como deputados ou vereadores e até mesmo como prefeitos passaram por esses cursos. Foi um trabalho de formação muito importante e que, do meu ponto de vista, já é um capítulo da Teologia da Libertação. Colocamo-nos nessa luta a partir de nossa fé em Jesus Cristo, libertadora.

Um outro trabalho importantíssimo do CECA e que se constituiu em marco histórico foi sua atuação por um ecumenismo mais abrangente, mais amplo, vindo da base. Todo esse processo de estar junto com os Encontros Intereclesiais regionais, estaduais e nacionais. Com esse espírito participamos também do primeiro encontro da Jornada Ecumênica, de Mendes, no estado do Rio de Janeiro, organizada por “Koinonia” e pelo CONIC.

Não posso deixar de mencionar o programa “Solidariedade e Cidadania” como um espaço onde importantes iniciativas sociais tomaram corpo. Penso principalmente no trabalho com crianças e adolescentes e com mulheres. Foi aqui que iniciou o trabalho de formação de “promotoras legais populares” que continua sendo um dos projetos mais importantes da entidade. Com as propostas desse programa o CECA conseguiu abrir um espaço onde pessoas em situação de pobreza e de exclusão puderam resgatar a sua auto-estima e expressar seus direitos de cidadão e cidadã.

A crise política global que, após a queda do Muro de Berlim, se instalou nas mentes e no engajamento de todos nós teve algumas conseqüências para nosso referencial político e teórico. A reflexão teológica foi colocada diante do desafio de repensar a Teologia da Libertação. Muitas pessoas ficaram perplexas, talvez porque tivessem tido a idéia de que a libertação prometida na fé cristã devesse ancorar-se nas conformações políticas do socialismo.

Eu me lembro que o Leonardo Boff juntamente com outros teólogos tinha feito uma viagem para a União Soviética antes da queda do muro e que houve relatos muito positivos daquela realidade socialista. Enquanto que para alguns esses relatos feitos por um teólogo de referência foram quase que uma confirmação da justificação teológica de sua luta social, para outros levantaram muitos questionamentos. Quando caiu o muro e todo sistema do socialismo real, abriu-se, quem sabe, um processo de libertação para a própria Teologia da Libertação, um processo de repensar qual é de fato, o seu referencial tanto teológico quanto social. A TL continua atual porque continuam os processos sociais onde as pessoas sofrem opressão, não têm liberdade, não têm dignidade humana em nosso país. Sabemos que a desigualdade social aumentou. A libertação integral projetada no plano escatológico deve se expressar nesta vida, historicamente, mas sem buscar seu referencial em determinados partidos políticos ou movimentos sociais. O CECA encontrou uma forma de expressar isso quando conseguiu organizar sua atuação em dois programas: “Solidariedade e Cidadania” e “Fé e Cidadania”. Este último abriu um espaço para a reflexão teológica das diversas concretizações da fé cristã na nossa realidade social e política. Para isso, foi instituído o Grupo de Estudos de Pastoral Urbana onde foram refletidas muitas das questões sociais que hoje preocupam pastores e padres em seu trabalho pastoral nos centros urbanos. Reflexão essa que, assim o esperávamos, devesse ter sua irradiação no programa “Solidariedade e Cidadania” e levasse para uma ação libertadora mais autêntica. Dizíamos que a reflexão teológica no programa “Fé e Cidadania” não faria muito sentido se ela não se expressasse no outro programa: “Solidariedade e Cidadania”. Era essa a idéia, que o programa “Fé e Cidadania” devesse alimentar o programa “Solidariedade e Cidadania”. O CECA fez a sua TL através desses dois programas interligados entre si e que, por isso, não podem ser vistos separados um do outro.

Quanto ao ideal da construção de uma sociedade socialista, creio que nunca afirmamos que o nosso modelo era a conformação social e política do então existente bloco socialista. Sempre ficou claro que, quando buscávamos o socialismo como ideal, estávamos almejando por uma nova forma de socialismo, genuinamente brasileiro e latino-americano e portador dos valores cristãos e dos direitos humanos. Os cursos com o Cláudio Nascimento, por exemplo, eram bem direcionados nesse sentido. Era a procura por um socialismo autóctone, latino-americano. Tínhamos esse ideal: contribuir para a construção de uma cidadania brasileira baseada na tradição política do socialismo latino-americano. Procurávamos por pensadores latino-americanos: Cláudio Nascimento, Mariategui, Roger Garaudy, Che Guevara ... (é o que está voltando hoje nos pronunciamentos do presidente da Venezuela, Hugo Chávez). Eu mesmo, quando começou a crise do socialismo real, quando as pessoas se diziam perplexas, me perguntava: Mas, por quê? Não tínhamos críticas contundentes a respeito daquele socialismo real? Não estávamos sempre a procura de um socialismo diferente, mais humano? Por que agora essa perplexidade e essa visão de que as coisas vão ficar muito mais difíceis? Isso eu gostaria de resgatar: Trabalhávamos sim na construção de uma sociedade socialista, mas socialista no sentido de procurar nosso próprio modelo na nossa história. Quando começou a crise do socialismo, isso foi uma fase importante, porque aí começamos a refletir com mais profundidade essa questão toda. Talvez, antes, o novo paradigma latino-americano ficava mais na afirmação sem que a gente refletisse afundo o que isso exigiria de nós. Afirmávamos um referencial histórico, mas trabalhávamos mais na captação de quadros para os movimentos sociais, e a ancoragem na nossa tradição latino-americana talvez tenha ficado deficiente. A crise nos forçou a uma reflexão mais profunda.

O CECA *ecumênico* nasceu de um encontro. Nasceu a partir da experiência de pessoas de diversas igrejas cristãs - Católica Romana, Luterana, Anglicana, Metodista - que constatavam: nossa fé cristã, confessada em igrejas distintas e separadas, levou nos à mesma

luta, à luta de apoio ao Movimento Sem Terra. Foi em Encruzilhada Natalino, no final dos anos 70. Lá estavam padres católicos e agentes de Comunidades de Base, teólogos e estudantes da EST, pastores e leigos anglicanos e metodistas, pessoas do CECA, do então “Centro de Evangelização e Catequese”, todos eles encontrando-se na mesma luta. Isso fez as pessoas começarem a refletir: nós estamos aqui motivados pela fé católica, vocês motivados pela fé luterana, vocês pela fé anglicana, pela fé metodista; estamos aqui todos motivados pela mesma fé cristã que, nas nossas igrejas é celebrada de formas distintas, mas que nos levou a nos encontrarmos aqui na mesma luta. Nela nos encontramos, como católicos, luteranos, anglicanos, metodistas. O que temos de diverso são nossas liturgias e nossa confissão de igreja. Se essas tradições de igreja diferentes nos levam a uma atuação conjunta, podemos fazer também uma reflexão teológica conjunta. Por que, então, não instituir um espaço comum, ecumênico, onde possamos refletir de forma sistemática nossa afinidade cristã para transformá-la em ação conjunta? Foi assim que o CECA institui-se ecumênico, mesmo que já tivesse trabalhado com espírito ecumênico muito antes. O ecumenismo nasce do encontro com o outro, que é de fato outro, diverso de mim, mas com quem encontro muito em comum quando aceito sua diversidade. Quando você se encontra com o outro, você sempre vai se encontrar com o diverso. Mas o fato de você se encontrar, já mostra que você tem algo em comum com o outro. Então, tem que procurar o que é comum e o que tem que ser diverso e permanecer diverso. Porque se não mantermos essa dialética de *comunidade* (que se baseia no que temos em comum) e diversidade não se dará mais o encontro. Precisamos aquela diversidade sadia que sempre está aberta para o encontro com o outro. Assim eu entendi o trabalho do CECA que nunca forçou ninguém de qualquer igreja a mudar algo na sua confissão. Mas abriu sempre o espaço para conhecer a diversidade e para expressá-la de forma conjunta na prática e também na reflexão teológica, mas sempre de forma aberta para que o outro pudesse continuar sendo o outro na celebração da *comunidade*.

Eu via a relação do CECA com as igrejas, sempre com muitos desafios e bastante tensa. Essa relação, talvez, pudesse ser vista, como um reflexo da relação institucional das igrejas com seus próprios *militantes* ecumênicos. Quando fiz uma palestra no CER (Compartir Ecumênico de Serviços), sobre as igrejas e seus militantes ecumênicos, entrevistei várias pessoas que poderiam dizer de si que são militantes ecumênicos. Elas foram unânimes em dizer que elas, na sua luta ecumênica, se viam como alguém que não está totalmente dentro do campo eclesiástico, como alguém que transita na periferia da igreja. Talvez fosse por isso que a Igreja tem dificuldade de se identificar com essas pessoas, os assim chamados militantes ecumênicos. Eu acho que as igrejas e as direções das igrejas no núcleo do seu patrimônio de fé sabem que a fé cristã tem que ser ecumênica. Faz parte da fé cristã que ela seja ecumênica. A fé cristã não pode ser senão expressa em diversas igrejas. Se Jesus Cristo é encarnação no mundo, ele sempre vai assumir expressões culturalmente diversas, porque o mundo é culturalmente diverso. Se a fé cristã se encarna, ela se encarna na cultura e a cultura é diversa. Não há possibilidade de termos a fé cristã senão em forma de cultura. Portanto, sempre vamos ter igrejas diferentes, diversas que vêm da fonte da fé cristã. No cerne, as igrejas sabem disso. Eu acho que elas muitas vezes têm medo de assumir isso, porque significa você sair do abrigo institucional e ir para as periferias da instituição. É isso o que uma pessoa ecumênica faz. Ela vai para a periferia, tanto social como teológica. Lá encontra o outro. Há pessoas que dizem que foi lá na periferia institucional, no encontro com o outro, com o diverso que conseguiram assumir sua verdadeira identidade confessional. Podemos dizer que assim também foi o começo do movimento ecumênico. O movimento ecumênico começou quando missionários saíram e foram para a periferia da civilização cristã e lá encontraram, não só outras religiões, mas também as outras igrejas fazendo trabalho missionário, a partir da mesma fé cristã. Foram esses missionários, movidos pela vivência da

*comunidade* na diversidade que fizeram todo um movimento para acontecer a primeira grande conferência ecumênica no começo do século passado, em 1910, em Edimburgo.

A grande contribuição do CECA para o movimento ecumênico foi criar espaços onde pessoas e grupos que se encontravam na luta por mais dignidade humana e justiça social pudessem partilhar com outros, de outras igrejas o significado de sua fé para essas lutas e o significado dessas lutas para as suas igrejas. Eu diria que foi um espaço para um ecumenismo de base. Esse conceito “ecumenismo de base”... talvez nunca tenha ficado muito claro o que significa. Se falávamos em ecumenismo de base no CECA, para mim foi isso: um espaço para a reflexão teológica e a celebração das lutas por uma sociedade mais justa e mais solidária, a partir de nossa confissão cristã comum e diversa.

A situação de desigualdade social e de injustiça, que desafiou o CECA, continua. Os desafios para o CECA continuam. Ele vai ter que encontrar suas respostas hoje, como sempre as encontrou. Essas respostas hoje, certamente serão diferentes. Deve continuar o trabalho de propiciar às pessoas e grupos espaços onde possam expressar sua cidadania na conjuntura em que vivemos hoje, lutar por essa cidadania e celebrar suas lutas na diversidade das confissões que participam do CECA. Mas creio que hoje temos uma nova questão que o CECA deveria encarar com seriedade. É a questão ecológica. A questão da “ecologia profunda”, conceito lançado na década 70 pelo filósofo Arne Naess e depois proposto por Fritjof Capra para a discussão e construção de um novo paradigma ecológico, onde nós seres humanos e natureza, não seríamos mais vistos separados e justapostos, mas sim vistos como um todo. Trata-se de uma visão holística, pela qual somos parte intrínseca da natureza. Como disse o cacique Seattle, em 1835, na sua famosa carta ao Presidente dos Estados Unidos: “O homem não tramou o tecido da vida; ele é meramente um de seus fios”. Pensamento este retomado por Fritjof Capra quando diz: nós, os seres humanos somos apenas “um fio particular na teia da vida”. Particular, porque único. E único, porque a nós foi dada a capacidade de desenvolver consciência, de agir com liberdade e, portanto com responsabilidade. Nisso somos únicos e distintos da vida vegetal e animal. Creio que aqui temos uma nova questão ecumênica: somos uma só teia da vida, mas ao mesmo tempo somos distintos dos outros fios dessa grande teia. Ser ecologicamente ecumênicos significaria reconhecermos e celebrarmos que somos um todo com os outros fios da teia, as plantas, os animais, e até mesmo a matéria, sem a qual não existe vida, e assumirmos nossa constituição de “fio particular” na co-responsabilidade pela sustentação dessa maravilhosa teia da vida. Este é o desafio para um ecumenismo ecológico.

**ENTREVISTA Nº 08 – PRA. LORI ALTMANN****Data: 15 de setembro de 2005.**

Meu nome é Lori Altmann. Sou pastora da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Atualmente, estou fazendo o Doutorado em Teologia, na EST, na área de concentração de Teologia e História. Antes de ter estudado Teologia, fui professora, formada em Letras e após, a Teologia, tive um trabalho missionário entre povos indígenas de 1978 até 1994, com uma pequena interrupção, para um período de estudo em São Paulo, onde fiz Mestrado em Ciências da Religião. Vindo para São Leopoldo, fiz Mestrado em Antropologia na UFRGS. Iniciei meu trabalho no CECA durante este período do Mestrado em Antropologia, a partir de 1997.

Atuei no CECA até o início de 2002, quando iniciei o Doutorado em Teologia, aqui no IEPG. Meu trabalho no CECA era de coordenação do programa Fé e Cidadania. Na época, na estruturação do CECA, havia dois programas: o programa Fé e Cidadania e o programa Solidariedade e Cidadania. O programa Fé e Cidadania tinha uma característica na linha da formação, informação, produção de material, organização de cursos e eventos, representação ecumênica. O programa Solidariedade e Cidadania que era coordenado pela Profa. Alda Fortes, numa linha mais da solidariedade, também de formação e informação, mas tentando trabalhar mais com grupos de base, especialmente com mulheres e meninas, mas também com adolescentes e jovens.

Uma coisa que é importante nesta estrutura da época do CECA, já que mencionei os dois programas, é dizer que, apesar de terem projetos específicos cada um deles, havia um esforço na integração entre os dois programas, tanto em relação aos públicos integrando ambas as atividades. Promotoras legais populares ou outros públicos dos grupos do programa Solidariedade e Cidadania participavam dos cursos e das atividades do programa Fé e Cidadania como o Curso Ecumênico de Pastoral Popular, o Curso de Ecumenismo e outros encontros e eventos organizados pelo “Fé e Cidadania”. Também o público e, nós mesmos, da equipe do “Fé e Cidadania” procurávamos nos inserir nos projetos e programas do Solidariedade e Cidadania, seja na assessoria, seja na participação ou mesmo na discussão e no planejamento. Portanto, havia uma integração.

Neste período têm centros importantes nos dois programas. No programa Fé e Cidadania eu coloco como central o Curso Ecumênico de Pastoral Popular, porque era trabalhado coletivamente. Era um processo muito longo, coletivo, bastante participativo. Isso criava laços, estreitava relações ecumênicas e era todo um aprendizado conjunto, apesar da diversidade, das diferenças. Os processos de construção do Curso Ecumênico de Pastoral Popular, às vezes conhecido como “Curso de Verão”, eram muito ricos. Também os Cursos de Ecumenismo. Os Cursos de Ecumenismo já eram com públicos menores; mais de aprofundamento, não tão massivos como o Curso de Verão, mas também, neste sentido de aprofundamento de temas foram muito importantes.

Nós tivemos também dentro do programa grupos de estudo. Um deles foi o grupo de estudo sobre Teologia da Libertação. Depois foi mudado o nome para Teologia em Contextos de Exclusão. Foram oportunidades importantes de dialogar não só com lideranças eclesiais como padres, pastores, pastoras e estudantes de teologia, mas inclusive com pessoas de outras áreas do conhecimento. Neste sentido foi um processo bastante rico em que, principalmente o CECA, internamente, recebeu. Eram subsídios que auxiliavam no embasamento das atividades do CECA e no planejamento.

Eu sei que o CECA passou por um período em que as assessorias externas eram o forte, o foco; não tanto projetos próprios, mas assessorias em projetos externos. No período em que eu entrei, o planejamento trienal foi pensado numa programação do próprio CECA. Mas, mesmo assim, nós continuávamos com essas participações fortes. No meu caso pessoal, eu vejo essa inserção no processo de construção dos Encontros de Intereclesiais de CEBs. Eu participei em três encontros diocesanos de CEBs, em todo o processo: participei da equipe que ajudou na organização, nas reuniões regulares. Participei também em dois encontros estaduais e num encontro nacional. Isso para mim foi uma referência importante. O objetivo que o CECA pretendia e as instituições que apoiavam esse projeto especificamente, que era um engajamento maior de um público não católico nos encontros de CEBs, foi bem menor do que o esperado. Aí, talvez, o fato de não estar numa paróquia, estar apenas nesse trabalho ecumênico do CECA, dificultou o acesso às lideranças ou aos agentes leigos luteranos, metodistas, episcopais, de outras Igrejas para que se motivassem à participação nesses encontros. Em termos numéricos pelo menos, não se teve muito resultado. Mas o processo em si, em nível pessoal, eu acho que pude contribuir e recebi muito. No encontro estadual eu não participei propriamente da organização, mas da assessoria. No Encontro Nacional, em Ilhéus, no ano 2000, eu assessoriei especificamente o grupo da questão indígena; no encontro prévio de preparação e depois durante o encontro, que se reuniu separadamente, junto com uma equipe do CIMI.

Têm algumas coisas bem locais que até em alguns momentos foram desmerecidas, mas que para mim são importantes. É a partir do local que você vai dar a densidade para uma participação em nível mais amplo. Eu poderia mencionar a participação no SELEO (Serviço Ecumênico Leopoldense). Eu procurei participar regularmente das reuniões do SELEO, das atividades do SELEO que tinham alguns momentos fortes que eram a Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, o Dia Mundial de Oração, o Dia da Bíblia ou Semana da Bíblia, o Dia de Ação de Graças. Eram alguns momentos onde havia uma integração maior. Os momentos de encontro do próprio SELEO eram muito ricos, porque eram oportunidades de se sentar juntos, fazer uma reflexão bíblica ecumênica conjunta e fazer uma troca do cotidiano dos padres, pastores, pastoras – eu era a única na época. Isso foi um aspecto novo, porque no SELEO tinham algumas mulheres que participavam que eram leigas: uma professora católica, uma catequista. Como a maioria eram padres e não existe ordenação de mulheres na Igreja Católica Romana, havia pouca participação de mulheres no SELEO. Mas, era um espaço do ponto de vista ecumênico muito rico. Não era massivo e ali havia praticamente uma seleção porque que participava eram os padres, pastores e pastoras que tinham essa visão ecumênica. Nem todas as paróquias estavam representadas. Quem geralmente puxou o SELEO foram pessoas ou do CECA ou da Paróquia Santo Inácio e, dependendo de quem estava no pastorado na paróquia luterana do centro. Havia também a participação regular do pastor da Igreja Episcopal Anglicana. O SELEO, como espaço ecumênico, nunca conseguiu, por exemplo, passar das Igrejas históricas. O ecumenismo do SELEO ficou restrito às Igrejas históricas. Essa foi uma deficiência que nós sentimos no CECA também. O público do programa em que eu estava - o Fé e Cidadania - geralmente era de cristãos das Igrejas ligadas ao CONIC, majoritariamente Católica. Mas no público do programa Solidariedade e Cidadania havia muitas pessoas das Igrejas Pentecostais. Mas o CECA nunca conseguiu romper essa barreira. Tentamos com a Igreja Batista chamar pessoas, mas eles não têm essa abertura ecumênica e não estavam dispostos ou a gente não soube fazer esse movimento para estabelecer esse diálogo com eles. Algumas vezes era mais fácil estabelecer um diálogo “macro-religioso” com pessoas de religiões afro-brasileiras do que com o público das Igrejas Pentecostais. Isso é uma coisa que eu acho que o CECA deveria refletir. A nível mais amplo se conseguiu alguma coisa com atividades ligadas ao Fórum Social Mundial onde estava presente esse

macroecumenismo e esse diálogo inter-religioso. Agora, a nível local de São Leopoldo, isso sempre se tornou bastante difícil.

Eu peguei um período em que estava toda a discussão não sobre a Teologia da Libertação, mas, as Teologias da Libertação. Havia um discurso se a TL estava ou não superada. Nossa discussão, quando a gente planejava e quando a gente trabalhava nos cursos era de que tinha havido uma mudança na TL, mas ela não deixava de existir e de ser importante. Daí o plural “Teologias da Libertação”. Aquele viés de classe social que da leitura do período inicial da TL foi diversificado com outro viés. O viés de classe não contemplava todas as desigualdades e diferenças existentes na sociedade. Por isso, começam os grupos de estudo de gênero; começa a discussão sobre teologia feminista, a questão de negritude como outros enfoques dentro da TL, outros recortes não deixando de lado a discussão de classe. Mesmo dentro da discussão de gênero, a discussão de classe está presente e na discussão de negritude também, mas não é o único viés. A discussão ficou um pouco mais complexa tentando contemplar outras diferenças e outras desigualdades. Do ponto de vista teórico a TL continuou sendo um marco do nosso trabalho. Dentro da Teologia, o método ver – julgar – agir ainda ficou presente, incluindo o “celebrar” (ver – julgar – agir - celebrar). Tentou-se fugir de uma estrutura muito mecânica no ver, julgar e agir para que não fossem momentos estanques e separados, mas que fossem mais interligados. Pensou-se em novas metodologias também; mas ainda se percebia que esse método mais adequado. Se você analisar a programação do Curso Ecumênico de Pastoral Popular ou Curso de Ecumenismo, vai se perceber, talvez não tão explicitado, que sempre o ponto de partida era a realidade (não só nacional, mas local e eclesial) e a partir daí a reflexão teologia e as propostas de atuação pastoral prática.

A discussão sobre o socialismo, eu acredito que perdeu um pouco de intensidade neste período, mas nunca foi totalmente abandonada. No horizonte de qualquer projeto de sociedade, não só naquele período, e, acredito que até hoje, está o projeto socialista. Agora, essa urgência que havia na década de 70 e 80, que foi muito forte no período da ditadura militar, como se o socialismo fosse chegar já, e até numa visão meio messiânica de que esse socialismo dependia da gente e do esforço pessoal e, a gente se empenhava como agentes, não só como cidadãos e cidadãs, mas, também, como cristãos e cristãs nessa mudança radical da estrutura da sociedade, diminuiu de intensidade neste período posterior, mas nunca se perdeu como horizonte possível. A ênfase passa a ser, numa sociedade pelo menos oficialmente democrática, a construção da cidadania. (ser sujeito, ser agente das mudanças; participar do processo); mas, eram lutas bem concretas alcançáveis em curto e médio prazo, mas dentro do marco da democracia. Talvez, ficou num horizonte mais distante o projeto de transformação radical da sociedade; não abandonado mais um pouco mais distante.

No CECA se trabalhava muito num ecumenismo de base. O programa Solidariedade e Cidadania, no fundo, era esse laboratório onde o CECA pretendia colocar em prática o que teologicamente e teoricamente propunha prática e ecumenicamente. Um ecumenismo de base que antes o CECA não tinha. Era voltado para a maioria da população, para os pobres, mas, não havia um trabalho de inserção direto. Com o programa Solidariedade e Cidadania tentou-se captar pessoal da Zona Norte de São Leopoldo para um trabalho prático concreto. Era um ecumenismo de base, um ecumenismo prático. Também participamos de campanhas em nível nacional apoiadas pelo CONIC e pela CNBB como o Plebiscito sobre o pagamento da dívida externa, sobre a questão da ALCA. É um ecumenismo prático onde você se junta diante de um objetivo comum. A unidade não se dá tanto pela discussão teológica das semelhanças e das diferenças, mas se dá por um objetivo comum. O ecumenismo prático – um ecumenismo das causas justas – de lutar por direitos. Nessa luta por direitos, por exemplo, todo o trabalho com as



Promotoras Legais Populares, onde se uma formação para as mulheres no sentido de que elas possam se multiplicadoras junto a outras mulheres e à população em geral no acesso aos seus direitos bem práticos e concretos (como lutar contra a violência, por exemplo). Aqui, na questão do ecumenismo das causas justas, sugiro que se leia o texto do Dr. Gottfried Brarkemeier onde ele aborda isso. Também quem trabalhou isso teoricamente foi o Pastor Carlos Dreher.

Podemos distinguir três tipos de relação do CECA com as Igrejas. Uma das relações era em nível institucional e se dava de diferentes maneiras: havia encontros periódicos da Diretoria com as lideranças das Igrejas na região da Grande Porto Alegre. Não havia uma abrangência maior do que isso. Outra era a relação com as pastorais das Igrejas. Havia atividades em que a gente se relacionava com as pastorais da Igreja Católica; com a Pastoral Popular Luterana, com o Departamento de Juventude da IECLB, com o Departamento de Catequese [da IECLB], com o CEBI (que já é ecumênico); com as diferentes pastorais das Igrejas, Metodista, Episcopal, Católica e Luterana. Então, tínhamos uma relação em nível de direção das Igrejas, outros em nível das pastorais e outro em nível do público das Igrejas. O nosso público era o público das Igrejas. Quem vinha para os cursos e encontros eram pessoas da base dessas Igrejas.

O CECA fez várias parcerias com as pastorais, mas acho importante que eu falasse sobre a PPL [Pastoral Popular Luterana] que é da minha Igreja. A PPL sempre estava presente na organização do Curso Ecumênico de Pastoral Popular, onde participou ativamente. Também o curso de Bibliodrama e Liturgia Feminista, que foi realizado em quatro etapas, em Palmitos, foi uma parceria do CECA, do CEBI, da EST e da PPL. Foi um curso com um público mais restrito, porque a metodologia assim o exigia, mas foi um público multiplicador e bem ecumênico. O CECA e a PPL organizaram também o jejum durante o Fórum Social Mundial, em 2002. Foi uma experiência diferente, bem religiosa, dentro de uma programação bem ampla, mas que foi bem significativa. Foi uma coincidência que eu ao mesmo tempo trabalhava no CECA e participava da PPL. Eu participei do Intereclesial de CEBs, na Bahia, representando simultaneamente o CECA e a PPL.

Quando eu entrei, o CECA não tinha mais nenhum trabalho, nenhuma assessoria direta com o MST. Mas, o MST sempre convidava o CECA quando havia aniversário dos assentamentos e quando havia uma atividade mais pública. Eu entendo que isso vem do período em que de fato o CECA teve uma assessoria e um acompanhamento mais direto aos assentamentos. Talvez quando o Pastor Werner Fuchs trabalhou um tempo no CECA que tem uma história bem antiga na luta pela terra.

A contribuição do CECA para o movimento ecumênico está na participação nestas instâncias ecumênicas, inclusive, numa participação efetiva exercendo cargos. O CECA, desde o início do surgimento do CONIC no Rio Grande do Sul, esteve presente de uma forma ou de outra, às vezes assumindo alguns cargos ou dando apoio ou dando infra-estrutura. Apoiou também o SELEO, em São Leopoldo. Nas campanhas ecumênicas, por exemplo. Nós participamos muito ativamente e eu acho que tivemos um papel fundamental, inclusive junto às Igrejas na Campanha da Fraternidade Ecumênica do ano 2000. E, a possibilidade de aproximação. Os projetos organizados pelo CECA se tornavam experiências significativas para os públicos das Igrejas; experiências ecumênicas que muitos nunca tiveram. Os cursos e encontros tinham esse caráter de troca de conhecimento e de derrubar barreiras. Eu entendo que o movimento ecumênico não é só as reuniões de cúpula para discutir questões doutrinárias, mas, justamente, isso que acontece na base das Igrejas. Eu vejo que no SELEO isso aconteceu, quando em alguns momentos havia uma troca de púlpito durante a Semana de

Oração pela Unidade dos Cristãos, mas em outros momentos, eu lembro que foi muito significativo, quando o padre da igreja Santa Catarina levou a sua comunidade para assistir o culto na “Igreja do Relógio” [IECLB]. Esse entrar no templo de outra Igreja e ficar cantando juntos, fazendo uma oração juntos é um tipo de ecumenismo que multiplica muito mais do que discussões meramente doutrinárias que levam anos e não se chega a lugar nenhum. Acho que a gente tem que fazer essa discussão sobre os diferentes tipos de ecumenismo, inclusive, esse ecumenismo que se dava, talvez sem muita consciência disso, no programa “Solidariedade e Cidadania”. Talvez porque a colega Alda Fortes é professora e tem formação na área da educação e não na área da teologia, ela mesma não se dava conta da importância de que aquilo que ela desenvolvia era um trabalho ecumênico. Só aos poucos, com muita discussão, a gente chegou a isso. Quando com as Promotoras Legais Populares, sentavam-se mulheres das igrejas pentecostais, mulheres católicas ou luteranas, foi uma experiência importantíssima para derrubar barreiras e onde, por exemplo, na discussão sobre a dominação sobre a mulher, se viu que a religião exerceu um papel de manter a situação como estava e daí, não interessa se é a teologia católica ou a teologia da igreja pentecostal ou luterana! Era possível, de repente, ficar discutindo sobre fé, sobre a influência da fé na sua vida, com pessoas que em outra oportunidade não sentariam nunca juntas – uma pentecostal e uma católica nunca vão sentar numa mesma igreja.

Uma coisa importante que também já tenha observado que, pelo menos, aparentemente, a abrangência de atuação do CECA se reduziu. Talvez tenha haver com o momento político, com a questão financeira, com o tipo de pessoas que estavam trabalhando no CECA; por exemplo, o programa Solidariedade e Cidadania restringiu-se mais à Zona Norte [de São Leopoldo], depois alguns projetos em São Leopoldo [outros bairros], e alguns projetos tinham uma abrangência um pouco maior (as Promotoras Legais Populares atingiam Sapucaia do Sul, Novo Hamburgo – Vale dos Sapateiros; o PDRA era um projeto que pegava uma região um pouco maior) mas, o forte mesmo, da atuação era mais local, a redondeza do CECA. O programa Fé e Cidadania teve abrangência maior. O Curso Ecumênico de Pastoral Popular atingiu um público maior, inclusive de outros Estados e de outros países que mandaram representantes. Praticamente, a maior parte das atividades não fugia ao âmbito do Estado. Mas, uma representação e uma participação em organização como o CONIC em nível regional, CELADEC, Rede de Centros Laicos, era como uma vinculação institucional e não como um projeto desenvolvido pelo CECA. Alguns cursos do CELADEC que foram organizados no Brasil tiveram uma participação bem direta e concreta do CECA. Também no Cone Sul, os cursos apoiados e financiados pela Rede, que foram organizados basicamente a nível local pelo CECA. No geral, na minha visão, embora não conhecia o CECA tão estreitamente no período anterior à minha participação, o CECA reduziu sua abrangência de atuação.

A metodologia e a forma de planejamento que o CECA adotou nos últimos anos foi outra questão importante. Todo esse processo de construção tinha um momento mais aberto onde se chamavam representantes de várias Igrejas ou diferentes grupos dentro do CECA onde se discutia justamente questões de fundo. Antes de se botar no papel e elaborar o projeto se fazia essa discussão. Esses momentos foram importantes. Nem todos foram registrados. Algumas pessoas que participaram dos painéis trouxeram textos escrito. Alguma coisa se anotou. Com certeza muita coisa se perdeu. Esse processo de discussão que envolvia o público alvo dos projetos do CECA, todas as pessoas que atuavam com dedicação integral ou pontualmente em algumas assessorias, com a equipe toda, de todo planejamento, foi muito rico. Eu sei que hoje se mudou a partir de uma avaliação achando que essa divisão em dois programas criou uma fragmentação e uma dificuldade de interligação entre os dois programas

do que eu discordo. Acho que não era assim. Eu sou sócia do CECA, tenho participado das assembleias, mas não tenho conseguido ir ultimamente, e não sei bem o que mudou e como mudou e dar uma olhada no atual planejamento. Essa metodologia que partia de uma análise da realidade local, nacional, eclesial e do próprio CECA, construída pela própria equipe para depois construir o planejamento anual. Ele sempre era mais intensivo e com mais aprofundamento quando era o trienal.

**ENTREVISTA Nº 09 – ALDA FORTES****Data: 16 de setembro de 2005.**

Sou Alda Fortes, nasci em 20 de agosto de 1945, leiga, da Igreja Católica Romana. Sou graduada em Filosofia com Mestrado em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Sou assessora suplente da coordenação nacional do Movimento de Trabalhadores Cristãos – MTC, antiga Ação Católica Operária (ACO) e tenho a coordenação do setor de movimentos sociais do Círculo Operário Leopoldense (COL) e sou secretária do Instituto de Estudos e Educação para o Desenvolvimento Local – ITAPUÍ de São Leopoldo.

Eu entrei no CECA em 1998. Fui convidada, quando o CECA estava em processo de construção do novo Plano Trienal. Eu fui coordenando o programa Solidariedade e Cidadania. O CECA estava se organizando naquele momento em dois programas: o programa “Fé e Cidadania” e o programa “Solidariedade e Cidadania”. Dentro do programa “Solidariedade e Cidadania”, projetos mais na linha social. Já havia um projeto com adolescentes iniciado em 1997 através do Projeto Comunidade Solidária da Ruth Cardoso [esposa do Presidente Fernando Henrique Cardoso]. O CECA havia recebido elogios pelo projeto e se estava dando continuidade ao projeto com adolescentes. Eram recursos bons que os adolescentes recebiam como pequena força. Era um projeto encorpado, de peso, de trabalho bom com os adolescentes, até o final de 1998. Em 1999, esse projeto ficou sem recursos, e, através do Benno Asseburg, conseguimos fazer uma parceria com a UNISINOS. Conseguimos pessoas voluntárias da universidade que nos permitiram continuar o projeto com três pequenos cursos, numa situação bem mais simples, não com aquela densidade, não com aquela dimensão que o projeto tinha, mas, enfim, foi uma oportunidade de continuidade. Bem interessante foi essa falta de recursos porque abrimos o projeto para outros públicos. Com a falta de recursos e com essa parceria não ficamos limitados aos adolescentes, mas se trabalhou num curso à noite, com um público misto (adolescentes e adultos) e trabalhamos num curso com mulheres de grupos populares às tardes.

Dentro do programa, o carro-chefe era o Curso de Formação de Promotoras Legais Populares. Começou-se o trabalho em parceria com a “THÊMIS”. A Themis não quis ser parceira propriamente dita, mas de dispôs a dar uma contribuição na construção. A gente pegou a estrutura do curso que a Themis tinha, mas fomos trabalhando de forma bastante independente. Construimos parcerias muito interessantes e construimos o projeto com poucos recursos e com muitos parceiros voluntários. Até o ano 2003, quando eu saí do CECA, o curso foi trabalho praticamente sem pagar assessorias. As pessoas se envolviam no projeto, curtiam o projeto, queriam estar junto, eram parceiras mesmo. Esse projeto de formação de promotoras legais populares foi tomando uma dimensão muito grande. As promotoras foram se apropriando do CECA. Até teve um comentário de uma das mulheres que convidou outra para ir ao CECA e esta perguntou: “Mas o que é o CECA?” Ela disse: “Ah eu não sei te dizer, é um lugar onde se fala de mulher!”. Elas viam o CECA como a casa delas, como um lugar onde nós podemos discutir as nossas questões. Esse projeto foi tomando uma orientação, de certa forma diferente da Themis, porque a Themis tinha essa orientação muito jurídica, porque é uma organização constituída principalmente por advogadas. Nós, com a dimensão ecumênica do CECA, o curso foi tomando um outro sentido. A gente trabalhava toda a questão legal dos direitos das mulheres e seguia mais ou menos aquele roteiro da Themis, mas nós introduzimos celebrações, e, com o apoio da Lori Altmann e do Beno Asseburg que tinham sensibilidade para a questão de gênero, o curso foi sendo permeado, por outras dimensões de subjetividade, espiritualidade, tornando-se mais rico e denso que o projeto original. Neste sentido, também, a própria Themis, nos procurou algumas vezes para discutir e

tentar entender como o CECA resolvia seus conflitos e as disputas de poder entre as mulheres, o que não era uma coisa muito forte dentro do nosso grupo. Nós conseguimos trabalhar uma relação muito solidária entre as mulheres. Quando o curso acabava, a gente sentia a elas, não como empoderadas – agora eu sou uma promotora legal popular e vou ensinar para os outros - não. Elas discutiam muito: “Eu não sabia que tinha tantos direitos e as outras mulheres precisam saber disso também”. Era uma relação muito de “eu poder estar escutando e poder estar apoiando outras mulheres”.

Outro projeto importante que foi ganhando uma dimensão mais ampla para o programa foi o envolvimento na parceria com o Projeto de Desenvolvimento Regional que vinha sendo discutido, desde 1997/98, entre CECA, CAMP e CEDOPE-UNISINOS. O Projeto de Desenvolvimento Regional (o Dezir, antes estava na equipe e depois fui me integrando), permitiu uma abertura do CECA para a região. Havia o entendimento de que tanto as questões de gênero, como as diferentes questões sociais e da juventude, etc., tinham que se articular com uma dimensão maior, de pensar o desenvolvimento local em contraposição ao desenvolvimento hegemônico, especialmente econômico. A gente, na medida em que foi lendo, discutindo e percebendo também o crescimento das mulheres e o sentimento dos jovens em relação aos projetos do CECA, como o CECA era um espaço de autonomia e de experiência de uma outra relação que eles não sentiam na escola ou nos seus lugares de trabalho enfim, estas questões de gênero e juventude tinham que ser pensadas numa dimensão maior. A gente foi se dando conta do quanto a questão de gênero e a construção das masculinidades estão implicadas na questão do desenvolvimento capitalista e explorador. A construção do masculino nesta preocupação da competição, da força, da legitimação da violência – tu percebes muito isso ao ouvir as mulheres, porque isso é muito forte hoje; impressionante como é uma coisa das relações familiares onde a família é muito mais lugar de violência para as mulheres e crianças do que lugar de aconchego como a Igreja sempre colocou – essas coisas tinham uma dimensão maior e que a gente discutindo o desenvolvimento local e do desenvolvimento regional conseguíamos articular essas questões com outras e pensar numa outra sociedade numa forma mais complexa não limitada a ações pontuais com mulheres e jovens. Esta questão de poder pensar o desenvolvimento local com outras entidades – na verdade esse Projeto de Desenvolvimento Regional não tinha modelo nenhum - era um processo de construção. Por isso talvez difícil de ser entendido. Por ser um processo, você não consegue planejar resultados a priori. Você joga com a possibilidade de resultados, mas é um processo lento de mudança cultural. O programa foi ganhando uma dimensão muito interessante quando se conseguiram articular essas ações. Depois, quando entrou o governo de Olívio Dutra, onde nós nos envolvemos com os projetos de alfabetização de adultos com mais força, então essa coisa do desenvolvimento local e de poder estar articulando as ações num âmbito municipal e regional de forma mais ampla, ficou mais forte ainda. Nesta questão da alfabetização nós já estávamos de olho. Eu tenho uma fita de um seminário que nós realizamos no CECA, no primeiro ano em eu trabalhei lá. Quando entrei, eu vi que o CECA apoiava um projeto de alfabetização de mulheres que sob a coordenação da Henriquetta... O projeto contava dentro do programa, mas não tinha plano nenhum porque era uma coordenação externa. Na verdade o CECA era apenas um repassador do recurso. Talvez, pelo fato de ser professora, me interessei muito pelo projeto e comecei a ir atrás. Peguei um gravador, fiz um roteiro mínimo de entrevista e fui visitar os grupos que a Henriqueta coordenava. E fiquei encantada, porque eu nunca tinha acompanhado! Eu sempre tinha vontade de trabalhar alfabetização de adultos e sempre fui barrada, porque começou a ditadura militar quando me envolvi com projetos e durante a minha história nunca pude trabalhar com alfabetização de adultos. Fui visitar e coletei depoimentos lindíssimos das mulheres sobre a alfabetização e fiz um material que eu expus lá no CECA. Aquilo deu

visibilidade à condição das mulheres pobres, analfabetas e para mim também revelou uma realidade muito interessante. Isso já tinha me acordado para a questão da alfabetização. Eu convenci a Henriqueta para realizarmos um seminário sobre o que falava aquela realidade. Nós começamos a analisar com o Benno e nos dar conta do quanto é difícil para as mulheres virem para um Curso de Promotoras Legais Populares e como era difícil para as mulheres pobres, inclusive, virem para um projeto de alfabetização. Daí nós começamos a trabalhar no CECA, um grupo de artesanato de mulheres. A gente se deu por conta de que ir para um grupo de artesanato, para as mulheres pobres era muito mais fácil, tanto para justificar para a família como para elas se colocarem dentro da comunidade. Elas vinham para o grupo de artesanato onde começava um processo de sensibilização e de fortalecimento para elas virem para a alfabetização e para virem para o Curso de Formação de Promotoras Legais Populares. Era mais fácil para ela saírem com uma sacola de costura de casa do que com um caderno como quem vai para a escola. Quando veio essa proposta do governo Olívio de a gente assumir o MOVA – Movimento de Alfabetização de Adultos, o CECA abraçou com a intenção de trabalhar alguns grupos nas vilas onde já havia promotoras legais populares atuando. Nós tínhamos pensado na Vila Brás, na Vila Paim, onde havia já núcleos de promotoras legais populares. Só que aconteceu um problema. Os grupos que se inscreveram pelas paróquias, pelo PROAME e por outras entidades não conseguiram a documentação necessária diante do governo estadual e o CECA terminou assumindo 29 turmas de alfabetização. Nós acabamos assumindo a coordenação de 29 turmas de alfabetização de adultos, onde predominantemente eram mulheres.

Nesse período eu coordenava o projeto de informática com os jovens, o projeto de formação de Promotoras Legais Populares que foi tomando uma dimensão bem maior e estava dentro do Projeto de Desenvolvimento Regional (PDRA) na articulação com a região e ainda coordenando o MOVA. Foi um período de muito, muito trabalho mesmo! O projeto do MOVA conseguiu se desenvolver porque para cada cinco ou seis grupos tinha uma coordenadora com vínculo com a delegacia de ensino e nós conseguimos mapear mulheres muito responsáveis e competentes nesse processo de coordenação. A gente conseguiu acompanhar minimamente esses grupos porque para nós, como CECA, era impossível fazer esse acompanhamento, porque era em toda a cidade. Nós fizemos um mapa para se ter uma visão clara disso. O que foi interessante para o CECA foi o grupo de educadores que se constituiu. Esses educadores nós começamos a ligar com as outras ações do CECA. Eles participavam de uma celebração ecumênica, eles participavam do curso de formação de promotoras legais populares, eles participavam de outras oficinas que o CECA trabalhava e a gente foi investindo na formação dos educadores. Eu tenho um texto com uma avaliação que eu fiz com os educadores do MOVA e ali tem depoimentos muito ricos de como esse processo de ensinar e aprender se deu dentro do MOVA. O testemunho de lê de quanto eles aprendiam e de quanto ensinavam. Eu penso que nesse período o programa “Solidariedade e Cidadania” na verdade estava funcionando como um centro de educação popular com muitas ações integradas. Neste sentido, eu percebia o enorme potencial do CECA. Penso que o CECA estava construindo um processo muito rico e se tornando de novo uma referência fundamental em educação popular no município e na região. Porque nós conseguimos estender o Curso de Formação de Promotoras Legais Populares para Sapucaia do Sul, Novo Hamburgo e Nova Hartz. Ele estava com uma dimensão regional e sendo referência. Nós fomos a Lageado divulgar o curso por solicitação do pessoal vinculado às Igrejas. Fomos a Lages e lá se realizou o curso e já se formou a primeira turma. Eu avalio que optando pela Themis, o curso era uma defesa de direitos das mulheres, muito a partir do olhar de mulheres de classe média. Evidente que a Themis trabalhava com grupos populares, mas a orientação tinha ainda uma característica muito jurídica. O que aconteceu com o CECA aí? Penso que o

CECA conseguiu dar uma dimensão mais popular e ecumênica ao curso. Esse processo de defesa dos direitos das mulheres e as discussões de gênero começaram a penetrar através do CECA, mais facilmente, em setores de Igreja que a Themis não teria acesso. Essa, eu penso, que foi uma contribuição muito importante do CECA e um olhar muito aguçado do Luís Stephanou quanto do Benno que trouxeram o projeto. Quando eu cheguei, eu fiz o processo de implementação do projeto.

Eu penso que a minha formação pessoal foi dentro da Teologia da Libertação porque me formei na JEC (Juventude Estudantil Católica) e na JUC (Juventude Universitária Católica). Minha formação religiosa tem muito essa dimensão. Depois que entrei no CECA e comecei a pensar que sou ecumênica, me dei por conta que eu pessoalmente sempre fui ecumênica porque, na verdade, eu me alfabetizei numa escola adventista. Tinha muitas amigas luteranas. Minha família sempre foi católica. Quando eu me voltei para minha história, me dei conta que a questão ecumênica não é uma questão conflituosa. Ela é uma questão natural. As relações entre Igrejas, de respeito e solidariedade, para mim, era uma coisa natural. Esse trabalho do programa Solidariedade e Cidadania no tempo em que eu trabalhei, foi muito integrado com o programa “Fé e Cidadania. Não era um trabalho em separado, porque nós conseguimos com o Benno e a Lori Altmann fazer uma boa reflexão conjunta. O CECA era uma unidade. Na verdade ele funcionava com dois programas por trabalhos bem específicos dentro de cada programa, mas ele funcionava de forma muito articulada. Nós conseguimos permear as reflexões. Neste período havia uma reflexão muito forte. O CECA tinha uma preocupação muito grande de ter um processo de reflexão coletivo. O Pastor Bertholdo Weber era uma presença lá, diversas pessoas, o Carlos Dreher, pessoal da Igreja Católica, o próprio Orestes e outras pessoas a convite do programa Fé e Cidadania. Era muito forte o processo de reflexão coletiva de estar pensando o CECA dentro de um coletivo. Penso que isso foi se perdendo. Isso foi uma grande perda. Havia uma preocupação de fazer sábados pela manhã um café, uma coisa muito carinhosa, com uma manhã de reflexão. Esses processos eram constantes. Ao mesmo tempo, a construção dos planos e os processos de avaliação trimestrais, eram muito densos. Isso possibilitou que não se perdesse a rota nesse momento de dificuldades, das próprias Igrejas, de uma conjuntura globalizante onde se perderam muito os paradigmas. Penso que o CECA estava conseguindo manter-se com esses processos de parar e refletir. A avaliação e replanejamento bimestral/trimestral eram de dois ou três dias. Isso garantia a direção.

Penso que o CECA estava conseguindo descobrir um caminho de atuação a partir dessa crise do socialismo e dos modelos na área sindical. No momento em que muitos setores estavam bastante perdidos, eu penso que o CECA estava conseguindo construir um processo de educação popular, porque justamente pelo fato de trabalhar uma prática que de certa forma não era tão efetiva quanto a gente gostaria, mas havia, pelo menos durante uns três anos, um processo de reflexão bem interessante que provocou um avanço na caminhada. Penso que o dentro do projeto das promotoras que se tornou o projeto central do programa Solidariedade e Cidadania, construiu-se um processo de ouvir as mulheres e ir respondendo às necessidades delas. Elas foram construindo seu espaço. Por isso que de certa forma era “um lugar onde se fala de mulher”. Elas se sentiam ouvidas. Havia uma ressonância dentro do CECA. Elas foram se apropriando dessa caminhada porque a gente fazia reuniões mensais com as mulheres que as mulheres que faziam o curso. Quando terminava o segundo curso as mulheres se integravam àquelas reuniões mensais, aprendendo e ensinando nesse processo e elas iam trazendo as dificuldades que sentiam no seu trabalho e nós conseguíamos minimamente responder num processo de reflexão em relação a isso tanto como assessoria, como buscando assessoria em nível externo como por exemplo, a discussão sobre a Delegacia

de Polícia em São Leopoldo; trazer o pessoal da Defensoria Pública para uma discussão buscando parceria com a Unisinos. O processo foi crescendo e não se ficou limitado ao curso em si. Havia reuniões de continuidade e fazíamos cursos de aprofundamento e a gente chamava pessoas para outras reflexões quando se sentia necessidade. Por exemplo, o Benno assessorou na questão de espiritualidade, a Lori ajudou nas celebrações.

Dentro dos grupos que os projetos trabalhavam sempre havia pessoas de diferentes credos. Neste sentido, a gente tinha um olhar para tentar perceber as diferenças e perceber que tipo de influências esses diferentes credos tinham na visão de mundo e na atuação das pessoas. O Pastor Gottfried Brakemeier, numa reflexão feita pelo programa Fé e Cidadania, falou que o CECA, com o programa Solidariedade e Cidadania trabalhava o “ecumenismo das causas justas”. Nessa fala do Brakemeier, eu consegui perceber que o programa Solidariedade e Cidadania também era parte do ecumenismo. Num primeiro momento a gente tinha a impressão que o programa Fé e Cidadania trabalhava as questões ecumênicas e religiosas e que o programa Solidariedade e Cidadania trabalhava as questões sociais. Na medida em que a gente foi fazendo essas reflexões fomos percebendo a dimensão ecumênica dentro do programa Solidariedade e Cidadania nessa atuação concreta com os setores populares, construindo relações novas de solidariedade, numa nova dimensão pessoal e espiritual e de novas sociabilidades. Era uma espiritualidade concreta; não era de muitas orações, mas de você conseguir visualizar a sua experiência e a sua prática dentro de uma dimensão profundamente humana. Isso a gente sentia na fala dos adolescentes. Porque quando se reuniam os adolescentes, surgiam muitas questões, como os conflitos familiares, a questão das drogas. Na relação com os educadores você percebia que eles descobriam uma nova relação interpessoal dentro do CECA. Uma vez uma menina me disse assim: “Que gostoso! Que interessante aqui no CECA! Quando a gente erra, quando a gente faz uma besteira, o educador não briga conosco. Eles vêm conversar de uma forma delicada e suave.” Elas descobriam uma nova dimensão de relações que no seu cotidiano não existia. Entre as mulheres a gente percebia uma dimensão de diálogo muito profunda. De ouvir com profundidade! Quando discutiam sobre qual seria o trabalho das promotoras legais populares na vila com as outras mulheres, elas colocaram a importância de escutar. As mulheres em situação de violência e discriminação conseguiam descobrir a saída dos seus problemas, na medida em que encontrassem alguém que as escutasse. Elas próprias foram colocando essa dimensão como prioritária, não numa dimensão de aconselhamento e orientação, mas na dimensão da escuta das outras mulheres. Elas foram pautando cada vez mais a necessidade de trabalhar com os homens. Elas diziam: “As mulheres não querem sair de casa; as mulheres não querem se separar; as mulheres querem ser ouvidas e ter um tratamento digno”. O CECA precisa começar a trabalhar com os homens também. Precisa construir grupos de reflexão com os homens para essa situação em casa.

Nos primeiros anos havia uma preocupação muito séria de trazer as Igrejas para dentro da casa do CECA para um diálogo nestas manhãs de reflexão. Na abertura do processo de planejamento e avaliação sempre havia um momento com as Igrejas para avaliação da atuação do CECA, uma avaliação de conjuntura e ver qual o papel do CECA nesse momento. Tanto esse movimento de trazer as Igrejas para dentro do CECA como o de visitar, de buscar. Isso foi se perdendo. Penso que nos dois últimos anos em que fiquei no CECA, isso realmente foi sendo desmontado. Com isso, o CECA perdeu muito.

O CECA pela sua história, pelo que ele é, um centro ecumênico que tem toda uma base de educação popular, uma experiência acumulada de educação popular (é ótima que esteja sendo resgatada, neste teu trabalho), tem um potencial e um lugar fundamental aqui na



região e em toda história da América Latina. Quando nós fomos a Buenos Aires, há dois anos atrás, depois de quinze dias de troca de experiências, eu voltei empolgadíssima, porque se via a conexão que existia, as possibilidades que o CECA tem de fazer uma ação e o que se estava pensando em Buenos Aires, Montevideo. Toda uma possibilidade de articulação do Cone Sul que o CECA poderia estar potencializando e repensando a educação popular. Porém, neste momento eu sinto uma fragilidade da reflexão, fragilidade da direção justamente por essa ausência de reflexão. Penso que nos últimos dois anos a concepção do CECA mudou. Neste sentido, eu senti e percebi que depois que eu saí de lá, qual era mesmo a diferença que estava sendo pautada entre o trabalho que vinha sendo desenvolvido e o trabalho que se estava apresentando no momento. Uma diferença de concepção da organização.

Eu ainda vejo o socialismo como um horizonte. Penso que para nós cristãos, pensar a possibilidade da mudança social em longo prazo é uma coisa que se impõe. Evidente que é em longo prazo. O papel de uma organização que já teve vínculo com os grupos rurais e que tem vínculo forte com o mundo urbano - na época nós trouxemos o MST para fazer discussões dentro do CECA - é, hoje, mais do que nunca, retomar essas questões fundamentais da sociedade brasileira, que a Teologia da Libertação pautou. Refundar a Teologia da Libertação dentro da Igreja Católica, é fundamental para os católicos se encontrarem. Há um vazio, um processo de deslumbramento de novas eras, mas que não responde às pessoas, que é uma casquinha superficial. A Igreja Católica está perdida. Eu sinto assim muito forte e penso que o CECA, com sua história, podia estar retomando estas questões fundamentais, tanto da teologia, como as questões básicas do cristianismo no vínculo com os setores populares de repensar o projeto político que é o projeto do reino de Deus de construção da justiça e de uma sociedade igualitária.

**ENTREVISTA Nº 10 - LUIZ INÁCIO GERMANY GAIGER****Data: 17 de setembro de 2005.**

Eu participei, trabalhando no CECA, quando voltei de Louvain (Bélgica), com o Mestrado, em fevereiro de 1986. Fiquei trabalhando em torno de dois anos e meio. Voltei para a Europa, para o Doutorado, em agosto de 1988. Trabalhei no CECA e também na UNISINOS onde nos últimos seis meses, fiz minha pesquisa de campo para o Doutorado, quando me licenciiei da UNISINOS, para poder viajar e ficar no interior pesquisando. Depois do Doutorado, eu fiquei participando, a partir de 1991 até 1994/95, como colaborador do CECA, como membro do Conselho, em algumas reuniões e atividades, entre elas, um grupo de discussão política e teológica, que reunia teólogos, entre eles o Walter Altmann, coordenado pelo CECA; não mais como quadro do CECA, mas como colaborador.

O CECA era muito caro para nós. A gente se sentia trabalhando, construindo um projeto de nova sociedade e organizando o movimento popular. Era uma situação, um contexto que não se esquece. Naquele tempo de convivência, pessoalmente, conheci pessoas importantes, que eu admirava como o Pe. Arturo Paoli, Marcos Arruda, Cândido Grzybowski e outros figurões, como Cláudio Nascimento. Eram pessoas de destaque entre as ONGs, no meio pastoral e na Teologia da Libertação. Eu me sentia privilegiado por isso.

Em termos de acontecimento particular, a viagem para a América Central que ocorreu, depois de um ano de eu estar no CECA, foi um episódio que eu destacaria mais, pelo que representava na época, a Nicarágua e a importância de conhecer a experiência da Nicarágua, pelo fato de eu ser o coordenador do grupo, e pelas pessoas dos grupos que eram “pesos pesados”, como o Cláudio Nascimento e sua esposa, o Ervino Bohn Gass (liderança sindical da época) e nossa ida para Cuba.

Havia, naturalmente, um plano de trabalho, de discussão e atuação, que nos envolvia a todos os assessores, entre eles o Ary Vanazzi, o Sérgio Soares, o Cyzo Assis Lima (um escalão de frente, porém não eclesialístico). O CECA era uma entidade que nasceu de uma visão estratégica de algumas pessoas, especialmente o Pe. Orestes que tinham um outro nível de relacionamento institucional e de articulação eclesialística. Aí entravam questões que nós não dominávamos bem. No fundo, eu acho que o Pe. Orestes teve uma ascensão muito forte nesse meio pastoral com os encontros que ele fazia em Caxias do Sul, com a juventude, o Curso Latino Americano de Teologia (com participação do Frei Betto). Antes, Caxias do Sul era o centro irradiador, depois se transferiu para São Leopoldo. O trabalho anterior do Pe. Orestes nesta malha dos teólogos da libertação e alguns expoentes da pastoral e alguns bispos, mostrava, embora eu não conhecesse bem o Orestes, que ele era uma pessoa muito articulada e com uma grande capacidade de trabalho. Contestado em algumas coisas, mas também reconhecido. Essa articulação do Cone Sul foi talvez, o último formato desse trabalho de articulação mais amplo do qual o Pe. Orestes participava. Por razões que não sei muito avaliar, foi perdendo élan, força, prioridade, condições e sua importância. Fizemos aquele encontro, em Santa Maria, que ajudei a organizar. A viagem que fiz ao Uruguai foi um fracasso na verdade. Seria uma reunião preparatória do 3º Encontro. Foi uma reunião de assessores (já que os “primeiros-ministros” não poderiam ir). Uma reunião de cúpula virou uma reunião de assessores. Percebi que não havia articulação. Fui encontrar uma pessoa do Paraguai e com muito custo, outra pessoa na periferia de Montevideú. Na verdade não houve grande reunião. Depois não me recordo, como se sucederam as coisas. Esses encontros faziam parte de um contexto de lenta redemocratização desigual, de país para país. A Argentina era ainda mais militarizada na época. As coisas foram se desconstituindo. Creio que fez parte de

uma circunstância em que a capacidade de articulação que o CECA tinha em nível mais amplo, através do Orestes, começava a arrefecer. Isso foi acontecendo com outros centros e outras iniciativas no campo pastoral, e, isso relacionado com a conjuntura mais ampla das próprias Igrejas, e a Igreja Católica Romana, em particular. Estávamos no pontificado de João Paulo II a todo vapor e bem estruturado, com todos aqueles processos de controle das Conferências dos Bispos e das nomeações dos bispos. Já havia um processo forte, nítido, de arrefecimento dessa linha pastoral crítica e socialista da Igreja e uma transferência dos ativos e dos locais de atuação para o movimento popular e político e o PT que estavam crescendo e se tornando capazes de chegar ao poder. Nessas ações, vira e mexe, vê-se que têm a influência de um líder. O Pe. Orestes foi perdendo essa capacidade e reconhecimento. A última fase da vida dele foi de menos evidência, mais recolhimento e de certo ostracismo. O Pe. Orestes, como outros na Igreja, tem uma personalidade muito forte e carismática, como de outros que depois vieram para o CECA e não há espaço para tanto carisma. Isso gera acomodações e as pessoas se retiram sem dizer os reais motivos.

Nosso fundo orientador era a Teologia da Libertação. Na medida em que o CECA era formado por pessoas que tinham um relacionamento com as Igrejas e, às vezes, leigos um pouco agnósticos até, porém militantes acreditando que a Igreja era um instrumento também, representantes eclesiais (padres, irmãs), o grau de envolvimento e de iniciação nos aspectos teológicos variava muito. Eu estava mais no setor de análise de realidade e de conjuntura. Havia o setor mais teológico. Tínhamos uma divisão de tarefas. Essa animação teológica não me competia. A TL era um quadro vital e impulsionador. Esse era o fato que fazia com que depositasse muitas esperanças na Igreja. Uma Igreja combatente, comprometida, ao mesmo tempo democrática. Tudo isso que preconiza a TL. Eu acho que a teologia e toda a produção da Igreja têm esse aspecto, de um lado de impulsão, mas também crítico, e o aspecto de conforto que é importante para nós que estávamos lutando por uma sociedade nova.

A teologia com seu caráter pastoral fazem do CECA uma experiência às voltas com as situações favoráveis e desfavoráveis que se criaram nas Igrejas, especialmente na Igreja Católica Romana nesta região, que envolvia negociação toda uma gestão destes envolvimento. A conversão do CECA numa entidade ecumênica se deu para fugir de um eventual controle de um Bispo que nada tinha haver com o CECA. Por ser uma entidade ecumênica vinculada às Igrejas, assumir declaradamente a TL e acompanhar a evolução da TL, que dava legitimidade ao seu trabalho, o CECA era obrigado a fazer essa negociação toda (me recorde de várias dificuldades) e das várias mediações que se tinha que estabelecer no convívio com as Igrejas ali. A composição do Conselho sempre passava por aí. O Presidente do CECA quem seria... Todo um trabalho de equilíbrio e compatibilização de interesses e presenças e visões teológicas diferentes. Por trás disso, havia, supostamente, as preocupações com espaços. A Teologia da Libertação tinha todo esse papel, mas também porque era uma instituição que não se tratava meramente de uma ONG, mas de caráter confessional/ecumênico com vinculações claras com a Igreja, falando em nome da Igreja. Falávamos em nome da Igreja, em nome das prioridades da CNBB. Isso nos dava respaldo. Tínhamos necessidade de fazer essa articulação, embora quiséssemos ficar livres dessas teias. Era um jogo de profissionais, de forma disputada. Eu me atrevera a dizer que na medida em que o CECA foi se expressando de forma ecumênica na sua estrutura e composição dos quadros de direção ele se tornou mais vulnerável a essas ilações e dificuldades. Talvez ele não tenha conseguido constituir-se carismaticamente de forma ecumênica. Talvez houvesse certa fratura que ficou por dentro. Uma junção de coisas que não chegaram a se fundir plenamente. Neste espaço pluri-eclesial não havia mais sentido de alguém de exercer uma liderança. Essa

foi uma das razões pelas quais, Pe. Orestes, com o seu carisma, vai se retirando. Outros próceres das Igrejas progressistas apareceram, mas não conseguiram com o tempo esse élan que o Pe. Orestes tinha mantido. O próprio Cyzo teve um papel importante. Mas aí é outra questão de carisma e liderança.

Na sociedade as coisas são importantes, alcançam projeção e capacidade de mobilização maior, e transformam-se em parâmetros. A Teologia da Libertação se tornou um parâmetro. Hoje, a rigor, ninguém disse que a TL está suspensa, censurada ou que há uma outra teologia. Mas ela não exerce mais publicamente este papel de organização dos militantes da Igreja. Acho que a gente estava naquele momento de dificuldades maiores onde a Igreja tinha um papel consolador e os alimentavam isso. A Igreja deixa de ser alimentada por esse élan. Os encontros de Bispos do Brasil eram fornecedores de documentos que nos animavam. Cada encontro dos Bispos, da CNBB, em Itaici, nos anos 80 era muito importante. Saíam documentos “guerreiros”: questão da reforma agrária e documento da terra, por exemplo. Nos anos 90 a gente não tem mais essa alimentação. Vai se perdendo isso.

A visão de socialismo que a gente elaborou no CECA era uma visão de um socialismo democrático, auto-gestionário. Lembro-me de um documento que nós fizemos; isso foi uma tarefa que me coube como assessor nestas questões sociológicas, sobre o que o que era socialismo para o CECA. Esse texto foi aceito como uma referência, mais como um trabalho dos assessores do CECA (isso não foi aprovado no Conselho Deliberativo e nem em nada)! Havia sim, nitidamente, uma rejeição a uma visão centralizadora e autoritária de socialismo. Como se avaliava as experiências concretas, de socialismo, que se chamava de socialismo real, variava muito. O CECA não era uma tendência política com uma visão de corrente do tipo “somos da linha albanesa, cubana, sandinista”. Não havia isso. Havia ingredientes de construção de uma visão latino-americana, mas, mesmo assim, ficamos muito europeizados, na nossa discussão sobre socialismo em nossos referenciais teóricos! Claro sim, uma rejeição de uma visão autoritária de socialismo; uma crítica ao leninismo e às experiências nascidas na visão do marxismo-leninismo. Uma visão mais implícita era a de uma transformação progressiva e de um percurso histórico a construir. Porque atrás das visões predominantes de socialismo estava o pressuposto da inexorabilidade do socialismo e um certo messianismo. Nós conseguimos estabelecer uma visão um pouco diferente, envolvendo a idéia do ator popular. Poderia descambar num populismo e tal, mas nós tínhamos essa visão de que quem constrói o socialismo não é a intelectualidade brilhante, nem o partido, mas tem que haver um movimento popular amplo e uma tomada de consciência e uma tomada das rédeas da história pelo povo. Então aí, uma desconfiança nossa a essas invectivas e autoritarismo que a gente presenciava claramente, em todo momento, no campo popular. Aqui, em Porto Alegre, a luta junto às associações comunitárias, para o aparelhamento das mesmas. Nós éramos críticos a isso. Era uma crítica a uma visão de socialismo centralizado, de tomada de poder do aparelho de Estado, uma crítica, portanto aos meios. Havia discussões sobre o uso da violência, mas não se chegou nunca a um consenso. Eram discussões que ficavam um pouco debaixo das cobertas. Não acho que tínhamos uma visão a respeito; mas a de que é o processo vai dizer.

A revolução nicaraguense era uma referência no CECA. Acho que a situação do PT, hoje, no Brasil, nos coloca, indiretamente, na mesma situação com o desmonte do governo sandinista que caiu por razões de correlação de forças - uma pressão enorme feita pelos Estados Unidos, uma verdadeira sabotagem que foi feita ao projeto sandinista - mas caiu também por problemas internos sérios. Histórias escabrosas que desmistificaram o que eram a Frente e os comandantes da Frente. Lembra um pouco agora, o que estamos vivendo no

Brasil. Na época havia uma enorme esperança e um grande intercâmbio. Nós viajamos para a América Central, como para a Nicarágua. Os irmãos Cardenal, sobretudo o Ernesto, passam a ser uma referência importante, sobretudo porque era uma experiência nova no sentido de uma construção com participação popular. Foram anos de construção do sandinismo. Eu me encontrei, na Europa, com pessoas que eram da Nicarágua, combatentes da Nicarágua, colegas que estudavam lá que eram nicaragüenses. Foram dez a quinze anos de enorme emulação de nossos espíritos pela Revolução Sandinista. Disso, não há dúvida!

**ENTREVISTA Nº 11 – EULI MARLENE STEFFEN****Data: 21 de setembro de 2005.**

Sou Euli Marlene Steffen, leiga, católica romana. Atualmente sou a coordenadora da Coordenadoria Municipal da Mulher da Prefeitura Municipal de São Leopoldo e mestra em sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atuei no CECA de 1987 a 1989 como auxiliar de escritório no setor da livraria e atendimento ao público. De 1990 a 1991 atuei no CEAMP – Centro de Educação e Assessoria ao Movimento Popular, em São Leopoldo. De 1992 a 1995 trabalhei na equipe de assessoria do CECA. Em 1995 fui fazer meus estudos de mestrado. Em 1997 e 1998 estive na equipe pedagógica do Projeto Integrar da Confederação Nacional dos Metalúrgicos e depois trabalhei nas Secretarias de Educação e Habitação do Governo Olívio Dutra do PT no RS. Participei de duas gestões da diretoria do CECA como secretária e uma gestão como presidente. Atualmente estava participando do Conselho Fiscal, do qual pedi exoneração por motivos de minha vinculação com o governo municipal que tem parcerias com o CECA.

Entrei no CECA na função de auxiliar de escritório, como era definida na época. Era uma função de secretaria mesmo, de atendimento ao público. O que me recordo muito é do volume de trabalho que tinha naquela função de estar recebendo pedidos de material e de publicações. Era um grande volume que o CECA despachava para todo sul do Brasil e outros Estados. Era tudo ainda por carta. Tínhamos até computador, mas não havia correio eletrônico. A lista de pedidos de material vinha por carta. Nós divulgávamos através de um material de divulgação das publicações. A lista vinha e eu enviava. Quem pedia o material? Paróquias, religiosos, catequistas, padres, pastores, irmãs (estas pediam muito material!). De 1987 a 1989, o CECA como centro de documentação e publicação sempre tinha uma novidade. Havia na época uma sede de querer estudar, aprofundar, buscar informações. Dá a impressão de que pessoal lia bem mais do que lê hoje. Havia muito mais estudo nas comunidades. Hoje é bem mais difícil. Eu também trabalho com grupos. Como é difícil fazer ler um caderninho e estudar. Naquele período parecia que como se tinha pouco acesso às informações, o material que o CECA publicava era profundamente útil na formação das pessoas e principalmente de grupos. Era realmente um material estudado em grupo. Tinha leitura individual, mas eu me lembro que sempre era um volume muito grande expedido para grupos, pastorais, lideranças, catequistas, enfim. Depois, infelizmente, isso foi se perdendo. Hoje é mais difícil. Sei que o CECA andou fazendo outras publicações, mais raras e não têm a mesma saída. A procura é bem menos intensa do que naquele período. Em 1992 eu voltei para o CECA como assessora e ainda tinha a livraria. Depois esse material de documentação e parte da livraria foi vendido para a UNISINOS.

Outra coisa é essa marca da formação política. Eu também era uma agente de pastoral da Pastoral da Juventude e entrei também na política no campo partidário em 1987, justamente quando eu entrei no CECA. Essa coisa para mim foi muito marcante. Eu acompanhei a formação e montava a banquinha de vender livros nos cursos. Era coisa que me impressionava muito: a procura pelos cursos de formação política. Eram cursos intensivos de uma semana inteira. As pessoas vinham e faziam o curso; eram discussões bem aprofundadas e bem marxistas mesmo. O primeiro acesso que tive à teoria marxista e do socialismo foi nos cursos do CECA. Depois, no próprio curso de Ciências Sociais, mas o primeiro contato não foi no PT da minha formação marxista e socialista (muito pouco tive de formação dentro do partido). A minha experiência e de conhecimento foi a partir dos cursos do CECA. Como estava engajada pastoralmente e politicamente, isto me marcou positivamente, naquele período.

Eu acompanhei um pouco, entre 1992 e 1995, esse processo da crise do CECA. O CECA acompanhou também esse processo de crise da Teologia da Libertação. Com a queda do muro, em 1989, houve um baque na própria equipe. Por mais que o CECA não se assumisse como socialista (sempre colocou a educação popular e a Teologia da Libertação como referenciais teóricos, mas com conteúdos bastante vinculados ao socialismo), no concreto, os conteúdos dos cursos isso era evidente. Mas, publicamente, não me lembro de algum documento. Eu lembro que esta questão sempre aparecia nos debates. Mas isso sempre se escondeu atrás dos referenciais, conceitos e categorias da Teologia da Libertação, da educação popular. Tínhamos um referencial gramsciano também. Tudo isso atingiu e abalou o processo de trabalho. As discussões no CECA não foram mais tão massivas como eram naquele período.

Essa questão da Teologia da Libertação e sua prática se deram em vários níveis de engajamento e inserção do CECA. Um nível era questão da própria formação (cursos de formação bíblica, teologia da libertação, a formação para o ecumenismo). Outro eixo era uma ação ecumênica na relação com outras Igrejas através do CMI (Conselho Mundial de Igrejas), o CONIC e as CEBs - não sei as CEBs em algum momento chegaram a ser realmente ecumênicas; acho que as CEBs são uma ação da Igreja Católica Romana com uma e outra participação de pessoas de outras Igrejas - como canal de inserção do CECA que tentava puxar o ecumenismo para dentro. Aqui em São Leopoldo, temos o SELEO (Serviço Ecumênico Leopoldense), para realizar algumas ações em comum entre as Igrejas. Acho também que a inserção do CECA no movimento social teve um caráter ecumênico. No movimento social há uma participação de pessoas que são de diferentes Igrejas. O primeiro movimento em que o CECA se engajou, na época em que o Ary Vanazzi estava no CECA era do "Pró Dique". Foi muito puxado pela Paróquia do Rio dos Sinos, pelo Pe. Orestes. Mas também houve outros movimentos sociais, alguns ligados à Pastoral da Terra, a participação na Constituinte em que o CECA contribuiu enquanto uma referência ecumênica para o engajamento de agentes de pastoral de diferentes Igrejas nesses movimentos. Foi uma das formas em que se desenvolveu a própria Teologia da Libertação na prática. Teve várias formas, desde o engajamento direto de assessores e da equipe do CECA em movimentos de Igreja como a Romaria da Terra, Romaria dos Trabalhadores e movimentos sociais e populares com outros segmentos (movimento sindical, Partido dos Trabalhadores) onde também teve essa contribuição. A questão da metodologia foi outro viés de implantação da Teologia da Libertação na prática. A questão da educação popular, da práxis, refletir sobre a prática. Uma prática que fosse ao mesmo tempo refletida. O CECA contribuiu nos movimentos, nos grupos e pastorais sociais com essa metodologia. O CECA era muito solicitado para fazer análise de conjuntura para compreender a realidade. Os grupos queriam a assessoria do CECA para uma leitura, não só sócio política mas também, eclesial. Sempre havia tensões entre a Igreja da base e a Igreja de cúpula. O CECA era chamado para ajudar a compreender esse processo. Assim como se queria compreender o processo político, econômico e social em que o país estava vivendo havia também a necessidade de compreender o processo eclesial. O CECA tinha uma metodologia para isso e fazia muito bem esse trabalho de assessoria, numa linha gramsciana analisando todos os elementos com a participação das pessoas nas análises.

Sobre essa questão da construção de uma sociedade socialista, eu acho que o CECA visava isso, sim! Todo o conteúdo que o CECA trabalhava - o ecumenismo, a própria leitura da Bíblia, a educação popular, a metodologia, não tinha como (claro que não se assumia isso diretamente)! Eu acho que o CECA visava, sim, a construção de um outro projeto societário.

Isso passava pelo socialismo. Havia toda essa discussão sobre a Teologia da Libertação e o marxismo! Usavam-se as categorias do marxismo no contexto da TL. No período de 1989 se fez uma discussão no CECA. O CECA viveu a mesma perplexidade que os demais marxistas, do PT e da esquerda viveram. Essa crise atingiu-nos por mais que o CECA não se assumisse explicitamente como socialista. Até porque o CECA tinha uma afinidade muito tanto grande com o PT aqui em São Leopoldo. Não tanto com a militância partidária, a não ser o uso do espaço para alguma reunião. A relação era mais em outra instância, em nível estadual. Em 1988 eu saí do CECA para concorrer a vereadora. A gente achou melhor, na época, não estar vinculada ao CECA. Em 1989 eu retornei. Não me lembro bem se isso foi discutido. Mas eu pedi para sair porque achava que não podia ficar vinculada ao CECA. Tinha que ficar independente. Dessa proximidade do CECA com o PT e os ideais do socialismo não se pode fugir. Acho que isso se escondeu atrás de outros conceitos. Mas essa proposta existiu.

Quando trabalhava no CECA sempre atuei mais vinculada ao movimento popular. Acho pelo fato de ser leiga! O ecumenismo sempre ficou mais entre pastores e padres. Esse tema foi mais trabalhado por eles. A compreensão era mais de um ecumenismo como coisa concreta, na ação. Era um ecumenismo mais prático, da ação conjunta. Lá na ponta, no trabalho, no movimento, eventos, encontros, caminhadas, romarias! Tinha também uma reflexão teórica. Tinha publicações do CECA sobre isso. O CECA fez muitas assessorias que teorizavam sobre isso. O foco era direcionado para a prática ecumênica de uma ação conjunta. Muito assim, direcionado à base. Embora o CECA tenha uma relação com o CONIC, mas sempre foi direcionado aos agentes de pastoral, mais progressistas das Igrejas. Sempre foi direcionado [o ecumenismo] para esse público. Acho que essa foi uma contribuição importante do CECA.

Às vezes fico em dúvida se a relação do CECA era com as Igrejas mesmo, sabe. Muitas relações, acho que eram relações pessoais com pessoas das Igrejas. Enquanto cúpula da Igreja, enquanto instituição mesmo [...]. Não sei se porque isso foi enfraquecendo. Teve um período em que foi melhor em que teve o respaldo da Igreja Luterana, da Igreja Católica – alguns setores e algumas Dioceses (sempre teve setores mais resistentes e outros abertos). As relações foram mais com alguns pastores e pastoras e lideranças pastorais. Por mais que o CECA seja uma entidade autônoma, uma ONG, enfim, que se sustenta com dinheiro de fora, na sua atuação, sempre precisou de uma espécie de autorização para se estar se relacionando e promovendo atividades porque muitos religiosos, religiosas, precisavam desse respaldo para participar. Eu fico me imaginando se o CECA, num momento desse período de crise, tivesse sido fechado, eu não sei se haveria um movimento das Igrejas para salvá-lo! Parece que a coisa não é tão orgânica! Foram algumas pessoas que tiveram o CECA como referência e investiram muito no CECA (das Igrejas católica, luterana, episcopal, metodista). Acho que hoje está mais frágil ainda essa relação com as Igrejas do que já foi em outros períodos do CECA. Nos últimos dois trienais, o ecumenismo, sempre foi configurado, como o coração e a alma do CECA. Acho que isso o CECA não perdeu! Isso é importante porque são poucos os espaços ecumênicos. O CECA continua sendo uma referência.

Nos últimos seis anos, nos dois últimos trienais e agora no atual, o CECA se firmou em dois pilares. Um continua sendo e o ecumenismo e a tentativa de resgatar o ecumenismo dentro da ação pastoral. O CECA tem uma participação em vários movimentos de Igreja e de pastoral social e o ecumenismo ainda é o seu referencial. Não só nos cursos, mas na própria atuação do CECA. Isso é um viés que continua e o CECA não vai perder isso. Faz parte da história e do caráter do CECA. No momento em que o CECA perde isso perde o seu “central” aquilo sua identidade. Porque outras questões, como os direitos humanos que são as outras



ações, o outro braço de atuação do CECA dentro da promoção da cidadania, dos direitos da mulher (nesse viés mais de gênero) enfim, isso o CECA tem assumido porque sempre atuou também nos dois campos: no movimento social e popular, no campo dos direitos e da cidadania e no campo ecumênico e pastoral. Até o plano trienal passado a gente tinha dois programas que estavam separados: uma coisa, era “cidadania e ecumenismo” e outra, era “direitos humanos”. No último trienal se rompeu com essa dicotomia. Acho que isso foi um avanço. O CECA tem um programa e a Teologia da Libertação está sendo retomada. Já teve o Seminário sobre Teologia da Libertação e Educação Popular. Estão se retomando algumas coisas que são fundamentais. Essa separação dos programas não contribuiu com a discussão do ecumenismo para dentro da atuação do CECA no movimento social. Acho que agora se modificando, com um programa sólido que tem por trás uma orientação ecumênica, uma teologia da libertação como referencial; também na atuação com as promotoras legais populares (enfoque dos direitos da mulher) isso ajudou para não se perder esse referencial teológico e espiritual do CECA.

O que tem me preocupado muito é o afastamento de um número de sócios do CECA. Tem diminuído muito. Dos mais de cem sócios de anos atrás; depois se fez um recadastramento porque nas Assembléias não se tinha dificuldade de quorum. Muitos foram para lugares distantes e acabaram se afastando porque se mudaram ou foram transferidos, principalmente religiosos que circulam muito. Outros se afastaram. Hoje estamos com um quadro muito reduzido de 25 sócios, que é um número pequeno para uma instituição como o CECA. Claro que não tem mais o número de assessores que nós tivemos que era bem grande no CECA. Hoje a equipe está bem reduzida trabalhando muito em cima de projetos pontuais e específicos. Não se tem mais o financiamento institucional como se tinha antes que garantia mais flexibilidade para trabalhar. Hoje não. O financiamento é para aquela ação, para aquele curso de ecumenismo, para aquele curso de promotoras legais populares. Isso também, por mais que seja parte integrante do projeto do CECA, fica mais limitado, com menos flexibilidade para trabalhar com projetos e programas mais abertos. É tudo muito fechado e acho que isso também vai desestimulando os próprios associados. Por que vou participar, que contribuição vou dar se a coisa está tão [...]. Parece que o programa já está pronto, formatado, inclusive o financiamento, o dinheiro para aquela ação. Isso foi uma coisa que foi desestimulando porque sempre os sócios participavam. Participavam muito das atividades que o CECA desenvolvia inclusive os próprios cursos. Os associados também faziam parte do público alvo das capacitações, das formações. Sempre tinha contribuição maior e isso foi reduzindo. Isso tem haver com o próprio financiamento dos programas e das ações do CECA.

**ENTREVISTA Nº 12 – EDLA EGGERT****Data: 03 de outubro de 2005.**

Sou Edla Eggert, tenho 41 anos; luterana, membro da diretoria executiva, pedagoga, doutora em Teologia e professora na UNISINOS. Minha contribuição no CECA de forma mais efetiva vem desde 1999 na participação da diretoria primeiramente como secretaria depois como presidenta e a seguir como tesoureira. Os períodos mais intensos no CECA aconteceram na feitura do planejamento trienal. Uma das situações mais marcantes no período em que estive no CECA foi descobrir e assumir que Diretoria é função patronal e não diaconal. Fazer perceber isso dentro do CECA e conduzir isso de forma mais profissional. Promover a escrita do trienal de forma coletiva.

O CECA promoveu uma teologia contextualizada comprometida sim. O CECA vem desenvolvendo essa missão amadurecendo no processo – creio eu. Pois não estamos mais na década de 70 nem 80 ou 90 e sim estamos tomadas pela pressão da economia que não permite mais projetos financiados pelo primeiro mundo de forma generosa. O que até facilitava de certo modo uma postura mais confrontadora, pois se sabia que tinha verba para sustentar muita publicação e formação alternativa. O que hoje é praticamente inviável. Ou seja, o discurso da Teologia da Libertação teve que admitir em sua síntese a proposta de auto-sustentação – em todos os sentidos.

Não tenho essa dimensão e se um dia o CECA teve essa meta de construção de uma sociedade socialista; percebe-se facilmente que não foi viável. Até por que se olharmos para as publicações – algumas emperradas em prateleiras de metal no corredor do prédio demonstram a inabilidade e a falta de estratégia por parte de quem gerenciava a verba destinada a esse tipo de proposta. Ou seja, muita coisa traduzida com a mesma mentalidade colonialista só que pelo lado da esquerda.

Não sou das pessoas históricas, tenho participado do debate mais atual. E o que viemos pensando é que não há ecumenismo sem o conhecimento das outras religiões, não há ecumenismo sem uma ação política de enfrentamento dos fundamentalismos religiosos e não há ecumenismo sem o debate sobre a participação das minorias em todas as áreas da vida.

Eu acho que a relação do CECA com as Igrejas foi formal e segue sendo formal e isso é um empecilho para se pensar o ecumenismo que acredito ser mais concreto, possível. Ensaiei e ensaia possibilidades na área da formação como contribuição para o movimento ecumênico.

O CECA é uma ONG que precisou reorganizar seu curso. Em 30 anos muita coisa mudou. E nessas mudanças mudaram especialmente a forma de articular o que se produzia como grupo. Havia demandas que foram trabalhadas de forma bastante personalista sem uma visão de continuidade e muito menos uma preocupação institucional. Havia no meu entender, visto de fora para dentro, pois eu não convivi nesse tempo, um modo paternalista de lidar com as funções de trabalho, de assessoria, de administração. Coisa que estamos até os nossos dias tentando rearticular, o que não é tão simples. Percebo certo saudosismo como se fosse possível uma ONG hoje em dia ser o que era há 20 anos atrás. Quando cheguei em 1999 havia uma cultura ativista de enlouquecer qualquer um e pouca, muito pouca visibilidade do que realmente foi feito. Hoje é possível ver que a equipe trabalha de uma forma mais autônoma avaliando mais a participação em representações em outras entidades. O trabalho de produção coletiva também é algo que parece mais saudável e criativo. A ligação dos trabalhos com a

idéia de produção de conhecimento vem crescendo e faz com que a equipe tenha uma perspectiva de estudo e sistematização das atividades realizadas dentro dos projetos. O tema dos direitos humanos, gênero e ecumenismo é um tema que vem atravessando os projetos e fazendo com que a equipe tenha se debruçado mais sobre questões como, por exemplo: em que a religião cristã é responsável por manter posturas de violência sobre as mulheres. Esse tem sido um eixo que percebo ser uma grande virada e acreditamos ser uma grande provocação para todas as igrejas. Outro tema que tem marcado o trabalho da equipe, é o planejamento e monitoramento das ações planejadas, que vem aos poucos dando uma experiência ao trabalho da equipe empoderando a capacidade de pensar essa ação coletiva em forma de assessoria. Ou seja, o grande desafio do CECA nos dias de hoje é aumentar a sua capacidade orçamentária a partir da sua ação e não mais apenas dos projetos enviados para o primeiro mundo.

**ENTREVISTA Nº 13 - PR. ONEIDE BOBSIN****Data: 08 de outubro de 2005**

O CECA em seu quadro de sócios e assessores teve pessoas ecumênicas de Igrejas ligadas ao CONIC e, de certa forma, pessoas “marginalizadas” nas Igrejas. Assumo o “marginalizado” não no sentido de excluído, mas como pessoas (sócios e assessores) que assumem conscientemente o lugar epistemológico de fronteira. Portanto, nunca pretendemos ser um ecumenismo de instituições, mas um centro que revelasse os sinais do Reino nos movimentos populares.

Entrei no quadro de sócios do CECA e logo na Diretoria, num momento em que o CECA sofria as conseqüências da transferência de Dom Sinésio Bohn e a chegada de Dom Boaventura Kloppenburg à Diocese Católica de Novo Hamburgo. Na minha opinião a explicitação do caráter ecumênico do CECA, inicialmente se dá em razão das mudanças locais da conjuntura católica nos idos de 1986/1987. Naquele momento, meu interesse relacionava-se à implementação pastoral e política da Teologia da Libertação. O ecumenismo, para mim, era uma tática para alcançar uma sociedade mais democrática, justa e inclusiva. Parece-me que por muito tempo o “ecumenismo” foi um instrumento para a libertação do “mundo/casa” – uma casa onde caibam todos, com fronteiras (paredes) transparentes. Portanto não era um instrumento pragmático. Com esta compreensão do ecumenismo como meio, não o distorcemos. Antes, vimos neste instrumento a realização dos objetivos do ecumenismo. Incoerentes, não éramos nós. Éramos, pois, um “ecumenismo” de pessoas ecumênicas, que, tendo o CECA como meio, elaborou uma metodologia do trabalho popular. Vejo aí uma das grandes contribuições do CECA: a metodologia de educação popular, tanto para as pastorais, quanto para setores dos movimentos populares. Lamento que essa metodologia não tenha sido sistematizada e publicada. Aliás, um dos grandes “pecados” do CECA foi e é a não publicação das reflexões sobre Metodologia de Educação Popular. Se não éramos ecumênicos segundo os diálogos de cúpula, o fomos e ainda somos na metodologia do trabalho de educação popular. Em outras palavras, fomos e somos ecumênicos a partir da metodologia: respeito à diferença. Apesar das fortes identidades católica, luterana, metodista – que sempre escondemos – de cada um, a metodologia nos permitiu ser ecumênicos. E isto foi e é um ponto alto do CECA. Não devemos perder de vista a possibilidade de sistematizar e publicar: “Pressupostos Ecumênicos da Metodologia das Pastorais e Educação Popular” que poderia ser o título de uma pesquisa e publicação.

Sempre houve uma “afinidade eletiva” entre o CECA e as propostas de transformação do PT. Nossas discussões internas, às vezes, se subordinavam às estratégias petistas. Como centro ecumênico e cristão, não fomos ousados em relativizar propostas e companheiros quando estas e estes facilmente ficam presos de um instrumentalismo de cargos e carreiras profissionais de partidos e governos. Não fomos ingênuos; fomos isto sim, omissos para fora. Nossa metodologia em si era uma crítica do carreirismo profissionalizante e partidário de companheiros. Esta crítica sobressai agora, quando estourou a onda de corrupção. Tenho certeza de que já a tínhamos desde cedo, mas não a tornamos pública. Não queríamos ser vistos como do lado dos conservadores. Portanto, faltou divulgar a crítica que ora, de certa forma, é autocrítica. Nossa metodologia de educação popular voltada ao “ecumenismo de libertação”, por outro lado, deixou de contribuir para fora, por exemplo, para o PT – por ter instrumentalizado a fé cristã. Houve em alguns momentos um reducionismo sociológico do ecumenismo.

Por fim, nunca conseguimos formular um conceito de ecumenismo no CECA.

Particularmente, sempre lutei internamente para evitar conceituações. Prefiro trabalhar numa perspectiva consensual e contraditória. No momento que conceituamos, construímos fronteiras. Nossa metodologia bebia, de certa forma, na diluição de fronteiras, diluição criativa. Ainda somos uma diversidade de práticas libertadoras em busca de conceitos. Como sempre disse o teólogo da libertação uruguaio, Juan Luis Segundo, “teologia é ato segundo”. Primeiro, o Espírito de Deus move nos movendo, depois vem a sistematização – como esta tua dissertação. Definir é “fechar”.

**ENTREVISTA Nº 14 – PE. RAMIRO MINCATO****Data: 15 de outubro de 2005.**

Sou Pe. Ramiro Mincato, pároco da Paróquia N. Sra. Aparecida, do Bairro Scharlau, professor de Exegese na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Atuei no CECA durante o período que estudava Filosofia em Viamão e Teologia na PUCRS. Foram os anos 1976 a 1983, quando fui estudar em Roma. Ocupei o cargo de secretário do CECA em Porto Alegre, que também articulava o CEBI-Sul, com seus cursos, especialmente de Padres e Pastores.

O mais marcante nesse período em que atuei no CECA foi: a) A articulação e organização da Primeira Romaria da Terra em São Sepé e apoio às demais...; b) A articulação do Primeiro Encontro Estadual de CEB's em São Gabriel: o segundo em São Leopoldo e demais...; c) A articulação com a Assembléia Legislativa, Comissão de Direitos Humanos; d) Organização do Primeiro Encontro de Teólogos do Cone-Sul, em Caxias do Sul, em 1981; e) Encontros de formação de seminaristas, com análise de conjuntura, análise de capitalismo, espiritualidade libertadora, etc. f) A vinda do Pe. Orestes João Stragliotto para São Leopoldo, como pároco do Rio dos Sinos; g) A transferência da sede do CECA de Caxias do Sul para São Leopoldo, para a casa cedida pelas Irmãs de Jesus Crucificado, na Rua São Pedro, 642. Nessa ocasião uniu-se a sucursal de Porto Alegre.

A marca teológica do CECA era de ser um instrumento de auxílio cujo método era “Reflexão e Ação”. Queria-se transformar a realidade marcada por injustiças, opressão, ditadura, marginalização, numa realidade mais próxima ao Projeto de Jesus Cristo. Para realizar isso era preciso refletir a ação, iluminá-la e voltar à ação. Era o conceito de Práxis que estava em jogo. E havia uma linha gramsciana presente, com relação ao papel dos intelectuais orgânicos.

Com a queda do muro de Berlim e a derrocada do Socialismo Real, eu não estava mais no CECA há muitos anos. Isso ocorreu em 1989. Buscava-se a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, com vida e direitos respeitados; mais respeitosa da dignidade e grandeza humanas, mais próxima ao projeto de Jesus manifestado pela Igreja em Medellín e Puebla com sua opção preferencial pelos pobres.

O CECA desenvolveu o ecumenismo desde seu nascimento, por compreender a união das Igrejas como um desejo de Jesus (Jo 17) e por ver na divisão um sinal de pecado. A relação do CECA com as outras Igrejas começou a se intensificar nos Cursos de Bíblia para padres e pastores, onde tínhamos professores Evangélicos e Católicos. A relação mais intensa foi com Evangélicos e Anglicanos. Neste sentido o CECA promoveu um ecumenismo, ainda não de base, pois tratavam-se de padres e pastores, mas que se tornou de base na união de todos contra as injustiças e nas comunidades Eclesiais de base. O CECA foi um grande instrumento na promoção da justiça social, comprometendo as Igrejas na transformação, desenvolvendo o método ação-reflexão-ação, articulando movimentos populares e estimulando principalmente a pastoral popular. Sua importância histórica, como a do Pe. Orestes, ainda não é conhecida.

**ENTREVISTA Nº 15 – REV. FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA****Data: 15 de outubro de 2005.**

Sou Francisco Assis da Silva, 46 anos, presbítero da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil desde 1991, pároco da Paróquia anglicana de Todos os Santos de Novo Hamburgo há quase cinco anos, Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco. Também sou advogado e milito na área de Organizações Não Governamentais, como Diretor Regional da ABONG pelo Sul do Brasil. Entrei no CECA em abril de 2001, na condição de assessor do então programa de articulação ecumênica que se denominava “Fé e Cidadania”. Na época o programa era coordenado pela Pra. Lori Altmann. Entrei como assessor num processo de transição que culminaria dentro de seis meses com a provável substituição da Lori em razão do Doutorado dela.

Quando entrei, em 2001, como assessor assumi algumas tarefas do programa. Uma das tarefas era a coordenação dos chamados grupos de estudo. Um deles era de Pastoral Urbana e o outro era um grupo de estudos na área de Teologia. Depois foi criado um grupo de gênero. Esses grupos, assim que eu cheguei, tinham uma vitalidade razoável; compostos na maioria das vezes, por estudantes de Teologia, professores da EST e alguns leigos/as de algumas Igrejas da Região do Vale. Havia uma periodicidade de reuniões. Geralmente eram reuniões mensais; eram feitas aqui no CECA e se discutia muito, na época, as implicações da conjuntura sobre as Igrejas e as pastorais. Esses grupos tiveram um papel muito importante como espaço de partilha de experiências, de inquietações. Chegamos a publicar algumas coisas que foram produzidas nestes grupos. Vivemos hoje um contexto em que há uma crise dos grupos de estudo. Essa modalidade de reuniões, uma vez por mês, quase que um modelo de confraria teológica ou temática, se esgotou. Muitos dos quadros mudaram de lugar geográfico. Outros passaram a ter um envolvimento maior com a academia, outros na militância política, outros no poder público. Quantos militantes de esquerda ligados à TL e ao CECA foram demandadas a ocupar funções públicas, seja em nível do Estado ou aqui no poder público municipal, inclusive federal. Isso fracionou os grupos. Criou ausências e, acho que é um fenômeno social mesmo; o pessoal perdeu um pouco o gosto por reunir-se. A gente começou a perceber que não adiantava um grupo que antes tinha 15 a 20 pessoas começou a diminuir, não porque os temas não fossem interessantes, mas pelas próprias conjunturas individuais das pessoas. Nós então decidimos tentar outras formas de motivação. Passamos a ter um boletim mensal onde partilhamos algumas idéias e atividades; passamos para a questão do site também. O site também é uma forma de articulação e de contato com esse mundo externo nosso. Enfatizamos mais isso a partir da inviabilidade desse modelo de grupo de estudos. Na própria academia e nas universidades você tem uma redução drástica desses grupos de estudo. É um fenômeno contemporâneo isso. As pessoas estão sendo demandadas em tantas frentes que elas perderam um pouco esse gostinho de ter seu grupo de referência, onde você partilha suas experiências, sua teoria, seu cotidiano. Isso foi o que levou a entidade a abrir mão de seus grupos de estudo e centrar as suas energias nas oficinas, seminários e cursos.

Durante ao ano de 2001, também, nós tivemos um ponto alto, que foi a continuidade da realização do Curso de Aprofundamento em Ecumenismo que na época tinha uma média de participantes de cinquenta pessoas, mais ou menos. Feito esse curso, e até hoje, permanece essa parceria com a EST e a UNISINOS. Um curso de 40hs/aula, com titulação em nível de Extensão Universitária e com um público bastante heterogêneo, não só de representantes dos chamados ministérios ordenados das Igrejas (clérigos e clérigas), mas também representantes do laicato e alguns professores de Ensino Religioso. Também tivemos um árduo trabalho aqui

no CECA, que foi a elaboração do Plano Trienal 2002-2004, onde se conseguiu um enorme avanço na elaboração de um – vamos dizer assim – plano estratégico para a entidade. Claro que a experiência de Plano Trienal já vinha antes, mas, com um nível de sistematização e alto envolvimento da equipe e também da direção da entidade, esse Plano, foi muito bem recebido pelos parceiros e parceiras internacionais, muito bem recebido pelas Igrejas e, a gente conseguiu, criar uma identidade institucional coletiva bastante fundamentada.

Em 2002, nós iniciamos o ano, com a saída do secretário executivo, Pastor Christoph Kaiser. Isso de certa forma exigiu da entidade uma readequação. Foi então que a Diretoria me convidou para assumir a secretaria executiva da entidade. Com um ano de CECA, saía da função de assessor de um dos programas para a secretaria executiva da entidade. Isso foi bastante desafiador porque, na verdade, eu comecei a ser o executor na função que eu passei a ocupar, do Plano Trienal que começou em 2002.

Eu diria que alguns eventos nestes últimos anos podem ser considerados como chaves. Talvez o primeiro deles, seja a questão das celebrações do CECA em torno dos seus trinta anos que foram comemorados em 2003. Esse processo de preparar a celebração dos trinta anos exigiu da entidade dar uma espécie de mergulho para trás. Foi um período de resgate de histórias, período de mergulho na memória da entidade. Foi um período de reencontro com muitos dos antigos colaboradores, sócios e quadros do CECA. Eu diria que esse processo de resgate mnemônico da entidade permitiu fortalecer principalmente essa visão ecumênica. Me lembro que entre 2002 e 2003, todos os eventos da entidade foram ocasião para a construção de um projeto de resgate da memória. Pena que isso não foi sistematizado, mas foi acontecendo esse resgate da memória. Eu me lembro que no lançamento da Agenda Ecumênica de 2004, nós tivemos a presença do Pe. Orestes Stragliotto (foi a última agenda especificamente ecumênica que o CECA fez) fazendo um necrológico do Pastor Bertholdo Weber que tinha falecido no ano anterior. Foi um momento de muita riqueza porque se resgataram os primórdios dos encontros, na época entre Orestes, Weber e outras pessoas que construíram o CECA ao longo de sua história. Resgate de momentos, de ideais, de cumplicidades no campo eclesiológico para além do eclesiástico. Isso, assim, foi um processo muito rico. Todos os eventos do CECA, inclusive, o que para alguns, poderia ser algo que necessariamente não está ligado com a questão ecumênica, que a ação junto às Promotoras Legais Populares – PLPs, mesmo o projeto de acesso popular à justiça, foi um momento importante através do Curso de Promotoras Legais Populares, através do Curso de Aprofundamento, mesmo nos eventos que mantivemos até o ano de 2004, que foi a formação de jovens e adolescentes em acesso digital e formação na área de informática; essa diversidade de públicos nos permitiu perceber a importância e alcance desse valor que está na medula do CECA, que é a questão ecumênica. Talvez aí – eu quero colocar isso sem desconsiderar outros eventos - tenha começado a construir, por exemplo, uma coisa que hoje nós temos, depois de 32 anos de existência: um espaço celebrativo dentro da entidade. A gente, a despeito de ser uma entidade ecumênica, a despeito de ser uma entidade com quadros oriundos das pastorais, dos centros teológicos, das Igrejas, não tinha, fisicamente, dentro da entidade um espaço que oportunizasse a vivência litúrgico-ecumênica de seus quadros. Isso chega nesse ano de 2004 para 2005 a um processo de construção desse espaço que está oportunizando, inclusive, momentos celebrativos na própria entidade. Não é que a gente queira substituir as Igrejas, mas, parecia que o CECA era ecumênico demais na sua prática e não vivia a mística ecumênica internamente. Não é que não existia essa mística, mas não havia a expressão litúrgica disso. Hoje tem um espaço que a gente pretende ampliar dentro do possível.



Eu tenho na minha memória momentos pontuais desses quase cinco anos aqui. Ficou gravada na minha memória a repercussão, embora não fosse circunstante, do Curso de Verão de 2000, em Santa Cruz do Sul. Foi um evento que reuniu em torno de 500 participantes e ali, no auge da Campanha da Fraternidade Ecumênica, onde o CECA teve um papel muito importante, no oferecimento de capacitação de Igrejas, pastorais, no tema da CF, foi um ponto alto da caminhada. Um outro ponto importante que pudesse colocar na galeria dos eventos mais significativos nesses cinco anos, é processo do Fórum Social Mundial. Eu me lembro que a partir de 2002 nós tivemos uma presença bastante articulada com as Igrejas e com outras religiões no Fórum Social Mundial. A realização de um seminário inter-religioso e de um jejum ecumênico; isso de forma articulada, não como se fossem dois braços em direções opostas o que mostrou a capacidade que o CECA tem de articular. O processo dos Fóruns, que culminou com o último Fórum Social Mundial em 2005, onde CECA foi escolhido para ser a coordenação do comitê local da chamada Coalizão Ecumênica, mostra o respeito, a legitimidade e representatividade que o CECA tem. Essa coalizão reunia Igrejas, agências de desenvolvimento, organizações ecumênicas e outras religiões. Qualquer pessoa do mundo ecumênico, no nosso Estado, e não só no nosso Estado, mas no Brasil hoje, ao visualizar a tenda ecumênica que foi organizada dois anos seguidos no Fórum; a realização dos eventos, seminários, painéis, oficinas do Fórum, representou uma capacidade de articulação muito grande do CECA, não só no campo ecumênico, mas também inter-religioso. É importante destacar que essa faceta inter-religiosa que vai para além do ecumenismo entre as Igrejas começa exatamente em 2001 e 2002. Acho que isso é um outro ponto de destaque: o processo e a presença do CECA nos Fóruns Sociais Mundiais.

Outro destaque que eu faria é a inserção do CECA no campo dos direitos humanos. O processo de formação de PLPs que começa em 1998, praticamente – depois da crise – deu ao CECA uma visibilidade junto a segmentos onde ele não tinha uma inserção direta. Ele tinha visibilidade por conta das suas fases anteriores que era a formação de quadros e de bases, mas, eu diria que com as PLPs, o CECA se inseriu no cotidiano mesmo dos direitos humanos das periferias. O fato de termos hoje, praticamente, mais de 100 Promotoras Legais Populares formadas, desde 1998, ou seja, em sete anos praticamente e o fato de hoje no poder público municipal você ter a maioria dos quadros das políticas públicas para mulheres (quadros que nas instâncias do poder público municipal que tratam de políticas públicas para mulheres) serem PLPs, mostra a importância e a presença do CECA nesse segmento que não tem uma faceta, uma visibilidade explícita de ser ecumênica, no sentido de diálogo entre as Igrejas, mas é profundamente ecumênica na razão direta em que está envolvendo as pessoas excluídas da sociedade do Vale do Rio dos Sinos, num processo de busca de igualdade de direitos.

Um outro destaque que coloco no CECA também é a sua relação com mundo das ONGs. Acho que isso é um ponto importante e nevrálgico na história do CECA. O fato de o CECA hoje ter (não por ser na minha pessoa, vamos descolar essa questão pessoal) na Diretoria Regional da ABONG, a secretaria executiva da ABONG na Região Sul, nos coloca naquela interseção que eu chamaria de Ecumenismo – Direitos Humanos – Gênero, onde a gente se relaciona com Igrejas, organismos ecumênicos (Fórum Ecumênico do Brasil, Plataforma Ecumênica de Diálogo – PAD que envolve agências ecumênicas internacionais e ONGs brasileiras) e dá-nos uma visibilidade no campo das ONGs que hoje representam um campo em constante disputa com o Estado, a despeito de ser um Estado em processo de democratização, constituem hoje um espaço de busca de autonomia da sociedade civil. E elimina ou pouco aquela contradição entre ecumenismo versus militância em ONGs. Por que digo isso? Porque o cerne da preocupação do CECA não exclusivamente focar sua ação junto ao público das Igrejas e das pastorais, mas o CECA tem hoje uma visibilidade que o coloca

dentro da agenda dos movimentos sociais que estão cada vez mais autônomos em relação às Igrejas, inclusive, e às demais ONGs. O Brasil em hoje uma busca de autonomia por parte da sociedade civil. Essa autonomia da sociedade civil é construída também pelo campo ecumênico. Neste sentido, o CECA faz essa ponte. É interessante observar, que algumas pessoas, historicamente tinham receio desse envolvimento do CECA no campo das ONGs, porque poderia significar uma “saída” do CECA do campo das Igrejas e “perder-se” no campo das ONGs e movimentos sociais e assumir uma faceta exclusivamente laica e secular. Havia esse receio. Só que esse receio é infundado. Aqui vou me basear num conceito teórico que é o seguinte: depende muito do conceito de Paróquia como campo de atuação. Para alguns é a Igreja local, o bairro, no máximo uma cidade, mas sempre numa perspectiva paroquialista e territorialista. O CECA nestes últimos anos entrou num campo em que a Paróquia é muito mais ampla. A paróquia é a sociedade civil como um todo. Hoje o CECA discute política de saúde, o CECA discute direito de crianças e adolescentes, o CECA discute questões como transparência e corrupção, o CECA discute articulação política... Entende? O campo se ampliou. O CECA não deixa de ser ecumênico pó conta disso. Pelo contrário, ele até é desafiado em seu ecumenismo, a ser vivido esse ecumenismo, num campo territorialmente não eclesiástico.

O CECA e a Teologia da Libertação têm uma relação umbilical. Primeiro porque, os fundadores, os quadros, pelo menos, no auge dos anos 70 e 80, eram pessoas ligadas a esse campo teológico de forma nítida e clara. Era um projeto de construção de sociedade baseada na opção pelos excluídos, pelos pobres, com uma leitura crítica da realidade; neste sentido era uma leitura claramente política da realidade. Havia uma certa vivência utópica no sentido da busca de uma sociedade alternativa, socialista. A história do CECA está cheia dessa encarnação desse projeto. Só que assim como a crise de socialismo real interpelou a própria TL e muitos dos teóricos da TL sentiram o impacto da queda dos chamados referenciais históricos que poderiam ser sementes de uma sociedade socialista, quando esses modelos foram derrotados, quase todos, isso gerou uma crise e toda crise leva a um novo momento. Aí que eu digo que o CECA passou a se profissionalizar. Talvez alguns, fizeram inicialmente uma leitura no sentido de que o CECA estava saindo da TL e indo para um campo meio social-democrata; outros até achando que estava assumindo valores neoliberais com ênfase na questão organizativa e tal. Eu não leio dessa forma. Eu vejo que o CECA diante da realidade e da crise, inclusive de sustentabilidade, teve que se readequar. A readequação acontece exatamente numa década que no Brasil é a década do fortalecimento das ONGs. A ABONG, por exemplo, foi criada em 1991. Qual era o objetivo da ABONG ao ser criada, o que gerou dentro do CECA uma enorme discussão sobre se seríamos filiados à ABONG ou não prevalecendo a opção de se filiar a ABONG -? A ABONG é fruto de um processo de redemocratização do país que culmina na Constituição de 1988 e que no início da década de 90 as ONGs - já que agora temos um Estado de Direito – a Constituição pelo menos refletia na época um certo consenso nacional – agora era preciso implementar esses direitos. O processo político não se esgotava com a promulgação da Constituição. A Constituição, na verdade, precisa ser implementada e ser vivida. Aí que surge a ABONG. Nesse contexto, o CECA vive essa discussão de ser uma entidade ecumênica, mas, ao mesmo tempo ser uma Organização Não Governamental. É claro que isso gerou uma discussão interna, prevalecendo a posição de que o CECA deveria entrar e participar do campo político das ONGs e essa decisão, eu acho que foi muito sábia. Porque, hoje, eu percebo no CECA um processo de profissionalização considerável. A gente não tinha um Regimento Interno. Nos trinta anos de CECA não existia um Regimento Interno. Existiam esboços que foram criados mas que não passaram e não foram aprovados porque o CECA vivia um cotidiano em que algumas pessoas talvez achassem não necessário regulamentar isso. O CECA passou agora, nesse período, um

processo de reestruturação institucional, novos estatutos (até por exigência legal), regimento interno, assessorias externas na área de planejamento, monitoramento e avaliação, capacitação em captação de recursos, capacitação em interlocução política. Isso é um processo de profissionalização. Esse processo de profissionalização teve por objetivo não distanciar o CECA das Igrejas, mas tornar o CECA muito mais capacitado a intervir politicamente na realidade. Até porque a realidade das Igrejas hoje, é uma realidade que também está em transição. Vivemos um momento em que há uma certa volta das Igrejas para dentro de si mesmas. A crise de certos paradigmas, o desafio da conjuntura, o desafio do movimento neopentecostal, o desafio do movimento pentecostal, os desafios da conjuntura política têm feito as Igrejas darem um pouco de mergulho para dentro de suas próprias raízes, de fortalecer suas identidades. Não que isso seja anti-ecumênico, mas que tem efeito na caminhada ecumênica. O CECA entende que não é tarefa dele dizer às Igrejas o que elas tem que fazer. O CECA respeita esse momento em que as Igrejas estão vivendo. E tenta não perder esse elo. Como a gente pode observar, - e aí vem uma análise minha que talvez mereça alguma consideração - há sim um distanciamento das Igrejas em relação ao CECA, mas é um distanciamento em relação às autoridades eclesiais, no campo mais institucional. Antes o CECA tinha a presença maior de bispos e autoridades eclesiais em seus eventos, mas por conta de influxo confessional, as agendas dessas pessoas estão sobrecarregadas. O contato com as lideranças institucionais tem sido escasso. Na preparação do Curso de Verão de 2003, todas as autoridades das Igrejas foram visitadas pelo CECA. Hoje a presença das Igrejas no CECA se dá mais pelos agentes leigos das pastorais e alguns formadores de opinião como padres, pastores e pastoras.

No passado a utopia socialista era muito forte entre os quadros do CECA, inclusive com experiências de intercâmbio com países que estavam adotando essa experiência, e todo aquele afã que o pensamento político dos teólogos da libertação da América Latina tinham nos anos 60, 70, até mesmo no início dos anos 80. Só que as coisas mudaram. O socialismo real se mostrou incapaz de conciliar algumas coisas, especialmente esta questão da igualdade de todos perante o Estado, perante a ordem. Não conseguiu contemplar isso com processos democráticos, sem que isso necessariamente signifique que a democracia seja um elemento burguês, usando a linguagem da teoria política clássica marxista. Hoje, a utopia de uma sociedade solidária, sem distância de classes, sem exclusões, sem concentração de riqueza, sem o primado do capital sobre o trabalho, eu acho que essas idéias permanecem. Só que não existe uma forma teórica, pronta e acabada para esse tipo de utopia. A gente vai defendendo essa utopia e essas idéias no cotidiano e construindo novas forças. Eu diria que o segredo disso é o fortalecimento da sociedade civil, no que diz respeito a políticas públicas, à garantia dos direitos fundamentais. Sobre o modelo, talvez a gente não possa rotulá-lo necessariamente como socialista, mas podemos dizer que o CECA continua com essa utopia, só que a conjuntura hoje é diferente, diante da queda do socialismo real. Claro que a crise do socialismo mexeu com as estruturas da entidade, com as estruturas de seus quadros e mexeu com a esquerda de uma maneira geral. Mas, ao mesmo tempo, trouxe novos desafios. Deslocou, talvez, o eixo do socialismo na relação entre classes numa visão macro e evolui para uma complexidade mais ampla que inclui as micro relações, as relações cotidianas entre as pessoas e aí que entra a questão gênero. Evoluiu para uma análise mais ecológica da sociedade, onde questões que antes não eram abordadas pelo socialismo real hoje são abordadas. A utopia de uma sociedade sem exclusões continua. O modelo está em construção.

A demanda da própria sociedade e do próprio trabalho do CECA com as mulheres na questão de gênero construiu essa ênfase que o hoje o CECA tem que é trabalhar as relações de gênero. Hoje, as relações de gênero talvez são o grande desafio para a própria TL.

Historicamente a TL não conseguiu aproximar essa temática. Mas, na medida em que a sociedade vai ampliando a sua consciência de que homens e mulheres têm direitos diferentes, onde há maior consciência de uma cultura patriarcal que muitas vezes se reflete dentro das Igrejas, há uma maior consciência de que a gente só pode construir uma sociedade diferente se homens e mulheres forem considerados como seres do ponto de vista dos direitos, em igualdade de condições. Essa temática de gênero hoje é um grande desafio para a TL. Talvez, a grande contribuição que o CECA tem no campo da TL seja, hoje, a construção de um trabalho junto às periferias do Vale do Rio dos Sinos, junto às mulheres que são vítimas cotidianas da violência institucional e também pessoal da sociedade patriarcal. Essa é uma demanda que o CECA está priorizando.

O CECA sempre teve uma visão de ecumenismo que não é o ecumenismo institucional. É o ecumenismo do cotidiano mesmo. É o ecumenismo na base, no dia a dia da vida das comunidades, na conjugação de esforços, no enfrentamento comum dos problemas que atingem a sociedade. Sem desprezar, claro, a sua dimensão institucional. O CECA tem envolvimento com o CONIC RS, com as instâncias ecumênicas não só locais, mas também nacionais. O CECA faz parte do Fórum Ecumênico Brasil. Sempre, em qualquer fórum, o CECA entende que o ecumenismo em primeiro nível é o ecumenismo de práticas, de compromissos com a justiça, com a solidariedade, com um mundo melhor, com a perspectiva de direitos das pessoas. Claro que isso inclui também participar dos processos chamados institucionais que o ecumenismo tem no Brasil: as Semana de Oração; Grito dos Excluídos; Dia Mundial de Oração e tantas outras iniciativas que congregam irmãos e irmãs de diversas Igrejas. Mas o ecumenismo não se esgota aí. Isso é uma dimensão. Neste sentido a visão de ecumenismo do CECA é de um ecumenismo na base, da prática, do enfrentamento das lutas cotidianas do povo.

O CECA sempre se pautou pela ausculta das Igrejas. Mesmo na conjuntura atual em que já afirmo que há um certo distanciamento das Igrejas do CECA; esse distanciamento é conjuntural e circunstancial, o CECA tem sempre procurado estar em contato com as Igrejas. Esse contato se dá seja através de seus quadros que são quadros das Igrejas, seja através das lideranças das Igrejas e de articulações ecumênicas nacionais e internacionais. O CECA respeita esse momento de mergulho para dentro que as Igrejas estão vivendo. O distanciamento é por conta disso também. É uma coisa particular que as Igrejas estão vivendo, especialmente com a pós-modernidade, com o avanço dos movimentos neo-pentecostais, o próprio movimento pentecostal, com esses desafios da questão inter-religiosa. As Igrejas precisam também mergulhar internamente, refletir, se posicionar e ter isso mais claro e aprofundar cada vez mais a relação com o CECA.

Quanto à contribuição do CECA para o movimento ecumênico basta ver o número de pessoas já que passaram pelas atividades do CECA, pelos cursos, pelas oficinas, pelos seminários, pelas assessorias do CECA. Não tem como se calcular o número de pessoas que tiveram um contato com o CECA. O que me surpreende, é que em qualquer lugar desse país encontramos pessoas que já passaram por alguma atividade do CECA e perguntam sobre as pessoas da equipe. O CECA é conhecido nacionalmente, embora seja uma entidade de alcance local, mas tem também alcance nacional e latino-americano. Nossa parceria com a Rede Cono Sur de Centros Laicos nos coloca em contato com muitas entidades ecumênicas da América Latina. O CECA é hoje uma referência no Brasil, sem desprezar outras entidades como CECE, KOINONIA e outras, o CESEP mesmo! Nossa contribuição é com capacitação. Hoje, boa parte dos quadros das Igrejas, aqui no Sul, teve em algum momento esse contato com o CECA. Beberam da água do CECA.

Os desafios são grandes. O grande desafio para o CECA nos próximos anos será construir a sua sustentabilidade financeira. Acho que esse é um problema que afeta todas as organizações ecumênicas ou não. O recuo da cooperação internacional, o recuo do aporte de muitos dos parceiros e parceiras internacionais tem gerado para nós uma preocupação com o futuro da sustentabilidade da entidade. Aí que entra aquele valor de que eu falei que é o profissionalismo. O CECA tem que se profissionalizar, tem que se aperfeiçoar como organização social. Para tanto, ele precisa ter novas formas de gerenciamento, novas concepções da sua relação com as Igrejas, com a sociedade, com o poder público, com outras ONGs, com os movimentos sociais. É importante construir isso e buscar a sustentabilidade. Cada vez mais se está consciente de que a sustentabilidade tem ser buscada também dentro do Brasil e também junto às Igrejas. Porque o quadro internacional tende a involuir cada vez mais pela carência de recursos e também até por uma exigência de se sair um pouco de um certo paternalismo que as Igrejas viveram durante muitos anos e que agora estão refletindo sobre isso. De certa forma, eu diria que esse é o grande desafio da entidade. Quanto à capacidade que ela tem de ler a realidade e se adequar à realidade e responder à essa realidade, do ponto de vista dos quadros do CECA, essa capacidade existe. Tivemos a capacidade de ter diversos CECA(s) ao longo da história do CECA. Era uma capacidade de responder às demandas. Os quadros são de muito profissionalismo e muita especificidade, mas que tem que ser conjugados com a busca de sustentabilidade.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais  
 ACE – Ação Católica Especializada  
 ASETT – Associação Ecumênica dos Teólogos e Teólogas do Terceiro Mundo  
 CAMP – Centro de Assessoria Multi-Profissional  
 CAMP – Comunidade Apostólica nos Meios Populares  
 CEBI – Centro de Estudos Bíblicos  
 CEBs – Comunidades Eclesiais de Base  
 CECA – Centro de Evangelização e Catequese (1973-1986)  
 CECA – Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria.  
 CECCA – Centro de Estudos, Cultura e Cidadania  
 CECUNE – Centro Ecumênico de Cultura Negra  
 CEDAC – Centro de Ação Comunitária  
 CEDOPE – Centro de Documentação e Pesquisa  
 CEFEPAL - Centro de Estudos Franciscanos e Pastorais para a América Latina  
 CELADEC – Comissão Evangélica Latino Americana de Educação Cristã  
 CELAM – Conselho Episcopal Latino Americano  
 CEMPA – Curso Ecumênico de Metodologia Pastoral  
 CEPA – Centro de Espiritualidade Padre Arturo  
 CEPA – Centro de Estudos e Promoção Agrária – Nicarágua  
 CEPP – Curso Ecumênico de Pastoral Popular  
 CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviços  
 CESEP – Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Pastoral Popular  
 CETA – Centro de Espiritualidade e Treinamento para a Ação.  
 CIPFE - Centro de Investigación y Promoción Franciscano y Ecológico – Montevideo  
 CJC – Centro de Juventude e Cultura  
 CLAI – Conselho Latino Americano de Igrejas  
 CMI – Conselho Mundial de Igrejas  
 CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
 COL – Círculo Operário Leopoldense.  
 COM – Centro de Orientação Missionária  
 CONIC – Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil  
 CPID - Comissão de Participação das Igrejas no Desenvolvimento  
 CPO – Comissão Pastoral Operária  
 CPT – Comissão Pastoral da Terra  
 ESTEF - Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana  
 FAAP – Fraternidade Apostólica do Anúncio da Palavra

FSLN – Frente Sandinista de Libertação Nacional  
GEPU – Grupo de Estudos de Pastoral Urbana  
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas  
ICAR – Igreja Católica Apostólica Romana  
IEAB – Igreja Episcopal Anglicana do Brasil  
IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil  
IM – Igreja Metodista  
IPJ – Instituto de Pastoral de Juventude  
ISPAC – Instituto Superior de Pastoral Catequética  
JAC – Juventude Agrária Católica  
JEC – Juventude Estudantil Católica  
JOC – Juventude Operária Católica  
JUC – Juventude Universitária Católica  
MDDHH – Movimento de Direitos Humanos  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PPL – Pastoral Popular Luterana  
SELEO – Serviço Ecumênico Leopoldense  
SICA – Serviço Interconfessional de Aconselhamento  
SISAC – Serviço de Informação sobre a América Central  
SOTER – Sociedade de Teologia e Ciências da Religião  
UAB – União das Associações de Bairro – São Leopoldo